

SOCIOLOGIA

VOL. XXXIII | JANEIRO-JUNHO 2017

Jordi Estivill

Madalena Ramos

Cristina Parente

Mónica Santos

Miguel Chaves

Ana Isabel Couto

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Susana Isabel da Silva Santos

João Abreu de Faria Bilhim

Rita Espanha

Tiago Estêvão

Jorge Alexandre Costa

Graça Mota

Ana Isabel Cruz

Pedro Quintela

Paula Guerra

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOlogia



REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. XXXIII • PORTO • 2017

DIRETOR:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)“Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations” (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Victor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMICA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

INDEXAÇÃO:

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

TIRAGEM - 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EXECUÇÃO GRÁFICA - INVULGAR GRAPHIC - Penafiel

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

DOI: 10.21747/08723419/soc33

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.
OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW.

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
DULCE MAGALHÃES: marcas de um percurso.....	9
ARTIGOS	
Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (I Parte) Jordi Estivill	19
A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from higher education to the labor market Madalena Ramos, Cristina Parente, Mónica Santos, Miguel Chaves.....	47
Atitudes sociais face ao trabalho por conta própria em tempos de crise: da valorização do trabalho por conta própria a um retraimento da iniciativa empresarial Ana Isabel Couto	73
Proposta de modelo explicativo das perceções sobre gestão e políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Isabel da Silva Santos, João Abreu de Faria Bilhim	95
A Vigilância Lateral e participativa na Web 2.0 Rita Espanha, Tiago Estêvão.....	115
O Projeto <i>Orquestra Geração</i> . A duplicidade de um evento musical/social Jorge Alexandre Costa, Graça Mota, Ana Isabel Cruz	135

Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas contemporâneas Pedro Quintela, Paula Guerra	155
ESTATUTO EDITORIAL	185
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES	187
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS	189

EDITORIAL

O número XXXIII da *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* é dedicado à *Profa. Doutora Dulce Magalhães*, docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, que faleceu em setembro de 2017. É uma singela homenagem à colega e amiga.

O contributo de Jordi Estivill, que será continuado no número XXXIV da Revista de 2017, foca-se no aparecimento da economia social em Portugal. A receção do tratado de Ramon de la Sagra de 1840, os textos de vários autores, em que ganha destaque o contributo de Sousa Brandão, e a dinâmica editorial da *Revista Litteraria do Porto* são elementos que o autor sujeita a uma análise histórica. Por sua vez, aborda as iniciativas associativas populares alicerçadas no militantismo dos trabalhadores durante a segunda metade do século XIX.

Madalena Ramos, Cristina Parente, Mónica Santos e Miguel Chaves apresentam os resultados de um estudo sobre os diplomados universitários. As questões da inserção profissional, estrutura ocupacional, desigualdades sociais dos diplomados são tratadas ao longo do artigo. Especificamente, uma das conclusões remete para a importância que os denominados valores intrínsecos têm face ao trabalho.

Ana Isabel Couto explora as atitudes e práticas face ao trabalho por conta própria para o período entre 1998 e 2012, em Portugal. Como a autora aponta, existe, no passado recente, uma maior desafeição pelo trabalho por conta própria que é simultâneo à emergência da crise económica e social no ano de 2008. Artigo que possibilita uma leitura crítica sobre o empreendedorismo.

As “perceções sobre gestão e políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime” é o tema do artigo de Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Isabel da Silva Santos e João Abreu de Faria Bilhim. Desenvolve-se um modelo explicativo baseado numa investigação empírica sustentada. Entre outros resultados obtidos, destaca-se que os inquiridos assumem uma orientação de uma fraca satisfação ao papel do Estado em termos de cibersegurança e cibercrime.

Rita Espanha e Tiago Estêvão abordam a designada “Vigilância Lateral

e Participativa na Web 2.0.” Fazem-no a partir das questões da segurança e do policiamento. Para o feito a sua análise empírica incide nos tumultos de Vancouver, em 2011, em torno de um evento desportivo, e os atentados aquando da maratona de Boston em 2013.

O desenvolvimento do Projeto Orquestra Geração, analisado por Jorge Alexandre Costa, Graça Mota e Ana Isabel Cruz, faculta ao leitor um conjunto de informações sobre esta experiência pedagógica, que abrange jovens numa situação económica e social vulnerável. Os autores realizaram observação de um naipe de vídeos sobre a Orquestra, construindo uma leitura inovadora sobre o objeto em causa.

O número XXXIII da Revista encerra com um artigo de Pedro Quintela e Paula Guerra. Incidem a sua atenção em arquivos formados, em particular, por *fanzines*, livros de artista, fotografias, *memorabilia*, edições de autor num registo de produção independente e publicados em vários suportes gráficos. Ilustram a sua análise com o arquivo do projeto de investigação *Keep it Simple, Make it Fast*.

Uma boa leitura!

Carlos Manuel Gonçalves

DULCE MAGALHÃES: MARCAS DE UM PERCURSO

A Dulce Magalhães deixou-nos no passado dia 22 de outubro de 2016. Não pretendemos aqui fazer um exercício hagiográfico, algo muito pouco adequado, aliás, à personalidade empática e pragmática da Dulce. Ao invés, focar-nos-emos em alguns pontos fulcrais do seu percurso académico e pedagógico.

Desde o início focada na génese, reprodução e mudança das desigualdades de classe, a sua tese de doutoramento, *Dimensão Simbólica de uma Prática Social: Consumo do Vinho em Quotidianos Portuenses*, defendida em 2005 sob orientação do Professor António Teixeira Fernandes, consolida uma trajetória de análise da sociedade portuguesa, da sua estrutura e dinâmica sociais, vindo a ser publicada pelas Edições Afrontamento, em 2010, com o título *Vinhos: Arte e Manhas em Consumos Sociais: a apreensão de uma prática sociocultural em contexto de mudança*. A releitura desse trabalho torna evidente o exímio domínio dos quadros de referência teóricas sobre a estrutura social portuguesa, mas também a sua observação através de uma plataforma estratégica de pesquisa consubstanciada pelos lugares de consumo de vinho, desde os clubes mais distintivos, até às tabernas populares.

Assim, fica clara a sua inscrição na Teoria da Prática de Pierre Bourdieu, ao analisar, nesses contextos portuenses, a relação entre posições no espaço social, disposições e práticas, recorrendo à mediação do conceito de *habitus* mas também à centralidade dos quadros de interação onde as apropriações sociais (consumos) se estabeleciam, numa teia de sociabilidades e performances onde amiúde se joga o jogo da distinção social. Como ela própria escreveu:

“Como se sabe, qualquer prática sociocultural é atravessada por diferentes formas de apropriação. Fica claro, então, o pressuposto de que essas diferentes formas de apropriação poderão resultar de diferenciações de classe, enquanto espaços diferenciados de socialização. A socialização, processo dinâmico de aprendizagem social, é equacionada tendo em linha de conta a inculcação/incorporação de saberes e fazeres. O agente social é, assim, confrontado com diferenciações sociais transversais a todas as dimensões em que se move na estrutura social e que emergem de condições sociais de existência que simultaneamente associam uns e distanciam outros, pelo que se percebe aqui a pertinência da existência de lugares estruturais de classe no espaço social”¹.

¹ Cf. Dulce Magalhães (2014), “The habitus and the New: from social (re)learning to practices”, *Revista Latina de Sociologia*, nº 2: 23-41 <http://revistalatinadesociologia.com> ISSN 2253-6469

Mais recentemente, Dulce Magalhães trabalhou no quadro de um projeto coordenado por Rui Gomes, sobre as recentes vagas de emigração portuguesa qualificada, comumente designada por processo de “fuga de cérebros” e onde teve um papel de relevo, tanto na localização de classe dos sujeitos entrevistados, como nas subtis e plurais formas mediante as quais esses percursos se traduzem em biografias concretas plasmadas em retratos sociológicos (seguindo a inspiração de Bernard Lahire) conducentes às decisões de emigrar.

Como docente, a Dulce granjeava uma enorme simpatia por parte dos estudantes. Era atenta, disponível e solidária e disso tivemos inúmeros e comovidos testemunhos. Nas suas aulas, em que dominavam as temáticas das classes sociais e das mobilidades, proliferavam os incentivos à aplicação dos referenciais teóricos à contemporaneidade dos quotidianos. De igual modo, a educação e os processos de escolarização eram por ela convocados de molde a explicar as trajetórias e recomposições sociais pós 25 de Abril.

A sua preocupação em aperfeiçoar dispositivos de análise com potencial pedagógico, levou-a a atualizar frequentemente, com base nos dados do INE relativos à Classificação Nacional de Profissões, a célebre grelha ACM, proveniente das iniciais de Almeida (João Ferreira de), Costa (António Firmino da) e Machado (Fernando Luís), instrumento já clássico da análise de classes da sociedade portuguesa.

Mas, como a principal homenagem que podemos fazer a um académico, é ler os seus trabalhos, aprofundar e atualizar os seus resultados, num longo, crítico e dinâmico processo de acumulação que faz a riqueza dos coletivos científicos e da pesquisa interpares, aqui deixámos uma lista anual das suas principais publicações.

In Memoriam

DOI: 10.21747/08723419/soc33a1

Principal Bibliografia de Dulce Magalhães

2016

“Portuguese Scientists’ Migration: a study on the 2008 crisis aftermath”

Ganga, Rafaela (FLUP); Silva, José Pedro (Outra); Gomes, Rui (Outra); Vaz, Henrique (Outra); Lopes, João Teixeira (FLUP); Silva, Sílvia (Outra); Cabrito, Belmiro (Outra); Magalhães, Dulce (FLUP); Machado-Taylor, Maria de Lurdes (Outra); Peixoto, Paulo (Outra); Patrocínio, Tomás (Outra); Brites, Rui (Outra)

International Migration, vol. 54, nº. 6, pp. 43-55

“Brain drain and the disenchantment of being a higher education student in Portugal”

Cerdeira, Luísa (Outra); Machado-Taylor, Maria de Lurdes (Outra); Cabrito, Belmiro (Outra); Patrocínio, Tomás (Outra); Gomes, Rui (Outra); Lopes, João Teixeira (FLUP); Vaz, Henrique (FPCEUP); Peixoto, Paulo (Outra); Magalhães, Dulce (FLUP); Silva, Sílvia (Outra); Ganga, Rafaela (FLUP)

Journal of Higher Education Policy and Management, vol. 38, nº 1, pp. 68-77

“A decisão de emigrar: um estudo a partir da perspetiva da pluralidade disposicional”

Lopes, João Teixeira (FLUP); Silva, José Pedro (FLUP); Ganga, Rafaela (FLUP); Gomes, Rui Machado (FLUP); Magalhães, Dulce (FLUP); Vaz, Henrique (FPCEUP); Cerdeira, Maria Luísa (FLUP); Silva, Sílvia (FLUP); Peixoto, Paulo (FLUP); Machado, Maria de Lourdes (Outra); Brites, Rui (FLUP); Patrocínio, Tomás (Outra); Cabrito, Belmiro Gil (Outra)

Sociologia: problemas e práticas, nº 81, pp. 37-56

“Socialização e percursos (e)migratórios em Portugal: uma análise a partir de retratos sociológicos”

Lopes, João Teixeira (FLUP); Silva, José Pedro (FLUP); Ganga, Rafaela (FLUP); Gomes, Rui (Outra); Vaz, Henrique (FPCEUP); Cerdeira, Luisa (Outra); Cabrito, Belmiro (Outra); Magalhães, Dulce (FLUP); Taylor, Maria Lourdes Machado (Outra); Peixoto, Paulo (Outra); Brites, Rui (Outra); Silva, Sílvia (FLUP); Patrocínio, Tomás (FLUP)

Cadernos de Educação, nº 51, pp. 1-21

“Tabernas, vinhos e convívios: partilhas sociabilítárias em contextos semipúblicos portuenses”

Magalhães, Dulce

Vinho verde: história e património = history and heritage, nº. 1, pp. 203-215

“Fuga de cérebros : retratos da emigração portuguesa qualificada”

Gomes, Rui Machado (FLUP); Lopes, João Teixeira (FLUP); Vaz, Henrique (FPCEUP); Cerdeira, Luisa (FLUP); Ganga, Rafaela (FLUP); Machado, Maria de Lourdes (Outra); Magalhães, Dulce (FLUP); Cabrito, Belmiro (Outra); Patrocínio, Tomás (Outra); Silva, Sílvia (Outra); Brites, Rui (FLUP); Peixoto, Paulo (FLUP)

Bertrand, Lisboa

“Entre a periferia e o centro: percursos de emigrantes portugueses qualificados”

Gomes, Rui Machado (Outra); Lopes, João Teixeira (FLUP); Vaz, Henrique (FPCEUP); Cerdeira, Luísa (FLUP); Peixoto, Paulo (FLUP); Ganga, Rafaela (FLUP); Silva, Sílvia (Outra); Machado, Maria de Lourdes (FLUP); Silva, José Pedro (Outra); Magalhães, Dulce (FLUP); Brites, Rui (FLUP); Patrício, Tomás (Outra); Patrício, Tomás (Outra); Cabrito, Belmiro (Outra)

Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra

2014

“Mobility of highly qualified portuguese professionals to Europe”

Vaz, Henrique (FPCEUP); Lopes, João Teixeira (FLUP); Cerdeira, Maria Luísa (FLUP); Cabrito, Belmiro (Outra); Peixoto, Paulo (FLUP); Taylor, Maria Machado (Outra); Magalhães, Dulce (FLUP); Silva, Rui (FLUP); Patrocínio, Tomás (Outra); Silva, Sílvia (Outra)

Proceedings of the International Conference the Welfare State in Portugal in the Age of Austerity

“Mobility of high skilled professionals: the brain waste and the brain gain”

Gomes, Rui (Outra); Lopes, João Teixeira (FLUP); Vaz, Henrique (FPCEUP); Cerdeira, Maria Luísa (FLUP); Cabrito, Belmiro (Outra); Peixoto, Paulo (Outra); Taylor, Maria Lourdes Machado (Outra); Magalhães, Dulce (FLUP); Silva, Rui (FLUP); Patrocínio, Tomás (Outra)

INTCESS14 - International Conference on Education and Social Sciences, pp. 173-181

“Espaços vínicos semipúblicos: protagonismos com direções classistas”

Magalhães, Dulce

40 anos de democracia(s): progressos, contradições e prospetivas: VIII Congresso Português de Sociologia

2013

“Discursos estudantis: uma viagem de sentidos pela escola”

Dulce Magalhães (FLUP); Fátima Pereira (Outra); Soraia Sousa (Outra)

I Congresso Internacional Envolvimento dos Alunos na Escola: Perspetivas da Psicologia da Educação

2012

“Espaços semipúblicos de bebidas e de bebidas e/ou restauração: plano de ação e percurso metodológico subjacente à seleção de plataformas empíricas”

Magalhães, Dulce

Sociedade, crise e reconfigurações: atas do VII congresso português de sociologia

“Vinhos: práticas de consumo, construção de gostos e socializações vínicas”

Magalhães, Dulce

Sociedade, crise e reconfigurações: atas do VII congresso português de sociologia

“The habitus and the New: from social (re)learning to practices”

Magalhães, Dulce

Revista Latina de Sociologia, nº 2, pp. 23-41

2010

“Vinhos: arte e manhas em consumos sociais: a apreensão de uma prática sociocultural em contexto de mudança”

Magalhães, Dulce

Afrontamento, Porto

2009

“Pensar o Sociocultural: Dinâmicas e (Boas) Práticas”

Dulce Magalhães

Actas do VII Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural

2008

“Dispositivo de análise sociológica em espaços semi-públicos de bebidas e de bebidas e/ou restauração: observação directa sistematizada e esquematização para aplicação de inquéritos”

Magalhães, Dulce

VI Congresso Português de Sociologia: Mundos Sociais: Saberes e Práticas

“Rituais vínicos: olhares sociológicos em espaços portuenses semi-públicos”

Magalhães, Dulce

VI Congresso Português de Sociologia: Mundos Sociais: Saberes e Práticas

“Centros históricos do Porto e de Vila Nova de Gaia: continuidade ou demarcação?”

Dulce Magalhães

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XVIII, pp. 111-146

“Escola e escolarização: práticas em mudança na Região Norte”

Magalhães, Dulce

A Região Norte de Portugal: mudanças e continuidades na contemporaneidade

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

2007

“Consumos vínicos: práticas e construção de gostos”

Dulce Magalhães (FLUP)

Douro: Estudos e Documentos N.º 22

2005

“Dimensão Simbólica de uma Prática Social: Consumo do Vinho em Quotidianos Portugueses”

Tese de Doutoramento

Dulce Magalhães

2002

“A Inserção Social: percursos e desvios de um processo.”

Fernandes, António Teixeira (FLUP); Rodrigues, Eduardo Vítor (FLUP); Goncalves, Carlos Manuel (FLUP); Esteves, Joaquim (FLUP); Casqueira, Natália (FLUP); Magalhães, Dulce (FLUP); Azevedo, José (FLUP); Lopes, Alexandra (FLUP); Dias, Isabel (FLUP)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto

2001

“Consumos e sociabilidades na taberna - estudo preliminar de um caso”

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XXI, pp. 107-119

“Representações do vinho e sociabilidades contextualizadas”

Dulce Magalhães

II Simpósio Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho «A Vinha e o vinho na Cultura da Europa»

“Representações do vinho e sociabilidades contextualizadas”

Dulce Magalhães

Actas do II Simpósio Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho «A Vinha e o vinho na Cultura da Europa»

2000

“O vinho: Práticas, elogios, cultos e representações em questão na sociedade portuguesa”

Dulce Magalhães

Sociologia: problemas e práticas, n.º 32, pp. 9-21

1999

“O vinho: Práticas, elogios, cultos e representações em questão na sociedade portuguesa”

Dulce Magalhães

I Symposium de la Asociación Internacional de Historia de la Civilización de la Vid y el Vino, integrado nos III Encuentros de Primavera de la Universidad de Cádiz

1996

“A taberna: usos do espaço e do tempo”

Dulce Magalhães

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. VI, pp. 213-229

1994

“Classes sociais e trajetórias intergeracionais”

Dulce Magalhães

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. IV, pp. 173-217

1991

“A sociedade perante o lazer”

Dulce Magalhães

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, pp. 165-174

1987

“Acções de Desenvolvimento de Artes Tradicionais - breve análise de três casos”

Augusto Silva; Dulce Magalhães

Centro Regional de Artes Tradicionais, Porto.

ARTIGOS

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (I Parte)

Jordi Estivill

Universidade de Barcelona

“La multitude delle pubblicazioni giornaliere in fatto de economia sociale che fannosi in tutto il globo incivilito prova che restano tuttavia a chiarire ed a conoscere molti reconditi rapporti e principi efficiente”

Matteo de Augustinis, 1837

Resumo

Muitos aspetos da história da economia social estão ainda por descobrir. Este artigo examina a sua emergência em Portugal a partir da análise de uma revista portuense e de peças publicadas do tratado de Ramon de la Sagra em 1840. Esta constatação revela que o conceito foi utilizado por autores portugueses da época e pode indiciar uma crítica à economia política dominante, alicerçada em propostas de reforma das instituições de caridade, por via de organizações de trabalhadores, como as cooperativas, as associações e sociedades de ajuda mútua.

Em qualquer caso, as três escolas de pensamento, liberal, socialista, cristã, que caracterizam a história da economia social no século XIX, também ocorrem em Portugal.

Palavras-chave: economia social; história, movimento operário.

Abstract

No all the aspects of the history of social economy are well known. This paper analyses the beginnings of portuguese social economy history. In 1840 a Porto review have published parts of the Ramon de la Sagra book on social economy. This concept was used by diferents portuguese authors. For them it covered a critical approach on mainstream political economy, proposals on the reform of measures and institutions of social welfare and it was the expression of the workers organisations like the cooperatives, friendly societies, and other associations. The main schools of thinking in XIX century, liberals, socialists and cristians, were also presents on portuguese literature.

Keywords: social economy; history; labour movement.

Resumé

En partie, l’histoire de l’économie sociale reste à découvrir. Cet article analyse ses débuts au Portugal. En 1840, une revue de Porto publiait déjà des chapitres de l’ouvrage de Ramon de la Sagra sur l’économie sociale, où l’on montre que ce concept a été utilisé par plusieurs auteurs portugais. Pour eux, il pouvait avoir un sens critique de l’économie politique dominante, une proposition de réforme des mesures et institutions de bienfaisance et aussi il pouvait être l’expression des organisations ouvrières notamment des coopératives, le monde associatif et les sociétés mutuelles de secours. Les trois écoles de pensée, libérales, socialistes et chrétiennes, caractéristiques de l’histoire de l’économie sociale du XIX siècle se retrouvent aussi au Portugal.

Mots-clés: économie sociale; histoire; mouvement des travailleurs.

Resumén

Muchos aspectos de la historia de la economía social estan por descubrir. Este articulo analiza sus inicios en Portugal. A partir del descubrimiento que una revista portuense ya publicò partes del tratado de Ramon de la Sagra de 1840 sobre la economia social, se pone en evidencia que el concepto va a ser utilizado por diferentes autores portugueses. Para ellos podia tener el sentido de una critica a la economia política dominante, una propuesta de reforma de las medidas e instituciones de beneficencia y podia ser la expresión de las organizaciones obreras como las cooperatives, el mundo asociativo y las sociedades de socorros mutuos. En cualquier caso las tres escuelas de pensamiento, liberal, socialista, cristiana, que caracterizan la historia de la economia social en el siglo diecinueve tambien se dan en Portugal.

Palabras claves: economia social; historia; movimento operário.

A economia social e solidária como sujeito histórico visível. Quatro hipóteses.

Tinha razão o advogado e economista napolitano Matteo de Augustinis, em 1837, quando afirmava no seu livro “Istituzioni di economia sociale” publicado pela “Tipografia di Porcelli” que existiam muitos espaços recônditos da economia social por clarificar e conhecer. Se isto era verdade nos inícios de século XIX, continua a sê-lo na atualidade, embora a produção de conhecimento sobre a economia social tenha progredido bastante. Mas a sua própria história não é muito conhecida. O propósito do nosso artigo¹ é precisamente o de dar a conhecer alguns aspetos sobre os primórdios da economia social em Portugal.

¹ O artigo é dividido em duas partes: a primeira, que corresponde ao presente texto, e a segunda que integrará o próximo número (XXXIV) da *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, de 2017. Nas citações mantêm-se o acordo ortográfico em vigor na altura da respectiva publicação. Agradeço os rigorosos esforços de tradução de Cristina Parente e a edição final de Mafalda Gomes. Destaco igualmente o trabalho dos funcionários das bibliotecas do Porto, Lisboa e Coimbra e o profissionalismo dos alfarrabistas dessas cidades.

A primeira hipótese é que para que a categoria de economia social e solidária se torne significativa para o estudo das Ciências Sociais, é necessário que avance nos debates e nos factos da realidade atual. A segunda hipótese é que se deve mostrar e se deve verificar que estas categorias fornecem um valor interpretativo adicional. Caso contrário, serão apenas analisadas em função das suas famílias internas, ou seja, a partir do cooperativismo, associativismo e mutualismo. A terceira hipótese é consequência das duas primeiras. Em resultado da recente (re) conceptualização da economia social, e ainda mais da economia solidária, é difícil estas hipóteses serem usadas como categorias para estudar o passado. É conhecido que a história se constrói a partir dos parâmetros do presente. Mas, deste ponto de vista, pode-se ser razoavelmente otimista e formular a quarta hipótese: à medida que avancem as experiências e a presença teórica da economia social e, conseqüentemente, da economia solidária, mais fácil será fazer com que a sua história global seja menos opaca. Chegou então o momento de questionar essa opacidade em Portugal?

Algumas notas prévias sobre o ressurgimento da economia social e solidária em Portugal

Para responder à pergunta anterior é preciso identificar quando e como se produziu o ressurgimento da economia social em Portugal e que trajeto fez. Não é fácil. Por um lado, porque, se bem que haja um primeiro florescimento na utilização do conceito de economia social que se estende desde o século XIX até ao Salazarismo², este neutraliza a noção. Num contexto de controlo e repressão, o uso da noção de economia social perde-se ou fica reduzido a círculos muito pequenos.

Quase todos os trabalhos que incluem a análise histórica da economia social no país remetem a sua longa e rica tradição para o século XII dando como exemplos as mercearias, as confrarias leigas e eclesiásticas, as bolsas de comércio, as companhias das naus, as mútuas de gado, os celeiros comuns, as casas de misericórdia, os grémios, os montepios (casas de penhoras), a casa dos vinte e quatro, para não referir o conjunto de iniciativas mútuas, associativas e cooperativas do século XIX. A riqueza e diversidade deste itinerário experimental justificam a dificuldade de submetê-lo a uma única concepção. A maioria são respostas coletivas de tipo socioeconómico, umas mais institucionalizadas, outras menos, dirigidas a necessidades urgentes e estruturais

² A história do conjunto da economia social durante o Salazarismo está por realizar. De todo o modo existem análises parciais interessantes: Santos (2009); Coutinho (2003: 143-160); Silva (1995: 234-303); Rosendo (1996: 521-528); Ribeiro (2012); Garrido (2016: 191-278).

da população.

A presença da Igreja Católica, o peso do sector público e sua raiz predominantemente rural, ainda que em alguns casos ligada ao comércio externo, seriam algumas das características específicas da evolução histórica da economia social portuguesa (Quintão, 2011). Muito provavelmente, há outros fatores específicos, tais como o desenvolvimento peculiar de capitalismo, que traz consigo uma forte dependência externa, o mercado interno fraco e a existência de uma rede de pequenas iniciativas, mais ou menos informais, de cariz artesanal, familiar e local, os longos períodos de poder despótico e a persistência de uma sociedade providência onde a família e as mulheres desempenham um papel fundamental, o atraso, as faltas e a seletividade da protecção social pública, bem como a oscilação entre uma personalidade fortemente individualista, ao lado de uma considerável capacidade de organização coletiva.

Por outro lado, nos últimos trinta anos, têm surgido muitas denominações (Quintão, 2004) (terceiro setor, terceiro sistema, setor sem fins lucrativos, empresas sociais, organizações voluntárias, organizações não governamentais, economia social, economia comunitária, economia solidária). O termo de economia social não conseguiu neutralizar nem eliminar os outros e, por isso, é forçado a definir os seus contornos e identidade face a eles. Também existem organizações que se enquadram claramente nas definições mais convencionais e juridicamente formalizadas (cooperativas, mutualidades, fundações), mas outras, cuja importância não se pode negar, escapam-lhes e têm um estatuto jurídico específico (Instituições Particulares de Solidariedade Social, IPSS, e Misericórdias) que não se encontra em outros países. Têm igualmente grande importância as redes mais ou menos informais de solidariedade, a economia doméstica, as iniciativas sem formalização legal e até mesmo uma parte da economia subterrânea ou do desenvolvimento local, que estão para além das definições mais rígidas. Finalmente, lembre-se que o ressurgimento do conceito de economia social coincide com um processo de «normalização» democrático e uma recessão económica e consequente crise, bem como com o debate sobre um inacabado Estado de bem-estar e o papel da sociedade civil.

De qualquer forma, é inegável que a partir dos anos oitenta do século passado, o conceito de economia social tem sido cada vez mais utilizado na sociedade portuguesa. Emerge e consolida-se na vida académica. O número de teses, pesquisas, publicações e artigos aumenta (Paiva, 2001). Penetra nos meios de comunicação. Para a defesa dos seus interesses e sua representação, criam-se plataformas e redes como, por exemplo, a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES)

e o Conselho Nacional de Economia Social (CNES). Manifesta-se nos mais recentes regulamentos e leis, e é uma denominação aceite por uma parte das organizações do terceiro setor (Hespanha, 2000), ainda que este último seja o conceito mais usado.

Namorado (2006) alude a que o ressurgimento da noção de economia social em Portugal faz-se na mesma altura que em França e em alguns países europeus, nomeadamente Bélgica e Espanha, onde nos anos oitenta do século passado se vinha consolidando. Há que ter em conta a influência das instâncias europeias e dos estudos que se realizavam na época. Os diferentes congressos sobre a economia social que se celebraram, organizados pelas presidências rotativas da União Europeia, também contribuíram para a irradiação deste conceito. Em Portugal, organizaram-se dois importantes congressos deste tipo: um em 1992 (Costa, 1993) e outro em 2000³. Em trabalho anterior, Namorado (1988) insinuava que, ao contrário do que se passou em França, não houve no país um processo de confluência entre os diferentes ramos da economia social, e que eram um ato voluntarista de determinadas pessoas que são autores de livros⁴ onde utilizam esta terminologia, já em meados da década de 1980.

Na estimulante e optimista obra, intitulada “As cooperativas e a economia social”, publicada em 1985, Ferreira da Costa faz uma revisão histórica da economia social, em que enumera um conjunto de experiências que marcaram o seu longo e rico itinerário. Para ele, o cooperativismo, ou melhor, o espírito cooperativo e associativo seria a espinha dorsal de uma economia social baseada nas pessoas, na sua participação alternativa, na procura de um estado federado ou de uma nação cooperativa, como António Sérgio tinha defendido.

Esta é uma leitura da economia social que resulta da adoção da perspectiva do cooperativismo. Mas também pode-se fazer uma leitura semelhante a partir do mutualismo, que se inicia um pouco mais cedo. De facto, no seu IV Congresso Nacional, celebrado em 1984, Victor Melícias, o então Presidente do Montepio Geral, apresenta uma comunicação intitulada “Mutualismo e Economia Social: Doutrina e Promoção”. Na sexta conclusão deste congresso, propõe-se “apoiar a constituição e o funcionamento de um grupo de ligação com a Economia Social” (Rosendo, 1996).

³ A presidência portuguesa do ano 2000 foi especialmente ativa. Fechou os acordos da Cimeira de Lisboa, organizou um importante encontro em Almansil (v. Policies and instruments to fight poverty in the European Union: the guarantee of a minimum income. Almansil. Febrero 2000) e promoveu o congresso de Santa Maria da Feira com o título de Desenvolvimento local, cidadania e economia social. O número 8/9 da revista *Sociedade e Trabalho* (2000) faz uma boa cobertura deste congresso.

⁴ Veja-se por exemplo Costa (1985); Rodrigues *et al.* (1989). Em 1998, o presidente da União das Mutualidades dizia: “Irá aparecer em Portugal uma Confederação das Instituições que têm atividades de economia social” (Pestana *et al.* 1998:276).

Também aqui se evidenciou a incorporação europeia e internacional do mutualismo português. No mesmo ano, uma conferência confirma as relações entre o mutualismo europeu e francês com o português e, em 1987, o V Congresso Nacional acontece em conjunto com o Primeiro Seminário Europeu de Reciprocidade e Economia Social. No congresso é lançada a ideia de uma Carta Portuguesa da Economia Social, homóloga à europeia, que reúna mutualismo, cooperativismo e associativismo. O seminário reuniu as principais autoridades dos organismos mutualistas belgas, franceses e espanhóis.

Apesar destes avanços, 15 anos mais tarde, quando Franco (2004) desenvolve em Portugal a investigação internacional lançada pela Universidade John Hopkins teve de enfrentar as diferenças de sensibilidades entre a economia social e o terceiro setor (Nunes *et al.*, 2001). Afirma que a primeira vez que o termo terceiro setor é usado é em 2001. De acordo com entrevistas a 20 “personalidades”, o termo terceiro setor é preferido e a noção de economia social é qualificada de polissémica e confusa (Nunes *et al.*, 2001). Tal posição contrasta com as declarações do autor do prólogo, Paulo Pedroso, então Ministro do Trabalho, que defende que o declínio da economia social é um fantasma do passado e apela à sua afirmação e promoção.

No mesmo ano, em 1997, a Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal (EAPN), inicia um grupo de trabalho no âmbito de um protocolo que iria promover a economia social na perspectiva do mercado social de emprego. Convoca, em 2003, uma mesa redonda com cinco especialistas com o objetivo de definir a relação entre a economia social e o terceiro setor. Os seus resultados são publicados (EAPN, 2004), fornecendo um panorama interessante em que se nota uma certa inclinação para o conceito de economia social e a afirmação do conceito de economia solidária.

Esta nova perspectiva terminológica e conceptual também havia nascido em finais da década de 80 “nas vizinhanças” (Amaro, 2009) da economia social, no seio de um projeto de um programa europeu de luta contra a pobreza nos Açores. Ressalte-se que, como sucedeu em muitas outras iniciativas em Portugal, tratava-se de romper com as pesadas e importantes tradições de beneficência e caridade individual, de encontrar novos caminhos económicos para a inserção laboral, de criação de emprego e de desenvolvimento local, valorizando o património natural e cultural. Também é digno de nota que se começam a auto-classificar estas pequenas experiências como economia solidária, não por efeito de cópia, ou por influência especial do que estava acontecendo em paralelo em outras partes do mundo, como em França ou no Brasil. Hespanha e Santos (2016) destacam como as noções de economia social e economia solidária seguiram caminhos diferentes em Portugal. Enquanto a primeira tem vindo a tomar um importante reconhecimento institucional, a segunda manteve-se invisível

e só nos últimos tempos assume algum relevo.

O renascimento de abordagens teóricas e práticas da economia social e solidária ocorreram pelo menos há trinta anos. Embora seja um processo em consolidação, permite que a partir deste presente se possa começar a questionar o passado, cujas respostas perspetivem um sentido que permita enfrentar melhor o futuro.

A Revista Litteraria do Porto na ascensão do clima liberal

Em 1840, e esta é a novidade, a *Revista Litteraria do Porto*, um “periodico de litteratura, philosophia, viagens, sciencias e bellas artes”, como era chamada, publicada no Porto”, decidiu traduzir e publicar no seu XXV número, do volume 5, o primeiro capítulo das lições de economia social que Ramón de la Sagra tinha publicado em Madrid naquele ano (Sagra, 1840). O facto de ser uma revista do Porto que, tão prematuramente, utiliza este conceito levanta um conjunto de questões. Quais eram as suas características? Em que contexto era publicada? Que significado tinha publicar parte das lições da economia social? Foi um ato isolado ou corresponde a uma tendência emergente? Em que medida iniciou uma escola de pensamento que teria continuidade nos tratados de economia política e em outras publicações? Que relação existia entre o autor espanhol e o grupo português que publicava a revista? Que proximidade teriam? Quem era Ramón de la Sagra? Como se situava cultural e ideologicamente? Pode-se supor que se em determinado momento se decide traduzir e divulgar um capítulo de um livro publicado noutro país é porque há interesse no assunto e porque o que é relatado tem sentido, quer para o editor, quer para o público-alvo. Não parece que esta decisão tenha sido uma coincidência ou uma mera curiosidade ou um modismo para traduzir obras do resto da Península. Pode-se deduzir que havia um interesse específico dado que, três anos depois de se ter publicado este capítulo, repetem a decisão e divulgam no seu 10º volume, o 7º capítulo do Tratado de Sagra (1840).

A revista ainda que de forma intermitente, publicava, numa das suas secções, notícias sobre a vida política francesa e inglesa e também informações sobre a evolução política no país vizinho, veiculando uma posição justificadamente crítica e desconfiada. Por outro lado, não se pode dizer que ela tivesse uma vocação hispânica ou uma dedicação particular em publicar o que era discutido no Estado espanhol. Em várias ocasiões, denunciavam as medidas e as tentativas dos governantes vizinhos que subestimam Portugal e que, inclusive, mostra desejos expansionistas ancestrais e exerce invasões territoriais específicas. Na *Revista Litteraria do Porto* há um artigo

longo, fundamentado e relevante sobre o uso do Douro, em que destaca o perigo do uso deste rio por interesses espanhóis para transportar mercadorias e especialmente os vinhos que poderiam fazer concorrência à produção das vinícolas portuenses. A revista publicou o discurso integral que o deputado Agostinho Silveira Pinto fez na Câmara dos Deputados a 13 de março de 1841 sobre a questão dos vinhos do Alto Douro⁵, o qual é significativo, não só porque ele era o animador e diretor da revista *Litteraria* e a vai influenciar, mas porque resume a história produtiva e exportadora da viticultura da bacia do Douro, situando-a na história económica do país, denuncia as operações britânicas que dominam a exportação e armazenagem de vinhos, explica o papel da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, incentiva a sua renovação enquanto organismo intermediário entre os produtores e os comerciantes, afirma o papel da agricultura na economia portuguesa, sem menosprezar a produção industrial e defende a diversificação de mercados estrangeiros e de maior qualidade, como defesa de vinhos do Porto contra a concorrência dos vinhos espanhóis (Jerez) e franceses.

Nesta linha, é ainda interessante notar que, no debate sobre o livre comércio e protecionismo, em geral, a *Revista Litteraria do Porto* se inclina em favor do último ponto de vista, o que corresponde à posição da maioria no Portugal daquela década. Maria de Fátima Bonifácio afirma o seguinte: “Nos anos trinta e quarenta do século passado, independentemente da coloração política dos governos, o protecionismo converteu-se numa espécie de dogma da política económica externa, partilhada não só por dirigentes e pela elite económica, como pela opinião geral do país” (Bonifácio, 1991)⁶.

Em Portugal, desde o início do século XIX, que se viviam anos muito agitados e o Porto tinha um protagonismo especial nesta efervescência, dado que a cidade estava em expansão demográfica e urbanística e se tinha tornado um dos focos anti-absolutista. De facto, como sustenta António Sérgio, um dos expoentes máximos da economia cooperativa e social em Portugal: “as ideias inovadoras, propagadas pela Revolução Francesa, eram introduzidas sobretudo pelos comerciantes estrangeiros, e alarmavam os governantes” (Sérgio, 1972: 127). Os amantes da igualdade, liberdade e fraternidade, que tinham conhecido estas ideias nos vários exílios causados pela agitada vida política, pugnavam contra aqueles que António Sérgio identificava como defensores das posições que denominava de comunitaristas. De “1834-1850”, precisamente os anos em que se publicou a revista, “veem-se motins e contra-motins, revoluções e contra-revoluções, que denunciam a dificuldade de converter em estrutura particularista, de

⁵ Publicado na revista e impresso com a sua memória explicativa em *Typographia da Revista*, Porto, 1841.

⁶ Esta é também a opinião de Bastien (2009).

pujante iniciativa na metrópole, uma estrutura heterônima e comunitária, consolidada em quatro séculos de história ultramarina” (Sérgio, 1972:137).

É uma interpretação daquela época. Seguramente há outras. Mas é inegável que a *Revista Litteraria* é publicada em 1838, num contexto difícil: 1) alguns anos após as invasões espanholas, francesas e inglesas e da permanente ameaça, que se repete em 1847; 2) a ida do rei e sua corte para o Brasil, um país independente desde 1822; 3) as guerras civis e uma grande dificuldade em construir um Estado e as suas infra-estruturas dado o défice crónico nas finanças e a ampliação da dívida pública; 4) em que as três formulações diferentes da Constituição entre 1834 e 1851; 5) os contínuos golpes e contra golpes que enfrentaram cartistas e setembristas, monárquicos, constitucionalistas e liberais e republicanos de variadas tendências.

A revista é publicada numa circunstâncias complexas e de crescente influência do clima liberal e de instabilidade política e social que iria continuar com a revolta popular apelidada de Maria da Fonte e a Insurreição da Patuleia (Ferreira, 2002). Os conflitos vão manter-se até aos anos 50 do século XIX, marcados pela estabilização do designado período da Regeneração. Se o liberalismo cresceu nos primeiros cinquenta anos do século XIX, os liberais assumiram diversas “vestes” em Portugal. Distinguiam-se entre moderados e radicais. Apesar das suas diferenças, estas poderiam ser intensificadas ou desvanecidas de acordo com os períodos e temas, sejam as relações com a Inglaterra, o défice e a dívida pública, ou a defesa de uma possível industrialização.

Para entender melhor este clima liberal oscilante pode recorrer-se a um autor, Pinheiro Ferreira, que é um dos que mais se aproxima da economia social. Filósofo e jurista, membro da Congregação dos Oratórios, foi perseguido pela Inquisição e foi exilado. Acompanhou o rei na sua estadia no Brasil e regressou a Portugal, onde foi ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros (1821-1823). Autor de muitos livros e artigos sobre diversos aspetos (Paim, 2010), viveu muito tempo em França, tendo sido sugerido que influenciou Proudhon (Costa, 1985). Pinheiro Ferreira, quatro anos antes da *Revista Litteraria* publicar o artigo de Sagra, revela, em português, um “Projeto de um Banco de Seguros e Socorros Mútuos”, publicado em Paris (Ferreira, 1836). Tratam-se de 82 artigos detalhados de um regulamento para criar bancos a nível local e regional, integrados por proprietários agrícolas e por um sistema de seguros contra acidentes. Adverte, contudo, para a dificuldade em generalizar um espírito associativo na agricultura.

Em 1840, este autor publicou “O Projeto de Associação para o Melhoramento da Sorte das Classes Industriais”. Nesta interessante proposta associativa, para alguns até certo ponto *avant la lettre* proudhoniana, tenta integrar os diferentes atores

locais produtivos. Através de 214 itens, pretende criar as condições para “todas as pessoas que quiserem poderem assegurar mutuamente um auxílio fraterno para casos de acidentes naturais, maldade dos homens ou abuso de poder, que causem efeitos nocivos inevitáveis”. Organiza todos os sectores de atividade económica, de uma forma que se assemelham aos grêmios (agricultura, artes mecânicas, químicas, artes plásticas, ciência geral, os serviços estatais...). Ele propõe que estas associações regidas pelo voto em assembleias, forneceriam trabalho, fariam empréstimos, ajudariam idosos e doentes, definiriam preços e salários, criariam escolas, casas de saúde, lares de idosos e de aposentadoria, maternidade, atividades de lazer e recreação,... a partir das contribuições de um terço dos meios de subsistência dos seus membros. O autor argumenta que este sistema de reforma social poderia operar de forma independente dos governos e guiado pelos princípios de justiça distributiva e de moral universal.

Pinheiro Ferreira colaborou com a versátil revista *Pantologia* (Guedes e Santos, 2002) publicada em Lisboa nos anos 1844-1845. Escreveu vários artigos. No número 14, sob o título “Os sistemas absolutos de economia política”, mostra-se favorável a associar a agricultura e a indústria e critica os apoiantes do desenvolvimento de um único setor. Num artigo sobre “O prémio do dinheiro”, publicado no número 19 desta revista, afirma-se: “não será sem propósito que consideramos os seus efeitos sobre a economia social e a sua pernicioso influência contra a prosperidade da nação”. O alto preço do dinheiro prejudicaria uma economia social preocupada com o trabalho, com a situação miserável das populações e com a evolução do emprego.

Como mencionado, naquela época, Pinheiro Ferreira parecia ser um dos economistas mais próximos da economia social⁷. Não só porque publicava vários trabalhos defendendo a criação de bancos rurais (1844) e seguros mútuos (1836) e de assistência, mas porque no seu tratado de economia política publicado em francês (1840) e inglês (1839) adverte para o perigo de transformar os homens em “máquinas instintivas”. Este era um tema recorrente da literatura sociológica e económica mais ou menos utópica da época. Neste tratado, escrito de uma forma pedagógica, o autor faz uma revisão dos conceitos chave da economia. Propõe que a justiça seja considerada acima da propriedade e que a economia respeite os interesses de diferentes atores, confiando no mercado e evidenciando os efeitos negativos da tributação excessiva. A sua obra mostra uma erudição considerável, materializada no domínio do castelhano, francês, inglês e alemão e no conhecimento do pensamento económico. De facto,

⁷ De ele, Rodrigues (1980: 70) diz que foi um “pensador altamente evoluído”. Também afirma que foi um seguidor de Fourier e Owen (Rodrigues: 1980: 95), o que me parece um pouco arriscado dadas as suas próprias afirmações.

as suas notas bibliográficas fornecem um panorama geral, organizado por autores e países, onde se desenvolvia a economia política do seu tempo: Smith, Ricardo, Malthus, Godwin, Rau, Say, Blanqui, Dunoyer, Droz, Villeneuve-Bergemont, Florez Estrada e Ward. Pinheiro Ferreira usa o conceito de mutualidade e associações, mas não o de economia social. Cita Saint-Simon, Fourier, Owen, ainda que para expressar o seu desacordo com eles por “falta de bom senso”⁸.

Cabe questionar se a falta de estatuto de economia social, ou a sua subalternidade para a maioria dos autores de economia política da época, se repete em Portugal?

Economia política e economia social

Desde o início do século XIX, e mesmo antes, que se estavam a editar manuais e tratados (Almodovar e Cardoso, 1998) sobre a economia política em Portugal. Alguns eram notas das aulas lecionadas nas poucas cadeiras de economia que tinham sido criadas nas Faculdades de Direito das universidades (Coimbra e Lisboa) ou politécnicos. Outros não estavam ligados a estruturas de ensino. A tarefa a realizar seria a de ver até que ponto nestes manuais estavam presentes os conceitos e perspectivas da economia social e porque não de economia solidária. A maior parte desta produção foi claramente influenciada pelo pensamento da economia clássica e do liberalismo. Havia que analisar os trabalhos pioneiros de Solano Constâncio, Silva Lisboa, Rodrigues de Brito, Ferreira Borges, Acúrsio das Neves, Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, Oliveira Marreca e o referido Pinheiro Ferreira. Talvez se encontrassem temas e pontos de vista que se relacionam com a economia social. É o caso de um Solano Constâncio que, próximo das propostas socialistas, critica os economistas clássicos e defende o cooperativismo (Mesquita, 2009). Já no século XX, e numa outra geração, no tratado sobre economia política de Tamagnini Barbosa (1916), católico e seguidor de Le Play, torna-se a encontrar uma defesa do cooperativismo, que mais tarde continuaria noutros livros (Barbosa, 1930). Outro seguidor de Le Play, Marnoco e Sousa publica, primeiro sobre a economia social (Barbosa, 1900) e, posteriormente, um dedicado à economia política (Barbosa, 1916).

Deixamos assim assinalada uma linha de pesquisa que seria interessante estudar, mas que não cabe nos objectivos deste artigo. Basta-nos aqui enunciar um outro aspeto: a existência de uma continuidade das publicações, nas quais formalmente se cita a economia social em Portugal.

⁸ Não deixa de ser interessante a crítica que Pinheiro Ferreira faz a outros autores em *Projecto de Associação para o melhoramento da sorte das classes industriosas*, (1840a: 10–12).

A emergência dos anos cinquenta do século XIX e a continuidade no uso do conceito da economia social

As duas palavras juntas -“economia social”- não eram desconhecidas no Portugal de meados do século XIX. Um exemplo disso é fornecido pelo «Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas», publicado em Lisboa. De facto, nos números 6,7 e 9 do ano 1853, há uma secção intitulada Economia Social em que se tratam questões relacionadas com economia doméstica e se dão informações sobre experiências associativas em França.

Anteriormente, em 1841, António Alves Martins (1841), futuro bispo de Viseu, tinha publicado um livro no Porto, em cujo título aparece a designação de Economia Social. Nele apresentava as teorias do jurista e economista italiano Chitti, que tornou público, alguns anos antes, um tratado de economia social em Bruxelas, e do polémico teólogo católico francês Lamennais que as tinha vulgarizado. Ferreira da Costa (1989) aprecia esta contribuição: «Defendia uma espécie do socialismo societário ou, por outras palavras, uma sociedade mais justa baseada apenas em associações, sociedades mútuas e cooperativas, onde a ajuda mútua reforçasse conjuntos esforços de povos desprotegidos» (28-48). Podem-se colocar algumas dúvidas sobre o socialismo de Alves Martins, um franciscano, que antes de ser bispo era um agitado e radical político liberal que se veio a tornar deputado e ministro (Branco, 1889). Nem Chitti nem Lamennais eram estritamente socialistas, embora defendessem uma nova organização da sociedade fundada na conjugação de esforços coletivos. Curiosamente, o livro de Martins (1844) é mais um tratado de economia monetária em que defende a introdução do papel moeda e dos novos sistemas de crédito. Nele, encontra-se uma proposta de decreto-lei com 15 artigos para a criação de um Banco da Lavoura para os viticultores do Douro. O autor argumenta que o aumento da circulação monetária e do capital facilita o comércio, baixa os juros e dá possibilidades de acesso ao crédito de pessoas que não o tinham, dando-lhes a oportunidade de criar o seu próprio trabalho, ter os seus próprios produtos e «... diminuir progressivamente o aflitivo e perigoso contraste entre a excessiva opulência e a miséria extrema» (Martins, 1844: 46).

Outro exemplo é o livro recomendável de Moses Bensabat Amzalak, publicado em 1928, em que são apresentados uma série de biografias de pensadores económicos portugueses. O autor utiliza o conceito de economia social a que a vários deles se referem e, em particular, Sousa Brandão. Na verdade, este engenheiro militar que conheceu, no seu exílio em Paris, a revolução de 1848, foi um socialista

ativo, fundador com Lopes de Mendonça da revista «*O eco dos operários*»⁹ e da associação para a melhoria das classes trabalhadoras, escreveu em 1857 um livro sobre a economia social (Brandão, 1857) que gira em torno do trabalho e enfatiza a associação cooperativa de trabalhadores.

O Tratado de Economia Social de Sousa Brandão

Vale a pena reter este interessante tratado de 144 páginas que representa uma clara ruptura com as análises anteriores. Na sua introdução, já tinha anunciado que, a partir de sua simpatia com a classe operária, o seu objectivo fundamental era esclarecer um conjunto de equívocos que circulavam a propósito do crédito, capital, moeda, impostos, distribuição e acumulação de riqueza. Sousa Brandão situa-se numa perspectiva dialéctica, considerando que as desigualdades estão na origem da resistência dos homens contra os seus opressores na busca da liberdade. Neste percurso, que vai da escravidão à Idade Média até aos nossos dias, a livre associação e o trabalho são as condições de emancipação: “Pelo poderoso incentivo que a associação dá ao trabalho como princípio de produção e de consumo, que são os objetos principais da economia, daremos a este conjunto de ideias o título de economia social” (Sousa Brandão:VIII). Esta definição completa-se com a identificação de um processo em que primeiro se constituem as associações, algumas procedentes dos antigos grêmios, mais tarde, as sociedades de socorros mútuos e, posteriormente, as sociedades produtivas, bem como com o desenvolvimento de um corpo científico que se fundamenta em Saint-Simon, Fourier, Pierre le Roux, Cabet, Proudhon, Pinheiro Ferreira, único português que cita, e Louis Blanc e Bastiat.

Sousa Brandão reconhece que a economia social vem da economia política e da afirmação de Adam Smith de que o valor é baseado no trabalho. Ao mesmo tempo, critica a economia política, porque aceita os costumes como leis naturais e descreve os factos sem os querer modificar, concentrando-se no comércio e não na produção, justificando o aluguer proprietário e os juros, consagrando o princípio da utilidade sem ter em conta as necessidades e conduz a uma competência fonte de monopólios, fraude, risco de fracasso de muitos estabelecimentos e, especialmente, precariedade e diminuição salarial. Face a esta concepção, ergue-se a economia social que os socialistas defendem. Termina a sua longa introdução com as seguintes palavras: «a

⁹ Esta revista seria, segundo Mesquita, uma das primeiras revistas socialistas em Portugal. Uma primeira série foi publicada semanalmente durante um ano desde abril de 1850. Uma segunda série foi publicada entre setembro e outubro de 1851. Ver Mesquita (2009).

missão da economia política acabou. O furor por ela extinguiu-se. O valor dos seus princípios perdeu-se. A aplicação das suas regras não tem resultados [...]. Essa é a razão porque os socialistas tomaram a missão de reformistas e se propuseram destruir os abusos económicos, refazendo a ciência, e assentando-a sobre o trabalho, princípio original da produção, e origem de todas as riquezas” (Brandão, 1857).

Logicamente, ele dedica o primeiro capítulo ao trabalho definido como esforço humano transformador que dá valor aos produtos e que é distinto do preço fixado pelo mercado. O trabalho é a fonte igualitária de todos os direitos e não a propriedade. A cada um, segundo o seu trabalho, afirma, o que o afasta dos economistas e da economia política dominantes. Face a estes, a economia social tem de se estabelecer como uma ciência da produção e do consumo associativos livres, que estuda as condições sociais para reformá-las, estabelecendo o princípio da justiça. E apesar do «horror causado por este nome», o autor define-se como socialista para distinguir-se da velha economia que defende a sujeição do trabalhador ao capital, a divisão da sociedade em duas classes e quer que «a reconstrução da sociedade parta de cima, dos governos, da centralização, quando os socialistas querem que parta de baixo, da simples associação para o trabalho» (Brandão, 1857: 12). Nas suas preocupações pedagógicas, desenha um círculo que liga trabalho-produção-consumo, em que no centro está a vida social, esta concebida como um movimento social e continua estabelecendo diálogos imaginários em que o homem é o início e o fim da transformação da natureza. Natureza que com o esforço humano alimenta a humanidade e sem ele seria improdutiva e impotente. Dedicava várias páginas para explicar essas relações e para refutar a tese de Bastiat, para quem a terra e os agentes naturais têm por si mesmos funções úteis. Não deixa de ser interessante esta preocupação «ecológica» do autor que, apesar de ultrapassada em muitas das suas afirmações, o liga hoje à economia solidária atual. Admira a capacidade de auto-organização natural dos animais: «Quando os animais silvestres estão livres da ação dos homens parece que são mais inteligentes, mais vivos, e mesmo mais laboriosos do que quando domesticados. Não é difícil ver repúblicas de animais, proverem a sua sustentação com uma ordem e uma economia, que os podíamos dizer sabedores desta ciência” (Brandão, 1857: 43).

Citando Fourier, Considerant e Proudhon, o autor no segundo capítulo da obra fala da caça, pesca, agricultura e indústria extrativa. A gratuidade dos recursos naturais e sua incapacidade de transformar-se sem intervenção humana conduz, como consequência lógica, à afirmação da igualdade de direitos face à terra para todos os homens: o direito de consumir, guardar ou trocar os produtos fruto do seu trabalho.

No capítulo seguinte distingue duas dimensões. Uma refere-se ao trabalho

intelectual ou especulativo, outra ao trabalho físico. É uma distinção clássica e convencional, sendo contudo interessante o relevo que dá ideia de complementaridade entre estas duas dimensões e à necessidade de serem cultivadas juntas ao longo da vida. Imagina uma unidade de trabalho, resultado das duas dimensões que deveria servir para medir o valor das suas manifestações e enfatiza a formação aberta a todos sem monopólios ou exclusividades. Outra preocupação é explicar o trabalho industrial e mecanização. Formula explicações interessantes porque, em primeiro lugar, situa Portugal face à introdução do vapor e das máquinas-ferramentas alimentadas por esta fonte de energia. Em segundo lugar, porque sendo engenheiro, fornece informações pormenorizadas sobre a utilização de materiais e fontes de energia, o papel dos motores e a produção têxtil. Em terceiro lugar, porque introduz a classificação adotada para a produção industrial na Exposição Universal de Paris de 1855. E em quarto lugar, porque critica a noção de capital e os direitos que dela derivam para defender que o capital é uma acumulação de trabalho de várias gerações. E, portanto, o problema vem da apropriação por poucos de um capital que a lei protege e do facto dos operários não poderem acumular, uma vez que os seus parcos salários são gastos para consumo. Se assim não fosse, os trabalhadores poderiam associar-se, ter o que ele chama de capital social, e criar e gerir a indústria.

Sousa Brandão não parece um cristão convencional e muito menos um católico estrito senso. Em comparação com outros autores do seu tempo, as suas referências a um poder divino são mínimas e nunca fala dos ensinamentos da Igreja Católica. Porém, também não se define contra eles. Os seus ideólogos inimigos são outros: especuladores e exploradores que não reconhecem o valor do trabalho, os que impedem a criação de associações livres de consumidores e produtores; os académicos que critica, destacando a inutilidade dos ensinamentos e das teorias erradas introduzidas pelos economistas. O autor é um socialista - assim se define a si próprio-, que defende uma economia social libertadora ao serviço do trabalho. Este está no centro das suas reflexões. Conhece e cita os autores do socialismo francês do seu tempo, de quem escolhe os pensamentos que lhe permitem construir as suas posições. Usa várias vezes o termo comunista para o rejeitar embora os argumentos que usa, sejam, neste caso, bastante confusos.

Seria Brandão um socialista utópico? Até certo ponto era. Porque, por um lado, as suas propostas são contrárias às ideias dominantes da época, marcam um horizonte distante e raramente explica como mudar as condições sociais, económicas e políticas em prol da transição para o modelo de sociedade que apregoa. Alguns comentários negativos sobre a política e o mercado especulativo deixam antever a

sua posição societária. Dois dos seus raciocínios estratégicos seriam talvez a aliança num mesmo sentido, entre aqueles que têm a força e aqueles que trabalham com inteligência e a capacidade associativa livre popular. Por outro lado, não aspira a convencer moralmente os poderosos. Dirige-se às bases, tentando ser tão pedagógico quanto possível, com quadros e sinopses, com argumentos bem construídos, às vezes repetitivos. A sua formação em engenharia, que criticou de forma intensa, e a sua curiosidade intelectual, permite que use muito dos conhecimentos técnicos e científicos que circulavam na época. O resultado foi um tratado de economia social bem construído e focado no trabalho. É uma pena que o autor em apreço não tivesse publicado os outros volumes que prometeu e que, por agora, não são conhecidos. Segundo ele próprio afirma, o segundo volume era dirigido às associações e à avaliação da produção e do consumo e o terceiro volume seria destinado à aplicação dos princípios expostos no primeiro volume.

Não deixa de ser interessante transcrever a sua própria descrição de como elabora o livro:

“Se se reputar que um esforço phísico equivale a um sufrimiento ou um trabalho a um esforço intellectual; podemos ter já a esperança de que os trabalhos da intelligencia antes de manifestadas hão de ser todos incluídos no preço porque se paga a manifestação, e ninguém poderá negar a justiça d’essa paga. Nós mesmos que escrevemos isto a que chamamos livro, tratado, ensaio, folheto, tudo o que quiserem, podemos exigir que juntamente com este tranbalho nos paguem o tempo consumido a estudar a ciência militar ou a engenharia civil, ramos a que nos dedicamos nos tempos mais esperançosos? Não por certo que não. Qualquer que seja o tipo de escripto, o desprezo mesmo, o que temos direito a esperar é a remuneração de uma parte do tempo consumido a estudar os economistas e os socialistas. Nove anos que dedicamos às engenharias, se não foram de todo, foram na maior parte perdidos e inúteis a este escripto.”

(Brandão, 1857: 43)

Algumas mudanças nas práticas e no discurso

Os quatro exemplos anteriores e muito especialmente o de Sousa Brandão, mostram que na década de cinquenta do século XIX¹⁰ não só o conceito de economia social estava a começar a ser usado, mas de que algo estava a mudar nas mentalidades e práticas populares das grandes cidades portuguesas. Do ponto de vista do discurso deve referir-se o precursor Solano (1995) que, em Inglaterra e em França, publica vários estudos que criticam os axiomas e autores da economia clássica e do modelo

¹⁰ Não parece que haja desacordo entre os diferentes historiadores portugueses para assinalar que esta década marca um ponto de inflexão. Por exemplo ver Bastien (2001).

Inglês do desenvolvimento capitalista e onde defende a ciência social, a economia cooperativa e a justiça distributiva, por oposição à economia política. Se algumas das características da economia solidária são a democracia económica e a vontade de transformação social, então deve notar-se que alguns dos seus textos se aproximam destes conteúdos.

Mesquita (2009), na sua interessante revisão do pensamento socialista, cita o médico Manuel dos Santos Cruz como a voz no deserto, que começa a encher-se com as consequências da revolta de 1848 em França. Castilho, que publicou nos Açores em 1849, seria uma dessas vozes que juntam propostas socialistas com um cristianismo social. Depois, afirmou-se uma geração de pensadores (Joaquim Marcelino de Matos, Custódio José Vieira, José Maria Casal Ribeiro e António Pedro Lopes de Mendonça), onde sobressaem Henriques Nogueira e Sousa Brandão, que, de certa forma, se articulam com os inícios das organizações sociais operárias e os seus meios de comunicação.

Do ponto de vista da prática e de acordo com o excelente artigo de Pereira (1981), os anos cinquenta do século XIX foram cruciais para o surgimento do movimento operário em Portugal e especialmente no Porto, num momento de uma certa estabilidade institucional, expansão económica e crescente industrialização. Segundo ele, as principais características desta emergência foram: 1) a continuidade dos mecanismos das antigas corporações e grémios, apesar de proibidos em 1834, e a defesa dos ofícios, 2) a rápida ascensão das mútuas, apesar das dificuldades internas (participação, finanças, gestão, ...) e externas (pressão dos empregadores, do governo, da igreja), 3) o seu carácter interclassista e a participação dos trabalhadores mais qualificados situados entre os artesãos, a empresa familiar e o assalariamento (tipógrafos, alfaiates, sapateiros, carpinteiros), 4) a cobertura de situações de doença, invalidez, reforma, viuvez, orfandade, funeral ... com base nas próprias quotizações, 5) os esforços de editores refletidos no *Jornal dos Operários*, a *Voz do Operário*, ou *Jornal dos Artistas*, a *Emancipação*, o *Defensor dos Artistas*, em que se defende o associativismo. E, por fim, estas associações tinham funções de proteção, sindicais, de emprego, formulação de petições e reivindicações. É muito provável que em tais publicações e em outras dos libertários e socialistas portugueses da época se encontrem referências à economia social.

Já foi referido que os autores franceses, que podemos incluir nos parâmetros do socialismo utópico, eram conhecidos por alguns líderes portugueses. Não se exagere nem no seu conhecimento nem na sua irradiação. Vários autores apontam que, dada a fraca industrialização até aos anos cinquenta, o movimento operário tinha pouca

força e localizava-se apenas nas grandes cidades. Portanto, é muito provável que as suas expressões organizativas e políticas fossem muito dependentes dos escassos momentos de aberturas democráticas (por exemplo a vitória liberal de 1834), como sucedia em Espanha (Estivill, 2015), e dos setores radicais e liberais republicanos (Oliveira, 1973).

De acordo com o censo de 1878, em Portugal, a taxa de analfabetismo era 84,4% e baixava para 64% nas cidades. Assim, apenas as minorias urbanas ricas e qualificadas sabiam ler. Destes, poucos compreendiam outras línguas. A outra língua de cultura era o francês. Na sua análise da burguesia portuense, Cruz afirma que as obras dos enciclopedistas circulavam clandestinamente e que, por volta de 1870, se traduziu Victor Hugo, Balzac, Zola e Eugène Sue (Cruz, 1999). O que não deixou de gerar algumas contradições entre jovens intelectuais, socialistas raivosos que queriam escrever para o povo e cujo público eram as classes médias cultas e abastadas (Ramos, 1992: 489). Reis observa, de forma otimista, que as tiragens dos jornais não iam além de 1000 exemplares e acrescenta: «dimensões modestas das tiragens, por níveis de acesso à educação e à cultura» (Reis, 1993: 69). Além disso, só em meados do século XIX se começaram a traduzir textos estrangeiros das ciências sociais¹¹. Quer dizer que, presumivelmente, nesses momentos iniciais, a penetração das ideias socialistas ocorreu em alguns círculos intelectuais e profissionais e entre os que foram exilados.

Iniciativas associativas populares

Quem melhor descreve as diferentes fórmulas de associações no século XIX é, sem dúvida, Costa Goodolfim. Propõe um conjunto de informações chave que depois são repetidas por muitos autores. As suas obras merecem ser destacadas. Este autor, que trabalhou toda a sua vida na Companhia de Gás em Lisboa, participou activamente nos Congressos de Paris sobre a Previdência Social de 1878, 1883 e 1889, onde foi eleito vice-presidente. Foi um defensor convicto e ativo do associativismo. Tal reflete-se no seu livro principal publicado em 1876, o qual se divide em duas partes. Na primeira, argumenta em favor de associações que podem lidar com a doença, a deficiência, a educação, a usura, a criação de bancos populares, cooperativas de crédito, farmácias cooperativas, sociedades de construção e cooperativas de produção e de consumo. Cita e mostra-se conhecedor das experiências de Rochdale, familistério de Guise de Godin, das cooperativas de Barcelona. Dedicar a segunda parte da obra, a uma análise

¹¹ As duas exceções conhecidas foram a tradução do *Tratado da Riqueza das Nações* de Smith em 1811 e o *Catecismo Económico* de Say em 1822.

quantitativa e qualitativa da evolução da associativismo português de 1838 a 1876, distinguindo entre territórios e setores. Qualifica a Associação Protetora do Trabalho Nacional (1872 como primeira sociedade da resistência e como primeira cooperativa de produção de metal, a Indústria Social de 1873.

Costa Goodolfim, prolífico sociólogo participante que cita a economia social e lhe dedica um livro¹², apresenta os casos iniciais de Montepio do Senhor Jesus do Bonfim (1807), Jesus, Maria e José (1822), da Sociedade dos Artistas Lisbonenses¹³ (1838), cujas funções eram apoiar os sócios idosos e com deficiência. Este tipo de sociedades de socorros mútuos foram-se autonomizando gradualmente das perspetivas religiosas das antigas irmandades, embora mantendo os nomes dos seus santos e o seu simbolismo. Costa Goodolfim afirma que já na década de 40 do século XIX, existiam 260 associações que reuniam cerca de 40.000 membros. Pode ser um pouco otimista, mas é inegável que após uns hesitantes momentos iniciais, o crescimento associativo e mutualista foi considerável. Em 1856-1857, como resultado de epidemias de cólera e febre amarela, o governo fez um inventário que fixou em 85 o seu número e em cerca de 30.000 os seus membros (Rodrigues, 1980). Para 1876, Costa Goodolfim aponta para 300 associações de socorros mútuos com cerca de 70.000 membros. Este crescimento ocorria também no sul do país. No Alentejo, entre 1856 e 1870, foram fundadas cerca de 20 associações (Fonseca, 2013).

Este processo de expansão do movimento associativo, e particularmente das mutualidades, também acontece noutros países, na mesma época. Por exemplo, no estado espanhol, os números oficiais contavam com 664 mútuas para 1887 e um volume de 1.200 (Castillo, 1994) para as estimadas. Em 1890, existiam só em Barcelona 1.138 e mais de 558 na província (Solà, 1994). Em Itália, em 1867, as sociedades mútuas totalizavam 573, em 1870 eram cerca de 900 e em 1885, 4.772 com 781.000 membros (Querubin, 1977). Em França (Gueslin, 1987), as sociedades de socorros mútuos passaram de 2.348 no ano de 1852 para 6.139 em 1869, e na Suíça (Bonvin et al, 2011), em 1880, já havia 1.085 caixas mútuas de operários. É muito provável que essa expansão fosse determinada por uma capacidade de auto-organização para afrontar as múltiplas necessidades, dada a inexistência de proteção social pública e a escassez de uma oferta privada de seguros que as pessoas com baixos salários pudessem pagar.

A criação da Associação dos Operários de Lisboa, em 1850, viria a marcar o

¹² Como por exemplo em Goodolfim (1889) ou Goodolfim (1900), *Économie Sociale, Assistance Publique au Portugal*, Lisboa.

¹³ Esclareça-se que “artista” se refere a quem exerce uma arte ou ofício.

início de uma nova etapa. Dois anos mais tarde, funda-se a Associação Tipográfica Lisbonense e Artes Correlativas e o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Entre os seus fundadores estão Vieira da Silva, Sousa Brandão, Lopes de Mendonça e outros líderes que abraçavam ideais socialistas. Segundo parece, a primeira cooperativa foi a Fraternal dos Fabricantes de Tecidos e Artes Correlativas em 1858, embora a Associação do Trabalho dos Fabricantes de Seda, criada em 1852, tivesse intenções de copartilhar o trabalho existente. Mas, pelo que se sabe, a maior expansão do movimento cooperativo ocorreu nos anos setenta.

Uma hipótese possível para interpretar estes eventos, que ocorrem desde o início do século XIX até 1870, é estabelecer duas fases. A primeira é marcada pelo surgimento de associações de carácter mutualístico e assistencial e uma segunda em que se afirmam as posições mais cooperativas e reivindicativas, ainda que tenham sido também nesta fase criadas algumas organizações mútuas com cooperativas de consumo (Gallego, 2010). Mas para confirmar esta hipótese, faltam mais estudos específicos do período que vai dos anos 30 aos anos 70 do século XIX. Por agora, e pelo que se sabe, foram duas as características do incipiente movimento operário português, que criou formas de organização da economia social. Uma, foi que, sob um pano de fundo da reivindicação associativa repleta de dificuldades, haveria uma miscelânea de posições, umas mais defensivas, outras mais ofensivas, nas quais se expressa o interesse em fazer face a necessidades materiais prementes com uma progressiva consciência de autonomia organizativa e propositiva. Esta mistura inicial de posições, essa versatilidade de funções, umas inscritas na esfera económica, outras na esfera sociopolítica, também se verifica nos mesmos anos, em outros países, como França (Laville, 2010) e Inglaterra com as “friendly societies”.

Por sua vez, a segunda característica, de amplitude ibérica, é conotada com um certo interclassismo e uma capacidade de articulação das respostas económicas com as dimensões sociais e culturais. Na verdade, ela está presente na fundação e desenvolvimento das organizações sociais e dos seus meios de expressão. Nestas organizações, constata-se uma presença de médicos, professores, funcionários, escritores, engenheiros, capelães e oficiais militares ao lado de trabalhadores mais ou menos qualificados.

É muito possível e até provável que, em alguns subúrbios e em alguns bairros centrais populares das grandes cidades, se pudessem encontrar nos círculos mais ou menos conspiratórios contra a velha ordem, em barbearias, cafés, bares e tertúlias sociais, pessoas de origem social diversa que partilhavam os ideais republicanos, laicos e, até certo ponto, emancipatórios, do ponto de vista social, político e cultural. Assim,

podia-se tecer uma teia de encontros e relações entre aqueles que não concordavam com a ordem estabelecida. Um ponto da ligação ideológico deste mundo é sugerido por Lima dos Santos, quando ela diz, um pouco aventureiramente, que «o ataque à repressão e ao capitalismo competitivo que os socialistas utópicos desencadeiam liga-se ao protesto dos artistas românticos» (Santos, 1977).

Convém não exagerar nas articulações possíveis. Cruz (1999: 355), em seu estudo acima mencionado sobre a burguesia do Porto, mostra como se produz uma segmentação territorial na ocupação das ruas centrais da cidade e como os trabalhadores manuais de uma indústria de algodão, muito dispersa em pequenas oficinas e trabalho ao domicílio, se espalham pela periferia urbana. Sem ignorar as «ilhas», áreas pobres do centro da cidade e os arredores de transição rural. A autora também enfatiza a falta de mobilidade social vertical e as diferenciações sociais que se produziam nas festas e em atividades teatrais e líricas de que os portuenses eram aficionados (Cruz, 1999: 433-436).

De qualquer forma, Edgar Rodrigues, no seu livro *O despertar operário em Portugal*”, de 1980, dá algumas pistas que permitem destacar essas colaborações e articulações. Cita José Estevão, Andrade Corvo, Latino Coelho, Júlio Pimentel, Pereira de Carvalho, Ponte Horta Arantes e Lopes de Mendonça que se ofereceram para lecionar cursos gratuitos aos trabalhadores. Frequentemente, as Associações criavam bibliotecas, como a da Associação Tipográfica Lisbonense e Artes Correlativas que possuía 336 livros e 139 associados. Rodrigues defende que «Embora o seu forte, o móbil que unia operários, intelectuais, um general, donos de pequenas oficinas gráficas, fabricantes de papel, revisores e escritores públicos, fosse o mutualismo, alcançou méritos bem maiores. Deste alfobre saíram figuras que se vieram a destacar na questão social e na imprensa operária, tais como Ernesto da Silva, Brito Aranha, Silva Albuquerque e outros” (Rodrigues, 1980: 73).

Esta vocação pedagógica, mutualista e cultural também ocorre igualmente no Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, criado em 1852 e que dura até 1872 (Lázaro, 2014). Um ano mais tarde, já tinha 1.500 associados que em 1854 aumentavam para 2.114, os quais se agrupavam em 17 associações das três cidades mais importantes do país. No Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, que publicava 500 exemplares, como João Lázaro (2014: 81) mostra, e tal como proposto pelo *Eco dos Operários*, a ênfase é colocada na matriz associativa, independente do Estado, como um motor de emancipação social. Mas não se pode exagerar no acento auto-emancipatório do Centro, cujo caráter interclasista, reformista e, até certo ponto, paternalista, não oferece dúvidas, assim como o facto de muitos dos seus líderes acabarem por intervir na vida política, aderindo ao Partido Progressista,

para mais tarde integrar-se nas fileiras do Partido Regenerador (Lázaro, 2014: 142).

O Centro organiza em 1865 o Congresso Social ou o “Congresso das Associações”, no qual se reúnem 71 associações, a maioria mutualistas e de Lisboa (Rosendo, 1996). Um ano mais tarde estabeleceu o seguinte programa: criar sociedades de socorros mútuos, difundir o ensino geral e técnico, organizar lares para crianças pobres e asilos para os mais velhos sem retaguarda, promover o aperfeiçoamento intelectual e moral dos trabalhadores, “estabelecer depósitos para recolher as matérias primas e de consumo das diferentes indústrias e bazares para dar extração aos produtos do seu fabrico, projectar por escrito discursos e os conhecimentos de economia industrial e doméstica, aperfeiçoar os métodos de trabalho, promovendo a introdução de maquinismos novos e os meios de remunerar os seus introdutores ou inventores”. Até que ponto este surpreendente e abrangente programa de governação, onde se juntam atividades sociais de ajuda mútua, de socorros, com as atividades económicas de produção e de consumo, pedagógicas e de inovação, é significativo das outras iniciativas sociais da época? Notavelmente, este texto mostra implicitamente as enormes necessidades que existiam e que se pretendiam que fossem resolvidas, ao mesmo tempo que implicava algum interclassismo e uma vocação cultural que era muito provavelmente impulsionada pelo setor intelectual. Aqui abre-se uma outra importante pista da pesquisa. Mesmo sabendo o tempo limitado que a classe operária tinha para si, era interessante analisar, por um lado, que iniciativas concretas de tipo coletivo existiam em locais de entretenimento, diversão e sociabilidade de bairro (concertos, cafés, teatros, bibliotecas, centros republicanos, casas de povo, grupos desportivos e turísticos, associações culturais populares, coros, bandas, filarmónicas, ranchos,...) e, por outro, qual foi a produção cultural literária popular (canções, romances, operetas, jogos, calendários, almanaques, lendas, brochuras, panfletos literários, panfletos humorísticos, histórias, poemas). No jornal mais radical “Eco dos Operários”, eram publicados poemas e informações sobre romances e alguns de seus colaboradores, por exemplo Gomes de Amorim, apresentavam-se como poetas-operários (Lázaro, 2014: 57-58).

Tudo indica que neste período de revolta literária e artística, iniciada pelo grupo de Coimbra, merecem destaque as Conferências de Lisboa de 1871, proibidas pelo governo, onde Antero de Quental, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Teófilo Braga criticam a decadência de Portugal e de Espanha, dominados pela monarquia, aristocracia e a Igreja Católica, e que não conseguem recuperar a perda do seu passado glorioso. O republicanismo e o socialismo, ainda que sejam mais perspetivados como ideais morais, aparecem para eles como a revolução cultural a prosseguir (Machado, 1986). Se na década de trinta do século XIX, Herculano se

identificou como um dos membros mais ilustres da primeira era do romantismo, as Conferências de Lisboa, quarenta anos mais tarde, polarizam uma segunda geração que também se identifica com ele. Se Herculano (1844) acaba a sua vida aposentado e decepcionado com a vida política, mais trágico é o final de Antero de Quental que comete suicídio em frente ao mar nos Açores. Dois fins emblemáticos das dificuldades em realizar materialmente as esperanças românticas de Portugal. As palavras exultantes de Antero de Quental escritas em 1871, na esteira da sua explicação sobre a Internacional Socialista, parecem marcar uma nova etapa: “a grande obra suprema do século XIX: emancipar o trabalho, apagar de uma vez da face da terra a odiosa divisão de classes, fundindo-se todas numa só de trabalhadores livres e iguais, não ricos e pobres, senhores e servos, governantes e governados, capitalistas e operários, mas todos os Homens, debaixo mesmo do céu, com um trabalho justo e digno”.

Em qualquer caso, a economia social, como tal, teria um longo itinerário, com Alves Martins, Sousa Brandão, Herculano, Costa Goodolfim, Oliveira Martins, Marnoco e Sousa, Carneiro Pacheco, Perdigão e João Pinto da Costa Leite Lumbrale que culminaria com António Sérgio. Logicamente nem todos partilham das mesmas ideias. Alguns estão mais interessados nas cooperativas, outros nas associações de socorros mútuos e especialmente nos Montepios e Caixas Económicas. Alguns estão mais próximos ou fazem parte do movimento operário, outros pertencem à pequena burguesia ou camadas intermédias. Outros são cúmplices do poder ou confundem-se com ele, outros propõem alternativas para os modos de intervenção social. Para alguns, a economia social está ligada à economia doméstica. Para outros, é uma outra forma de conceber o sistema económico e o funcionamento da sociedade. Em qualquer caso, pode-se afirmar que se encontram entre os protagonistas da economia social em Portugal as três correntes principais que existem também nos outros países europeus: liberais, socialistas e católicos sociais.

Assim, pode-se argumentar que a *Revista Litteraria* foi pioneira em divulgar a economia social em Portugal, e que este primeiro gesto teve continuidade, embora o grupo que a apoiou e alguns dos seus conteúdos iniciais não se tivessem mantido. Através dos autores e exemplos assinalados fica uma pista para aqueles que queiram fazer um rastreamento de livros, boletins, revistas e outras publicações da academia, do movimento operário português e do associativismo popular, pesquisando sobre o uso da economia social.

Referências Bibliográficas

- ALMODÔVAR, António; CARDOSO, José Luís (1998), *A History of portuguese thought*, Londres, Routledge.
- AMARO, Rogério Roque (2009), “A economia Solidária da Macaronésia. Um novo conceito”, *Revista de Economia Solidária*, nº1, pp.11-30.
- AMZALAK, Moses Bensabat (1928), *Do estado da evolução das doutrinas económicas em Portugal*, Lisboa.
- BARBOSA, Raul Tamagnini (1916), *Economia política*, Porto, Minerva.
- (1930), *Modalidades e aspectos do cooperativismo*, Impr. Social.
- (1935a), *Direito cooperativo*, [S.l. : s.n.].
- (1935b), *O cooperativismo e a habitação*, [S.l. : s.n.].
- BASTIEN, Carlos (2001), “A divisão da história do pensamento económico português em períodos”, *Revista de História Económica*, nº 1 (2ª série).
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1991), *Seis estudos sobre o liberalismo Português*, Lisboa, Ed. Estampa.
- BONVIN, Jean-Michel; et al. (2011), *Manuel de politique sociale*, Lausanne, Ed. EESP.
- BRANCO, Camilo Castello (1889), *D. Antonio Alves Martins, Bispo de Viseu. Esboço biográfico*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron.
- BRANDÃO, F.M. de Sousa (1857), *Economia Social (primeira parte). O trabalho*. Lisboa, Typografia do Progresso.
- CASTILHO, António Feliciano (1849), *Felicidade pela agricultura*, Ponta Delgada, Typographia da Rua das Artes.
- CASTILLO, Santiago (1994), “Las sociedades de Socorros Mutuos en la España Contemporanea” in Santiago Castillo (ed.), *Solidaridad desde abajo*, Madrid. U.G.T, pp.1-29.
- CONSTANCIO, Solano (1995), *Leituras e ensaios de economia política (1825-1905)*, Lisboa, Banco de Portugal.
- COSTA, Fernando Ferreira da (1985), *As cooperativas e a economia social*, Lisboa, Livros Horizonte.
- (1989), “Os portugueses e o mundo: Contribuição Portuguesa na ideação de uma economia social”, Conferência Internacional, Porto.
- COSTA, Leal (1993), “Actas da terceira conferência europeia de economia social”, Lisboa, *INSCOOP*.
- COUTINHO, M. (2003), *Economia social em Portugal*, Lisboa, APSS/CPIHTS.
- CRUZ, Maria Antonieta (1999), *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.
- DUVERGER, Timothée (2014), “La réinvention de l'économie sociale : Une histoire du CNLAMCA”, *Rev. RECMA*, nº 334, pp. 30-41.
- EAPN (2004), *Economia social e o Terceiro Sector em Portugal*, Porto, REAPN.
- ESTIVILL, Jordi. (2015), “Mouvement associatif en Espagne : ouverture démocratique et permanence historique ” in J. Laville, A. Salmon A. (dir.), *Associations et action publique*, Paris, Desclée de Bouver, pp. 349 - 378.
- FERREIRA, Maria de Fátima (2002), “Rebeldes e insubmissos. Resistências populares ao liberalismo (1834-1844)”, Porto, Edições Afrontamento.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro (1836), *Projecto de um Banco de Socorro e Seguro Mútuo*, Paris, Rey et Gravier.
- (1839), *Preliminary discourse to a course of political economy*, Paris, Fain et Thunot.
- (1840a), *Projecto de Associação para o melhoramento da sorte das classes industriosas*, Paris, Fain et Thunot.

- (1840b), *Um curso específico de economia política seguido de uma bibliografia selecionada da economia política por M. Hoffman*, Paris, Imp.de Raynal.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro (1844), “Dos bancos rurais”, *Autora - Revista mensal*, nº 2, p. 9.
- (1851), “Projeto de seguros mútuos dos empregados públicos”, *Revista Popular*, nº 112-113.
- FONSECA, Teresa (2013), “O movimento operário em Montemor-o-Novo e a Primeira República” in Bruno Monteiro e Joana Dias Pereira (org.), *De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário*, Lisboa, pp.179- 209
- FRANCO, Raquel C. (2004), “Controvérsias em torno de uma definição para o terceiro sector. A definição estrutural-operacional de John Hopkins versus a noção de economia social” in *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Universidade de Coimbra, 16-18 Setembro 2004.
- FREIRE, Dulce (2004), “Os baldios da discórdia: As comunidades locais e o estado” in Dulce Freire; Inês Fonseca; Paula Godinho (coord.), *O mundo rural: transformação e resistência na península ibérica no século XX*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 191-224.
- GALLEGO, Francesc - Andreu Martinez (2010), *Esperit d'associació. Cooperativisme i mutualisme laics al País Valencià, 1834-1936*, Valencia, PUV.
- GOODOLFIM, Costa (1876), *A Associação. História e desenvolvimento das Associações Portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- (1889), *Das Caixas Económicas*, Lisboa.
- (1900), *Economie Sociale, Assistance Publique au Portugal*, Lisboa.
- GUEDES, Gina; SANTOS, Manuela (2002), *Jornais e Revistas Portuguesas do século XIX*, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- GUESLIN, A. (1987), *L'invention de l'économie sociale*, Paris, Ed. Económica.
- HERCULANO, Alexandre (1844), *Das Caixas Económicas*, Reprod. En Opúsculos, Vol.1, Lisboa, Livraria Bertrand.
- HESPANHA, Pedro (Coord.) (2000), *Entre o Estado e o Mercado*, Coimbra, Ed. Quarteto.
- HESPANHA, Pedro; SANTOS, Luciane. (2016), “O nome e a coisa. Sobre a invisibilidade e a ausência do reconhecimento institucional da Economia Solidária em Portugal”, *Revista de Economia Social e Solidária*, nº 9.
- LAVILLE, Jean - Louis (2010), *Politique de l'Association*, Paris, Ed. Seuil.
- LÁZARO, João (2014), *Despontar do movimento operário Português na esfera pública. Das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*, Lisboa, Chiado Editora.
- MACHADO, Álvaro Manuel (1986), *A geração de 70. Uma revolução cultural e literária*, Lisboa, Ministério de Educação.
- MARTINS, António Alves (1844), *Grandes questões de economia social tratadas por M. M. Chitti e La Mennais postas em vulgar e precedidas de uma introdução*, Porto, Typografia La revista.
- MESQUITA, António Pedro (2009), “O pensamento socialista em Portugal”, *Revista de Estudos Filosóficos*, nº 3, pp. 76-107.
- NAMORADO, Rui (1988), *A economia social em questão*, Coimbra, Oficina CES.
- (2006), *Os quadros jurídicos da economia social*, Coimbra. Centro de Estudos Sociais.
- NUNES, Francisco; RETO, Luis; CARNEIRO, Miguel (2001), *O terceiro sector em Portugal. Delimitação, caracterização e potencialidades*, Lisboa, Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.
- OLIVEIRA, César (1973), “Imprensa operária no Portugal oitocentista de 1825 a 1905”, *Análise Social* nº 39, pp. 552-577.
- PAIM, António (2010), *Silvestre Pinheiro Ferreira (1776-1846). Bibliografia e estudos críticos*, Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro.

- PAIVA, Flávio (1999), “Ensino e investigação universitária em Portugal nas áreas do cooperativismo e da economia social” in Carlos Pestana; Gomes Santos (coord.), *Cooperativismo, emprego e economia social*, Lisboa, Vulgata, pp. 171 – 200.
- (2001), “Teses e dissertações académicas sobre o terceiro sector”, *Revista de Estudos Cooperativos* nº 2, pp. 105-178, Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.
- PEREIRA, José Pacheco (1981), “O movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-1870)”, *Análise Social*, nº 65, pp. 135-151.
- PESTANA, Carlos; SANTOS, Gomes dos (1998), *O mutualismo português: solidariedade e progresso social*, Lisboa, Vulgata.
- QUENTAL, Antero (1871), *O que é a Internacional*, Lisboa.
- QUERUBIN, A. (1977), *Storia della Previdenza Sociale*, Roma, Ed. Riuniti.
- QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro sector: elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.
- (2008), “Terceiro sector e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar”, in *IS Working Paper, nº2, pp.1-18 [Consult. a 15.11.2016]. Disponível em: http://isociologia.pt/App_Files/Documents/is-wp-ns-002_110411025242.pdf*
- RAMOS, R. (1992), “A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)”, *Análise Social*, nº 116/117, pp. 483-528.
- REIS, A. de Carmo (1993), *A imprensa periódica do Porto na primeira metade do século XIX*, Porto, Faculdade de Letras, Vol. II.
- RIBEIRO, J.P. (2012), *Contributo para a história do cooperativismo durante o Estado Novo*, Lisboa, ICSTE/IUL.
- GARRIDO, A. (2016), *Uma história da economia social*, Lisboa, Tinta da China.
- RODRIGUES, Edgar (1980), *O despertar operário em Portugal*, Lisboa, Ed. Sementeira.
- RODRIGUES, Nobre; SERRA, Almeida (1989), *Que perspectivas para a economia social em Portugal*, Lisboa, CEEPS.
- ROSENDO, Vasco (1990), *Montepio Geral. 150 Anos de História. 1840-1990*, Lisboa, Montepio Geral.
- ROSENDO, Vasco (1996), *O mutualismo em Portugal. Dois séculos de história e suas origens*, Lisboa, Montepio Geral.
- SAGRA, Ramón de (1840), *Lecciones de economía social*, Madrid, Imprenta de Ferrer y Compañía.
- SANTOS, José Hipólito (2009), *Maneiras cooperativas de pensar e agir*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.
- SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos (1977), “Para a análise das ideologias burguesas. Os costumes do «bom tom»”, *Análise Social*, nº 49, pp. 7-54.
- SÉRGIO, António (1972), *Breve interpretação da história de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- SILVA, Schwartz da (1995), *Cooperativas de Portugal (passado e presente entre a mudança e a continuidade)*, Anuário de Estudos Cooperativos, Bilbao.
- SOLÀ, Pere (1994), “El mutualismo contemporáneo en una sociedad industrial. Anotaciones sobre el caso catalán, (1880-1939)” in Santiago Castillo (ed.), *Solidaridad desde abajo. Trabajadores y socorros mutuos en la España contemporánea*, UGT: Centro de Estudios Históricos, Madrid, pp. 71-86.
- SOUSA, José Marcono (1900), *Lições de economia social*, Coimbra, França Amado.
- (1916), *Tratado de economia política*, Coimbra, França Amado.

Jordi Estivill. Professor Jubilado da Universidade de Barcelona (Barcelona, Espanha).
Endereço de correspondência: Aulestia i pijoan 24. Barcelona 08012, Espanha. Email: jordi_estivill@hotmail.com

Artigo recebido em 23 junho de 2016. Publicação aprovada a 12 de janeiro de 2017.

A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from higher education to the labor market

Madalena Ramos

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Cristina Parente

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Mónica Santos

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Miguel Chaves

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Abstract

This article focuses on the Portuguese case to discuss the employment insertion of graduates. It starts by presenting a typology of professional situations with the purpose of analyzing graduate transition from higher education to the labor market. The heuristic potential of the typology is then described, showing its key role when analyzing two important topics in the study of the professional situation of graduates: i) the unequal distribution of individuals in the occupation structure and ii) the relationship between the graduates' positions in the occupational structure and the work orientations. Two important conclusions are drawn: in Portugal higher education continues to be permeated by reproduction logics of inequalities that go beyond this; the importance of intrinsic and extrinsic values bears almost no relation to variations in levels of job security and material prosperity in this population, for whom intrinsic values are of great relevance

Keywords: typology of professional situations; transition to work; structural inequalities; work orientations.

Uma tipologia de situações profissionais na análise da transição ao trabalho de diplomados do ensino superior

Resumo

Apresenta-se neste artigo uma tipologia de inserção profissional dos diplomados do ensino superior português, utilizada na análise i) da distribuição desigual dos indivíduos na estrutura ocupacional e ii) da relação entre as posições dos graduados na estrutura ocupacional e as orientações para o trabalho. Conclui-se que o ensino superior continua a ser permeado por lógicas de reprodução das desigualdades que vão para além dele e que, entre os seus diplomados, são os valores intrínsecos os de maior relevância, sendo que a importância por eles atribuída aos valores associados ao trabalho quase não tem relação com os níveis de segurança no emprego e a sua prosperidade.

Palavras-chave: desigualdades estruturais; tipologia de situações profissionais; transição para o trabalho; valores do trabalho.

Une typologie des situations professionnelles dans l'analyse de la transition vers le travail des diplômés de l'enseignement supérieur

Résumé

Cet article se concentre sur le cas portugais pour discuter l'insertion de l'emploi des diplômés. Il présente une typologie de insertion professionnelle qui a été utilisée pour analyser i) la répartition inégale des individus dans la structure de l'occupation, et ii) la relation entre les positions des diplômés dans la structure professionnelle et les orientations du travail. On conclut que l'enseignement supérieur continue imprégné par des logiques de reproduction des inégalités, et que l'importance des valeurs intrinsèques et extrinsèques porte presque aucun rapport avec des variations dans les niveaux de sécurité de l'emploi et la prospérité matérielle dans cette population, pour qui les valeurs intrinsèques sont les plus importants.

Mots-clés: inégalités structurelles; typologie des situation professionnelles; transition vers le travail; valeurs du travail

Una tipología de situaciones profesionales en el análisis de la transición hacia el trabajo de los graduados de educación superior

Resumen

Se presenta en este artículo una tipología de inserción profesional de los graduados portugueses, que se utilizó en el análisis i) de la distribución desigual de los individuos en la estructura ocupacional y ii) de la relación entre las posiciones de los graduados en la estructura ocupacional y las directrices para el trabajo. Se concluye que la educación superior sigue siendo penetrado por la lógica de la reproducción de las desigualdades; que, entre los graduados, son los valores intrínsecos los de mayor relevancia; y que la importancia dada a los valores asociados con el trabajo no tiene casi ninguna relación con los niveles de seguridad en el empleo y la prosperidad.

Palabras-clave: Tipología de situaciones profesionales; transición al trabajo; desigualdades estructurales; valores del trabajo.

Introduction

The pioneer surveys studying graduate labor market insertion from the 1970s onwards in countries like the United Kingdom, Japan and France have been increasingly used by courses, faculties, universities and countries, and in some cases given rise to regular statistical data collection that has allowed the evolution of employability to be monitored over time (Schomburg and Teichler, 2006, 2011; Teichler, 2007; Mora, 2008; Allen and van der Velden, 2007; Giret 2000; Giret *et al.* 2005; Purcell *et al.*, 2005; Borden, 2003; Bradburn *et al.*, 2006; Finnie, 2000, 2004; Coates and Edwards, 2011).

If it can be said that there is one central theme to these surveys, it is the attempt to characterize *the professional situations of the graduates*. We argue that the centrality of this objective, coupled with the increasing heterogeneity of labor market insertion scenarios, confronts us with a growing need to produce synthesis variables, i.e. to create typologies that can coherently cluster and summarize scattered data in a broad set of indicators about work situations (Schnapper, 2000). There are two advantages to these typologies. On one hand, they can identify and contrast the methods of labor market insertion used by young graduates; and on the other, they provide analyses of sociologically relevant matters which would otherwise be difficult to make.

We intend with this article to present a typology of professional situations produced within the scope of a recent study conducted on Portuguese graduate, and at the same time to show that its heuristic potential was decisive in the response to two key questions of the research. Firstly, it aimed to examine whether the graduates' position in the occupational structure continued to be strongly conditioned by the resources associated to their social origins, despite the levelling effect of school socialization and their university degree. Secondly, it sought to analyze the extent to which the position the graduates held in the occupational structure is predictive of their work orientations.

In pursuing this goal, the article will also document the labor market situation of a significant set of Portuguese graduates 6 months before the deterioration in the financial and economic crisis triggered Portugal's request for external assistance. It should be noted that between the date of the survey – 4th quarter of 2010 – and the 1st quarter of 2013, the unemployment rate of graduates aged between 25 and 34 years, that of the majority of respondents, rose from 11.8% to 20.3%¹.

¹ Data from Statistics Portugal: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=en.

1. Some reflections on the professional situations of Portuguese graduates

It should be underlined that only one national survey on the graduate population has ever been conducted in Portugal, namely that of *Sistema de Observação de Percursos de Inserção dos Diplomados de Ensino Superior* (Observation System of Insertion Tracks of Higher Education Graduates) (ODES). This study focused specifically on the cohort graduates from the 1994/95 academic year with the aim of reconstituting their career paths in the five years following graduation (ODES, 2000, 2002). Since that time, for absence of political and inter-university guidelines, in part because of financial constraints, the surveys have been conducted solely by higher education establishments²; the indicators and methods used are distinct from those of their counterparts which makes the cumulative treatment and comparison of information impossible. This study is not an exception, as it focused in a restricted population of graduates. Yet, it was possible to create the institutional and scientific conditions necessary for the gathering of graduates' population from two public universities – Universidade de Lisboa and Universidade Nova de Lisboa. These circumstances allowed the use of an empirical universe much larger than that of other studies of this kind in Portugal, although it covered no more than 17% of all graduates from Portuguese public universities in 2004/05 or 11% if private universities are included

The researchers involved in this study aimed to design and test a questionnaire that could be applied at national level. The aggregation of these two universities also enhanced the heterogeneity of the population according to the area of education and training, and thus assess the potential impact of this variable on professional transition, along with others, such as gender and social background. In this article, we will only explore the explanatory impact of social background on professional transition, while neutralizing the effect of the educational area, since this may contribute indirectly to this effect. It is also important to notice that, according to the hypotheses this study, we did not considered relevant to analyse the differences between the two universities, decision that was reinforced by preliminary data analysis that showed no statistically significant differences.

Three aspects distinguish this study from others conducted in Portugal on the professional situations of graduates, focused in isolated universities or other higher education institutions³. Firstly, it is based on a statistically representative sample; secondly,

² On this, see the compilation by Marques and Alves (2010) of the institutional (university and polytechnic) studies on the labor market insertion of Portuguese graduates.

³ This work was funded by Fundos Nacionais through Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) within the project Percursos de inserção dos licenciados: relações objetivas e subjetivas com o trabalho (PTDC/CS-SOC/104744/2008) at Centro de Estudos em Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (CESNOVA). More information on the project's blog: <https://percursosdeinsercaodoslicenciados.wordpress.com/>.

it used the official national indicators of INE (Portuguese Statistics) and EUROSTAT, in addition to others from the CHEERS and REFLEX projects, thus allowing comparisons between the population under analysis and other wider populations.

2. Methodology

From an extensive approach, this article aims to resume a typology of professional situations presented previously (Ramos, Parente e Santos, 2014), using it hereafter as an independent variable in order to analyse the relationship between the graduates' positions in the occupational structure and the work orientations.

The subjects are a random sample of 1004 graduates from two of the largest Portuguese universities, the *Universidade de Lisboa* and the *Universidade Nova de Lisboa*, who completed their degree in the 2004/05 academic year (from a universe of 4290 graduates, 2560 are from UL and 1730 from UNL). The sample is statistically representative of the universe, with a maximum estimated error of 2.71% for a 95% confidence level.

The sample comprises 64.3% women. The average age is 31. The predominant education areas of the graduates are Arts and Humanities (21.4%), Health (12.7%), Physics (12.0%), Education (10.0%), Law (9.7%), Life Sciences (8.6%), Journalism and Social Sciences (7.7%), Economics and Management (6.7%), Mathematics, Statistics and Computer Sciences (6.5%) and Engineering, Construction and Manufacturing Industries (4.9%). A structured questionnaire was administered using a phone survey between November 2010 and January 2011.

Five indicators of particular relevance to the analysis of the relationship between education and employment and to the identification of the graduates' positioning in the labor market were selected to characterize the graduates' professional situation (Table 1), given special attention to issues such as overqualification or professional downgrading, the spread of flexibility and atypical contractual relations, level of stability of employment situations, underemployment and the economic return from attending higher education: the *professional Group*, the *employment situation*, the *type of work contract*, the *number of hours worked weekly* and the *monthly average net wage*

Table 1 summarizes the distribution of the sample for each of the indicators constituting the typology of professional situations⁴.

⁴ For a more detailed description of the construction of this typology see a previous work from the authors (Ramos, Parente e Santos, 2014).

Table 1
Indicators used in the analysis of professional situation

	Indicators	N	%
Occupational group ^a	Armed Forces Occupations	6	0.7
	Managers	69	7.9
	Professionals	562	64.2
	Technicians and Associate Professionals	133	15.2
	Clerical support workers	67	7.6
	Service and Sales Workers	36	4.1
	Craft and Related Trades Workers	1	0.1
	Plant and Machine Operators and Assemblers	2	0.2
	Total	876 ^c	100.0
Employment situation	Self-employed with employees	23	2.7
	Self-employed without employees	67	7.9
	Employees	753	89.3
	Total	843 ^c	100.0
Type of contract	Open ended contract	408	47.7
	Fixed term contract	288	33.6
	Provision of services and temporary work contract	38	4.4
	No contract	122	14.3
	Total	856 ^c	100.0
Weekly working hours	Up to 16hrs	43	5.2
	17-34hrs	194	23.6
	35-40hrs	316	38.4
	Over 40hrs	270	32.8
	Total	823 ^c	100.0
Average monthly net wage ^b	Less than €310	7	0.8
	€310 to less than €600	40	4.8
	€600 to less than €900	111	13.4
	€900 to less than €1200	248	30.0
	€1200 to less than €1800	288	34.9
	€1800 to less than €2500	91	11.0
	€2500 to less than €3000	21	2.5
	€3000 or more	20	2.4
	Total	826 ^c	100.0

^a According to the National Classification of Occupations (2010). ^b Average monthly net wage calculated according to the income ranges proposed by INE for 2010. ^c Differences in totals are due to missing data in the various indicators.

Source: Ramos, Parente e Santos (2014).

Using these indicators, the typology of professional situations was built from a Multiple Correspondence Analysis (MCA), which allowed identifying the existence of groups with different profiles, followed by a cluster analysis as proposed by Carvalho (2008).

Posteriorly, in order to study the heuristic potential of the typology, we first analyze the unequal distribution of individuals in the occupation structure by using a mediation model, where “education areas” mediate the effect of “socio-economic status of origin” and “parental education” on the graduates’ professional situations (types of professional situations as a dependent variable). Baron and Kenny’s three-step procedure was used for this purpose (Baron and Kenny, 1986). All the procedures were made by using Categorical Regressions (via optimal scaling), also known by the acronym CATREG, since the outcome variable was categorical.

Aiming to analyze the relationship between the graduates’ positions in the occupational structure and the work orientations (typology as an independent variable), a multivariate analysis of variance (MANOVA) was used to determine whether the average values differed significantly in line with the type of professional situation.

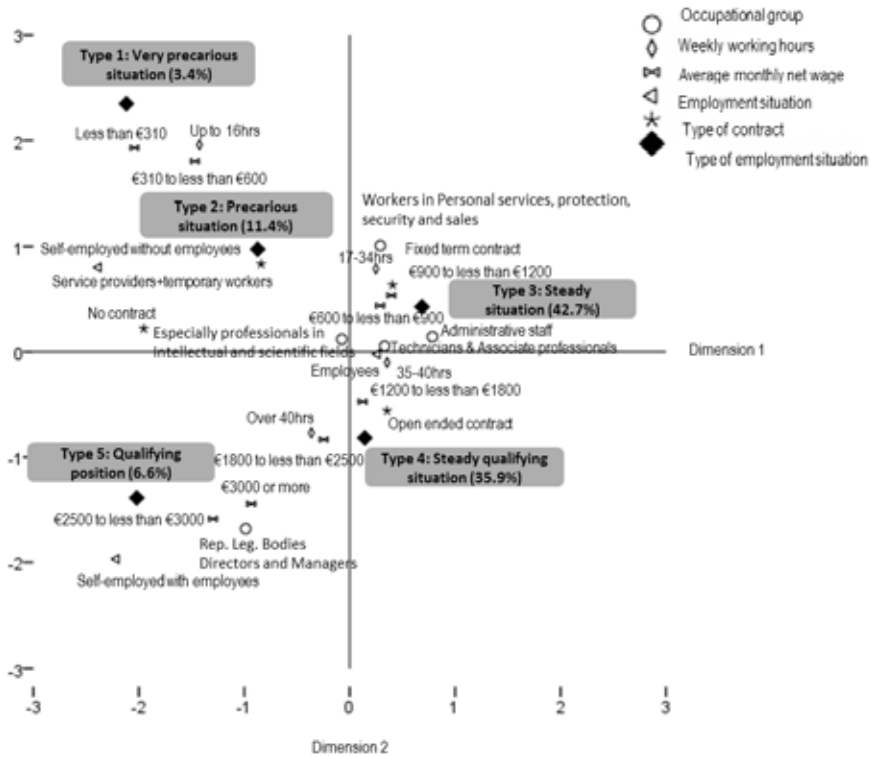
3. A typology of professional situations

Following the description of the professional situations using data from a univariate descriptive analysis, we turn to a multivariate analysis to identify the presence of different patterns in order to create a typology of professional situations. A Multiple Correspondence Analysis (MCA) followed by a Cluster analysis allowed us to obtain a typology of professional situations⁵. Figure 1 presents the projection of the groups formed in the map of the MCA.

Closer scrutiny of the typology allows us to conclude that the five types of professional situations were profiled in a hierarchical *continuum*, from the most vulnerable and precarious to the most qualifying and capitalized in terms of the indicators under analysis; they were attributed the following designations: very precarious situation; precarious situation; steady position; steady qualifying position and high qualifying position. Although the notion of precariousness is essentially associated to contractual instability, the concept acquires a broader meaning here and transmits the idea of fragility in other dimensions of the working experience (Paugam, 2006, 2007; Rebelo, 2004). This semantic extension is currently justified as the standard labor relationship among Portuguese youth is moving increasingly away from that of a stable contractual situation.

⁵ For a more detailed description of the construction of this typology see Ramos, Parente e Santos (2014).

Figure 1
Types of professional situation



Source: Ramos, Parente e Santos (2014).

Group 1, designated *very precarious situation*, is the smallest (3.4%). It has the highest percentage of workers without organizational links, overqualified, working part-time and severely underpaid. There is a predominance of no contracts (50.0%) and, though with less weight, fixed term contracts (30.8%). It is associated with low weekly working hours, less than 17 hours (76.9%) and low wages (88.4% earn less than 600 Euros). A higher proportion of individuals are in occupations that are a mismatch with their educational level in this group than the subsequent groups. For example, the number of workers in personal services, protection and security or in sales goes up to 11.5%, nearly three times higher than for the whole sample (4.1%).

The second type, denominated *precarious situation*, has similar characteristics to the previous group although their wage levels and working hours indicate less vulnerability. Nevertheless, the professional situation is fragile because it is characterized by work without any affiliation or organizational link: 41.4% have no

contract, 26.4% have a fixed term contract and 20.7% have a provision of services contract or are on a temporary work company. It should also be noted that 34.5% are self-employed with no employees. When observing weekly working hours, we find situations of part-time work like the previous group, but here they have longer hours as only 16.1% work less than 17 hours. As for wages, 60% are in the 600 to 1200 euro group. Again, we find a greater weight of over-qualification given that 17.2% are distributed between "Clerical Support Workers" and "Service and Sales Workers".

From type 3, we start to see a steady advance in the quality of employment with a marked improvement in professional situations 4 and 5.

Type 3, termed *steady situation*, is the largest group. All the graduates in this group have a contractual tie with an organization; 47.4% do a full working week (between 35 and 40 hours), have fixed term contracts (57.5%) or open-ended contracts (40.9%). The category approaches the Fordist wage regime and the monopolistic regulation regime (Boyer 1986) which gained expression in the USA after the crisis decade of the 1930s, and in Western Europe after the Second World War; it is a model grounded on scenarios of growth and economic stability. It should be noted that 86% of the graduates in this group earn a monthly net wage of 900 euros or more (53.2% earn up to 1200 euros and 22.5% between 1200 and 1800 euros). However, a considerable percentage of graduates in this group work in a situation of over-qualification (22.2%), and belong to the "Clerical support workers".

A *steady qualifying situation* characterizes type 4. All of the graduates in this group are employees. This type is distinct from type 3 due to greater job stability, higher wages, and excessive working hours, and it also enjoys more "favorable" conditions in terms of material and symbolic capitalization, hence the adjective "qualifying". This is demonstrated by the fact that 58.6% earn between 1200 and 1800 euros and 23.4% between 1800 and 2500 euros; moreover, 78.4% have an open-ended contract. In terms of occupational groups, the "Professionals" are the majority (66.7%), but "Managers" (14.3%) and "Technicians and associate professionals" (16.5%) are also of some relevance.

Lastly, type 5 is designated *high qualifying position* as it is made up of employees in the public administration or entrepreneurs who belong to occupational groups that match their training level, in a situation of over-employment and high wage levels both in relation to the universe under analysis and the Portuguese population as a whole: 42.0% earn a net wage of over 2500 euros and 78.0% work more than 40 hours a week. It is by far the group with the largest proportion of "Managers" (44.0%) which is reflected in the lower weight here of "Professionals" (52.0%), even though

the latter continue to be in the majority. As for the employment situation, we observe a very balanced distribution between self-employed with employees (38.0%) and employees (34.0%). Indeed, this is the only group in which self-employed individuals with employees is of a significant size. Curiously, the number of individuals without a work contract is greater in this group (64%) vis-à-vis those with a contractual link. Nevertheless, unlike in Group 1, the situations of no contract do not reflect forms of precarious employment but are characteristic of entrepreneurs, consultants, legal experts (notably lawyers) who not only earn significantly higher than average wages, but also have good job perspectives and even rotate between companies and public entities.

The five groups comprise individuals who are in the labor market; the group of unemployed was included in the typology, *a posteriori*, and took the most precarious position in the *continuum* in the analysis presented below. This group corresponds to 3.1% of the total.

4. The heuristic potential of the typology: two examples

4.1. The study of the unequal distribution of individuals in the occupation structure

Our aim in this section is to provide evidence of the central role played by the typology when examining two important topics in the study of the employment insertion of graduates, both of which addressed in the project that supports this article (Ramos, Parente e Santos, 2014; Chaves, Ramos e Santos, 2016).

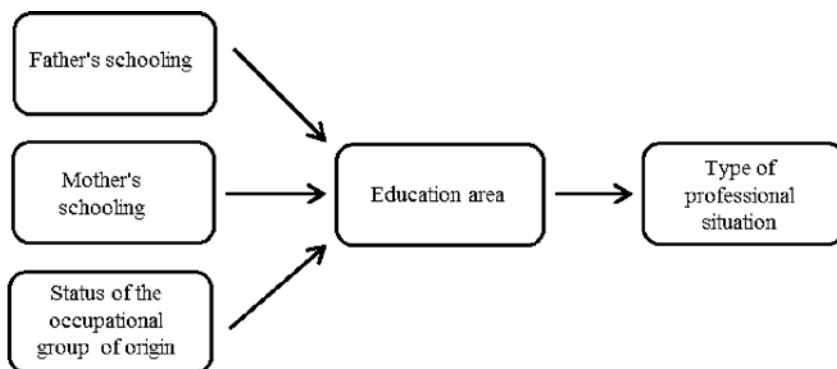
The first is the evaluation of the level of persistence vis-à-vis the mitigation of the reproduction logic of social inequalities at the moment of the graduates' transition to the occupational structure. This topic has been addressed from various perspectives in international studies (e.g. Hout, 1988; Torche, 2011; Bernardi, 2012; Bukodi and Goldthorpe, 2011; Mastekaasa, 2011; Opheim, 2007; Triventi, 2011), but has been given little attention by Portuguese social scientists. Although they have analyzed the unequal distribution of students from different social origins within the higher education system (Chave, 2010; Alves, Alves e Chaves, 2012; Cruz and Cruzeiro, 1995; Balsa *et al.*, 2001) and within training areas (Almeida *et al.*, 2003), focus has rarely been given to the moment they enter the labor market.

Within the scope of the first topic, we formulated two questions that we sought to respond by mobilizing the typology of professional situations as a dependent variable. First, we wanted to know if unequal social origins were significantly related with the positions the graduates were able to achieve in the occupational structure.

Second, we asked whether the universities worked as mechanisms to mitigate these inequalities (social leveling) by allowing individuals from unequal positions in the social structure to access contiguous positions in the occupational structure as long as they obtain the same degrees or, at least, degrees in the same education area.

We constructed the mediation model in Figure 2 with the aim of answering these questions. It allows us to assess the effect of the resources associated to social origins – “socio-economic status of origin” and “parental education” – in the graduates’ distribution in the typology and, simultaneously, test whether the explanatory relevance of these factors remains when mediated by the “education area”.

Figure 2 - Mediation model



Our observations, based on these same data, allowed us to conclude that the training areas have considerable explanatory potential in the graduates’ distribution in the typology. Furthermore, two studies conducted in Portugal (Almeida *et al.*, 2003; Balsa *et al.*, 2001) showed that graduates from different social origins were unevenly distributed across the different training areas on completing high school, and entering higher education. The areas that facilitated access to qualifying professional positions tended to be occupied by individuals from higher socio-professional statuses and with more cultural capital.

We measured parental education as the number of completed years of schooling corresponding to the highest level of education obtained. The occupational group status of the family of origin was defined by crossing the information on the father and mother’s occupational groups according to the National Classification of Occupations 2008, harmonized with the International Standard Classification of Occupations” (ISCO-08) in which groups 1 (Managers), 2 (Professionals) and 3 (Technicians and Associate Professionals) were each defined as a rank with all other occupation groups

lumped together as rank 4 and lower. From this, we obtained four ranks (from A, the highest, to D, the lowest). Whenever information was missing for one of the parents (19 missing in both cases), we imputed that of the other parent to reduce the number of missing cases⁶. On the other hand, the training areas were based on the National Classification of Education and Training Areas (CNAEF), but adapted to consider the type of curricular offer of the two universities under analysis, Universidade de Lisboa and Universidade Nova de Lisboa. As a result, 10 education areas were obtained: Arts and Humanities, Health, Physics, Education, Law, Life Sciences, Journalism and Social Sciences, Economics and Management, Mathematics, Statistics and Computer Sciences and Engineering, Construction and Manufacturing Industries.

In order to test the mediation model (Figure 2), we followed Baron and Kenny’s three-step procedure. In step 1 the mediator variable is regressed on the predicting variables: regression coefficients for predictors should be statistically significant; in step 2 the outcome (or dependent) variable is regressed on the predicting variables: regression coefficients should be statistically significant; finally, in step 3, the outcome variable is regressed on the mediator and predictor variables: if mediation exists, the coefficient regression for the mediator should be statistically significant, and the effect of the predictors on the outcome decreases to zero (full or complete mediation) or decreases by a nontrivial amount but remains significant (partial mediation).

Table 2 reports the results of step 1 of Baron and Kenny’s procedure. Statistically significant relationships of the occupational group status of origin ($b=-0.140$, $p<0.05$) and the mother’s education level ($b=0.171$, $p<0.05$) were found when education areas were regressed on the predictor variables.

Table 2
Regression analysis of the mediator on predictor variables

Variables	b	F	df
Years of schooling of father	0.027		
Years of schooling of mother	0.171*		
Status of occupational group of origin	-0.140*		
Adj. R ²	0.079**	21.140	4,939

* $p<0.05$ ** $p<0.001$

⁶ For a more detailed description of the construction of this variable see Chaves, Ramos e Santos (2016).

Table 3 shows steps 2 (first-half) and 3 (second half) of the mediation test. The results allowed us to conclude that the education area mediates the effect of the family’s socio-economic status in explaining the variation of the types of professional situations ($b= 0.472, p<0.001$).

In the top half of table 3, we observe that the social origins assume a predictive effect in the individuals’ positioning in the typology. However, it is not a strong effect and only becomes marked in the case of the status of the occupational group of origin ($b=-0.152, p<0.001$). The education levels of the family of origin do not have any explanatory power at this level ($p>0.05$).

Table 3
Regression analysis of the types of professional situations on the predictors and the mediator variables

Variables	b	R ² part*100	Adj. R ²	F	df
Years of schooling of father	0.005	0.09			
Years of schooling of mother	0.079	0.25			
Status of occupational group of origin	-0.152**	1.72			
			0.037**	8.059	4, 733
Years of schooling of father	-0.020	0.02			
Years of schooling of mother	0.043	0.07			
Status of occupational group of origin	-0.084*	0.52			
Education area	0.472**	21.1			
			0.241*	20.484	12,725

* $p<0.05$ ** $p<0.001$

On observing the bottom half of this table, we find that the education area assumes a clearly predictive predominance over all other variables considered, explaining *per se* roughly 21% of the graduates’ positioning in the typology (R^2 part=0.211). However, given the research questions, the most important data to highlight is undoubtedly the reduction of the weight of the status of the occupational group of origin as soon as the education area was introduced in the model (b goes from -0.152 to -0.084). This clearly shows that although the social origins already had little direct impact in the typology, it was reduced even further when mediated by the education area. The indirect effect of the status of the occupational group of origin (mediated by the training area), according to the Sobel test, was significant (Sobel $Z= -3.45, p<0.001$).

Thus, in response to the first question, it can be concluded that the social origins

are reflected in the positioning of individuals in the labor market. This conclusion is similar to most of the analyses conducted on the inequalities of employment insertion in European countries (e.g. Ballarino et al., 2013; Bernardi 2012; Bukodi and Goldthorpe, 2011; Erikson and Jonsson, 1998; Hansen, 2001; Mastekaasa, 2011; Zella, 2010); to varying degrees, these all report the impact of social origin on the insertion pathway even among graduates. In our analysis, the effect of social origins is not only low but occurs to a great extent through the training areas; in other words, because individuals of different social origins were distributed unequally across the various education areas before the start of their academic life.

These findings already indicate an answer to the second question. The low direct explanatory power of social origin gives strong support to the hypothesis that graduates of different social origins, who trained in similar areas, tend to share comparable positions in the labor market; in other words, the social leveling at universities resulting from academic socialization and having similar degrees is apparent and works as a mediator of the reproduction logic of social inequalities in graduates' transition to the labor market.

As we emphasized in a previous paper (Ramos, Parente e Santos, 2014), the period of the analysis may be a constraint for these results. In recent decades, Portuguese society has enjoyed a phenomenon of structural mobility which has led to the growing weight of Professionals and Technicians and Associate Professionals in the occupational structure. It is possible that the weakening of the structural mobility process resulting from the economic and financial crisis may be reflected in the strengthening of resources associated to social origin in the access to qualifying positions, even in the two universities under analysis, and thus upsetting the leveling effect to which we have just referred. The boosting of the role of social origin in the distribution of graduates in the social structure could, we believe, result fundamentally from two factors: on one hand, the increasing importance of the differentiation of family social capital in a context where job opportunities are more scarce; on the other, the widening gap in the access to post-graduate training as individuals from social backgrounds with less capital can no longer support the cost. In fact, the fees for masters and doctoral programs in Portugal are considerably higher than for graduation. Like Bernardi (2012), we would suggest that the importance of social origin in professional situations may differ in intensity over time, sometimes declining and others rising.

4.2. The typology in the study of work orientations

A second topic in which the typology was of the utmost importance, this time as an independent variable, was the relationship between the graduates' positions in the occupational structure and the work orientations, specifically for the analysis of the importance of the former in shaping the latter.

In line with authors like Herzberg *et al.* (1959) or Rosenberg (1957), we systemized and operationalized work orientations using the concept of work values, that can be defined as "beliefs about the desirability of various work features and are usually defined by referencing several types of rewards derived from working" (Johnson, 2001a, p.317).

From the various existing typologies of work values (Dawis and Lofquist, 1984; Kasser and Ryan, 1996; Ryan and Deci, 2000; Harding and Hicks, 1995; Herzog, 1982; Marini *et al.*, 1996; Miller *et al.*, 2002; Johnson, 2002), we selected the one that supports the questionnaire of the *International Social Survey Programme* (ISSP) (Cabral *et al.*, 2000). This was due essentially to the need to limit the administration time of the questionnaire to the graduates. While on one hand we believe that the set of indicators used in the other typologies, like that of Johnson (2002) or Marini *et al.* (1996), is very sophisticated and detailed, on the other it is excessively long. This is a constraint in surveys that intend to address various topics using the telephone, as in our case. Moreover, the ISSP typology is being used in Portugal and other European countries (Cabral *et al.*, 2000), which thus means other larger populations can be compared with ours.

Despite the range of work values (e.g. extrinsic, intrinsic, altruistic, social and leisure), our analysis focuses only on the *intrinsic and extrinsic values*. While we acknowledge that distinguishing between intrinsic and extrinsic values is not in itself sufficient to explain the diversity of aspects that individuals value and seek through or at work, we believe it allows us to link together the majority and most significant aspects. The former refer to the importance individuals attribute to the rewards obtained from the nature of the work *per se* (e.g., opportunity to express one's interests and abilities). The extrinsic orientations refer to the importance individuals give to the consequences arising from the fact that they work (e.g., pay), or to their working conditions (e.g., security, prospects for promotion, pleasant working environment) irrespective of the kind of work (Johnson and Mortimer, 2011).

We added two further indicators to those of ISSP: "a job that allows me to be financially autonomous from my parents" and "a job that allows me to acquire new

knowledge". The first of these falls into the category of extrinsic orientations and reflects the importance of remuneration for labor, but placing it at a considerably lower expectation level than the item "a job that enables me to earn high wages". In turn, the indicator "a job that allows me to acquire new knowledge" reflects an intrinsic orientation; according to previous studies (Chaves, 2010), it is crucial when considering whether an occupation has positive qualities inherent to the work done, at least for individuals with a high level of education. Participants were asked to rate the importance of each of these features independently when assessing a job on a ten-point scale (1=totally disagree; 10=totally agree).

In analytical terms, we depart from the more or less explicit hypothesis in previous studies (Kilpatrick *et al.*, 1964; Kohn, 1969; Gurin *et al.*, 1960; Centers and Bugental, 1966; Kohn and Schooler, 1983; Harry, 1975; Kalleberg and Stark, 1993) that professional situations offering greater security and material prosperity are positively correlated with intrinsic values and negatively correlated with extrinsic values. This hypothesis stems from a tradition based on the postulates advanced by Maslow (1954). The Maslowian theses have been subjected to empirical tests on various occasions (Mortimer and Lorence, 1979; Flanagan *et al.*, 1974; Tay and Diener, 2011; Wahba and Bridwell, 1976), and continue to be a part of contemporary sociological research. They have been developed in particular in contemporary studies coordinated by R. Inglehart on the relationship between socio-economic change and the change in values. In fact, Inglehart's studies are essentially based on the scarcity hypothesis. This hypothesis is generally used in the reflection on international values but can also be used to ponder on the differences found within a society (Inglehart and Welzel, 2005), "as the basic economic and physical security of individuals is met, values reflecting these needs are given a lower priority in relation to other, conflicting values" (Knutsen, 1990: 85-86). It is not difficult to anticipate the possibilities of convergence between this kind of thesis and the question of work values. Authors like Mortimer and Lorence (1979: 1362) specify them for example on stating: "when the individual has inadequate economic resources, income and the other extrinsic benefits of work assume the highest priority. When material needs are satisfied, the salience of extrinsic rewards decreases as the worker's attention turns to other, more intrinsic job satisfactions".

The hypothesis we advance was tested by comparing the average importance given to work values by the individuals in the different types of professional situation. We considered the following items as indicators of intrinsic values: "an interesting job"; "a job that allows me to acquire new knowledge" and "a job that allows

autonomy"; indicators of extrinsic values are: "a secure and stable job"; "a job that allows me to earn high wages"; "opportunities for professional development" and "a job that allows me to be financially autonomous from my parents".

A multivariate analysis of variance (MANOVA) was used to determine whether the average values differed significantly in line with the type of professional situation.

In the case of intrinsic values, for which the average values range between 8.6 and 9.2, the MANOVA allowed us to conclude that the type of professional situation has a significant but very small effect on the variation of work values. (Wilks' $\Lambda=0.938$, $F(6, 1554)=2.154$, $p=0.039$, $\eta^2_p=0.008$). Having observed the multivariate significance of the "types of professional situation" factor, the univariate ANOVA allowed us to conclude that the effect is only statistically significant in the cases of "a job that allows me to acquire new knowledge" ($F(2,779)=3.874$, $p=0.021$, $\eta^2_p=0.010$) and "a job that allows autonomy" ($F(2,779)=3.776$; $p=0.023$; $\eta^2_p=0.010$).

According to *post-hoc* Games-Howell tests, the graduates in the extreme types of professional situation, i.e., the ones in the most fragile situations (unemployed+type1+type2) and those in the most favorable situations (type4+type5)⁷ differ in the importance given to the item "a job that allows me to acquire new knowledge" ($p=0.016$), with the former giving it more importance. As for the item "a job that allows autonomy", the graduates in the most fragile professional situation differ significantly from both the intermediate group ($p=0.030$), and the most comfortable group ($p=0.026$). Again, it is the most fragile group that gives the greatest importance to this work value.

In the case of the *extrinsic values*, for which the average ranges between 7.7 and 9.4, the MANOVA indicated that the type of professional situation has a significant effect on the variation in work values when considered together, but it was again very small (Wilks' $\Lambda=0.983$, $F(6, 1552)=2.228$, $p=0.038$, $\eta^2_p=0.009$). However, having observed the multivariate significance of the types of professional situation, the univariate tests aimed at identifying the work value(s) in which differences were registered did not produce significant results ($p>0.05$). Although not a frequent situation, it can occur as multivariate tests working with more information about the dependent variables (correlations) can reveal differences that do not show up in the separate univariate tests for each dependent variable.

The findings from the tests allow us to conclude that, in this population,

⁷ To perform the MANOVA, and to obtain a balanced size of groups, the types of employment situation were clustered equally in just 3 types corresponding to the most fragile situation (unemployed+type1+type 2), the intermediate situation (type3) and the most favorable employment situation (type4+type5).

the position in the occupational structure has very little influence on the relevance given to the different work values. To be more precise, contrary to the hypothesis advanced, it is the graduates in the most insecure and capitalized positions that show a slightly greater tendency to valorize the intrinsic values. This is compounded by another previous finding, namely that greater relevance is attributed to all of the intrinsic rewards, both overall and to each individually, than to the extrinsic benefits. For this, it is simply necessary to compare the average scores obtained by the items "an interesting job" (9.0), "a job that allows me to acquire new knowledge" (8.9) and "a job that allows autonomy" (8.7) with those of the items "opportunities for professional development" (8.4), "a job that allows me to earn high wages" (7.8) and "a secure and stable job" (8.5). The only exception to this is the importance given to "a job that allows me to be financially autonomous from my parents" (9.2), which is on average higher than the score of any other extrinsic and intrinsic value (and has the lowest dispersion)⁸.

With this exception, the observation that the importance given to the intrinsic values was not only greater than that of extrinsic values but that it does not appear to oscillate right through the typology confronts us with a sociological enigma - how can the valorization levels of intrinsic work rewards cut across this population of graduates in such a way that their variation seems to be unaffected by their unequal positioning in the occupational structure and, therefore, by the change in some of the most important material living conditions?

Although the answer to this question is clearly beyond the scope of this article, and already examined in another text (Chaves, Ramos e Santos, 2016), we would like to stress some aspects.

First of all, highlight the importance of two expanding features of the century-long process of individuation - the idea that individuals should be governed by the search for "self-fulfillment" and the belief that this self-fulfillment cannot be achieved on the fringes of "authenticity" (Giddens, 1991; Bauman 2008)); secondly, the progressive weakening of an ascetic ethic that involves renunciation and sacrifice (Bauman, 2004, 2008; Lipovestsky, 1992, Bourdieu, 1979). We argued that these two

⁸ For the purpose of the study, the item "a job that permits financial autonomy from my parents" is an extrinsic reward which, like the item "high remuneration" (the least valued in our sample), is focused on the remuneratory aspects of having a job. However, the wage scale is fixed in this case at a level that is not necessarily "high". Individuals should only have the possibility to depend on their families for expenses they consider important or indispensable. This result also strengthens the hypothesis we already formulated on another matter (Chaves, 2010), that despite the turbulence and complexification of the process of transition to adulthood, self-sufficiency remains a nuclear vector in how individuals envision these dynamics, as well as in the very social reproduction process of contemporary societies.

types of marked cultural transformations are nowadays expressed in the work sphere "in the praise of a job that can provide intrinsic rewards, and in the subjective rejection of working activities which, now or in the long term, will not allow them to fulfill this kind of goal" (Chaves, Ramos e Santos, 2016).

The pertinence and suitability of these interpretations will be examined through the 40 in-depth interviews lately conducted. Through this new qualitative *corpus* we will try to determine whether the importance given to the extrinsic and intrinsic values has changed in any way, during this time that Portugal and other Southern European countries have been immersed in a severe financial and economic crisis, one that has given rise to soaring unemployment rates, contractual instability and lower wages affecting the young population in particular and notably the more highly qualified.

5. Conclusion

This article is part of a set of studies on the insertion of graduates in the labor market, using surveys as their chief data collection technique. Its main objective was to contribute to enhancing the scope of these surveys, not only in the study of the transition to work, but also in the analysis of sociological problems that hold important affinities with the latter.

We argue that one of the ways of contributing to this objective is by increasing the importance attributed to the construction of typologies of professional situations and professional paths, and fostering their methodological and analytical development. Formed from a set of core values that characterize the position or trajectories of individuals in the occupational structure, these typologies permit the definition of classifications that regroup complex and disparate realities into a limited number of representative situations, highlighting the statistical regularities of situations or pathways (Giret, 2000).

The typological construction that we tested in this article began by mobilizing five variables inspired on different proposals of regulation theory, for the analysis of the wage relation (Boyer, 1986; Hall and Soskice, 2001; Gourevitch and Hawe, 2001), in the context of the generalized trend towards flexibilization of human resources in western economies, namely "professional qualification", "employment situation", "remuneration", "contract" and "weekly working hours".

We test the heuristic potential of the typology of professional situation, both as a dependent and independent variable, in response to two questions. Firstly, to what extent the social origin of the graduates explains their unequal distribution within the

occupational structure, and can the academic path lead to social leveling by allowing individuals who trained in the same scientific area to reach similar positions in the labor market? Secondly, are different types of professional situation good predictors of the graduates’ value orientations in relation to employment? Bearing in mind that the locus of analysis is situated at the moment of the graduates’ transition to work, we must recognize that the subject has received little attention internationally and is almost unheard of in Portugal.

In response to the first question, it was concluded that although higher education is known to be a social leveler, it continues to be permeated by reproduction logics of inequalities that go beyond it and, to use the Bourdieuan formulation (Bourdieu and Passeron, 1964, 1970), help legitimize it insofar as they help convert social inequalities into schooling inequalities. This effect was largely due to the fact that individuals from distinct positions in the social structure tend to be distributed differently across the various training areas. It can be said that these dynamics – leveling and reproducers of inequalities – essentially share the same mediator, i.e., training areas.

In the second question, in an evaluative scenario characterized by a predominance of intrinsic over extrinsic orientations, it was clear that the importance of intrinsic and extrinsic values bears almost no relation to variations in levels of job security and material prosperity in this population. These observations allowed us to advance hypotheses in answer to the following question: why is the variation in the importance of intrinsic values uncorrelated to differences in some of the most important material living conditions?

It is true that the results obtained relate to the period immediately prior to a severe decline in the financial, economic and employment situation that accompanied and followed the request for a bailout made by the Portuguese government and by other southern European countries to the three international lending institutions (IMF, European Commission and European Central Bank). The resulting typology and conclusions will be used again in the future, ideally through a survey that covers the entire Portuguese higher education system.

References

- ALVES, Mariana Gaio; ALVES, Natália; CHAVES, Miguel (2012), “Inserção profissional e razões de ingresso e reingresso no ensino superior: um ponto de partida para uma temática em aberto”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, vol. 69, pp. 99-118.
- ALLEN, Jim; DE WEERT, Egbert (2007), “What Do Educational Mismatches Tell Us About Skill Mismatches? A Cross-country Analysis”, *European Journal of Education*, vol. 42, pp. 59–73.
- ALLEN, Jim; VAN DER VELDEN, Rolf (eds.) (2007), *The Flexible Professional in the Knowledge Society: General Results of the REFLEX*. Research Centre for Education and the Labour Market, Maastricht University.
- ALMEIDA, João Ferreira et al. (2003), *Diversidade na Universidade. Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras: Celta Editora.
- BALLARINO, Gabriele; BERNARDI, Fabrizio; PANICHELLA, Nazareno (2013), “Social inequality, educational expansion and return to credentials: a comparison between Italy and Spain”. *Paper presented at XI Congreso Español de Sociología*. [Consult. a 30.06.2014]. Disponível em: <http://www.fes-web.org/uploads/files/modules/congress/11/papers/337.pdf>.
- BALSA, Casimiro et al. (2001), *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior: Desigualdades e Diferenciação*, Lisboa, Colibri/CEOS.
- BARON, Ruben M.; KENNY, David (1986), “The Moderator-Mediator Variable Distinction in Social Psychological Research: Conceptual, Strategic, and Statistical Considerations”, *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 51(6), pp. 1173-1182.
- BAUDRILLARD, Jean (1970), *The Consumer Society: Myths and Structures*, London, Sage Publications Ltd.
- BAUMAN, Zygmunt (2004), *Wasted Lives: Modernity and its outcasts*, Oxford, Polity Press.
- (2008), *The art of life*, Cambridge, Polity Press.
- BAUMEISTER, ROY F. (1986), *Identity: Cultural change and the struggle for self*, New York, Oxford University Press.
- BERNARDI, Fabrizio (2012), “Social origins and inequality in educational returns in the labour market in Spain”, *EUI Working Paper*. European University Institute, [Consult.30.06.2014]. Disponível em: http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/24375/SPS_2012_05.pdf?sequence=1.
- BRADBURN, Ellen M.; NEVILL, Stephanie; CATALDI, Emily Forrest (2006), *Where Are They Now? A Description of 1992–93 Bachelor’s Degree Recipients 10 Years Later (NCES 2007-159)*, Washington, DC, US Department of Education, National Centre for Education Statistics.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude (1964), *Les héritiers: les étudiants et la culture*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- (1970), *La reproduction*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- (1979), *La Distinction*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- BORDEN, Victor M.H. (2003), “Las encuestas a egresados universitarios como medio para la mejora de las universidades: lecciones desde Estados Unidos”, in J.V.García (org.), *Métodos de análisis de la inserción laboral de los universitarios*, Madrid, Consejo de Coordinación Universitaria, pp.81-94. [Consult. a 30.06.2014]. Disponível em: http://200.6.99.248/~bru487cl/files/libros/Tendencias/pdf/Insercion_laboral.pdf.
- BOYER, Robert (1986), *La Théorie de la Régulation*, Paris, Éditions La Découverte.
- BUKODI, Erzsébet; GOLDTHORPE, John H. (2011), “Social class returns to higher education: chances of access to the professional and managerial salariat for men in three British birth cohorts”, *Longitudinal and Life Course Studies*, vol.2(2), pp.185-201.

RAMOS, Madalena; PARENTE, Cristina; SANTOS, Mónica; CHAVES, Miguel (2017), “A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from higher education to the labor market”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, pp. 47 - 72

- CABRAL, Manuel Villaverde; VALA Jorge; FREIRE, João (orgs.) (2000), *Trabalho e Cidadania*, Lisboa, ICS/ISSP.
- CARVALHO, Helena (2008), *Análise de multivariada de dados qualitativos: utilização da análise de correspondências múltiplas com o SPSS*, Lisboa, Sílabo.
- CENTERS, Richard; BUGENTALI, Daphne E. (1966), “Intrinsic and Extrinsic Motivations among Different aspects of the working Population”, *Journal of Applied Psychology*, Vol. 50, pp.193- 97.
- CHAVES, Miguel (2010), *Confronto com o trabalho entre jovens advogados. As novas configurações da inserção profissional*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais.
- CHAVES, Miguel; RAMOS, Madalena; SANTOS, Rui (2016), “Convergences and disparities of work orientations among recent graduates in Southern Europe: the Portuguese case”, *Sociologia Problemas e Práticas*, Vol. 80, pp. 9-29.
- COATES, Hamish; EDWARDS, Daniel (2010), “The Graduate Pathways Survey: New Insights on Education and Employment Outcomes Five Years after Bachelor Degree Completion”, *Higher Education Quarterly*, vol.65, pp.74-93.
- CRUZ, Manuel Braga; CRUZEIRO, Maria Eduarda (1995), *O Desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa, DPGF.
- DAWIS, René V.; LOFQUIST, Lloyd H. (1984), *A Psychological Theory of Work Adjustment*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- ERIKSON, Robert; JONSSON, Jan O. (1998), “Social origin as an interest-bearing asset: family background and labour-market rewards among employees in Sweden”, *Acta Sociologica*, vol. 41, pp. 19-36.
- EUROSTAT (2009), *Bologna Process in Higher Education in Europe. Key Indicators on the Social Dimension and Mobilit*. Luxemburg: Office for the Official Publications of the European Communities, [Consul. a 30.06.2014]. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/Education/Documents/KS-78-09-653-EN.pdf>.
- FINNIE, Ross (2000), “From school to work: The evolution of early labour market outcomes of Canadian post-secondary graduates”, *Canadian Public Policy*, vol. 26(2), pp. 197–224.
- (2004), “The School-to-Work Transition of Canadian Post-secondary Graduates: A dynamic analysis”, *Journal of Higher Education Policy and Management*, vol. 26(1), pp. 35-58.
- FLANAGAN, Robert; STRAUSS, George; ULLMAN, Lloyd (1974), “Worker discontent and work place behavior”, *Industrial Relations*, vol. 13, pp. 101-23.
- GIDDENS, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press.
- GIRET, Jean-François (2000), *Pour une Économie de l'Insertion Professionnelle des Jeunes*, Paris, CNRS.
- GIRET, Jean-François; LOPEZ, Alberto ; ROSE, José (2005), *Des formations pour quels emplois?*, Paris, La Découverte.
- GOUREVITCH, Peter; HAWES, Michael (2001), “Understanding national production systems: comparative capitalism in the globalized economy”, *Working Paper Series: Annual Meeting of the American Political Science Association*, University of California at San Diego, California.
- GURIN, Gerald; VEROFF, Joseph; FELD, Sheilla (1960), *Americans View Their Mental Health*, New York, Basic Books.
- HALL, Douglas T.; NOUGAIM, Khalil E. (1968). “An Examination of Maslow’s Need Hierarchy in an Organizational Setting”, *Organizational Behavior and Human Performance*, vol. 3, pp. 12 -35.
- HALL, Peter A.; SOSKICE, David (orgs.) (2001), *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*, Oxford, Oxford University Press.
- HANSEN, Marianne Nordli (2001), “Education and economic rewards: variations by social-class origin and income measures”, *European Sociological Review*, vol. 17(3), pp. 209-231.

RAMOS, Madalena; PARENTE, Cristina; SANTOS, Mónica; CHAVES, Miguel (2017), "A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from higher education to the labor market", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, pp. 47 - 72

HARDING, Stephen D.; HIKSPOORS, Frans J. (1995), "New Work Values: in Theory and in Practice", *International Social Science Journal*, vol. 145, pp. 441-55.

HARRY, Joseph (1975), "Occupational Level and the Love of Money", *Sociological Focus*, vol. 8, pp. 181-90.

HERZBERG, Frederick; MAUSNER, Bernard; SNYDERMAN, Barbara Bloch (1959), *The Motivation to Work*, New York, John Wiley and Sons.

HERZOG, A. Regula (1982), "High School Seniors Occupational Plans and Values – Trends in Sex Differences 1976 Through 1980". *Sociology of Education*, vol. 55, pp. 1-13.

HOUT, Michael (1988), "More universalism, less structural mobility", *American Journal of Sociology*, vol. 93, pp. 1358-1400.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian (2005), *Modernization, Cultural Change and Democracy*, New York, Cambridge University Press.

JOHNSON, Monica Kirkpatrick (2001a), "Change in job values during the transition to adulthood", *Work and Occupations*, vol. 28(3), pp. 315-45.

- (2001b), "Job values in the young adult transition: stability and change with age", *Social Psychology Quarterly*, vol. 64, pp. 297-317.

JOHNSON, Monica Kirkpatrick (2002), "Social origins, adolescent experiences and work value trajectories during the transition to adulthood", *Social Forces*, vol. 80(4), pp. 1307-1341.

JOHNSON, Monica Kirkpatrick; MORTIMER, Jeylan T. (2011), "Origins and outcomes of judgments about work", *Social Forces*, vol. 89(4), pp. 1239-60.

KALLEBERG, Arne L.; STARK, David (1993), "Career strategies in capitalism and socialism: work values and job rewards in the United States and Hungary", *Social Forces*, vol. 72(1), pp. 181-98.

KASSER, Tim; RYAN, Richard M. (1996), "Further examining the American dream: Differential correlates of intrinsic and extrinsic goals", *Personality and Social Psychology Bulletin*, vol. 22, pp. 280-87.

KILPATRICK, Franklin P.; CUMMINGS, Milton C.; JENNINGS, M. Kent (1964), *The Image of the Federal Service*, Washington, D.C, Brookings Institution.

KOHN, Melvin (1969), *Class and Conformity: A study in values*, Homewood, Dorsey.

KOHN, Melvin; SCHOOLER, Carmi (1983), *Work and personality: An Inquiry into the impact of social stratification*, Norwood, Ablex.

KNUTSEN, Oddbjørn (1990), "Materialist and post materialist values and social structure in the Nordic countries: a comparative study", *Comparative Politics*, vol. 23(1), pp. 85-104.

MARINI, Margaret Mooney; FAN, Pi-Ling; FINLEY, Erica; BEUTEL, Ann M. (1996), "Gender and job values", *Sociology of Education*, vol. 69, pp. 49-65.

MARQUES, Ana P.; ALVES, Mariana G. (orgs.), *Inserção Profissional de Graduados em Portugal: (Re) configurações Teóricas e Empíricas*, Braga, Húmus, 2010

MASLOW, ABRAHAM H. (1954), *Motivation and Personality*, New York, Harper and Row.

MASTEKAASA, Arne (2011), "Social origins and labour market success: stability and change over Norwegian birth cohorts 1950–1969", *European Sociological Review*, vol. 27(1), pp. 1-15.

MILLER, Michael J.; WOEHR, David J.; HUDSPETH, Natasha (2002), "The Meaning and measurement of work ethic: Construction and initial validation of a multidimensional inventory", *Journal of Vocational Behavior*, vol. 60, pp. 451-89.

MORA, José-Ginés (org.) (2008), "The labour market of European higher education graduates: Some analytical Approaches", *European Journal of Education*, vol. 42(1) (special issue).

MORTIMER, Jeylan T.; LORENCE, Jon (1979), "Work experience and occupational value socialization: a longitudinal study", *American Journal of Sociology*, vol. 84(6), pp. 1361-85.

RAMOS, Madalena; PARENTE, Cristina; SANTOS, Mónica; CHAVES, Miguel (2017), “A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from higher education to the labor market”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, pp. 47 - 72

- OPHEIM, Vibeke (2007), “Equal opportunities? The effect of social background on transition from education to work among graduates in Norway”, *Journal of Education and Work*, vol. 20(3), pp. 255-282.
- PAUGAM, Serge (2006), “Les fragmentations de la société salariale. Un autre regard sur la structure sociale”, *Sociologia*, vol.16, pp. 161-176.
- PAUGAM, Serge (2007), *Le salarié de la précarité. Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*, Paris, PUF.
- PURCELL, Kate; ELIAS, Peter; DAVIES, Rhys; WILTON, Nick (2005), *The Class of '99: Graduate careers four years after graduation*, London, DfES Project.
- RAMOS, Madalena, PARENTE, Cristina; SANTOS, Mónica (2014), “Os licenciados em Portugal: uma tipificação de perfis de inserção profissional”, *Educação e Pesquisa*, vol. 40(2), pp. 383-400.
- REBELO, Glória (2004), *Flexibilidade e Precariedade no Trabalho – Análise e Diagnóstico*, Lisboa, FCT/ Dinâmia.
- RYAN, Richard M.; DECI, Edward L. (2000), “Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivations, social development, and well-being”, *American Psychologist*, vol. 55, pp. 68-78.
- ROSENBERG, Morris (1957), *Occupations and Values*, Glencoe, Illinois, The Free Press.
- SCHNAPPER, Dominique (2000), *A Compreensão Sociológica*, Lisboa, Gradiva.
- SCHOMBURG, Harald; TEICHLER, Ulrich (2006), *Higher Education and Graduate Employment in Europe, Results from Graduate Surveys from Twelve Countries*, Dordrecht, Springer.
- SCHOMBURG, Harald; TEICHLER, Ulrich (eds) (2011), *Employability and Mobility of Bachelor Graduates in Europe: Key Results of the Bologna Process*, Rotterdam, Sense Publishers.
- TAY, Louis; DIENER, Ed (2011), “Needs and subjective well-being around the world”, *Journal of Personal Social Psychology*, vol. 101(2), pp. 354-65.
- TEICHLER, Ulrich (1999a), “Higher Education Policy and the World of Work: Changing Conditions and Challenges”, *Higher Education Policy*, vol. 12(4), pp. 285-312.
- (1999b), “Research on the Relationships between Higher Education and the World of Work: Past Achievements, Problems and New Challenges”, *Higher Education*, vol. 38(2), pp.169-190.
- TEICHLER, Ulrich (Ed.) (2007), *Careers of university graduates: Views and experiences in comparative perspective*, Dordrecht, Springer.
- TEICHLER, Ulrich (2009), *Higher education and the world of work: Conceptual framework, comparative perspectives, empirical findings*, Rotterdam, Sense Publishers.
- TORCHE, Florencia (2011), “Is a college degree still the great equalizer? Intergenerational mobility across levels of schooling in the United States”, *American Journal of Sociology*, vol. 117(3), pp. 763-807.
- TRIVENTI, Moris (2011), “The role of higher education stratification in the reproduction of social inequality in the labour market: a comparative study of recent European graduates” *MRPA Paper*, vol.17, pp.1-35.
- WAHBA, Mahmoud A.; BRIDWELL, Lawrence G. (1976), “Maslow reconsidered: a review of research on the need hierarchy theory”, *Organizational Behaviour and Human Performance*, vol.15, pp.212-40.
- ZELLA, S. (2010), “Changes in the role of educational qualifications on entry into the labor market: evidence from the Italian case”, *Italian Journal of Sociology of Education*, vol.2, pp.81-106.

Madalena Ramos (Corresponding author). Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), (Lisboa, Portugal). Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Av. das Forças Armadas s/n, 1649-026 Lisboa, Portugal. *E-mail*: madalena.ramos@iscte.pt.

Cristina Parente. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), (Porto, Portugal) Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto, Portugal. *E-mail*: cparente@letras.up.pt.

Mónica Santos. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto Faculdade de Letras da Universidade do Porto (IS-UP), (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto, Portugal.

E-mail: mosantos@letras.up.pt.

Miguel Chaves. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FSCH), (Lisboa, Portugal), Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Avenida de Berna, 26-C / 1069-061 Lisboa, Portugal. *E-mail*: clmsa@fcsch.unl.pt.

Artigo recebido em 20 dezembro de 2015. Publicação aprovada em 3 de setembro de 2016

Appendix
Education areas by type of professional situations

	Type 1 (0+1+2)		Type 2 (=3)		Type 3 (4+5)	
	N	%	N	%	N	%
Education	21	15.3	58	17.8	5	1.5
Arts and Humanities	50	36.5	92	28.3	35	10.8
Social Sciences and Journalism	11	8.0	31	9.5	19	5.9
Economics and Management	0	.0	10	3.1	48	14.9
Law	18	13.1	12	3.7	49	15.2
Life Sciences	8	5.8	27	8.3	22	6.8
Physics	13	9.5	44	13.5	25	7.7
Mathematics, Statistics and Computer Sciences	3	2.2	16	4.9	32	9.9
Engineering, Construction and Manufacturing Industries	5	3.6	9	2.8	29	9.0
Health	8	5.8	26	8.0	59	18.3
Total	137	100.0	325	100.0	323	100.0

Atitudes sociais face ao trabalho por conta própria em tempos de crise: da valorização do trabalho por conta própria a um retraimento da iniciativa empresarial

Ana Isabel Couto

Instituto Politécnico do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

Os dados e reflexões que têm vindo a ser produzidos no domínio dos estudos sobre as atitudes sociais perante o trabalho apontam para uma aparente forte atração dos portugueses pelo trabalho por conta própria, em detrimento do trabalho por conta de outrem. Contudo, as mutações socioeconómicas da última década contribuíram para suscitar um interesse renovado pela questão da atratividade dos portugueses pelo trabalho por conta própria. No artigo é dado destaque à análise da evolução das atitudes sociais face ao trabalho num período marcado por intensas mudanças socioeconómicas, designadamente pela conjuntura económica global de recessão de 2008, mas também das práticas dos indivíduos em relação ao trabalho por conta própria e à iniciativa empresarial em Portugal.

Palavras-chave: atitudes face ao trabalho; empreendedorismo; trabalho por conta própria.

Social attitudes towards self-employment in times of crisis: from the valuing of self-employment to the decrease of entrepreneurial initiative

Abstract

Data and research within the domain of social attitudes towards work show that Portuguese people are strongly attracted to self-employment rather than to paid employment. However, socioeconomic mutations from the last decade contributed to raise interest regarding the attractiveness of Portuguese people for self-employment. This article focus not only on the analysis of the evolution of social attitudes towards work in a period of time characterized by profound socioeconomic changes, namely the global economic recession of 2008, but also of the practices of individuals towards self-employment and entrepreneurship in Portugal.

Keywords: attitudes towards work; entrepreneurship; self-employment.

Les attitudes sociales face au travail à son compte en temps de crise: de la valorisation du travail à son compte au retrait de l’initiative entrepreneuriale

Résumé

Les données et les réflexions qui ont été produits dans le domaine des études sur les attitudes sociales envers le travail conduisent vers une apparente forte attraction des Portugais pour le travail à son compte au détriment du travail dépendant. Toutefois, les changements socio-économiques de la dernière décennie ont contribué à susciter un intérêt renouvelé pour la question de l’attractivité des Portugais pour le travail à son compte. Dans l’article, l’accent est mis sur l’analyse de l’évolution des attitudes sociales envers le travail dans une période marquée par d’intenses changements socio-économiques, à savoir par la conjoncture économique globale de la récession de 2008, mais aussi par les pratiques des individus par rapport aux travail à son compte et par l’initiative entrepreneuriale au Portugal.

Mots-clés: attitudes face au travail; entrepreneuriat; travail à son compte.

Actitudes sociales hacia el trabajo por cuenta propia en tiempos de crisis: del atractivo del trabajo por cuenta propia a la contracción de la iniciativa empresarial

Resumen

Los datos y las reflexiones que se han producido en el campo de los estudios sobre las actitudes sociales hacia el trabajo apuntan a una supuesta fuerte atracción de los portugueses para el trabajo por cuenta propia en detrimento del trabajo por cuenta ajena. Sin embargo, los cambios socioeconómicos de la última década han suscitado un renovado interés en el tema de la atracción de los portugueses por el trabajo por cuenta propia. En el artículo, se destaca el análisis de la evolución de las actitudes sociales hacia el trabajo en un período marcado por intensos cambios socioeconómicos, incluyendo la recesión económica mundial de 2008, y también las prácticas de las personas con relación al trabajo por cuenta propia y a la iniciativa empresarial en Portugal.

Palabras clave: actitudes sociales hacia el trabajo; emprendimiento; trabajo por cuenta propia.

Introdução¹

O conceito de empreendedorismo é complexo e passível de se manifestar de inúmeras maneiras.² Por isso mesmo, algumas limitações emergem na “medição”

¹ O presente artigo decorre de uma investigação mais ampla desenvolvida no quadro da tese de doutoramento da autora sobre dinâmicas de empreendedorismo e empresários de PME em Portugal. Esta investigação foi desenvolvida no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) e financiada pelo programa de bolsas de formação avançada da Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior (SFRH/BD/35810/2007).

² Não cabendo no âmbito deste artigo uma explanação teórica (ou discussão das diferentes apropriações ideológicas) do conceito de empreendedorismo, importa, contudo, clarificar, de forma sintética, o entendimento adotado no contexto da investigação que emoldura os dados aqui reproduzidos. Se no âmbito das intenções iniciais da pesquisa estavam dois vetores analíticos concretos, considerados distintos, mas complementares - as empresas e os empresários de PME - o desenrolar da investigação trouxe da “periferia”

deste processo social. Se por um lado, existem um conjunto de estudos preocupados com a sua “definição” e concetualização (Thornton, 1999; Swedberg, 2000; Audretsch, 2002; Aldrich, 2005), por outro lado, outras abordagens contornam a questão da “definição”, fazendo uma conceptualização do empreendedorismo com base em indicadores empíricos específicos (por regra já sistematizados e disponíveis). Consideram a atividade por conta própria, analisando, por exemplo, o número de trabalhadores por conta própria de um dado território ou país, o número de empresas criadas (OCDE, 2008:6), ou tomam a oposição clássica entre trabalho por conta própria (TCP) *versus* trabalho por conta de outrem (TCO) como ponto de partida para a discussão do empreendedorismo. Este é o caso do Inquérito Eurobarómetro sobre Empreendedorismo (IEE), aqui analisado.³

No artigo em presença pretende-se, num primeiro ponto, apresentar e discutir a evolução das atitudes face à atividade por conta própria em Portugal entre 2000 e 2012. Esta reflexão é desenvolvida com base na análise secundária de dados do Inquérito Eurobarómetro sobre Empreendedorismo (IEE 2000-2012). Será dada centralidade à realidade portuguesa, mas sem deixar de procurar enquadrá-la no contexto europeu no qual nos situamos.⁴ Num segundo ponto analisa-se um conjunto diversificado de

dessas intenções para o seu “centro” o *fenómeno do empreendedorismo*, entendido, neste âmbito, enquanto processo de criação e desenvolvimento de empresas. Com efeito, as primeiras pesquisas exploratórias encetadas indicaram que estudar as micro, pequenas e médias empresas, estudar os seus empresários e motivações para a criação de empresas seria estudar um fenómeno enquadrador mais amplo: o *empreendedorismo*, que surge, na verdade, como uma *nova designação* para uma *velha realidade* que é o processo de criação e desenvolvimento de empresas (Couto, 2013: 2). Tomou-se, portanto, como elemento integrante do campo analítico da investigação a temática do empreendedorismo, mas sempre que associado à iniciativa empresarial clássica, isto é, à criação e desenvolvimento de empresas ou ao trabalho por conta própria (TCP), deixando-se fora do enfoque analítico da investigação temáticas como o empreendedorismo social, que tem ganho na atualidade também uma grande visibilidade pública e política, o empreendedorismo por conta de outrem, ou ainda vetores como a educação para o empreendedorismo, entre outros vários passíveis de enumerar.

³ O “Inquérito Eurobarómetro sobre Empreendedorismo”, desenvolvido pelo Observatório Europeu de PME da Direção Geral de Empresas e Indústria da Comissão Europeia, iniciou-se no ano 2000 e tem sido aplicado regularmente nos diferentes estados membros da União Europeia, EUA, Islândia e Noruega. Este inquérito pretende, em traços largos, monitorizar o desenvolvimento do empreendedorismo nos diferentes países da UE. Com efeito, no quadro da UE, os benefícios económicos e sociais associados ao empreendedorismo têm sido amplamente reiterados, sendo considerado uma força motora para a criação de emprego, crescimento da economia dos países, bem como um fator capaz de contribuir para a realização pessoal dos indivíduos (CE 2007, 2009, 2012).

⁴ Os dados referentes a Portugal serão colocados em cotejo com os valores médios obtidos para a União Europeia (UE), considerando a Europa a 27 (UE27) e, sempre que possível, a Europa a 15 (UE15), que remete para a designada “velha Europa”. Com efeito, considera-se que tomar por referência a UE27 implica um elevado nível de agregação de opiniões, atitudes ou representações, capaz de subsumir especificidades relevantes dos diferentes países e grupo de países que a compõem.

indicadores relativos à iniciativa e atividade empresarial em Portugal.

1. Evolução das atitudes perante o trabalho por conta própria: uma reflexão apoiada nos dados do Inquérito Eurobarómetro sobre Empreendedorismo, 2000-2012

A propósito de uma reflexão sobre atitudes perante o trabalho, Freire (2008: 178) relembra a definição prevalecte entre os cientistas sociais de *atitudes*, enquanto “disposições estáveis que podem dar coerência a um conjunto de opiniões e comportamentos dos indivíduos, relativos a determinados assuntos”. Ainda que constituam componentes analíticas mais subjetivas, considera-se que as atitudes e representações são elementos essenciais de sentido, importantes na análise de um domínio multidimensional como é o trabalho. Pretende-se, neste quadro, apresentar e discutir grandes padrões atitudinais face ao trabalho por conta própria em Portugal e na União Europeia entre 2000 e 2012. Aborda-se e compara-se o modelo de trabalho preferencial dos europeus e portugueses face à alternativa binária dominante - trabalho por conta própria *versus* trabalho por conta de outrem -, explorando-se as variações registadas em termos de variáveis chave de diferenciação social, como sejam o sexo, a idade e a idade de término do percurso educativo.⁵

Trabalho por conta própria versus trabalho por conta de outrem: o modelo de trabalho preferencial dos europeus e dos portugueses

O trabalho por conta própria é recorrentemente assumido como um indicador privilegiado da atividade e do ambiente de empreendedorismo de um determinado território, região ou país (Comissão Europeia, 2000; Parker, 2004; Thurik, Carree, Stel e Audretsch, 2008). Outros estudos sublinham ainda o facto de a natalidade empresarial de um dado país ou território ser tendencialmente favorecida por estruturas sociais e culturais associadas ao trabalho independente (Garofoli, 1988; Sørensen, 2007).

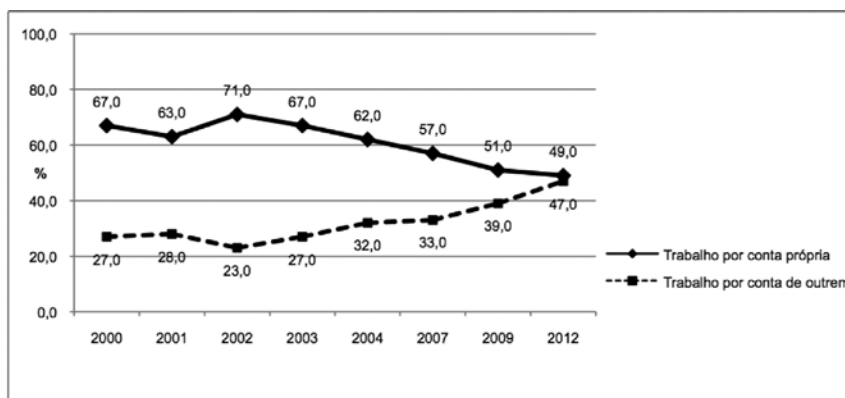
Os estudos desenvolvidos sobre as atitudes sociais dos portugueses perante o trabalho têm revelado que o trabalho por conta própria representa o modelo de trabalho preferencial, em detrimento do trabalho por conta de outrem (Cabral *et al.*, 1998;

⁵ De sublinhar que as variáveis disponíveis no IEE nem sempre são as que tradicionalmente se encontram nos estudos sociológicos. No que diz respeito, por exemplo, ao nível de escolarização dos inquiridos, apenas se dispõe da idade de término do percurso educativo, o que permite uma perceção aproximada, e não exata, dos níveis de escolaridade da população inquirida.

Cabral *et al.*, 2000; Freire *et al.*, 2000; Freire, 2008: 183). No estudo desenvolvido por Estanque e Mendes (1997: 92), pese embora a temática das atitudes socioeconómicas perante o trabalho constitua uma componente analítica mais restrita, foi igualmente possível identificar a forte desejabilidade que o trabalho por conta própria suscita no quadro da sociedade portuguesa, sendo um posicionamento transversal às diferentes classes sociais consideradas no estudo (proprietários, gestores, classe média e trabalhadores).

A aparente forte atração dos portugueses pelo trabalho por conta própria surge também retratada nos estudos desenvolvidos pelo Observatório Europeu de PME da Direção Geral de Empresas e Indústria da Comissão Europeia sobre o desenvolvimento do empreendedorismo nos estados membros da União Europeia (Comissão Europeia 2007, 2009, 2012).⁶

Figura 1
Trabalho por conta de outrem ou trabalho por conta própria? O modelo de trabalho preferencial dos portugueses, 2000-2012 (%)⁷



Fonte: Flash Eurobarometer Series n.º 83, 107, 132, 146, 160, 192, 283, 354, *Entrepreneurship in EU and beyond*

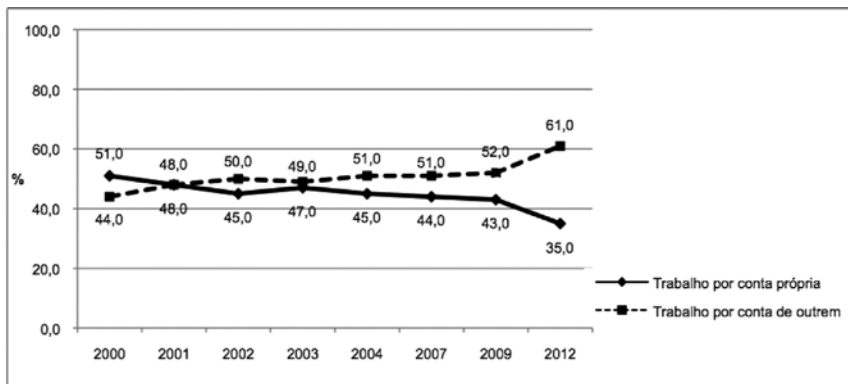
⁶ Outros dados da Comissão Europeia relativos às taxas de emprego por conta própria revelam que Portugal mantém-se entre os países da UE15 em que o trabalho por conta própria tem mais expressão no quadro global da situação face ao emprego, ainda que se tenha registado uma descida de 21,2% para 18,2 %, no período compreendido entre 1997 e 2007 (Taylor, 2011: 2 e 37). Ou seja, existem evidências empíricas que revelam uma correspondência entre as declarações de preferência pelo trabalho por conta própria e as taxas efetivas de trabalho por conta própria. Sobre a evolução e especificidades do trabalho por conta própria no contexto português e a relação entre emprego e empreendedorismo, veja-se ainda Baptista e Thurik (2007) e Baptista, Stel e Thurik (2005).

⁷ Apresenta-se a questão colocada no IEE nas diferentes séries (2000-2012): “Q1. Imagine que podia escolher entre diferentes modelos de trabalho, qual é que preferiria: trabalhar por conta de outrem ou trabalhar por conta própria?”

Apesar da progressiva tendência de declínio, iniciada em 2003, em 2012, esta predisposição mais favorável para o trabalho por conta própria (por oposição ao TCO) é ainda reconhecível. Com efeito, assiste-se, desde o ano de 2003, a uma tendência de convergência entre a preferência pelo trabalho por conta própria e o trabalho por conta de outrem (cf. figura 1). Não será descabido equacionar, neste âmbito, o efeito desmobilizador exercido pelo clima económico global de recessão, pelo número crescente de insolvências, entre outros aspetos, que, conjuntamente, poderão contribuir para uma predisposição menos favorável para a iniciativa económica e para uma perda de atratividade do trabalho por conta própria.

Estes dados, parcialmente discutidos anteriormente (Couto, 2009: 6-7), revelam ainda especificidades nacionais no contexto global, que importa assinalar. Ainda que no último decénio Portugal acompanhe a tendência da UE15 de crescimento da percentagem de inquiridos que prefere trabalhar por conta de outrem, quando se observa os dados obtidos para o ano mais recente da linha temporal em análise, conclui-se que, em 2012, Portugal (49%) está ainda assim mais próximo dos EUA⁸ (51%), do que da UE27 (35%) em termos da tendência de eleição do trabalho por conta própria como modelo de trabalho preferencial (CE, 2012:16).

Figura 2
Trabalho por conta de outrem ou trabalho por conta própria? O modelo de trabalho preferencial da UE15, 2000-2012 (%)



Fonte: Flash Eurobarometer Series n.º 83, 107, 132, 146, 160, 192, 283, 354, *Entrepreneurship in EU and beyond*

⁸ A introdução de elementos analíticos comparativos em relação aos EUA prende-se com razões de contraste, sedimentadas e reconhecidas a várias escalas, designadamente nas esferas económica, social, política e histórica. Para além disso, os EUA são recorrentemente apresentados como um polo fortemente impulsionador da cultura e atividade empreendedora (CE, 2007; Aldrich, 2005). Permite ainda complementar o propósito de compreensão do lugar de Portugal neste contexto mais global.

Atentando especificamente à linha evolutiva da UE15, verificou-se, pela primeira vez na transição de 2009 para 2012, um crescimento mais acentuado da percentagem de população que prefere um emprego assalariado a uma atividade por conta própria (passando de 52% em 2009, para 61% em 2012) (figura 2).

O modelo de trabalho preferencial de acordo com variáveis chave de diferenciação social

No quadro da investigação sociológica, procura-se tradicionalmente compreender o papel de variáveis como o sexo, a idade, o nível de escolarização, a classe social (entre outras) na explicação de comportamentos ou tendências diferenciadas envolvidas nos fenómenos sociais em geral, sendo variáveis igualmente a considerar na análise do fenómeno do empreendedorismo e da atividade por conta própria.

A partir dos dados apurados no IEE, concluiu-se que a preferência do trabalho por conta própria permanece mais expressiva entre os homens do que entre as mulheres. Neste âmbito, é ainda interessante comparar os dados relativos a 2009 com os dados relativos a 2012 (quadro 1). Com efeito, os dados revelam uma tendência de declínio da preferência por este modelo de trabalho mesmo entre os homens, ou seja, enquanto, em 2009, 51,3% dos homens inquiridos preferia o trabalho por conta própria, em 2012, a percentagem desce para 42%.

No que diz respeito à variável idade, podemos concluir que a preferência pelo trabalho por conta própria é superior entre os mais jovens. Por outras palavras, quanto mais jovem, maior a declaração de preferência pelo trabalho por conta própria. A realidade, porém, é mais complexa. Segundo Evans e Leighton (1989: 524), não só as taxas de entrada no trabalho por conta própria se distribuem de forma mais ou menos equitativa pelas diferentes faixas etárias, como os sujeitos mais velhos se conservam na situação de trabalho por conta própria durante mais tempo. Ou seja, de acordo com o estudo desenvolvido pelos autores, é entre os mais velhos que se verificam menores taxas de saída da situação de trabalho por conta própria.

A ocupação profissional dos indivíduos, no momento da resposta ao inquérito, parece igualmente relacionar-se com o modelo de trabalho preferencial, remetendos para processos psicossociológicos de construção identitária. Ou seja, os inquiridos que aquando da resposta ao inquérito se encontravam a trabalhar por conta de outrem, são aqueles que revelam uma maior preferência pelo trabalho por conta de outrem (69%). O mesmo acontece com os inquiridos que trabalhavam por conta própria (75%). Conforme outros estudos no domínio das atitudes perante o trabalho referem,

esta associação entre o modelo de trabalho preferencial e a ocupação atual pode estar relacionada, hipoteticamente, com uma real satisfação e encontro entre as expectativas e as experiências laborais vivenciadas, ou pode, por oposição, estar relacionada com o desenvolvimento de mecanismos de adequação das expectativas à realidade, de conformismo e integração social (Rodrigues, 1995).

Note-se que, entre 2009 e 2012, a percentagem de identificação com o modelo de trabalho diminuiu no caso dos trabalhadores por conta própria, enquanto que no caso dos trabalhadores por conta de outrem registou um aumento, reforçando, assim, a tendência convergente de, por um lado, declínio da preferência pelo trabalho por conta própria e, por outro, de crescendo da preferência pelo trabalho por conta de outrem.

Quadro 1
O modelo preferencial de trabalho, segundo o sexo, a idade e a ocupação atual dos inquiridos (UE27), 2009 e 2012

	Trabalho por conta de outrem (%)		Trabalho por conta própria (%)	
	2009	2012	2009	2012
UE27	49,1	58,0	45,1	37,0
Sexo				
Masculino	43,4	53,0	51,3	42,0
Feminino	54,4	63,0	39,3	33,0
Idade (anos)				
15-24	43,7	51,0	52,4	45,0
25-39	50,3	60,0	46,6	37,0
40-54	50,4	61,0	45,5	36,0
55+	49,5	58,0	40,8	35,0
Ocupação atual				
Trabalhador por conta própria	16,7	21,0	80,0	75,0
Trabalhador por conta de outrem	58,0	69,0	38,5	28,0
Trabalhador manual	54,5	62,0	42,6	33,0
Não ativo	48,6	57,0	43,2	37,0

Nota: Excluiu-se dos quadros os valores percentuais relativos às opções de resposta: “Nenhuma destas opções” e “Não sabe/Não responde”, daí que o somatório dos valores apresentados não perfaça o total de 100%.

Fonte: Flash Eurobarometer Series nº 283 e 354, *Entrepreneurship in the EU and beyond*, 2009 e 2012

No quadro 2 apresentam-se ainda os dados da variação do modelo preferencial de trabalho de acordo com duas variáveis de importante significado social, como a

idade de término do percurso educativo e a ocupação dos pais, para o ano de 2009.⁹

Relativamente à variável anos de escolaridade, os dados disponíveis sugerem a existência de uma relação positiva entre a predisposição para o trabalho por conta própria e a idade de término da educação, ou seja, quanto maior o tempo de permanência no sistema de ensino, maior a preferência pelo trabalho por conta própria. Com efeito, os respondentes que no momento de resposta ao inquérito integravam o sistema de ensino são aqueles que manifestam uma maior preferência pelo trabalho por conta própria (53,9%). Com efeito, tem-se assistido nos últimos anos a um crescente envolvimento das instituições de ensino, em particular das de ensino superior, na promoção de competências orientadas para o trabalho por conta própria. Basta pensar, por exemplo, no rápido (e difuso) crescimento de cursos de curta duração, unidades curriculares, módulos, etc. sobre empreendedorismo e criação de empresas, com vista ao estímulo da criação do próprio emprego e à iniciativa empresarial entre os jovens qualificados e, subsequentemente, no seu potencial efeito de atratividade por este modelo de trabalho (Marques, Couto e Rocha, 2016).

Finalmente, em relação à variável ocupação dos pais, os dados apurados do IEE revelam que a preferência de modelo de trabalho dos inquiridos tende a relacionar-se com a ocupação dos pais. Ou seja, os inquiridos cujos pais são ambos trabalhadores por conta de outrem, são aqueles que manifestam uma maior preferência pelo trabalho por conta de outrem (53,6%). Esta relação é ainda mais intensa no que diz respeito ao trabalho por conta própria, em que os inquiridos cujos pais trabalham ambos por conta própria, são aqueles que revelam uma maior preferência por este modelo de trabalho (55,8%). Os dados do IEE vão, neste sentido, ao encontro de outros estudos realizados que contemplam esta variável e que sugerem a existência ou a ação de processos de transmissão intergeracional, não só de recursos financeiros, capazes de alavancar iniciativas de trabalho por conta própria, mas também de atitudes, valores e predisposições para o trabalho por conta própria e a empresarialidade (Guerreiro, 1996; Fairlie e Robb, 2007). Diferentes estudos realizados, reportados ao contexto dos EUA, indicam também que a probabilidade de trabalhar por conta própria é substancialmente maior entre as crianças cujos pais são trabalhadores por conta própria e detêm o seu próprio negócio (Dunn e Holtz-Eakin, 2000; Blanchflower e Oswald, 2009: 198). Os dados do IEE confirmam, portanto, uma tendência de reprodução social da empresarialidade, não apenas no sentido concreto do termo (hereditariedade dos negócios propriamente ditos), mas também das atitudes e predisposições para a mesma.

⁹ O IEE de 2012 não incluiu estas duas variáveis, pelo que se apresentam somente os dados mais recentes disponíveis para a linha temporal em análise, ou seja, para o ano de 2009.

Quadro 2
O modelo preferencial de trabalho, segundo a idade de término da educação e a ocupação dos pais (UE27), 2009

	Trabalho por conta de outrem (%)	Trabalho por conta própria (%)
Idade de término do percurso educativo (anos):		
Até aos 15	50,9	38,7
16-20	50,4	44,9
20 +	48,8	46,5
Ainda a frequentar o ensino	41,3	53,9
Ocupação dos pais:		
Ambos trabalhadores por conta própria	39,0	55,8
Um trabalhador por conta própria, outro trabalhador por conta de outrem	45,6	50,1
Ambos trabalhadores por conta de outrem	53,6	41,8

Nota: Excluiu-se dos quadros os valores percentuais relativos às opções de resposta: “Nenhuma destas opções” e “Não sabe/Não responde”, daí que o somatório dos valores apresentados não perfaça o total de 100%.

Fonte: Flash Eurobarometer Series n.º 283, *Entrepreneurship in the EU and beyond*, 2009

Sintetizando, pode concluir-se, de acordo com os dados do IEE de 2009 e 2012, que a preferência pelo trabalho por conta própria é mais evidente entre: (i) os homens, (ii) os mais jovens, (iii) aqueles que ainda se encontram no sistema educativo, (iv) aqueles que neste momento trabalham por conta própria e (v) aqueles em que ambos, ou pelo menos um dos pais, são trabalhadores por conta própria.

Por outro lado, no que diz respeito ao trabalho por conta de outrem, os mesmos dados revelam que, esta preferência é mais evidente entre: (i) as mulheres, (ii) os indivíduos com idades compreendidas entre os 40 e os 54 anos de idade (iii) que completaram os estudos até aos 15 anos de idade (iv) e, por último, entre os indivíduos cujos pais são ambos trabalhadores por conta de outrem.¹⁰

2. Indicadores de iniciativa e atividade empresarial em Portugal: uma análise das dinâmicas demográficas do tecido empresarial, 1998-2011

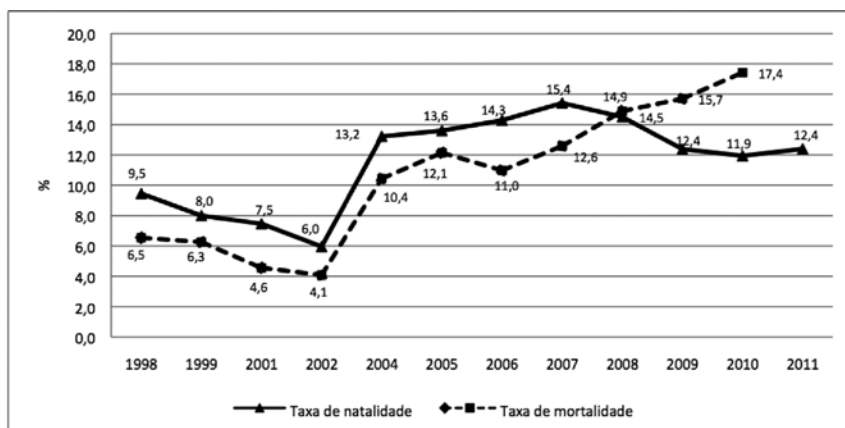
A análise realizada no primeiro ponto sobre a evolução das atitudes face ao

¹⁰ Se adotarmos a perspetiva do curso de vida (Elder, 1999) a arrumação e interpretação destes dados exige prudência. Com efeito, os dados assim apresentados não permitem, designadamente, distinguir os efeitos de idade, *coorte* ou período. Para uma revisão dos estudos sociológicos em torno do trabalho por conta própria a partir da perspetiva do curso de vida e sobre o papel da família na definição de percursos de empresarialidade, veja-se Aldrich e Kim (2007) e Sorensen (2007).

empreendedorismo revelou uma tendência de decréscimo da atratividade dos portugueses pelo trabalho por conta própria e pela iniciativa empresarial, no período em análise, em Portugal. Neste ponto, procura-se perceber se esta desmobilização se faz sentir não só ao nível das atitudes e representações (nível do *discurso*), mas também ao nível de indicadores objetivos de iniciativa empresarial e de empreendedorismo em Portugal (nível das *práticas*).

A análise dos indicadores relativos à demografia do tecido empresarial português¹¹ permite completar um pouco mais o olhar em construção sobre o a evolução das atitudes sociais, mas também das práticas, face ao trabalho, em concreto face ao trabalho por conta própria. Entende-se por demografia das empresas um conjunto de indicadores que dizem respeito à dinâmica de surgimento (taxa de natalidade de empresas), de desaparecimento (taxa de mortalidade) e de sobrevivência das empresas em Portugal. Estes indicadores são apresentados diacronicamente, de forma a dar conta de tendências de mudança (ou de permanência).

Figura 3
Evolução da taxa de natalidade e de mortalidade das empresas em Portugal, 1998 - 2010 (%) ¹²



Notas: O valor da taxa de mortalidade para 2010 é provisório (INE, 2013). Não estão disponíveis dados relativos ao ano de 2003. Não existem dados respeitantes à taxa de mortalidade das empresas para 2011
Fontes: INE, *Demografia das Empresas*, 2013 e Eurostat, *Structural Business Statistics* (SBS), 2013

¹¹ Na pesquisa desenvolvida definiu-se como *tecido empresarial* o setor empresarial privado (que exclui a administração pública e empresas públicas) e não financeiro (que exclui a banca, os para-bancos, i.e. instituições concessoas de crédito, e as seguradoras) do país.

¹² O período temporal analisado 1998 – 2011 corresponde à totalidade de dados disponíveis para estes dois indicadores, não obedecendo, portanto, a qualquer critério específico para seleção das balizas temporais.

A evolução da taxa de natalidade¹³ e de mortalidade¹⁴ das empresas em Portugal no período considerado, 1998-2011, revela três períodos distintos: (i) entre o ano de 1998 e 2002, (ii) entre 2002 e 2007 e (iii) entre 2008 e 2011 (figura 3).

Entre o ano de 1998 e 2002 verificou-se um decréscimo em simultâneo de ambas as taxas. A taxa de natalidade empresarial, em 1998, era de 9,5%, decrescendo para 6,0% em 2002, o que significa que neste intervalo de tempo nasceram menos empresas em Portugal. No entanto, valerá a pena destacar que, neste mesmo período, cessaram atividade igualmente menos empresas, tendo em conta o decréscimo da taxa de mortalidade de 6,5% em 1998 para 4,1%, em 2002.

Entre 2002 e 2007, o retrato obtido é o oposto, ou seja, verificou-se um crescimento em paralelo de ambas as taxas, sendo a taxa de natalidade das empresas superior à taxa de mortalidade ao longo dos anos considerados neste período específico, o que significa, em linhas gerais, um dinamismo positivo da atividade empresarial, tendo por referência estes dois indicadores específicos. Repare-se que entre 2002 e 2005 o valor da taxa de natalidade de empresas registou um aumento acelerado, tendo aumentado para mais do dobro (em 2002, situava-se nos 6% e, em 2005, fixava-se já nos 13,6%). Este dinamismo do tecido empresarial fez-se sentir de igual modo, ainda que com intensidade ligeiramente inferior, ao nível da mortalidade das empresas, cuja taxa era de 4,1% em 2002 e de 12,1%, em 2005.

Não é unânime ou consensual o período exato de início da crise. Ainda assim, algumas pesquisas identificam o ano de 2008 como o ano em que a conjuntura económica de recessão se fez sentir com particular expressividade nos diferentes estados membros da UE (EIM, 2012:139). Os dados projetados pelo INE relativos à evolução das taxas de natalidade e de mortalidade das empresas em Portugal no período entre 1998 e 2011 confirmam igualmente o ano de 2008 como o período de despoletar da crise no contexto empresarial nacional.

Assim, entre 2008 e 2011, regista-se, pela primeira vez no período global em análise, tendências evolutivas distintas para a taxa de natalidade e de mortalidade, sendo que a primeira regista, desde 2008, uma tendência progressiva de declínio (registando apenas uma ligeira subida em 2011), e a segunda regista uma tendência contínua de crescimento. As taxas de mortalidade de 2009 e 2010 fixavam-se, respetivamente, nos 15,7% e 17,4%, o que significa que, em confronto com a taxa de natalidade para o

¹³ A taxa de natalidade é definida como o “Quociente entre o número de nascimentos e o número de empresas activas no período de referência”.

¹⁴ A taxa de mortalidade é definida como o “Quociente entre o número de mortes e o número de empresas activas no período de referência”.

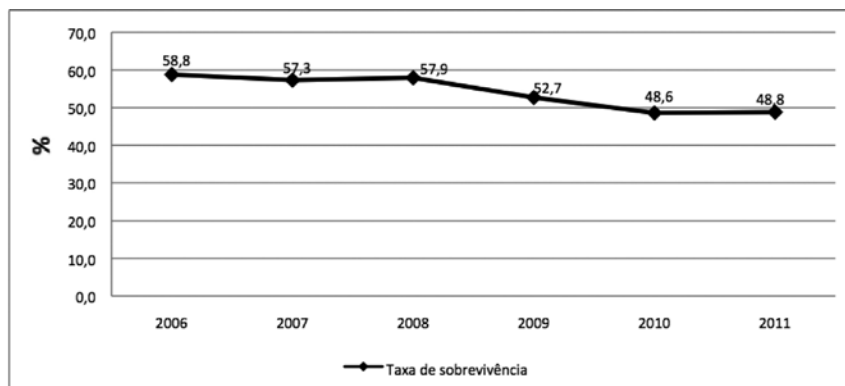
mesmo período, desapareceram mais empresas do que aquelas que nasceram.

A análise das dinâmicas demográficas do tecido empresarial português entre 1998 e 2011 permite concluir, deste modo, que na última meia década verificou-se uma perda de dinamismo em termos da iniciativa e atividade económica, traduzida numa quebra da taxa de natalidade de empresas e num agravamento da taxa mortalidade de empresas em Portugal.

Um outro indicador revelador das dinâmicas demográficas do tecido empresarial de um dado território diz respeito à taxa de sobrevivência das novas empresas (figura 4).¹⁵

A análise da taxa de sobrevivência das empresas evidencia o decréscimo contínuo da capacidade de sobrevivência das novas empresas em Portugal. Considerando a evolução ocorrida entre 2006 e 2011, período total para o qual dispomos de dados, observa-se que, em 2006, a taxa situava-se nos 58,8%, valor que desce ligeiramente nos dois anos seguintes. Em 2009, decresce para 52,7% e, entre 2010 e 2011, a taxa fixa-se em cerca de 49%, o que significa que do número total de empresas nascidas naquele período, menos de metade sobreviveu.¹⁶

Figura 4
Evolução da taxa de sobrevivência das empresas em Portugal, 2006-2011 (%)



Fonte: INE, Demografia das Empresas, 2013

¹⁵ A taxa de sobrevivência é definida como o “Quociente entre o número de empresas activas no ano n que tendo nascido no ano $n-t$, sobreviveram t anos, e o número de empresas nascidas no ano $n-t$ ”. Selecionou-se para esta análise a taxa de sobrevivência a dois anos, que é calculada segundo a seguinte fórmula: “número de empresas activas no ano n que tendo nascido no ano $n-2$ sobreviveram no ano n / número de empresas nascidas no ano $n-2 \times 100$ ”.

¹⁶ De referir que as taxas de sobrevivência das empresas calculadas a um ano apresentam valores ainda mais reduzidos.

Caracterização da atividade empreendedora emergente em Portugal (2001-2012)

Numa década caracterizada por intensas mutações socioeconómicas a análise da evolução da atividade empreendedora emergente nos países reveste-se de particular importância. De forma a completar o retrato desta realidade iniciado no ponto anterior, sinalizam-se alguns avanços e recuos nas dinâmicas de atividade empreendedora emergente em Portugal nos anos compreendidos entre 2001 e 2012, a partir do quadro 3.

Em linhas gerais, é possível identificar dois momentos distintos de evolução da atividade empreendedora emergente em Portugal: entre 2001 e 2010 verificou-se um período de alterações intensas ao nível da atividade empreendedora nacional, medida através da taxa de atividade empreendedora *early-stage* (TEA), da taxa de empreendedorismo nascente (TEN) e da taxa de empreendedorismo de novos negócios (TENN); de 2011 a 2012 verificou-se, por oposição, uma estabilização dos valores destas taxas.

Quadro 3
Indicadores de atividade empreendedora emergente em Portugal, 2001-2012
(% de população adulta 18-64 anos)

	2001	2004	2007	2010	2011	2012
Taxa de empreendedorismo nascente (TEN) (empresas até três meses de antiguidade)	2,1	2,1	4,8	1,9	4,6	4,3
Taxa de empreendedorismo de novos negócios (TENN) (empresas com antiguidade entre os três meses e três anos e meio)	3,3	1,8	4,1	2,6	3	3,6
Taxa de atividade empreendedora <i>early-stage</i> (TEA)	6,6	3,8	8,8	4,4	7,5	7,7

Nota: Não existem micro dados disponíveis da taxa TEA por género relativos aos anos de 2011 e 2012, pelo que os valores apresentados reportam-se aos dados disponibilizados no relatório do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) 2012 (*idem*:18).

Fonte: Base de dados GEM Portugal *online*

Conforme é possível observar, em 2001 e 2004, a taxa de empreendedorismo nascente (TEN) situava-se nos 2,1%, subindo, em 2007, para 4,8%. Três anos depois, em 2010, verificou-se uma queda da proporção de indivíduos envolvidos na criação de *start-ups*, tendo a TEN descido para 1,9%. Nos dois anos seguintes, contudo, a atividade empreendedora ligada a negócios nascentes aumentou, tendo a taxa subido para 4,6%, em 2011, e para 4,3%, em 2012. No que toca à atividade empreendedora ligada à gestão de novos negócios (isto é, de negócios com três meses a três anos e meio de antiguidade), medida, portanto, através da TENN, pode constatar-se estas

mesmas oscilações, mais intensas entre o período compreendido entre 2001 e 2010. Simultaneamente conclui-se que, em geral, a atividade empreendedora ligada a gestão de novos negócios é mais ténue do que a atividade empreendedora nascente em Portugal, ao longo dos anos em análise.

A taxa de atividade empreendedora *early-stage* total (TEA) espelha os padrões anteriores. Em 2001, situava-se nos 6,6%, o que significa que existiam cerca de sete empreendedores envolvidos em atividades empreendedoras *early-stage* por cada 100 indivíduos em idade adulta. Em 2004, este valor desce para quase metade (3,8%), o que significa, por sua vez, que, neste ano, cerca de quatro indivíduos em 100 estavam envolvidos neste tipo de atividades. Entre o ano de 2004 e de 2007 verificou-se um aumento para mais do dobro do número de empreendedores *early-stage* (indivíduos envolvidos em *start-ups* ou na gestão de novos negócios) (4 em 100, em 2004 e 8,8 em 100, em 2007). Este fôlego e dinamismo positivos registados ao nível da atividade empreendedora em Portugal no ano de 2007 são seguidos, contudo, por uma quebra acentuada, passando, em 2010, a existir em Portugal cerca de cinco indivíduos envolvidos em *start-ups* ou na gestão de novos negócios por cada 100 indivíduos em idade adulta. Nos anos subsequentes, entre 2011 e 2012, verificou-se uma subida e recuperação da TEA, fixando-se no valor médio de 7,6% no período destes dois anos.

A quebra acentuada registada na TEA na transição entre o ano de 2007 e 2010 poderá ser explicada pelo agudizar da conjuntura económica de recessão, que originou um retraimento das iniciativas empresariais.¹⁷ A TEN e a TEND acusam igualmente o “efeito crise” neste período. Conforme é possível concluir pela análise do quadro 3, é entre o ano de 2007 e o de 2010 que se registam as maiores quedas percentuais nestas duas tipologias de atividade empreendedora. A quebra observada neste período fica, portanto, associada a um contexto nacional pouco favorável à atividade empreendedora. Esta quebra registada em Portugal não é, de resto, exceção no contexto europeu. O estudo GEM (2010) adianta que a Espanha, a Itália e a Dinamarca apresentaram igualmente “uma redução significativa da sua taxa TEA

¹⁷ De resto, a quebra na atividade empreendedora nacional neste período foi igualmente evidente em outros indicadores por nós trabalhados, designadamente no Inquérito às Empresas 2010. Esta constatação é igualmente referida no relatório GEM 2010, onde se sublinha a convergência de indicadores de diferente natureza que assinalam o ano de 2008 como o período mais acentuado da crise económica: “Esta diminuição registada na TEA em Portugal vai ao encontro de dados estatísticos de fontes nacionais que indiciam um quadro pouco favorável ao desenvolvimento de iniciativas empreendedoras. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o emprego diminuiu, em 2009, a uma taxa de -2,8%, contrariando a tendência dos cinco anos anteriores – neste contexto, o emprego de trabalhadores por conta própria, com uma quebra de -6,6% contribuiu em mais de 30,0% para esta diminuição total. Os dados da iniciativa “Empresa na Hora” apontam para uma redução de 19%, em 2010, do número de empresas constituídas em Portugal, face ao resultado obtido no ano de 2007” (GEM, 2010:16).

face ao valor de 2007, apresentando, em 2010, resultados inferiores aos de Portugal” (GEM, 2010:16).

No que diz respeito aos dois picos de empreendedorismo observados – o primeiro em 2007 e o segundo entre 2011 e 2012 –, poder-se-ia assumir, em jeito assumidamente hipotético, que o primeiro pico verificado em 2007 deveu-se essencialmente a motivos de oportunidade, resultantes do contexto macroeconómico favorável no país, ou seja, um período de maior dinamismo em termos de iniciativa e atividade empresariais resultante do “*efeito empreendedor*”, segundo Thurik *et al.* (2008: 683); ao passo que a subida registada entre 2011 e 2012 poderia ser motivada pela necessidade, em virtude de um contexto sociopolítico nacional de austeridade e de retraimento das ofertas ao nível do mercado de trabalho por conta de outrem, que poderão, neste sentido, ter induzido uma maior procura do modelo de trabalho por conta própria como forma de inserção profissional. Neste último caso, estar-se-ia, portanto, perante um empreendedorismo decorrente do “*efeito refúgio*” (Thurik *et al.*, 2008: 683).

O que os dados do GEM permitem ainda constatar é que o perfil de *empreendedorismo emergente* nacional se encontra ancorado a uma atividade empreendedora mais intensa em termos de *negócios nascentes* ou *start-ups* (ou seja, de negócios com menos antiguidade), do que em termos de *novos negócios* (com até três anos e meio de antiguidade). Com exceção dos anos de 2001 e 2010, pode, portanto, observar-se que a proporção de indivíduos envolvidos em *start-ups* foi sempre superior à proporção de indivíduos envolvidos em novos negócios em Portugal (quadro 3).

Este padrão de *empreendedorismo emergente* nacional revela, por um lado, a dita atratividade exercida pelo trabalho por conta própria -, medida pela taxa mais elevada de empreendedorismo *nascente* (TEN), em detrimento da taxa de empreendedorismo de novos negócios (TENN) -, simultaneamente, indicia que esta iniciativa empresarial é de certa forma frágil, dado que ao longo dos anos em análise verifica-se uma menor proporção de empreendedores nacionais envolvidos em negócios com maior antiguidade (TENN). Por outras palavras, existe uma dinâmica empreendedora notável em Portugal - visível na evolução da TEN -, mas esta revela ser embrionária e com dificuldades de transição para patamares de atividade empreendedora mais estável e mais prolongada no tempo.

Por último, relativamente ao perfil setorial da atividade empreendedora

early-stage em Portugal,¹⁸ os dados do GEM revelam que a maioria da atividade empreendedora emergente nacional desenvolve-se naquilo que designam de *setor orientado para o consumidor*, que inclui todos os negócios direcionados para o consumidor final, como o retalhista, bares, restauração, alojamento, saúde, educação e lazer, entre outros (GEM 2004, 2007, 2010 e 2012).¹⁹ De acordo com os últimos resultados disponíveis, em 2012 a atividade empreendedora *early-stage* em Portugal, distribuía-se da seguinte forma: 44,9% dos empreendedores desenvolviam a sua atividade no setor orientado para o consumidor, 26,2% no setor o setor da transformação, 23,8% no setor orientado ao cliente organizacional e 5,1% no setor extrativo (GEM, 2012:17).

Considerações finais

A análise articulada dos dados selecionados e discutidos nos dois pontos anteriores permite traçar algumas considerações importantes sobre a evolução das atitudes sociais e práticas concretas face à atividade por conta própria e dinâmicas de empreendedorismo em Portugal para o período global compreendido entre 1998 e 2012. Essas considerações serão apresentadas recuperando uma das hipóteses iniciais de pesquisa. Com efeito, uma das hipóteses de partida da pesquisa mais ampla que enquadra este artigo, e os dados aqui parcialmente discutidos, postulava que *contrariamente a tendências e predisposições passadas que apontavam para uma forte propensão dos portugueses para o trabalho por conta própria, fatores como a conjuntura socioeconómica de recessão afetaram negativamente as predisposições e atitudes dos indivíduos face à iniciativa e atividade empresarial, bem como dinâmicas concretas de empreendedorismo e de atividade empresarial* (Couto, 2013: 55).

Se nos detivermos ao nível estrutural, a análise da evolução das atitudes e representações face ao empreendedorismo e ao trabalho por conta própria, com base nos dados do Inquérito Eurobarómetro sobre Empreendedorismo (2000-2012)

¹⁸ Não estão disponíveis micro dados sobre a distribuição da atividade empreendedora *early-stage* em Portugal por setores de atividade na base de dados GEM *online*, pelo que estas conclusões decorrem de análises secundárias contempladas nos diferentes relatórios GEM publicados (2001, 2004, 2007, 2010 e 2012; o relatório GEM 2011 não se encontra igualmente disponível).

¹⁹ A nomenclatura do GEM relativamente aos setores de atividade económica é distinta, estando estes agrupados nas seguintes categorias: “(i) setor extrativo: inclui agricultura, silvicultura, pescas e extração de matérias brutas; (ii) setor da transformação: inclui construção, manufatura, transporte, comunicações, utilidades e distribuição grossista; (iii) setor orientado ao cliente organizacional: inclui finanças, seguros, imobiliário e todas as atividades onde o cliente primário é outro negócio; (iv) setor orientado ao consumidor: inclui todos os negócios direcionados para o consumidor final, como o retalhista, bares, restauração, alojamento, saúde, educação e lazer, entre outros” (GEM, 2010: 20-21).

permitiu concluir, antes de mais, que nos últimos dez anos se verificou uma tendência de decréscimo da atratividade pelo trabalho por conta própria e pela iniciativa empresarial em Portugal.

Se até ao ano de 2002 a valorização da componente autonomia e independência no trabalho e a preferência de uma situação de emprego por conta própria, em detrimento do emprego por conta de outrem, indicavam uma motivação expressiva para a iniciativa económica por parte dos portugueses inquiridos, superior, como se viu, à registada para a média da UE15, o que a presente análise permitiu esclarecer, com base nos dados apurados no IEE, é que esta assinalada predisposição para a iniciativa económica, sofre um decréscimo considerável nos últimos dez anos em análise.

Tomando por referência a nossa hipótese de trabalho, estes dados permitem duas leituras importantes: uma de que em relação ao passado confirma-se uma menor propensão ou atratividade dos portugueses pelo trabalho por conta própria ao nível das atitudes e representações; outra de que esta tendência atitudinal de desmobilização face ao trabalho por conta própria assume maior expressividade na transição de 2007 para 2009, ou seja, um período coincidente com o período de agravamento ou de despoletar da conjuntura económica de recessão de 2008.

Contudo, não sendo descabido equacionar o efeito desmobilizador induzido pelo clima económico global de recessão, pelo número crescente de insolvências, entre outros aspetos, que conjuntamente poderão ter contribuído para uma predisposição menos favorável face à iniciativa económica e para a perda de atratividade do trabalho por conta própria, importa referir que esta é já uma *tendência longa* (*versus* tendência recente), cujo início se desenhou, como se viu, a partir do ano de 2002.

Em todo o caso interessa ainda realçar que apesar deste retraimento atitudinal face ao empreendedorismo, a análise realizada também demonstrou que o modelo de trabalho por conta própria mantém, no cômputo global, níveis importantes de atração no quadro da sociedade portuguesa, sobretudo quando se compara os valores de Portugal com os valores médios registados para a UE15 (cf. figuras 1 e 2), indiciando, portanto, a existência de estruturas socioculturais tendencialmente favoráveis ao trabalho por conta própria e à iniciativa empresarial.

Se no domínio das atitudes face ao empreendedorismo os resultados apontam para tendências ou reflexos *fracos*, no domínio de indicadores objetivos sobre empreendedorismo, os dados apurados denunciam, por oposição, *reflexos fortes* da conjuntura económica de recessão nas *dinâmicas concretas de empreendedorismo e de atividade empresarial*.

Com efeito, o conjunto vasto de indicadores analisados sobre atividade

empresarial convergem no mesmo sentido, indiciando o impacto negativo que a conjuntura económica global de recessão tem tido ao nível do tecido socioempresarial português. Considerando, de forma seletiva, alguns desses indicadores, designadamente a evolução de indicadores chave relativos às dinâmicas demográficas das empresas ou da iniciativa empresarial, verificou-se desde 2008, um movimento conjugado de declínio da taxa de natalidade das empresas e de aumento contínuo da taxa de mortalidade empresarial. A análise da taxa de sobrevivência das empresas evidencia igualmente um decréscimo contínuo da capacidade de sobrevivência das novas empresas criadas.

A análise realizada sobre dinâmicas demográficas do tecido empresarial português aponta, portanto, para uma perda de dinamismo da iniciativa e atividade económica na última meia década, traduzida numa quebra da taxa de natalidade de empresas, num agravamento da taxa de mortalidade e num decréscimo contínuo da taxa de sobrevivência de empresas em Portugal, neste período (cf. figura 4).

Considerando ainda a análise de âmbito mais restrito realizada, com base nos dados do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), sobre a evolução da atividade empreendedora emergente, isto é, sobre a atividade empresarial relativa à criação e desenvolvimento de empresas com menor antiguidade (*start-ups* e novos negócios), foi igualmente possível identificar uma quebra da taxa de atividade empreendedora emergente no período de transição entre 2007 e 2010, tendo o indicador TEA descido de 8,8% em 2007 para 4,4%, em 2010. Esta quebra acentuada, contraria o fôlego e dinamismo positivos registados entre os anos de 2004 e de 2007, nos quais se verificou um aumento para mais do dobro do número de empreendedores *early-stage* (4 em 100, em 2004 e 8,8 em 100, em 2007) e, mais uma vez, denuncia o agudizar da conjuntura económica de recessão, que originou um retraimento das iniciativas empresariais neste período, em linha com a discussão realizada com base no confronto de diferentes fontes e dados empíricos sobre atividade empresarial e empreendedorismo em Portugal.

Referências bibliográficas

- ALDRICH, Howard E. (2005), “Entrepreneurship”, in Neil J. Smelser; Richard Swedberg (eds.), *The Handbook of Economic Sociology*, New York, Princeton University Press, pp. 451-477.
- ALDRICH, Howard; KIM, Phillip (2007), “A life course perspective on occupational inheritance: self-employed parents and their children”, in Martin Ruef; Michael Lounsbury (orgs.), *The sociology of entrepreneurship*, Oxford, Elsevier Lda., pp. 33-82.
- AUDRETSCH, David B. (2002), *Entrepreneurship: a Survey of the Literature*, Londres, Comissão Europeia.
- BAPTISTA, Rui, André van Stel; THURIK, A. Roy (2005), “Entrepreneurship, industrial re-structuring and unemployment in Portugal”, in Enrico Santarelli (ed.), *Entrepreneurship, Growth and Innovation: the dynamics and industries. International studies in entrepreneurship*, Springer Verlag.
- BAPTISTA, Rui; THURIK, A. Roy (2007), “The relationship between entrepreneurship and unemployment: Is Portugal an outlier?”, *Technological Forecasting and Social Change*, 74, pp. 75-89.
- BLANCHFLOWER, David G.; OSWALD, Andrew (2009), “What makes a young entrepreneur?”, in Andy Furlong (ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood. New Perspectives and Agendas*, New York, Routledge, pp. 188-199.
- BURTON, M. Diane; SORENSON, Jesper; BECKMAN, Christine (2002), “Coming from good stock: career histories and new ventures formation”, in M. Lounsbury; M. Vantresca, *Research in the sociology of organizations*, 19, pp. 229-262.
- CABRAL, Manuel Villaverde et al. (1998), *Atitudes Sociais dos Portugueses. Orientações perante o Trabalho (Base de Dados 1997)*, Lisboa, ICS.
- CABRAL, Manuel Villaverde, VALA, Jorge; FREIRE, João (2000), *Trabalho e Cidadania*, Lisboa, ICS.
- COMISSÃO EUROPEIA (2000), *Flash Eurobarometer (83): Entrepreneurship. Analytical Report*, Bruxelas, Comissão Europeia.
- (2007), *Flash Eurobarometer (192): Entrepreneurship Survey of the EU (25 Member States), United States, Iceland and Norway. Analytical Report*, Bruxelas, Comissão Europeia.
- (2009), *Flash Eurobarometer (283): Entrepreneurship in the EU and beyond*, Bruxelas, Comissão Europeia.
- (2012), *Flash Eurobarometer (354): Entrepreneurship in the EU and beyond*, Bruxelas, Comissão Europeia.
- COUTO, Ana Isabel (2009), “Elementos para a caracterização do movimento de empreendedorismo em Portugal: actores, políticas públicas e PME”, in *Atas do XIII Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (ENSIOT): Viver o Trabalho, Estratégias e Políticas de Mobilidade Positiva*, Lisboa, APSIOT.
- (2013), *As Pequenas e Médias Empresas e os seus Empresários: Diversidade de Contextos e de Percursos de Empreendedorismo em Portugal*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.
- DUNN, T. A. e D. J. Holtz-Eakin (2000), “Financial capital, human capital, and the transition to self-employment: evidence from intergenerational links”, *Journal of Labor Economics*, 18, (2), pp. 282-305.
- EIM BUSINESS & POLICY RESEARCH (2012), *Do SMEs create more and better jobs?*, Zoetermeer The Netherlands, EIM.
- ELDER, Glen H. (1999 [1974]), *Children of the great depression: social change in life experience*, Boulder, Westview press.
- ESTANQUE, Elísio; MENDES, José Manuel (1997), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um*

COUTO, Ana Isabel (2017), “Atitudes sociais face ao trabalho por conta própria em tempos de crise: da valorização do trabalho por conta própria a um retraimento da iniciativa empresarial”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, pp. 73 - 94

Estudo Comparativo, Porto, Afrontamento.

- EVANS, David S.; LEIGHTON, Linda S. (1989), “Some empirical aspects of entrepreneurship”, *The American Review*, 79 (3), pp. 519-535.
- FAIRLIE, R. W.; ROBB, A. (2007), “Families, human capital and small business: evidence from the characteristics of business owners survey”, *Industrial and labour relations review*, 60, (2), pp. 225-245.
- FREIRE, João *et al.* (2000), *Atitudes face ao Emprego, Trabalho e Tempo Livre. Os processos de motivação para o trabalho, a formação e a iniciativa*, Lisboa, OEFP.
- FREIRE, João (2008), *Economia e sociedade. Contributos para uma sociologia da vida económica em Portugal na viragem do século*, Oeiras, Celta Editora.
- GAROFOLI, V. G. (1988), “Formazione di nuove imprese e sviluppo locale”, em Antonelli C. *et al.* (eds.), *Le politiche di sviluppo locale*, Milão, Franco Angeli.
- GEM (2004), *The Global Entrepreneurship Monitor 2004 Portugal Executive Report*, Lisboa, FEUNL e SPI.
- (2007), *The Global Entrepreneurship Monitor Projecto GEM Portugal 2007*, Lisboa, SPI e IAPMEI.
- (2010), *The Global Entrepreneurship Monitor Portugal 2010. Estudo sobre o empreendedorismo*, SPI Ventures e IAPMEI.
- (2012), *The Global Entrepreneurship Monitor Portugal 2012. Estudo sobre o empreendedorismo*, SPI Ventures e ISCTE-IUL.
- Guerreiro, Maria das Dores (1996), *Famílias na actividade empresarial. PME em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- INE (2013), *Sistema integrado de metainformação*, Lisboa, INE.
- (2013), *Empresas em Portugal. Perfil das sociedades 2011*, Lisboa, INE.
- MARQUES, A.P.; COUTO, Ana Isabel; ROCHA, Paula (2016), “Estudos de caso: boas práticas no ensino superior”, in A. Marques (coord.), *Aprendizagens empreendedoras, cooperação e mercado de trabalho: boas práticas no ensino superior*, Braga, Editora Húmus
- PARKER, Simon C. (2004), *The economics of self-employment and entrepreneurship*, Cambridge, Cambridge University Press.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (1995), “Atitudes da população portuguesa perante o trabalho”, *Organizações e Trabalho*, 14, pp. 33-63.
- SØRENSEN, Jesper B. (2007), “Closure and exposure: mechanisms in the intergenerational transmission of self-employment”, em Martin Ruef e Michael Lounsbury (orgs.), *The sociology of entrepreneurship*, Oxford, Elsevier Lda, pp. 83-124.
- SWEDBERG, Richard (2000), “The social science view of entrepreneurship: introduction and practical applications”, in Richard Swedberg (org.), *Entrepreneurship: The social science view*, Oxford, Oxford University Press, pp.7-44.
- TAYLOR, Mark (2011), “Self-employment flows and persistence: a european comparative analysis”, *Institute for Social and Economic Research Working Paper Series*, 26, pp. 1-49.
- THORNTON, Patricia H. (1999), “The sociology of entrepreneurship”, *Annual Review of Sociology*, 25, pp. 19-46.
- THURIK, Roy A.; CARREE, Martin A.; STEL, André van; AUDRETSCH, David B. (2008), “Does self-employment reduce unemployment?”, *Journal of Business Venturing*, 23, pp. 673-686.

COUTO, Ana Isabel (2017), “Atitudes sociais face ao trabalho por conta própria em tempos de crise: da valorização do trabalho por conta própria a um retraimento da iniciativa empresarial”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, pp. 73 - 94

Ana Isabel Couto. Professora do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP-IPP), (Porto, Portugal) e da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (ESE-IPP) (Porto, Portugal). Investigadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. *E-mail:* aicouto@letras.up.pt

Artigo recebido em 24 de maio de 2016. Publicação aprovada em 21 de novembro de 2016.

Proposta de modelo explicativo das percepções sobre gestão e políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
Centro de Administração e Políticas Públicas

Susana Isabel da Silva Santos

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
Centro de Administração e Políticas Públicas

João Abreu de Faria Bilhim

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
Centro de Administração e Políticas Públicas

Resumo

O problema da gestão e das políticas públicas em matérias de cibersegurança e cibercrime não tem sido alvo de um programa de investigação empírica à altura da sua importância e atualidade. Neste texto são apresentados os resultados de um estudo empírico sobre as percepções dos cidadãos portugueses face a esta temática. Os resultados colocam a descoberto uma aparente contradição: apesar de as percepções dos cidadãos acerca das dimensões independentes do modelo proposto serem favoráveis, as percepções acerca da ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime não o são.

Palavras-chave: percepção; segurança tecnológica; políticas públicas.

Proposal of explanatory model for the perceptions on public policies and management in matters of cybersecurity and cybercrime

Abstract

The problem of public policies and management in matters of cybersecurity and cybercrime has not been the subject of an empirical research program that can live up to its importance and actuality. In this paper the results of an empirical study on the perceptions of Portuguese citizens on this theme are presented. The results uncover an apparent contradiction: despite the fact that perceptions of citizens regarding the independent dimensions of the model are favorable, the perceptions about the States' action in matters of cybersecurity and cybercrime are not.

Keywords: perception; technology security; public policy.

Proposition de modèle explicatif pour les perceptions sur la gestion et politiques publiques en matière de cyber-sécurité et cybercriminalité

Résumé

Le problème de la gestion et des politiques publiques en matière de cyber-sécurité et cybercriminalité n'a pas fait l'objet d'un programme de recherche empirique qui peut vivre jusqu'à son importance et l'actualité. Dans cet article, les résultats d'une étude empirique sur les perceptions des citoyens portugais à ce sujet sont présentés. Les résultats dévoilent une contradiction apparente : malgré le fait que les perceptions des citoyens concernant les dimensions indépendantes du modèle sont favorables, les perceptions au sujet de l'action de l'État en matière de cyber-sécurité et cybercriminalité ne sont pas.

Mots-clés: perception; sécurité de la technologie; politiques publiques.

Propuesta de modelo explicativo de las percepciones sobre la gestión y políticas públicas en materia de ciberseguridad y crímenes informáticos

Resumen

El problema de la gestión y políticas públicas en materia de ciberseguridad y crímenes informáticos no ha sido objeto de un programa de investigación empírica a la altura de su importancia y actualidad. En este trabajo se presentan los resultados de un estudio empírico sobre las percepciones de los ciudadanos portugueses sobre esta cuestión. El resultado coloca a descubierto una aparente contradicción: a pesar de percepciones favorables de los ciudadanos sobre las dimensiones independientes del modelo, las percepciones acerca de la acción del Estado en materia de ciberseguridad y crímenes informáticos no lo son.

Palabras-clave: percepción; seguridad de la tecnología; políticas públicas.

1. Introdução e referencial teórico

A segurança cibernética constitui um dos principais desafios para os Estados em matéria de Segurança. Segundo os números dos últimos anos¹, a criminalidade informática tem vindo a aumentar consideravelmente, sendo possível extrapolar que, dentro de cerca de uma década, possa atingir mais de 10% da totalidade dos crimes cometidos em Portugal (Correia e Jesus, 2016). Este padrão parece não só resultar das múltiplas e inovadoras possibilidades e especificidades intrínsecas ao meio digital, mas também de uma permuta instrumental e espacial, do meio físico para o meio digital, que tem vindo a resultar num imperativo crescente de combate ao crime e manutenção da segurança em meio informático (Goodman, 2015). A disseminação das tecnologias de informação e comunicação, associada ao fenómeno das grandes

¹ Estatísticas Oficiais da Justiça, disponíveis em www.siej.dgpi.mj.pt.

bases de dados (*bigdata*), resultam numa enorme fragilidade, transversal não só à normal atividade dos Estados (particularmente nas comunicações G2G e G2C), mas também das empresas e dos próprios indivíduos.

O enquadramento teórico contemporâneo da administração pública, resultante, em parte, da evolução de modelos mais antigos como o da administração burocrática de Weber, permitiu o desenvolvimento de um conjunto de novas correntes de pensamento entre as quais se destaca a governança (Hill, 2005). Segundo Kettl (2000), a governança está assente num conjunto de princípios de que se destacam a produtividade, a orientação para a prestação de serviços, a descentralização, as políticas públicas e a responsabilização. É sob a égide dos princípios supracitados que a governança se caracteriza como uma teoria de cariz multidisciplinar, que aborda a contratação externa em mercado livre, procurando explicar a articulação da ação de entes públicos e privados, com foco na eficácia das políticas públicas e tendo como objetivo final a satisfação do cidadão (Frederickson *et al.*, 2012).

A governança operacionaliza-se através de mecanismos como subsídios, contratos e acordos de cooperação (Milward e Provan, 2000). Rehfuss (1989) aponta como vantagens do recurso à contratualização o acesso a um vasto leque de profissionais especializados e a um mercado genuíno, que permite ao governo obter o melhor produto ao melhor preço. É, neste sentido, que se assume que os padrões desejados de atuação da boa gestão pública passam pela prestação de bens e serviços públicos de qualidade, de forma eficiente, transparente e sustentável. Dito de outra forma, é possível afirmar que a essência desta corrente teórica, governança, se encontra na administração e na implementação de políticas públicas através de redes e parcerias entre governo, empresas e associações da sociedade civil (Pollitt e Bouckaert, 2011).

A estrutura centralizada, altamente hierárquica e focada no cumprimento de leis, deu atualmente lugar a uma estrutura focada no desenvolvimento e eficácia das políticas públicas nas diversas áreas de atuação do Estado (Frederickson *et al.*, 2012). Segundo Peters e Pierre (2006) este modelo realça as possibilidades de interação entre diferentes atividades, integradas numa mesma política pública, em diferentes momentos, diferentes locais e através de diversos intervenientes. Por outro lado, pelo seu carácter de multidisciplinaridade, especialização e interação com mercados em livre concorrência, Hay (2002) afirma que a elaboração de políticas públicas compele à consideração daquilo a que se pode dar o nome de variáveis-extra-políticas, isto é, variáveis em que o investigador deve conjugar, além dos fatores políticos, fatores sociológicos, económicos, culturais ou históricos.

Note-se ainda que, segundo Pollitt e Bouckaert (2011), há uma clara distinção

entre o paradigma continental europeu e o paradigma dos países anglo-saxónicos. No modelo europeu, o Estado tem um papel central, com uma forte ação modeladora da conduta da sociedade, sendo que os valores que imperam são os da legalidade e da equidade (Levi-Faur e Vigoda-Gadot, 2004). Já no modelo dos países anglo-saxónicos, precursores da aproximação da administração pública com a privada (Bilhim e Correia, 2016), a presença do Estado é ténue, bastante limitada, enquanto outros agentes sociais assumem funções de relevo (Levi-Faur e Vigoda-Gadot, 2004). Por isso mesmo, em Portugal, onde prevalece o paradigma europeu continental, é notória uma clara transferência dos valores que pautam este dualismo e que se encontram plasmados no próprio *modus operandi* aquando a abordagem da gestão e das políticas públicas: o Estado tem um claro papel interventivo, baseado predominantemente no uso da lei. Os aspetos legais são, como tal, incontornáveis para qualquer modelo que se proponha explicar as perceções sobre gestão e políticas públicas em geral e, em particular, as perceções sobre gestão e políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime.

2. O contexto das políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime em Portugal

O tema do crime e da justiça criminal tem vindo a ser abordado do ponto de vista das políticas públicas (Peters e Pierre, 2006). No século XX prevaleceu aquilo a que se pode chamar um consenso partidário sobre a melhor forma de lidar com o crime, assente em binómios chave como punir e reinserir (*ex-post*) ou prevenir e orientar (*ex-ante*) (Peters e Pierre, 2006).

Howlett e Ramesh (2009) postulam a existência de três grandes grupos de medidas enquanto instrumentos de políticas públicas. Instrumentos voluntários, que incluem a família e comunidade, organizações voluntárias, e mercados privados; instrumentos combinados, que incluem informação e persuasão, subsídios, e impostos e taxas de utilização; e instrumentos compulsórios, que incluem regulação, empresas do setor público, e provisionamento direto. A pertinência da avaliação das políticas públicas e uma criteriosa escolha dos instrumentos utilizados, em matéria de criminalidade, tendo em conta a relação entre custos e impactos gerados, evidencia a possibilidade de conceber um portfólio de estratégias com altas taxas de retorno de investimento que, inclusive a longo prazo, se podem traduzir em reduções da carga fiscal (Aos *et al.*, 2006).

Segundo McGuire e Dowling as especificidades no cibercrime, que se traduzem

em desafios à formulação de medidas fundadas em evidências empíricas, dizem respeito à falta de mecanismos de distinção entre crime *online* e *offline*; à não participação da totalidade de incidentes cibernéticos (quer pelos privados quer pelas empresas) e ao desconhecimento de que certo tipo de atividades constituem crimes; a inconsistências na medição e definição de crime cibernético (ausência de homogeneidade); à natureza global, objetivamente não limitada por fronteiras nacionais; e ao potencial que este tipo de atividades tem para ser realizado em grande escala, resultando eventualmente numa interação entre transgressor-vítimas muito distinta dos padrões convencionais no crime *offline* (McGuire e Dowling, 2013).

Em Portugal, a estratégia atualmente definida no que concerne à segurança do ciberespaço, assenta em seis eixos, associados à estrutura e segurança do ciberespaço, respeitante à coordenação político-estratégica, coordenação das demais estruturas nacionais com o recém-criado Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), desenvolvimento da capacidade de ciberdefesa e da capacidade de resposta a incidentes (nomeadamente através da coordenação com as CSIRT²); ao combate ao cibercrime, através da revisão e atualização (periódica) da legislação, e da melhoria das capacidades técnicas e humanas da Polícia Judiciária; à proteção do ciberespaço e das infraestruturas, através de uma maior robustez dos sistemas e da informação associada, e de mecanismos de deteção antecipada de ameaças; à educação, sensibilização e prevenção, através de campanhas, ações de formação, promoção da utilização segura das TIC (nomeadamente nos grupos de risco); à investigação e desenvolvimento, com a promoção, estímulo e apoio à investigação e desenvolvimento do conhecimento necessário à manutenção da segurança informática; e à cooperação entre aliados e parceiros nacionais e internacionais (nomeadamente com CSIRTs, União Europeia e NATO) (Portugal, 2015).

Apesar do crescimento da informação relativa aos perigos e incidentes cibernéticos, e do apelo à manutenção de um ambiente *online* seguro, são poucos os estudos empíricos que avaliam as perceções dos cidadãos nesta matéria, especialmente no que diz respeito a potenciais fatores explicativos das perceções dos cidadãos sobre a ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime. É exatamente neste sentido que o presente artigo procura dar o seu contributo.

² Computer Security Incident Response Team. Para detalhes sobre os objetivos e as equipas da rede nacional, consultar: <http://fe02.cert.pt/index.php/rede-nacional-csirt/objectivos> e <http://fe02.cert.pt/index.php/rede-nacional-csirt/directorio>.

3. Modelo de investigação

O enquadramento teórico-conceitual anteriormente apresentado, quando contextualizado na sociedade portuguesa e quando articulado com o tema da ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime, permite associar à gestão pública e às políticas públicas, neste particular, um conjunto de conceitos macro, implícita ou explicitamente veiculados, promovidos e/ou garantidos por um conjunto vasto e difuso de valores, padrões de conduta de cidadãos e entidades públicas e privadas, regulamentos e leis, que visam alcançar a cibersegurança e evitar o cibercrime. Como tal, é possível constatar que as percepções dos cidadãos sobre a ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime (o *output*) estão intimamente ligadas a conceitos macro como segurança dos dados informáticos, familiarização com as tecnologias, monitorização informática de atividades, e confidencialidade ou uso indevido desses mesmos dados (os *inputs*).

Seguindo esta linha de raciocínio, neste artigo, é proposto um modelo teórico para a formação das percepções sobre gestão e políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime, que se encontra representado na Figura 1.

Figura 1
Modelo teórico de percepções sobre políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime



Fonte: elaboração própria.

No modelo apresentado na figura 1, parte-se do pressuposto que as variáveis latentes segurança dos dados e familiarização; tecnologia e monitorização de atividades; e confidencialidade e uso indevido, influenciam as percepções sobre a ação

do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime. Como tal, foram formuladas três hipóteses de investigação:

H1 – A variável latente segurança dos dados e familiarização tem impacto positivo direto na variável latente ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime.

H2 – A variável latente tecnologia e monitorização de atividades tem impacto positivo direto na variável latente ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime.

H3 – A variável latente confidencialidade e uso indevido tem impacto positivo direto na variável latente ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime.

4. Metodologia

Na investigação empírica, a opção recaiu sobre um inquérito por questionário enquanto instrumento de recolha de dados. Esse mesmo instrumento de recolha de dados incorporou 15 questões: 10 questões de escala referentes a percepções sobre segurança tecnológica e assuntos conexos e cinco questões de caracterização pessoal dos inquiridos.

As questões relativas às percepções sobre segurança tecnológica (e assuntos conexos) tiveram por base a realidade e o contexto português, nomeadamente, fatores como o grau de disseminação da tecnologia, o enquadramento legal e a sofisticação típica dos utilizadores.

A listagem detalhada dos 10 indicadores (ou variáveis de medida) referentes às percepções sobre segurança tecnológica encontra-se no Quadro I. Neste quadro é possível encontrar as questões colocadas aos inquiridos, a incorporação de conjuntos de indicadores nas quatro variáveis latentes propostas (dimensão segurança dos dados e familiarização; dimensão tecnologia e monitorização de atividades; dimensão confidencialidade e uso indevido; e dimensão ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime) e as respetivas fontes e conceitos de referência associados a cada uma dessas questões e dimensões.

Quadro 1
Questões colocadas aos inquiridos, dimensões agregadoras e respetivas fontes e conceitos de referência

Dimensões	Questões colocadas	Fontes e Conceitos Referência
Segurança dos dados e familiarização	SDF 1 – Como classifica o seu entendimento do conceito de “Cibercrime”?	Elaboração própria com base no conceito de cibercrime (União Europeia, 2001; Marques e Martins, 2006).
	SDF 2 – Sente-se familiarizado com a noção de “Cibersegurança”?	Elaboração própria com base no conceito de cibersegurança (Johnson, 2015; Portugal, 2015).
	SDF 3 – Que importância atribui à segurança dos dados dos seus dispositivos digitais?	Elaboração própria com base no conceito genérico de privacidade; conceito particular: dados e dispositivos digitais (Portugal, 2009; Correia e Jesus, 2013).
Tecnologia e monitorização de atividades	TMA 1 – Concorda com a vulgarização do uso da videovigilância em espaços públicos?	Elaboração própria com base no conceito genérico de privacidade; conceito particular: videovigilância (Portugal, 2012, 2013; Correia e Jesus, 2013).
	TMA 2 – Concorda com o uso de sistemas de localização geográfica (vulgo GPS) a fim de localizar pessoas?	Elaboração própria com base no conceito genérico de privacidade; conceito particular: sistemas de localização - GPS (Enge, 1994; Correia e Jesus, 2013).
	TMA 3 – Concorda com a utilização de registos de identificação/horário de entrada/saída?	Elaboração própria com base no conceito genérico de privacidade; conceito particular: registo de entradas e saídas (Portugal, 1998, 2013; Correia e Jesus, 2013).
Confidencialidade e uso indevido	CUI 1 – As entidades públicas, consoante a sua atribuição, detêm dados dos cidadãos. Qual a importância de estas informações permanecerem confidenciais? (escala invertida)	Elaboração própria com base no conceito genérico de privacidade; conceito particular: dados pessoais (Portugal, 1998, 2013; Correia e Jesus, 2013).
	CUI 2 – Considera provável que os seus dados venham a ser usados de forma a prejudica-lo ou para favorecer terceiros (por exemplo economicamente)?	Elaboração própria com base no conceito genérico de crime informático; conceito particular: fraude informática (União Europeia, 2001; Marques e Martins, 2006).
Ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime	AEMCC 1 – Como avalia o seu conhecimento da legislação e dos organismos que, em Portugal, se ocupam da criminalidade informática?	Elaboração própria com base no conceito genérico do conhecimento da legislação e entidades de serviço público; conceito particular: cibercrime (União Europeia, 2001; Marques e Martins, 2006).
	AEMCC 2 – Como classifica a eficácia da atuação do Estado em matéria de segurança informática?	Elaboração própria com base no conceito genérico de eficácia; conceito particular: segurança do ciberespaço (Mullins, 2007; Portugal, 2015).

Fonte: adaptado e expandido a partir do trabalho de Correia *et al.*, (2017, *in press*).

Por forma a quantificar as 10 variáveis de medida integrantes das quatro variáveis latentes propostas no modelo em análise, foram empregues escalas de Likert com âncoras nos extremos (para o extremo inferior – *nível muito baixo*; extremo superior – *nível muito alto*) e 10 pontos³, tendo sempre sido garantida aos inquiridos a opção de escolher a resposta *não sabe/não responde*.

Das cinco variáveis de caracterização pessoal dos inquiridos constaram as variáveis: idade, sexo, região de residência (NUTS II), nível de escolaridade e frequência de utilização da internet.

A disponibilização e aplicação do questionário ocorreram em dois formatos, *online* e em papel (presencial), entre os dias 6 de julho e 28 de julho de 2015. Durante o período de recolha foram obtidas 1.216 respostas, das quais 1.168 foram consideradas como válidas, consubstanciando uma dimensão amostral que permite calcular a precisão absoluta do estudo como sendo de 2,999% (0,02999)⁴. O grupo de respondentes apresentou uma idade média de 34,03 anos⁵. Dos 1.168 inquiridos, 617 (52,8%) eram do sexo feminino e 546 (46,8%) do sexo masculino (tendo ainda sido registados cinco valores omissos, correspondendo a 0,4%). Quanto à região de residência (NUTS II), 62 respondentes (5,3%) residiam na região Norte, 117 (10,0%) residiam na região Centro, 886 (75,9%) residiam na região de Lisboa, 48 (4,1%) residiam na região do Alentejo, 17 (1,5%) residiam na região do Algarve, 17 (1,5%) residiam na região autónoma dos Açores e 8 (0,7%) residiam na região autónoma da Madeira (tendo ainda sido registados 13 valores omissos, correspondendo a 1,1%). Quanto ao nível de escolaridade, 21 respondentes (1,8%) afirmaram ter até quatro anos de escolaridade, 19 (1,6%) afirmaram ter 5 ou 6 anos de escolaridade, 68 (5,8%) afirmaram ter 7, 8 ou 9 anos de escolaridade, 384 (32,9%) afirmaram ter 10, 11 ou 12 anos de escolaridade, 502 (43,0%) afirmaram ser licenciados, 144 (12,3%) afirmaram ser mestres e 26 (2,2%) afirmaram ser doutorados (tendo ainda sido registados quatro valores omissos, correspondendo a 0,3%). Finalmente, no que concerne à frequência de utilização da internet, 38 (3,3%) afirmaram não utilizar a internet, 27 (2,3%) afirmaram utilizar a internet uma ou duas vezes por semana, 53 (4,5%) afirmaram utilizar a internet 3 a 5 vezes por semana, 671 (57,4%) afirmaram

³ A opção por escalas de Likert numéricas e por intervalo com 10 pontos garante, face a escalas de cinco ou sete pontos, uma maior variabilidade dos resultados obtidos, garantindo maior qualidade e robustez dos procedimentos estatísticos efetuados. Um tratamento, em maior detalhe, deste tópico, pode ser consultado, por exemplo, em Correia (2012: 140-144).

⁴ Cálculo efetuado com base na fórmula para a dimensão amostral para proporções; nível de confiança de 95,00% (0,9500); adoção de uma postura metodologicamente cautelosa que assume a existência de um cenário de variância máxima e dimensão populacional infinita.

⁵ Mediana de 32,00 anos; desvio-padrão de 14,22 anos.

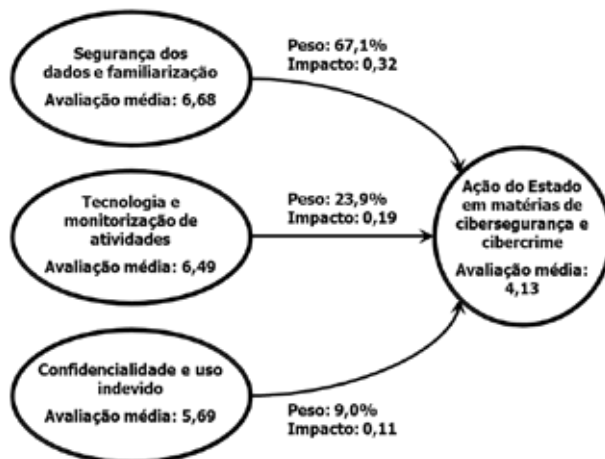
utilizar a internet diariamente e 357 (30,6%) afirmaram utilizar a internet mais de 3 horas, diariamente (tendo ainda sido registados 22 valores omissos, correspondendo a 1,9%).

A formação das quatro variáveis latentes com base nas 10 variáveis de medida associadas às percepções sobre políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime, bem como a estimação do modelo proposto na Figura 1 foram realizadas por intermédio da aplicação de um modelos de equações estruturais (metodologia *SEM*), que permitiu a atribuição de um impacto e de um peso à influência de cada dimensão independente (segurança dos dados e familiarização; tecnologia e monitorização de atividades; e confidencialidade e uso indevido) na dimensão dependente (ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime)⁶.

5. Resultados

A análise da Figura 2 permite concluir que, para o modelo teórico proposto na Figura 1, as avaliações médias das dimensões segurança dos dados e familiarização; tecnologia e monitorização de atividades; confidencialidade e uso indevido; e ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime são, respetivamente, 6,68; 6,49; 5,69; e 4,13 pontos.

Figura 2
Resultados do modelo de percepções sobre políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime



Fonte: elaboração própria.

⁶ Esta metodologia encontra-se descrita de forma mais detalhada em Tenenhaus *et al.* (2005) ou Correia (2012: 162-170). Exemplos de aplicação similar podem ser consultados, por exemplo, em Correia (2013), Correia *et al.* (2013), Correia e Bilhim (2014), ou Correia e Garcia (2015).

Adotando 5,00% como nível de significância, é possível afirmar que o aumento de 1 ponto na avaliação média da variável latente independente segurança dos dados e familiarização teria um impacto direto de 0,32 pontos na variável latente dependente ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime, o aumento de 1 ponto na avaliação média da variável latente independente tecnologia e monitorização de atividades teria um impacto direto de 0,19 pontos na variável latente dependente ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime, e o aumento de 1 ponto na avaliação média da variável latente independente confidencialidade e uso indevido teria um impacto direto de 0,11 pontos na variável latente dependente ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime. A variável latente independente que apresenta maior peso na formação das percepções sobre a variável latente dependente ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime é a variável latente independente segurança dos dados e familiarização, com um contributo de cerca de 67,1%, seguida da variável latente independente tecnologia e monitorização de atividades, com um contributo de cerca de 23,9% e da variável latente independente confidencialidade e uso indevido, com um contributo de cerca de 9,0%.

O Quadro 2 apresenta os índices de qualidade do modelo proposto. Tendo como referência os critérios de avaliação da qualidade deste tipo de modelos (Fornell e Cha, 1994; Tenenhaus *et al.*, 2005; Karim, 2009), o modelo proposto apresenta um coeficiente de determinação ajustado relativamente baixo, um índice de bondade do ajustamento moderado e Estatísticas de Stone-Geisser (Stone, 1974; Geisser, 1975) globalmente aceitáveis⁷.

Quadro 2
Índices de qualidade do modelo explicativos da variável latente dependente ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime

Parâmetro	Modelo
R^2	0,162
R^2 -ajustado	0,161
Índice de Bondade do Ajustamento (GoF)	0,329
Estatísticas Q^2 de Stone-Geisser	
SSO	317.273
SSE	90.782
SSE'	363.959
H^2	0,714
F^2	-0,147

Fonte: elaboração própria.

⁷ Informações adicionais sobre os parâmetros do modelo (estimativas das médias das variáveis de medida e correlações entre as variáveis latentes) podem ser encontradas no Apêndice, apresentado no final do texto.

O modelo proposto permitiu confirmar a validade amostral de todas as hipóteses avançadas neste texto: H1, H2 e H3⁸.

Os dados apresentados na Figura 2 e descritos no texto, complementados pela informação constante do Apêndice, colocam em evidência que, em Portugal, as percepções médias face a qualquer uma das três variáveis latentes independentes consideradas no estudo são favoráveis (sempre superiores a 5 pontos em 10 possíveis), oscilando entre um valor mínimo de 5,69 pontos, relativo à dimensão confidencialidade e uso indevido, e um valor máximo de 6,68 pontos, relativo à dimensão segurança dos dados e responsabilização. Contudo, não obstante os valores favoráveis obtidos ao nível das dimensões independentes do modelo, a dimensão dependente, ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime, apresenta um valor médio desfavorável para as percepções, correspondendo a 4,13 pontos. Dignos de relevo são ainda os indicadores SDF 3 (que importância atribui à segurança dos dados dos seus dispositivos digitais), TMA 1 (concorda com a vulgarização do uso da videovigilância em espaços públicos) e SDF 1 (como classifica o seu entendimento do conceito de "Cibercrime"), que apresentam as avaliações médias mais elevadas (as avaliações médias destas variáveis de medida foram, respetivamente, 8,43; 6,98 e 6,72 pontos). Em sentido contrário, destacam-se as variáveis de medida AEMCC 1 (como avalia o seu conhecimento da legislação e dos organismos que, em Portugal, se ocupam da criminalidade informática), AEMCC 2 (como classifica a eficácia da atuação do Estado em matéria de segurança informática) e CUI 1 (as entidades públicas, consoante a sua atribuição, detêm dados dos cidadãos. Qual a importância de estas informações permanecerem confidenciais?), pelos seus valores desfavoráveis (as avaliações médias destes indicadores foram, respetivamente, 4,22; 3,90 e 2,53 pontos).

6. Discussão e conclusões

O principal objetivo da investigação empírica cujos resultados são apresentados neste artigo consistiu em testar a existência de relações de causalidade entre as dimensões relacionadas com a ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime (Quadro 1). O modelo de equações estruturais proposto para as relações

⁸ Note-se que, no presente estudo, considerou-se a validade amostral como confirmada sempre que se registou um p-valor < 0,05 para o impacto direto entre as dimensões em análise. De modo similar, considerou-se a validade amostral como infirmada sempre que se registou um p-valor ≥ 0,05 para o impacto direto entre as dimensões em análise.

causais entre as quatro variáveis latentes utilizadas na pesquisa pode ser encontrado na Figura 1.

O Quadro 3 e os Quadros 4 e 5 (estes últimos constantes do Apêndice apresentado no final do texto) permitem afirmar que as medidas e os índices de qualidade do modelo apresentam evidências estatísticas de um ajuste razoável.

Em termos de resultados, o modelo de equações estruturais (Figura 2) revela coeficientes de impacto estatisticamente significativos para níveis de significância de 0,05 (p-valores todos inferiores a 0,05)⁹. Assim sendo, foram confirmadas as validades amostrais das três hipóteses inicialmente avançadas: H1, H2 e H3. Por isso mesmo, pode ser considerada como válida a seguinte afirmação: as percepções dos cidadãos sobre as variáveis latentes segurança dos dados e familiarização; tecnologia e monitorização de atividades; e confidencialidade e uso indevido têm impacto direto e positivo nas percepções dos cidadãos sobre a variável latente ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime.

É possível concluir, pelo acima exposto, que o modelo para as percepções sobre a ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime, avançado neste texto, é globalmente válido, não obstante os ganhos futuros que possam vir a ser obtidos em termos da sua qualidade e robustez. Os resultados consubstanciam-se ainda na validade do modelo de medida para as percepções face à ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime, composto por 10 indicadores (Quadro 1), contributo original deste trabalho e que teve por base considerações sobre a realidade Portuguesa, conceitos de referência constantes da literatura académica, e a legislação nacional e europeia sobre esta temática (Enge, 1994; União Europeia, 2001; Marques e Martins, 2006; Mullins, 2007; Correia e Jesus, 2013; Jonhson, 2015; Portugal, 1998, 2009, 2012, 2013, 2015).

Foi também possível tornar evidente que, apesar das percepções médias favoráveis obtidas nas dimensões independentes (segurança dos dados e familiarização: 6,68 pontos; tecnologia e monitorização de atividades: 6,49 pontos; e confidencialidade e uso indevido: 5,69 pontos), a dimensão dependente ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime não goza de níveis de percepção favoráveis por parte dos cidadãos (4,13 pontos). O mesmo é dizer que os inquiridos se encontram globalmente pouco satisfeitos com a ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime. Ora, se as percepções médias dos cidadãos face às variáveis latentes associadas à

⁹ Efetivamente, os coeficientes de impacto continuam válidos mesmo que em vez dos habituais níveis de significância de 5,00%, sejam considerando níveis de significância tão restritivos como 0,10%, o que reforça a robustez e confiança no modelo proposto.

segurança dos dados e familiarização; à tecnologia e monitorização de atividades; e à confidencialidade e uso indevido são todas favoráveis e a percepção dos cidadãos face à ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime não espelha esses resultados, é possível conjecturar quanto à existência de um enviesamento conjuntural das percepções no sentido de uma apreciação pouco objetiva da gestão pública e das políticas públicas nestas matérias. De outra forma, seria difícil compreender por que motivo cidadãos que avaliam positivamente questões ligadas à segurança dos dados, familiarização com as tecnologias, monitorização informática de atividades ou confidencialidade dos dados, seriam os mesmos que avaliam aspetos gerais ligados à atuação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime de forma desfavorável.

De uma forma mais abrangente e genérica, os resultados decorrentes desta investigação permitem que profissionais e académicos dedicados às questões da gestão pública e das políticas públicas possam, ao aplicar o modelo proposto ou um modelo similar neste alicerçado, avaliar as dinâmicas relevantes para a construção das percepções dos cidadãos face à ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime, dando desta forma o seu contributo para o progresso e evolução da performance e da qualidade da gestão e das políticas públicas nesta nova e crescentemente relevante área de atuação do Estado. Sem dúvida que a governança dos aspetos relacionados com a segurança tecnológica, isto é, a relação entre o Estado e os cidadãos em matérias de segurança tecnológica, num contexto cada vez mais caracterizado pela prevalência do *hollow state*, continuará a assumir, e cada vez mais, relevância sociológica.

A principal preocupação teórico-metodológica que deverá ser tida em conta em estudos futuros está diretamente associada ao valor obtido para o coeficiente de determinação ajustado do modelo (0,161). Este valor pode ser interpretado como a percentagem da variabilidade do fenómeno da percepção da ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime que é explicada pelo modelo: 16,1%. Como tal, é possível afirmar que cerca de 83,9% da variabilidade deste fenómeno está relacionada com fatores (variáveis de medida e/ou variáveis latentes) que não foram consideradas no modelo analisado neste texto. Por isso mesmo, propor novas variáveis de medida que possam teoricamente justificar inclusão no modelo apresentado, propor o agrupamento dessas novas variáveis de medida em variáveis latentes que complementem as variáveis latentes propostas neste artigo e proceder à sua validação empírica com vista à melhoria da percentagem da variabilidade do fenómeno que é explicada, devem ser as prioridades de qualquer estudo futuro sobre esta temática.

Sugere-se ainda que investigações futuras sobre estas matérias permitam

conseguir um acompanhamento continuado do fenómeno relativo às perceções dos cidadãos face à ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime, particularmente através da recolha de dados de forma regular e periódica, de preferência com recurso a amostras com maior dimensão e representatividade.

Finalmente, sugere-se a adaptação e aplicação, quer do modelo de medida, quer do modelo estrutural, a estádios de desenvolvimento tecnológico e realidades sociojurídicas distintas da portuguesa, de que são exemplos especialmente relevantes os contextos existentes em países da América Latina como o Brasil, que partilham ligações históricas e sociológicas mais intensas com Portugal.

Referências bibliográficas

- AOS, Steve; MILLER, Marna; DRAKE, Elizabeth (2006), *Evidence-based public policy options to reduce future prison construction, criminal justice costs, and crime rates*. Olympia, Washington State Institute for Public Policy.
- BILHIM, João Abreu de Faria; CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro (2016), “Diferenças nas perceções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXI, pp. 81-105.
- CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro (2012), *O impacto do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP) na satisfação dos colaboradores – O caso dos serviços do Ministério da Justiça em Portugal*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais (Especialidade em Administração Pública), Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- (2013), “Igualdade de género no Ministério da Justiça em Portugal: Evidências estatísticas de igualdade homem-mulher na lealdade laboral”, *Direitos Fundamentais & Justiça*, 7 (23), pp. 121-130.
- CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; BILHIM, João Abreu de Faria (2014), “A antiguidade na organização e a satisfação laboral dos colaboradores do Ministério da Justiça em Portugal: Evidências de uma relação em forma de L e não em forma de U”, *Revista de Economia e Administração*, 13 (2), pp. 159-177. doi: 10.11132/rea.2014.872.
- CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; GARCIA, Bruno Cardoso (2015), “Administração hospitalar em Portugal: Evidências estatísticas de igualdade homem-mulher nas perceções sobre os sistemas de avaliação de desempenho”, *Revista Latino-Americana de Geografia e Género*, 6 (1), pp. 127-139. doi: 10.5212/RLagg.v.6.i1.0009.
- CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; JESUS, Inês Oliveira Andrade de (2013), “O lugar do conceito de privacidade numa sociedade cada vez mais orwelliana”, *Direito, Estado e Sociedade*, 43, pp. 135-61.
- (2016), “Combate às Transferências Bancárias Ilegítimas pela Internet no Direito Português: Entre as Experiências Domésticas e Políticas Globais Concertadas”, *Revista Direito GV*, 12 (2), pp. 542-563.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; SANTOS, Susana Isabel da Silva; BILHIM, João Abreu de Faria (2017), “Proposta de modelo explicativo das percepções sobre gestão e políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime” *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, pp. 95 - 113

doi: 10.1590/2317-6172201622

- CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria Faia Rafael; GARCIA, Bruno Cardoso (2013), “Igualdade de género no Ministério da Justiça em Portugal: evidências estatísticas de diferenças homem-mulher na satisfação laboral”, *Scientia Iuridica*, 62 (333), pp. 569-590.
- CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; SANTOS, Susana Isabel da Silva; CORREIA, Maria do Céu Alves Ribeiro Figueiredo (2017, *in press*), “Percepções sobre Cibersegurança e Privacidade em Portugal: Evidências Estatísticas de Igualdade e Desigualdade de Género”, *Revista Latino-Americana de Geografia e Género*, 8 (1).
- ENGE, Per (1994), “The global positioning system: Signals, measurements, and performance”, *International Journal of Wireless Information Networks*, 1 (2), pp. 83-105. doi: 10.1007/BF02106512
- FORNELL, Claes; CHA, Jaesung (1994), “Partial least squares”, in Richard Bagozzi (ed.), *Advanced Methods of Marketing Research*, Cambridge, England, Blackwell.
- FREDERICKSON, George; SMITH, Kevin; LARIMER, Christopher; LICARI, Michael (2012), *The public administration theory primer*, USA: Westview Press.
- GEISSER, Seymour (1975), “The Predictive Sample Reuse Method with Applications”, *Journal of the American Statistical Association*, 70 (350), pp. 320-328. doi: 10.1080/01621459.1975.10479865
- GOODMAN, Marc (2015), *The future crimes*, UK, Transworld Publishers Ltd.
- HAY, Colin (2002) , *Political analysis: A critical introduction*, Basingstoke, Palgrave.
- HILL, Michael (2005) , *The public policy process* (4.^a ed.) , England, Pearson Education.
- HOWLETT, Michael; RAMESH, M. (2009) , *Studying public policy: policy cycles and policy subsystems* (3.^a ed.), UK, Oxford University Press.
- JOHNSON, Thomas A. (2015), *Cybersecurity: Protecting critical infrastructures from cyber attack and cyber warfare*, Missouri: CRC Press.
- KARIM, Jahanvash (2009) , “Emotional labor and psychological distress: Testing the mediatory role of work-family conflict” , *European Journal of Social Sciences*, 11 (4), pp. 584-598.
- KETTL, Donald (2000), *The global public management revolution*, Washington, Brookings Institution Press.
- LEVI-FAUR, David; VIGODA-GADOT, Eran (ed.) (2004), *International public policy and management*, New York, CRC Press.
- MARQUES, Garcia; MARTINS, Lourenço (2006), *Direito da informática*, Coimbra, Almedina.
- MCGUIRE, Mike; DOWLING, Samantha (2013) , *Research report 75*, London, Home Office.
- MILWARD, H. Brinton; PROVAN, Keith (2000) , “How networks are governed” , in Carolyn Lynn; Laurence Heinrich; Laurence Lynn (eds.), *Governance and performance: New perspectives*, Washington, D. C., Georgetown University Press.
- MULLINS, Laurie (2007), *Management and organisational behaviour*, Harlow, Pearson Education.
- PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (2006), *Handbook of public policy*, London, SAGE Publications Ltd.
- POLLITT, Christopher; BOUCKAERT, Geert (2011), *Public management reform: A comparative analysis – new public management, governance, and the Neo-Weberian state*, New York, Oxford University Press.
- PORTUGAL (1998) , “Lei n.º 67/98” , *Diário da República*, 1.^a série, 247, 5536-5546, 26 de outubro de 1998.
- PORTUGAL (2009) , “Lei n.º 109/2009” , *Diário da República*, 1.^a série, 179, 6319-6325, 15 de setembro de 2009.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; SANTOS, Susana Isabel da Silva; BILHIM, João Abreu de Faria (2017), “Proposta de modelo explicativo das perceções sobre gestão e políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime” *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, pp. 95 - 113

PORTUGAL (2012), “Lei n.º 9/2012”, *Diário da República*. 1.ª série, 39, pp. 868-874, 23 de fevereiro de 2012.

PORTUGAL (2013), “Lei n.º 34/2013”, *Diário da República*, 1.ª série, 94, 2921-2942, 16 de maio de 2013.

PORTUGAL (2015), “Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2015”, *Diário da República*, 1.ª série, 113, 3738-3742, 12 de junho de 2015.

REHFUSS, John (1989), *Contracting out in government: A guide for working with outside, contractors to supply public services*, San Francisco, Jossey-Bass.

STONE, M. (1974), “Cross-Validatory Choice and Assessment of Statistical Predictions”, *Journal of the Royal Statistical Society*, 36, pp. 111-147.

TENENHAUS, Michel; VINZI, Vincenzo; CHATELIN, Yves-Marie; LAURO, Carlo (2005), “PLS path modeling”, *Computational Statistics and Data Analysis*, 48 (1), pp. 159-205. doi: 10.1016/j.csda.2004.03.005

UNIÃO EUROPEIA (2001), *Convenção sobre o cybercrime*, Budapest: Série de Tratados Europeus. Disponível em: http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/copy_of_anexos/convencao-sobre-o/downloadFile/attachedFile_f0/STE_185.pdf?nocache=1200659879.8.

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia. (autor de correspondência). Professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa), (Lisboa, Portugal). Investigador integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP, ISCSP-ULisboa) (Lisboa, Portugal). Investigador colaborador do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG, ISCSP- ULisboa). Endereço de correspondência: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Rua Prof. Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa, Portugal. *E-mail:* pcorreia@iscsp.ulisboa.pt.

Website:

<http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=5791094296158620>

Susana Isabel da Silva Santos. Mestranda em Gestão e Políticas Públicas no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa), (Lisboa, Portugal). Investigadora do Projeto Inovação, Gestão, Administração e Políticas Públicas (IGAPP, CAPP, ISCSP-ULisboa) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Rua Prof. Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa, Portugal. *E-mail:* susanaissantos@gmail.com.

Website:

<http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=4652581084713291>

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; SANTOS, Susana Isabel da Silva; BILHIM, João Abreu de Faria (2017), "Proposta de modelo explicativo das perceções sobre gestão e políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime" *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, pp. 95 - 113

João Abreu de Faria Bilhim. Professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa), (Lisboa, Portugal); Investigador integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP, ISCSP-ULisboa) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Rua Prof. Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa, Portugal. *E-mail*: bilhim@iscsp.ulisboa.pt.

Website:

<http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=6889163091318193>

Artigo recebido em 20 de dezembro de 2015. Publicação aprovada em 23 de junho de 2016.

Apêndice

Quadro 3
Estimativas das médias das variáveis de medida

Variável latente		Média	Variável de medida (*)	Pesos normalizados	Correlações	Média
Segurança dos dados e familiarização	6,68	SDF 1	0,43	0,91	6,72	6,72
		SDF 2	0,55	0,95	6,57	6,57
		SDF 3	0,02	0,21	8,43	8,43
Tecnologia e monitorização de atividades	6,49	TMA 1	0,28	0,73	6,98	6,98
		TMA 2	0,33	0,83	6,21	6,21
		TMA 3	0,39	0,82	6,37	6,37
Confidencialidade e uso indevido	5,69	CUI 1 (escala invertida)	0,09	-0,15	2,53	2,53
		CUI 2	0,91	1,00	5,99	5,99
Ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime	4,13	AEMCC 1	0,70	0,96	4,22	4,22
		AEMCC 1	0,30	0,64	3,90	3,90

Fonte: elaboração própria; Nota: (*) abreviaturas de acordo com o Quadro 1.

Quadro 4
Correlações entre as variáveis latentes do modelo

Variável latente	Segurança dos dados e familiarização	Tecnologia e monitorização de atividades	Confidencialidade e uso indevido	Ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime
Segurança dos dados e familiarização	1			
Tecnologia e monitorização de atividades	0,058	1		
Confidencialidade e uso indevido	0,098	-0,050	1	
Ação do Estado em matérias de cibersegurança e cibercrime	0,341	0,204	0,132	1

Fonte: elaboração própria.

A Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0

Rita Espanha

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Tiago Estêvão

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Resumo

A vigilância é nos dias de hoje um fenómeno disseminado à escala global. A Sociedade em Rede, a disseminação das ferramentas de Web 2.0 e o advento dos dispositivos móveis com acesso à Internet fomentam o surgimento de novas dinâmicas de interação social e por conseguinte de vigilância em ambiente 2.0. Este ensaio tem como principal objetivo o de apresentar a ainda muito recente e pouco estudada Vigilância Lateral na Web 2.0 na vertente de segurança e policiamento. Com vista à contextualização deste novo fenómeno de vigilância serão analisados dois episódios: os tumultos de Vancouver de 2011 e os atentados de Boston de 2013.

Palavras-Chave: vigilância; vigilância lateral; Web 2.0.

Lateral and Participatory Surveillance on Web 2.0

Abstract

Surveillance is nowadays a widespread phenomenon on a global scale. The Network Society, the spread of Web 2.0 tools and the advent of mobile devices with Internet access foster the emergence of new dynamics of social interaction and therefore surveillance in a 2.0 environment. This article has as main objective to present the still very new and little studied Lateral Surveillance on Web 2.0 in the field of security and policing. In order to contextualize this new phenomenon of surveillance are analyzed two episodes: The 2011 riots in Vancouver and the attacks of Boston 2013.

Keywords: surveillance; lateral surveillance; Web 2.0.

Surveillance latérale et participative sur le Web 2.0

Résumé

La surveillance est aujourd’hui un phénomène très disséminé à l’échelle mondiale. La Société en Réseau,

la propagation des outils Web 2.0 et l'avènement des appareils mobiles avec accès à l'Internet favorisent l'émergence d'une nouvelle dynamique de l'interaction sociale et en conséquence la surveillance dans un environnement 2.0. Cet article a pour objectif principal la présentation de la très récent et encore très peu étudié Surveillance Latérale sur le Web 2.0 dans le domaine de la sécurité et du contrôle policier. Afin de contextualiser ce nouveau phénomène de la surveillance deux épisodes sont analysées: Les émeutes de 2011 à Vancouver et les attaques de Boston 2013.

Mots-clés: surveillance; surveillance; Web 2.0.

Vigilancia Lateral y participativa en la Web 2.0

Resumen

La vigilancia es hoy en día un fenómeno generalizado en una escala global. La sociedad en red, la difusión de herramientas de la Web 2.0 y el advenimiento de dispositivos móviles con acceso a Internet fomentan la aparición de nuevas dinámicas de interacción social y por lo tanto la vigilancia en ambiente 2.0. Este artículo tiene como objetivo principal presentar el todavía muy nuevo y poco estudiado tema de la Vigilancia lateral en la Web 2.0 en el ámbito de la seguridad y del control policial. Para la contextualización de este nuevo fenómeno de la vigilancia se analizan dos episodios: Los disturbios de 2011 en Vancouver y los ataques de Boston 2013.

Palabras clave: Vigilancia, Vigilancia Lateral, Web 2.0.

Introdução

“O policiamento das redes sociais é indicativo de um novo paradigma de visibilidade. Os utilizadores de redes sociais produzem quantidades impressionantes de informação, e novas tecnologias e práticas policiais asseguram uma vigilância reforçada desta informação.” (Trottier, 2012: 422)¹.

Neste artigo pretende-se discutir o fenómeno de vigilância que ocorre na Web 2.0², a chamada Vigilância Lateral, nomeadamente na sua vertente de segurança e policiamento.

Realiza-se, em primeiro lugar, um retrato do panorama complexo que envolve a vigilância na atualidade, das suas principais aplicabilidades no espaço físico e no espaço virtual da Internet, nomeadamente ao nível da monitorização das entidades patronais, de segurança e policiamento e com fins comerciais e *marketing*.

Após uma breve abordagem teórica, são analisados dois casos exemplificativos do fenómeno da Vigilância Lateral na Web 2.0, na sua vertente de segurança e

¹ Tradução livre.

² Termo que serve para designar uma segunda geração de comunidades e serviços da *Web*.

policiamento, iniciando uma discussão mais abrangente no campo das Ciências da Comunicação e Estudos de Vigilância.

O Novo Paradigma da Vigilância

Nunca antes a vigilância foi alvo de tanta atenção, tão discutida, tão analisada, criticada ou fomentada, tanto do ponto de vista académico como na informação generalista ou mesmo na ficção (literária, televisiva ou cinematográfica).

A visão de vigilância, enquanto conceito e objeto de estudo, realizada por Michel Foucault, ainda que actual, necessita de contextualização à luz dos novos paradigmas da comunicação. O Panóptico de Foucault, que cingia a vigilância a locais onde as pessoas estão confinadas (prisões, asilos, hospitais, escolas ou locais de trabalho) (Foucault, 1977), é atualmente alvo de discussão por parte de autores como Mark Andrejevic (2007) ou Anders Albrechtslund (2008), que defendem que esses espaços fechados de confinamento já não são os únicos ou mesmo os principais locais de vigilância, existindo inúmeros instrumentos e modelos de vigilância contemporâneos em utilização (videovigilância, leituras biométricas, sistemas de algoritmos avançados, entre outros).

Após a abordagem de vigilância por Michel Foucault (Foucault, 1977), emergem vários estudos de vigilância e vários autores conceptualizam distintas interpretações de vigilância. Anthony Giddens, em 1985, define vigilância como a atenção rotineira, focada e sistemática com vista à recolha de dados com o fim de influenciar, gerir, proteger ou dirigir indivíduos. Não é aleatória, nem ocasional, nem espontânea. É deliberada e depende de protocolos e técnicas (Giddens, 1985).

Por sua vez David Lyon, em 2001, interpreta o conceito de vigilância da seguinte forma: “Qualquer recolha e tratamento de dados pessoais, seja identificável ou não, para fins de influenciar ou gerenciar aqueles cujos dados foram acumulados” (Lyon, 2001: 2). Catarina Frois, na sua obra *Vigilância e Poder* (Frois, 2011), realiza um retrato da política de segurança e da implementação da videovigilância em Portugal. Neste trabalho, a autora realiza uma reflexão crítica à interpretação e associação de vigilância como um fator exclusivamente negativo de poder, instigando o controlo e a disciplina, colocando a seguinte questão: “Falamos de vigilância no sentido de controlar com o intuito de penalizar ou falamos de proteger?” (Frois, 2011: 122).

Em resposta a esta questão, a autora evidencia o exemplo da *vigilância médica*, não só no que se refere às interações entre médico e paciente, como na própria deteção e monitorização de doenças infecciosas. Segundo a autora, controla-se

para identificar determinada doença e argumenta-se que ao mesmo tempo se protege o portador e quem o rodeia. Estamos perante uma argumentação que se deve considerar, também de acordo com Frois, pois o controlo sobre o indivíduo é realizado em prol da protecção do ser colectivo (Frois, 2011). Interpretações antagónicas surgem igualmente referentes à vigilância na Sociedade em Rede. Assim, autores como Manuel Castells (2001), Mark Andrejevic (2002) e Joseph Turow (2005; 2006) defendem nas suas premissas a ideia de vigilância na Internet com base no Panótico. Ou seja, consideram a vigilância *online* negativa, evidenciando, como aspetos inerentes, o seu poder de dominação, controlo e disciplina.

Pelo contrário, autores como David Lyon (1998; 2003), Hille Koskela (2004) e Anders Albrechtslund (2008) defendem a vigilância na Internet como distante das noções do Panótico. Ou seja, a vigilância *online* não possui um papel coercivo, identificando-se-lhe características positivas ou neutras, evidenciando-se o seu papel funcional e lúdico.

David Lyon na sua obra *The World Wide Web of Surveillance* (Lyon, 1998) distingue três formas principais de vigilância na Internet. A (1) Vigilância pela Entidade Patronal – que se distingue pela monitorização, por parte das entidades empregadoras, dos hábitos *online* dos trabalhadores, com o fim último do aumento da produtividade (Taylorismo) (Fuchs, Boersma, Albrechtslund and Sandoval, 2011). A (2) Vigilância de Segurança e Policiamento – perpetrada pelos Estados-Governo, que proliferou após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, que privilegia políticas de controlo e supervisão, com vista a reinstalar um sentimento de segurança (Lyon, 2007, Frois, 2011). Por fim, o autor apresenta a (3) Vigilância com Fins Comerciais e *Marketing* – onde surgem as redes sociais *online*, recolhendo de forma massiva dados de utilizadores, analisando, classificando e definindo tipologias de consumidor, avaliando os seus interesses e associando-os a determinados consumos e a campanhas de *marketing* pré-definidas (Fuchs, 2011; Estêvão, 2014, 2014a).

As duas últimas formas de vigilância referenciadas - (2) e (3) - encontram-se nos dias de hoje, e como veremos de seguida, em plena expansão na Web 2.0, tendo sido alvo de grande cobertura mediática. No que concerne à (2) Vigilância de Segurança e Policiamento e com o surgimento das redes sociais, é notório o aparecimento de novas dinâmicas sociais na Internet, que são alvo de interesse por parte de entidades governamentais. Anders Albrechtslund refere-se deste modo à vigilância realizada na Web 2.0:

“O interesse do governo em redes sociais *online* é fácil de entender. Para a identificação do perfil de potenciais criminosos e terroristas, é necessário combinar uma ampla gama de informações sobre as pessoas. Esta informação inclui as relações sociais, tais como atividades compartilhadas

e círculos de amigos, bem como dados pessoais sobre opiniões políticas, crenças religiosas, orientação sexual e preferências sobre as atividades da vida diária” (Albrechtslund, 2008:4)³.

No decorrer dos primeiros dias do mês de junho de 2013, surge a controversa revelação difundida pelo jornal britânico *The Guardian* e o norte-americano *The Washington Post*, envolvendo alegadamente um programa de vigilância intitulado - Prism. O referido programa governamental, desenvolvido pelos EUA, envolve a troca de informações entre entidades como a National Security Agency (NSA) e empresas como a Google, a Microsoft, o Facebook, o Yahoo!, o Youtube, o Skipe ou a Apple. As informações partilhadas entre as empresas multinacionais referidas e a agência de segurança nacional norte americana (NSA) envolvem dados de milhões de utilizadores, nomeadamente correio eletrónico, fotos e vídeos. Também referenciado pelo mesmo jornal britânico e referente à mesma agência, a National Security Agency (NSA), está a acusação de alegado envolvimento com a empresa de telecomunicações norte americana Verizon, na recolha de milhões de conversas em chamadas telefónicas (Harding, 2014; Estêvão, 2014, 2014a).

A metodologia de recolha massificada de dados é, segundo Edward Snowden, (antigo assistente técnico da NSA e a principal face no processo de acusações), realizada de forma sistemática, massiva e indiscriminada. O motivo apontado para o procedimento é a maior eficácia de escrutínio que a recolha massiva representa, face à recolha seletiva, fazendo uso de algoritmos avançados que identificam perfis de risco (Harding, 2014).

Os desenvolvimentos, até à data, referentes às declarações de Edward Snowden, apontam para uma crescente instabilidade na política internacional, resultante das periódicas revelações de vigilância em massa perpetrada pela agência de segurança norte-americana NSA e pela sua congénere britânica Government Communications Headquarters (GCHQ) a milhões de cidadãos de todo o mundo e a Estados Governo como a Alemanha, o Reino Unido e o Brasil. A meados do mês de maio de 2014, Edward Snowden, pela mão do autor Glenn Greenwald expõe, na obra não ficcional *No Place to Hide: Edward Snowden, the NSA, and the U.S. Surveillance State* (Greenwald, 2014), os meandros do já referenciado programa Prism. A 22 de fevereiro de 2015, a Academia de Artes e Ciências Cinematográficas norte americana agracia, com o Óscar de Melhor Documentário de 2014, o documentário *CitizenFour*⁴, da realizadora Laura Poitras, que aborda o escândalo de espionagem perpetrada pela NSA

³ Tradução livre.

⁴ <http://www.imdb.com/title/tt4044364/>

e os encontros com Edward Snowden, antes e depois de sua identidade ser revelada ao público. Edward Snowden, a 1 de agosto de 2014, viu prolongada por mais três anos a sua autorização de residência na Rússia, cedida pelo presidente russo Vladimir Putin.

Quanto à (3) Vigilância com Fins Comerciais e de *Marketing* na Internet, David Lyon, ainda antes do apogeu da Web 2.0 verificou que:

“A Internet tornou-se uma indústria multibilionária, onde um conjunto de empresas recolhem e analisam uma grande quantidade de dados de consumo pessoais, a fim de direcionar uma publicidade personalizada” (Lyon, 2003: 162).

As características apontadas pelo autor à Internet são extensivas à Web 2.0, e, atualmente, aplicações como o Facebook ou o Foursquare utilizam a vigilância de forma massificada junto aos seus utilizadores. A vigilância é no entanto personalizada e individual, na medida que compara interesses e comportamentos com outros utilizadores, definindo e classificando tipologias de potenciais consumidores. Esta classificação é realizada com base em mecanismos de comparação e algoritmos de seleção que estipulam perfis e direcionam consumos (Fuchs, Boersma, Albrechtslund and Sandoval, 2011).

Ferramentas de Web 2.0, como o Facebook, fazem uso de configurações de privacidade, onde o fornecimento de dados é exigido ao utilizador a fim de ser capaz de usufruir da aplicação. Aplicações digitais em plataformas móveis (como por exemplo *smartphones*) estão hoje capacitadas para identificar e recolher hábitos *online* dos utilizadores, nomeadamente contatos, ficheiros, localização, e muito mais. Perfis elaborados de utilizadores estão a ser recolhidos por empresas multinacionais com base na coleta de dados de plataformas móveis (Cottrill, 2011).

Também as tecnologias de reconhecimento facial, ficcionadas em filmes como *Minority Report*⁵, estão atualmente em pleno desenvolvimento. Empresas como a Google e a Apple estão já a desenvolver bases de dados com impressões faciais, fazendo uso de fotografias e perfis de utilizadores de redes sociais como o Facebook (Estêvão 2014, 2014a).

Nos Estados Unidos da América, a legislação em vigor impõe limitações restritas à utilização de impressões faciais para usos de controlo laboral e de segurança nacional. Contudo, estas limitações legislativas, referentes à utilização das impressões faciais, não contemplam a utilização para fins comerciais e de *marketing* realizadas

⁵ Baseado no conto de ficção científica, escrito por Philip K. Dick, publicado em 1956. http://www.imdb.com/title/tt0181689/?ref_=nv_sr_1.

por empresas multinacionais. O controlo e a supervisão empresarial, por parte das multinacionais, estão, pois, salvaguardados pela constituição norte americana (Papacharissi, Gibson, 2011). Na Europa, nomeadamente na União Europeia, a legislação em vigor é mais rigorosa e penalizadora dos usos das impressões faciais para fins comerciais.

Segundo dados recentemente revelados pelo Facebook e divulgados pela imprensa mundial, esta empresa multinacional, líder de mercado no sector das ferramentas digitais detinha, a janeiro de 2015, cerca de 1.39 bilião de utilizadores ativos mensalmente (cerca de 1/7 da população mundial).

Mark Andrejevic acrescentaria às três formas principais de vigilância na Internet, distinguidas por David Lyon, uma nova forma de vigilância que designou como - (4) Vigilância Lateral - e que ocorre essencialmente na Web 2.0 (Andrejevic, 2007).

A Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0

O fenómeno particular da Vigilância Lateral na Web 2.0 é o tema que aprofundamos neste artigo. Antes de abordarmos a Vigilância Lateral na Web 2.0, gostaríamos de realçar que a vigilância é, na sociedade contemporânea, um fenómeno complexo, movido por interesses políticos e económicos difusos. Nos recentes estudos sobre vigilância na Web 2.0, destacam-se autores como Mark Andrejevic (2007), Anders Albrechtslund (2008), Christian Fuchs (2011) ou Daniel Trottier (2012, 2012a, 2012b).

Christian Fuchs, salienta que:

“Os estudos de vigilância na Web 2.0 estão num estágio inicial de desenvolvimento. O debate sugere, até agora, que se pode distinguir entre uma abordagem de estudo cultural e uma crítica abordagem de política económica, no estudo da vigilância na Web 2.0” (Fuch, 2011: 1)⁶.

A Vigilância Lateral que ocorre nas redes sociais, segundo Mark Andrejevic (Andrejevic, 2005), pode ter distintos fins e aplicabilidades, das mais elaboradas prospeções de *marketing* digital, realizadas por entidades empresariais, às mais inofensivas prospeções de cariz sexual, a que o autor designa de - *Online Dating* (Andrejevic, 2005). A nossa análise, no presente artigo, cinge-se unicamente à Vigilância Lateral na Web 2.0, numa vertente específica de segurança e policiamento (Estêvão, 2014). Em rigor, e tendo em conta a focalização e especificidade do tema,

⁶ Tradução livre.

seria mais apropriado designar esta tipologia de vigilância como Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0. Mais adiante explicaremos a razão desta afirmação.

Mark Andrejevic, define desta forma o conceito de Vigilância Lateral na Web 2.0:

“Vigilância Lateral, ou monitoramento entre pares (*peer-to-peer*), entendida como o uso de instrumentos de vigilância por indivíduos, ao invés de por agentes de instituições públicas ou privadas, para manter o controlo de um outro, abrange (mas não se limita a) três categorias principais: interesses românticos, familiares e amigos ou conhecidos” (Andrejevic, 2005: 488)⁷.

Outros autores como Daniel Trottier designam esta vigilância na Web 2.0, como Vigilância Interpessoal (Trottier, 2012b).

A vigilância, no seu contexto mais amplo, é um instrumento de poder, profusamente estudado e conceptualizado por autores como o já mencionado Michel Foucault (Foucault, 1977), que definiu o conceito de Panótico, vigente nas Teorias Modernas da Vigilância. As Teorias Pós-Modernas da Vigilância, no caso particular da Web 2.0, caracterizam-se pelo nivelamento do poder da vigilância.

A vigilância deixa de ser um benefício exclusivo de quem detém poder - de poucos a vigiar muitos, e passa cada vez mais a ser um fenómeno descentralizado - de muitos a vigiar muitos. O surgimento e crescimento da Sociedade em Rede e da Web 2.0, a domesticação das tecnologias de informação móveis e uma propensão ao aumento da literacia digital das populações, são hoje condicionantes importantes ao nivelamento do poder da vigilância e por sua vez ao surgimento da Vigilância Lateral na Web 2.0. Steve Mann introduz o conceito de - *Sousveillance* (Mann, 2003), que muito sucintamente identifica um fenómeno em que aqueles que geralmente são alvos de vigilância, passam a vigiar, ou seja, atualmente, as redes sociais são instrumentos de visibilidade, onde as interações quotidianas se assemelham cada vez mais a processos de vigilância. A vigilância interpessoal é aqui mútua, vigiando-se e sendo-se alvo de vigilância, disponibilizando-se no perfil individual da rede social, informações tão privadas como a orientação sexual ou estado civil (Mann, 2003).

A Vigilância Lateral na Web 2.0, nomeadamente a de segurança e policiamento, caracteriza-se pela partilha de informação verídica e pela investigação, condenação pública e divulgação de ações impróprias, através de ferramentas de Web 2.0 (Andrejevic, 2005). Segundo Daniel Trottier, a principal razão para a disseminação deste tipo de vigilância na Web 2.0, diz respeito essencialmente à extensão social crescente na Sociedade em Rede e não aos constantes desenvolvimentos tecnológicos (Trottier, 2012b).

⁷ Tradução livre.

Verificado igualmente por Trottier (Trottier, 2012), está a particularidade que envolve a utilização das redes sociais, nomeadamente o caso do Facebook. Tendencialmente as tecnologias de informação desenvolvem-se na esfera militar governamental, estendendo-se posteriormente a sua aplicabilidade ao foro doméstico. No caso do Facebook o processo foi o inverso - numa fase inicial esteve circunscrito ao mundo universitário, numa segunda fase democratizou-se a nível planetário e só numa última fase se evidenciou enquanto ferramenta de vigilância, sendo apropriada para fins governamentais (segurança e policiamento) (Trottier, 2012).

Quanto ao aproveitamento para fins de segurança e policiamento, por parte das autoridades, os novos *media* são atualmente uma ferramenta de eleição nas investigações e pesquisas, devido à exposição pessoal que biliões de utilizadores, voluntariamente ou involuntariamente realizam na Web 2.0.

Os tumultos de Vancouver em 2011 e os atentados de Boston em 2013

O enfoque deste artigo, como referido anteriormente, prende-se essencialmente com a análise de dois acontecimentos: (1) os tumultos em Vancouver em 2011 e (2) os atentados na maratona de Boston em 2013, associando-os e correlacionando-os ao fenómeno da Vigilância Lateral na Web 2.0, na vertente de segurança e policiamento, por serem casos onde é possível identificar o referido fenómeno.

(1) Os tumultos em Vancouver em 2011

A cidade de Vancouver no Canadá foi alvo, por duas vezes, de tumultos com características similares e com resoluções concretas e veementes. Ambos os acontecimentos tiveram como motivação os festejos de eventos desportivos e decorreram com a quase exata distância temporal de 17 anos. O primeiro tumulto ocorreu a 14 de junho de 1994 e o segundo a 15 de junho de 2011. O segundo tumulto, o que ocorreu em 2011, é o primeiro dos dois episódios que referenciamos anteriormente, e que iremos analisar no âmbito do estudo da Vigilância Lateral na Web 2.0. Ainda antes de passarmos à análise deste primeiro caso, gostaríamos de distinguir os dois tumultos decorridos em Vancouver com a separação de 17 anos. Resumidamente, em 1994 e no decorrer de uma fase final de um evento desportivo de hóquei em gelo, referente à National Hockey League (Liga profissional de hóquei em gelo que comporta equipas canadianas e norte americanas), surgiram tumultos e confrontos nas ruas de Vancouver com as forças policiais que envolveram cerca

de 8.300 pessoas e resultaram em dezenas de feridos, centenas de detidos e em avultados custos com estragos. Na altura, no decorrer dos tumultos, os *media* tiveram uma presença notória e primordial, realizando a cobertura integral dos acontecimentos. Numa ação sem precedentes e polémica foram confiscadas, pelas forças policiais, as imagens recolhidas pelas televisões locais e usadas na detenção dos implicados nos acontecimentos. Centenas de pessoas foram detidas, implicadas neste episódio, devido às imagens recolhidas pelos meios de comunicação social (Schneider, Trottier, 2012).

Em 2011, no decorrer de mais um evento desportivo, da mesma fase final da National Hockey League, sucedem-se novos tumultos na baixa da cidade de Vancouver. Cerca de 155.000 pessoas assistem nas ruas, em ecrãs gigantes, ao evento desportivo (Schneider, Trottier, 2012). No seguimento dos festejos, grupos de jovens envolvem-se em tumultos durante horas, vandalizando estabelecimentos comerciais e viaturas automóveis. Os tumultos em Vancouver, de 1994 e 2011, embora se assemelhem em muito, nomeadamente na sua essência, são radicalmente diferentes no que se refere ao envolvimento da população na condenação pública do acontecimento e das tecnologias implicadas.

A principal razão para a referida disparidade deve-se à emergência da Sociedade em Rede e a acessibilidade a dispositivos móveis com câmaras de filmar e fotografar. Destaque-se que, separam os dois episódios 17 anos de avanços tecnológicos.

Passamos de seguida a uma mais exaustiva análise do primeiro episódio de estudo, referente aos tumultos de Vancouver em 2011.

No final da tarde de 15 de junho de 2011, a baixa da cidade de Vancouver era palco de mais uma exibição em ecrãs gigantes do 7º jogo do Stanley Cup Finals da National Hockey League. Com o término do jogo, milhares de jovens presentes na exibição televisiva em ecrãs gigantes, na baixa de Vancouver, encetaram tumultos destruindo e incendiando viaturas automóveis e estabelecimentos comerciais. Presentes no local, como nos acontecimentos de 1994, estavam os mesmos canais televisivos a realizar a cobertura dos acontecimentos. Desta vez, estes canais televisivos, não assumiram o papel primordial na cobertura dos tumultos. Milhares de jovens, no decorrer da tarde, filmaram e fotografaram o acontecimento, identificando indivíduos e implicados nos tumultos. Na baixa de Vancouver, na altura dos acontecimentos e em quase sintonia, milhares de jovens auto implicavam-se, documentando os tumultos e exibindo voluntariamente, irrefletidamente e jocosamente comentários, fotografias e filmes nas redes sociais Facebook e Twitter. Numa ação sem paralelo, e passando horas desta exibição nas redes sociais dos contornos e dos implicados nos tumultos, o Mayor de Vancouver Gregor Robertson e o Vancouver Police Department encetam uma

“caça” aos implicados nas redes sociais referidas. As autoridades locais responsáveis fazem apelos concretos à comunidade local e virtual no auxílio na identificação dos implicados nos tumultos. São criadas páginas nas redes sociais, como a “Vancouver Riot Pics: Post Your Photos”, no Facebook, a condenar os acontecimentos e a identificar imagens dos tumultuosos.

Imagem 1
Página do Facebook do “Vancouver Riot Pics: Post Your Photos”



Fonte: Facebook, consultada em junho de 2014

A participação das comunidades locais e virtuais na identificação dos implicados, através de fotos colocadas nas redes sociais por terceiros ou pelos próprios, foram essenciais nos processos de investigação e nas condenações.

(2) Os atentados na maratona de Boston em 2013

O segundo caso considerado refere-se ao episódio dos atentados da maratona de Boston, que decorreram no dia 15 de abril de 2013, na baixa da cidade de Boston. Descrevemos de seguida o referido episódio.

Na tarde de 15 de abril de 2013, junto à linha de chegada da maratona de Boston, duas bombas artesanais deflagraram quase simultaneamente, originando 3 mortos, 264 feridos e realizando avultados danos materiais.

O acontecimento foi prontamente divulgado pelos *media*, que o apelidaram de imediato como o pior atentado terrorista desde o 11 de setembro de 2001 nos EUA, e durante dias avançaram possíveis implicados nos atentados. Também na Sociedade em Rede, nomeadamente nas redes sociais, o tema dos atentados da maratona de Boston foi profusamente comentado. Nos dias subsequentes ao referido atentado de Boston, a agência governamental Federal Bureau of Investigation (FBI) realiza apelos concretos à comunidade local e virtual, difundidos pelos *media* e pelas redes sociais, com vista à participação e auxílio na “caça” aos culpados dos atentados. Resultado deste pedido, o FBI recebeu milhares de registos de vídeo e de fotografia do acontecimento. Em poucos dias o escrutínio, envolvendo a agência governamental FBI e uma comunidade civil mobilizada e digitalmente literata, levou à definição de dois suspeitos principais e a uma consequente “caça” ao homem. As imagens de dois indivíduos suspeitos, a percorrerem por entre a multidão as imediações da linha de chegada da maratona, munidos de mochilas e bonés, são avançadas numa primeira fase pelas redes sociais. Só mais tarde estas imagens viriam a integrar aberturas de boletins noticiosos, de canais televisivos, de todo o mundo.

Um dos atores mais interventivos neste caso em particular, nomeadamente na recolha de imagens, identificação de suspeitos e divulgação das imagens implicadoras, foi a então designada comunidade *online* 4Chan (atualmente designada como “Welcome to the Internet”⁸). Esta comunidade *online*, com presença nas redes sociais Facebook e Twitter, funciona como um fórum de discussão que utiliza imagens e textos (*imageboard*) colocados por usuários de forma anónima. O 4Chan está intimamente relacionado com as comunidades *hacker*, com o *ciberativismo* e com o grupo Anonymous⁹.

A página do 4Chan, na rede social Facebook, revelou dezenas de imagens dos dois suspeitos do atentado, cedidas anonimamente por esta comunidade *online* (Imagem 2).

⁸ <https://www.facebook.com/4funsociety?fref=ts>

⁹ Comunidade virtual, criada em meados de 2003, com o propósito de ciberativismo e entretenimento.

Imagem 2

Página do Facebook do 4Chan convocando a comunidade *online* a procurar os responsáveis pelos atentados de Boston



Fonte: Facebook, consultada em janeiro de 2015

Todo o tipo de motivações eram na altura avançadas, pela comunicação social, para justificar o atentado perpetrado pelos dois suspeitos, os irmãos de origem chechena Dzhokhar e Tamerlan Tsarnaev, das motivações fundamentalistas religiosas às influências dos conflitos no Iraque ou ainda ao “poder” da Internet. O irmão mais velho, Tamerlan, viria a falecer no dia 19 de abril de 2013 vítima de ferimentos vários, após confrontos com forças policiais. No mesmo dia, Dzhokhar Tsarnaev viria a ser ferido e detido. Ele é, a 15 de maio de 2015, condenado pelo júri federal, à pena de morte. Foi considerado culpado, de 10 das 30 acusações de que era alvo referentes ao atentado de Boston.

Os tumultos de Vancouver e os atentados de Boston – dois casos de Vigilância Lateral

Analisando os tumultos em Vancouver em 2011, é importante salientar que este é um dos poucos episódios referenciados como um evidente exemplo de Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0. Tal evidência levou a que este episódio tenha sido referenciado por Christopher Schneider e Daniel Trottier, no seu artigo “*The 2011 Vancouver Riot and the Role of Facebook in Crowd-Sourced Policing*” (Schneider, Trottier, 2012).

Essencialmente, foi através das redes sociais *online* que foram identificados os transgressores. Foram criadas páginas nas redes sociais, como a “Vancouver Riot

Pics: Post Your Photos”, no Facebook, a condenar os acontecimentos e a identificar imagens dos tumultuosos. Em duas semanas foram colocadas, na referida página do Facebook, cerca de 12.587 comentários com informações várias referentes aos tumultos (Schneider, Trottier, 2012). Esta informação é inteiramente organizada e disponibilizada nas redes sociais por pessoas não ligadas a entidades policiais, de segurança ou governamentais. A administração da citada página na rede social Facebook é inteiramente da responsabilidade da comunidade civil, no entanto a mesma é alvo de rigoroso escrutínio por parte de entidades policiais como o Vancouver Police Department.

Os tumultos de Vancouver de 2011 vieram demonstrar que a Vigilância Lateral e Participativa nas redes sociais é uma ferramenta de valor acrescido para as forças policiais e de segurança. No caso referenciado, o *crowdsourcing* de policiamento efetuado no Facebook, foi um exemplo bem-sucedido de cooperação entre uma sociedade civil mobilizada e digitalmente literata e as forças policiais (Schneider, Trottier, 2012).

Ainda referente aos tumultos de Vancouver de 2011, três relatórios oficiais concluíram que: (1) acontecimentos como o ocorrido são muitas vezes imprevisíveis, (2) as redes sociais são ferramentas importantes de comunicação entre a comunidade civil e as forças policiais e de segurança e (3) o papel das redes sociais na aplicação da lei deve e pode ser explorado (Schneider, Trottier, 2012).

Passando ao segundo caso, o atentado de Boston, a exemplo do que sucedeu com o primeiro caso reportado, teve a sua exposição pública inicial na rede social Facebook. A comunidade *online* 4chan condenou de imediato os atentados e assumiu a responsabilidade na identificação e divulgação dos suspeitos. A comunidade 4Chan, com as suas páginas de Facebook e Twitter, foi a primeira, ainda antes de qualquer outro canal de comunicação social, a identificar e divulgar imagens dos suspeitos dos atentados - Dzhokhar e Tamerlan Tsarnaev. Embora com contornos distintos, os dois casos são demonstrativos de inúmeras características comuns e distintivas de uma Vigilância Participativa, a saber: a exemplo do que se passou na situação anterior, a administração da página de Facebook do 4Chan é inteiramente da responsabilidade da comunidade 4Chan; os conteúdos disponibilizados referentes aos dois suspeitos foram de imediato alvo de escrutínio por parte da agência governamental Federal Bureau of Investigation (FBI) e divulgados pelos meios de comunicação do mundo inteiro. Também no caso dos atentados de Boston o *crowdsourcing* de policiamento e a cooperação, entre uma sociedade civil mobilizada e digitalmente literata e as forças policiais, foi bem-sucedido.

Em ambos os acontecimentos, é legítimo identificar os *smartphones* e os dispositivos móveis com ligação à Internet como as ferramentas responsáveis pela Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0. Face aos casos expostos podemos avançar com a hipótese de que a videovigilância está hoje fortemente presente com as câmaras de vigilância nas ruas e com os *smartphones* nos bolsos. Saliente-se, ainda, a quase imediata auto implicação dos intervenientes e das suas ações criminosas, através da documentação e exibição voluntária de fotografias e filmes nas redes sociais *online*.

Os episódios em causa são reveladores de uma propensão por parte da Sociedade em Rede e seus participantes ativos, nomeadamente da Web 2.0, em condenar publicamente determinadas ações que ameacem a ordem social, assumindo responsabilidades na identificação e divulgação de implicados em ações criminosas.

Conclusão

Vivemos na contemporaneidade um novo paradigma da vigilância em que a disseminação da mesma é resultado de uma congregação de interesses e motivações políticas e económicas. A atual conjuntura internacional e o instável panorama geopolítico mundial são propiciadores ao aumento da vigilância. Vale a pena, neste contexto referir o conceito de Pânico Moral, definido por Stanley Cohen como um sentimento intenso, expresso numa população sobre um qualquer assunto que pareça ameaçar a ordem social (Cohen, 1972). Este sentimento intenso, que (supostamente) ameaça a ordem social é essencialmente difundido pelos *media* e pela classe política, e é justificativo para a implementação sistemática de projetos de vigilância. A vigilância enquanto fenómeno complexo assume distintas aplicabilidades na sociedade contemporânea e como tal é hoje alvo de atenção privilegiada na investigação académica, nomeadamente na área das Ciências Sociais.

O novo paradigma da vigilância tem o seu expoente máximo de atuação na Sociedade em Rede, nomeadamente nas redes sociais *online* que envolvem a interação de biliões de pessoas à escala mundial. O surgimento da Web 2.0 na Internet originou uma multiplicidade de dinâmicas sociais, que encaram a fluidez na comunicação e a acessibilidade à informação como pontos-chave. O impacto da Web 2.0 na Sociedade em Rede é notório igualmente pela sua capacidade de tornar o individuo mutuamente consumidor e produtor de conteúdos (*prosumer*), apesar da desproporção que ainda existe entre uns e outros (os que só consomem continuam a ser a grande maioria, comparados com os chamados *prosumers*). Estas características, inerentes à Web 2.0, são atualmente alvo de enorme atenção por parte de entidades governamentais

e empresariais.

Com o surgimento da Web 2.0 surgem fenómenos de vigilância singulares como o referenciado neste artigo, o fenómeno da Vigilância Lateral. Este particular fenómeno de vigilância, que se caracteriza pela monitorização dos pares, está hoje amplamente disseminado em ambiente 2.0. Da vigilância casual e realizada ao nível do utilizador comum, à vigilância concertada e massificada das entidades empresarias e governamentais.

A Vigilância Lateral na Web 2.0 é fundamentalmente uma vigilância participativa e interpessoal realizada nas redes sociais, com o objetivo de condenar (comentando, incitando à ação e à partilha de informação) situações que ameacem a ordem social, cooperando, por exemplo, na identificação de transgressores implicados e na disponibilização em rede das suas identidades.

Os exemplos referidos neste artigo, apesar de serem fenómenos recentes, são identificativos do potencial participativo e “vigilante” da Sociedade em Rede em que vivemos, onde os dispositivos móveis com ligação à Internet assumem um papel cada vez mais premente e onde a Web 2.0 prolifera.

No Reino Unido, país do mundo com o maior número de câmaras de vigilância na via pública, surgem projetos recentes e inovadores, introduzindo conceitos de *crowdsourcing* de videovigilância através da Internet, (por exemplo a Facewatch ou a CrimeStoppers UK) (Trottier, 2012a). Estes projetos presentes na Internet e alguns deles na Web 2.0 possuem inúmeras aplicações, que vão desde a monitorização de uma determinada zona, a partir de um computador pessoal; à recolha de informações de criminosos com entrega de recompensas; ou à identificação de crimes empresariais. Numa outra vertente, como referenciado anteriormente, um instável panorama geopolítico mundial, com repercussões diretas e notórias nas sociedades ocidentais é propiciador a uma vigilância lateral e participativa de policiamento na Web 2.0. Fenómenos recentes e mediáticos de natureza terrorista, como as execuções filmadas em direto, são perpetrados pelo denominado Estado Islâmico (EI). Em virtude de uma apropriação hábil das redes sociais, nomeadamente Twitter e Facebook, na vertente comunicacional e não só, são realizados recrutamentos de militantes, um pouco por todo o mundo, para as fileiras do EI.

Também aqui, na disseminação da propaganda terrorista de grupos como o EI, a Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0 é verificável. A comunidade Anonymous posiciona-se com as suas usuais comunicações em vídeo¹⁰ e incita, através

¹⁰ https://www.youtube.com/watch?v=BPE_sRhZp6M

de operações como a de código - #OpISIS, a cooperação na denúncia de utilizadores e contas de propaganda do EI, na plataforma Twitter. Recomenda procedimentos *online* para denúncia de ações propagandísticas terroristas.

A Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0, no que diz respeito ao policiamento, é um fenómeno que tem vindo a merecer a maior atenção por parte das forças de segurança pelas suas capacidades de atuação. Por um lado, vê-se surgir uma rede de cidadãos comprometidos e empenhados que compilam provas de envolvimento em crimes e as disponibilizam nas redes sociais. Por outro lado, observamos a existência de um cada vez maior número de utilizadores de ferramentas de Web 2.0, que expõem cada vez mais a vida quotidiana e as interações sociais. A confluência destes fenómenos obriga a uma cada vez maior atenção e reflexão por parte das Ciências Sociais, no seu esforço de compreensão das sociedades contemporâneas.

Referências Bibliográficas

- ALBRECHTSLUND, Anders (2008), *Online Social Networking as Participatory Surveillance*, First Monday 13(3).
- ANDREJEVIC, Mark (2002), “The Work of Watching one Another: Lateral Surveillance, Risk and Governance”, *Surveillance & Society – Peoples watching People* (ed. Wood) 2 (4): 479-497.
- (2007), *iSpy: Surveillance and Power in the Interactive Era (Culture America)*, University Press of Kansas.
- CASTELLS, Manuel (2001), *The Internet Galaxy: Reflections on the Internet, Business, and Society*, Oxford University Press.
- COHEN, Stanley (1972), *Folk Devils and Moral Panics*, MacGibbon and Kee, Ltd.
- COTTRILL, Caitlin (2011), “Location Privacy: Who Protects?” *Urisa Journal*, pp. 49-59.
- ESTÊVÃO, Tiago (2014), *A Vigilância nas Sociedades Contemporâneas – O Estudo de Caso do INDECT*, Tese de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Lisboa, ISCTE-IUL.
- (2014a), “O Novo Paradigma da Vigilância na Sociedade Contemporânea – Who Watches the Watchers”, *Observatório (OBS*)*, Vol.8, nº 2, [online]. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/787>.
- FOUCAULT, Michel (1977), *Discipline and Punish, The Birth of the Prison*, Middlesex, England, Penguin Books, Ltd.
- FROIS, Catarina (2011), *Vigilância e Poder*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- FUCHS, Christian (2011), *New Media, Web 2.0 and Surveillance*, *Sociology Compass* 5/2.
- FUCHS, Christian; BOERSMA, Kees; ALBRECHTSLUND, Anders; SANDOVAL, Marisol (2011), *Internet and Surveillance: The Challenges of Web 2.0 and Social Media*, New York and London Routledge.
- GIDDENS, Anthony (1985), *The Nation-State and Violence*, Cambridge, England, Polity Press.
- GREENWALD, Glenn (2014), *No Place to Hide: Edward Snowden, the NSA, and the U.S. Surveillance State*, New York, USA, Metropolitan Books.

- HARDING, Luke (2014), *The Snowden Files – The Inside Story of the World’s Most Wanted Man*, New York, Vintage Books.
- KOSKELA, Hille (2004), “Webcams, TV Shows and Mobile Phones: Empowering Exhibitionism”, *Surveillance & Society* 2 (2/3), pp. 199-215.
- LYON, David (1998), *The Surveillance Society – Monitoring Everyday Life*, Buckingham, England, Open University Press.
- (2003), “Surveillance Technology and Surveillance Society”, in Thomas J. Misa; Philip Brey and Andrew Feenberg (eds), *Modernity and Technology*, 161-184, Cambridge: MIT Press.
- LYON, David (2007), *Surveillance Studies – An Overview*, Cambridge, England, Polity Press.
- MANN, Steve (2005), “Sousveillance and Cyberglows, A 30-Year Empirical Voyage Through Ethical, Legal and Policy Issues”, *Presence: Teleoperators and Virtual Environments* 14(6), pp. 625–646.
- PAPACHARISSI, Zizi; GIBSON, Paige (2011), “Fifteen Minutes of Privacy: Privacy, Sociality, and Publicity on Social Network Sites”, *Privacy Online: Theoretical Approaches and Research Perspectives on the Role of Privacy in the Social Web*.
- SCHNEIDER, Christopher; TROTTIER, Daniel (2012), “The 2011 Vancouver Riot and the Role of Facebook in Crowd-Sourced Policing”, *BC Studies*, nº 175, pp. 57-72.
- TROTTIER, Daniel (2012), “Policing Social Media”, *Canadian Sociological Association*, pp. 411-425.
- (2012a), “An Inventory and Evaluation of CCTV Internet Crowd-Sourcing”, *Centre for Science, Society & Citizenship*.
- (2012b), “Interpersonal Surveillance on Social Media”, *Canadian Journal of Communication*, Vol. 37 (2012), pp. 319-332.
- TUROW, Joseph (2005), “Audience Construction and Culture Production: Marketing Surveillance in the Digital Age”, *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 597 (1), pp. 103-121.
- (2006), *Cracking the Consumer Code: Advertising, Anxiety and Surveillance*, in Kevin Hagerty and Richard V. Ericson (eds.), *The Digital Age. In the New Politics of Surveillance and Visibility*, pp. 279-307, Toronto: University of Toronto Press.

Rita Espanha (autora de correspondência). Professora Auxiliar no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (Lisboa, Portugal). Diretora do Mestrado em Comunicação Cultura e Tecnologias de Informação. Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) (Lisboa, Portugal). Editora da revista internacional Observatório (OBS*). Endereço de correspondência: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) (ISCTE-IUL), Avenida das Forças Armadas 1649-026, Lisboa, Portugal. E-mail: rita.espanha@iscte.pt

Tiago Estêvão. Doutorando em Ciências da Comunicação, no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Avenida das Forças Armadas 1649-026, Lisboa, Portugal. E-mail: tiagovaz.estevao@gmail.com

Artigo recebido em 25 de outubro de 2015. Publicação aprovada em 23 de setembro de 2016.

O Projeto *Orquestra Geração*. A duplicidade de um evento musical/social

Jorge Alexandre Costa

Escola Superior de Educação do Porto
Centro de Investigação em Psicologia da Música e Educação Musical

Graça Mota

Escola Superior de Educação do Porto
Centro de Investigação em Psicologia da Música e Educação Musical

Ana Isabel Cruz

Centro de Investigação em Psicologia da Música e Educação Musical

Resumo

O Projeto *Orquestra Geração* surge em 2007/08 e estende-se, no ano letivo de 2014/15, por um total de quinze agrupamentos escolares. Inspirado no *El Sistema* venezuelano, este *evento* pretende, através de uma prática orquestral continuada e intensa, proporcionar a populações escolares desfavorecidas: inclusão e mobilidade social, contacto com novas realidades culturais e domínio de uma prática instrumental específica. Partindo de uma (re)leitura interpretativa e crítica de diferentes vídeos, provenientes da *esfera pública digital*, pretendemos compreender o discurso que legitima a existência de uma duplicidade do *evento Orquestra Geração* - um *evento* musical onde se manifesta o interesse pelos resultados extramusicais e um *evento* social onde se sublinha o interesse pelos resultados musicais. Uma duplicidade que se materializa a três níveis: social, pessoal e artístico.

Palavras-chave: prática musical coletiva; inserção social; esfera pública digital; educação artística.

The Project Orquestra Geração. The duplicity of a musical/social event

Abstract

The Project *Orquestra Geração* was created in 2007/2008 and involves, in 2014/15, fifteen schools. Through an intensive orchestral practice, the *event*, inspired in Venezuelan *El Sistema*, aims at providing disfavored school populations with: social inclusion and mobility, contact with new cultural realities and development of instrumental practice. Taking as a starting point an interpretative and critical (re)approach of the different videos emerging in the *digital public sphere*, it is our purpose to understand the discourse that brings legitimacy to the duplicity of this *event* - a musical *event* where it is manifest the interest for the

extra musical results and a social *event* where it is manifest the interest for the possible emerging musical results. A duplicity which takes place at three levels: social, personal and artistic.

Keywords: collective musical practice; social inclusion; digital public sphere; arts education.

Le Projet «Orquestra Geração». La duplicité d'un événement musical/social

Résumé

Le Projet «Orquestra Geração» est né en 2007/08, et s'étend, en 2014/15, à un total de quinze regroupements scolaires. À travers d'une pratique orchestrale intense, cet événement, inspiré par le *El Sistema* vénézuélien, prétend proportionner aux populations scolaires défavorisées: l'inclusion et la mobilité sociale, contact avec de nouvelles réalités culturelles et le domaine de la pratique instrumentale. Partant d'une (re) lecture interprétative et critique des différents vidéos, provenant de la *sphère publique digitale*, on prétend comprendre le discours qui légitime l'existence de la duplicité de l'*événement* - un événement musical qui manifeste l'intérêt envers les résultats extramusicaux et un événement social qui manifeste l'intérêt envers les résultats musicaux. Une duplicité qui se matérialise à trois niveaux: social, personnel et artistique.

Mots-clé: pratique musicale collective; insertion sociale; sphère publique digitale; éducation artistique.

El Proyecto Orquestra Geração. La duplicidad de un evento musical/social

Resumen

El Proyecto *Orquestra Geração* fue creado en 2007/08 y, en 2014/15, se imparte en un total de quince agrupamientos de escuelas. Mediante una práctica orquestal intensa, el *evento*, inspirado por *El Sistema* venezolano, tiene el objetivo de proporcionar a poblaciones escolares desfavorecidas: inclusión y movilidad social, contacto con nuevas realidades culturales y dominio de la práctica instrumental. Partiendo de una (re)lectura interpretativa y crítica de diferentes videos provenientes de la *esfera pública digital*, se pretende comprender el discurso que legitima la existencia de una duplicidad del *evento* - un *evento* musical en lo que se vislumbran el interés por los resultados extra musicales y un *evento* social adonde se manifiesta el interés por los resultados musicales. Una duplicidad que se materializa en tres niveles: social, personal y artístico.

Palabras-clave: práctica musical colectiva; inserción social; esfera pública digital; educación artística.

Introdução

No âmbito deste trabalho pretendemos problematizar o Projeto *Orquestra Geração* como um *evento*¹ constitutivo da realidade nacional que, ao recusar o

¹ À semelhança de Tia DeNora usamos a designação *evento* para nos referirmos à atividade musical e pedagógica no seu todo.

dualismo entre música e sociedade como duas entidades autónomas, parece emergir perante o nosso olhar, face ao discurso realizado pelos diferentes atores (docentes, alunos, funcionários e jornalistas) observados no âmbito de uma *esfera pública digital*, como um duplo *evento*. Um *evento* musical onde o interesse reside nos resultados extramusicais que se podem obter - *o social como uma manifestação da música* - e um *evento* social onde se privilegia o interesse pelos resultados musicais que podem advir - *a música como uma manifestação do social* (DeNora, 2003: 151). Esta duplicidade do *evento* parece, em nossa opinião, gozar de uma ampla publicidade, estrategicamente consentida e estimulada pelos envolvidos individuais e coletivos, na esfera pública. O nosso texto encontra-se estruturado em seis pontos fundamentais. Um primeiro, em que recordamos o processo de construção do Projeto *Orquestra Geração*; um segundo ponto, em que tentamos problematizar o que é esta característica dual do *evento*; um terceiro, em que refletimos sobre a ferramenta metodológica utilizada no tratamento dos materiais recolhidos; um quarto, em que mencionamos qual o *corpus* empírico a que recorreremos, destacando as suas características particulares; um quinto em que apresentamos a organização analítica utilizada; e, por último, uma reflexão final, construída a partir das categorizações encontradas, que sublinha a problematizada dualidade do *evento* Projeto *Orquestra Geração*.

1. Conhecer o Projeto *Orquestra Geração*

“Compreender é, em primeiro lugar, compreender o campo em que nos fizemos e contra o qual nos fizemos” (Bourdieu, 2005: 15)

O Projeto *Orquestra Geração*² surgiu no início do ano letivo de 2007/08 a partir de uma iniciativa conjunta de diferentes interlocutores institucionais, designadamente da Câmara Municipal da Amadora, da Escola de Música do Conservatório Nacional, da Fundação Calouste Gulbenkian, do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo

² Para mais informação ver: Newsletter (nº102, Abril de 2009) da Fundação Calouste Gulbenkian; *Música, um caminho para a inclusão social*, artigo da Newsletter EQUAL (Jornal eletrónico de inovação social, 2008); *Projeto Especial Orquestra Geração*, da Escola de Música do Conservatório Nacional (23 de Junho de 2009); comunicação *Projetos Musicais Educativos com Crianças e Jovens - Orquestra Geração*, de Helena Lima, apresentada no Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Educação Musical, em 7 de Novembro de 2009; *Programa Orquestra Geração - Escolas da Ajuda, Boavista e Anjos - Memória Descritiva*, da Câmara Municipal de Lisboa, 2011; “*Tocar y Luchar*” - *Contributos de uma perspectiva antropológica em projectos de arte/educação*, monografia de pesquisa antropológica de Matilde Caldas, 2007; *A Música e a Inserção Social de Jovens em Risco*, dissertação de mestrado de Maria Francisca Dias, 2013.

Intercultural e do agrupamento de Escolas Miguel Torga, da Amadora.

É uma iniciativa que não surge de forma extemporânea e isolada no tempo e no espaço, embora o acaso do acontecimento também não seja aqui um interlocutor inocente ou estranho. Esta iniciativa, a criação de uma orquestra infanto-juvenil ou de um *evento* de prática musical instrumental coletiva em escolas do ensino básico públicas *problemáticas*, insere-se no âmbito de um projeto de cariz social mais amplo - o projeto *Geração/Oportunidade* -, financiado pelo programa comunitário EQUAL, que a edilidade da Amadora já vinha a implementar há algum tempo no terreno, com o apoio daqueles e de outros interlocutores institucionais³.

O Projeto *Orquestra Geração* tem como públicos-alvo preferenciais as camadas de população mais jovens, que se encontram a frequentar o ensino básico, em qualquer um dos seus três ciclos, inseridas em meios económico-sociais desfavorecidos e, por isso, com uma situação de maior vulnerabilidade familiar, educativa e social. São escolas inseridas em diferentes contextos, frequentadas por públicos heterogêneos, onde o abandono escolar, o absentismo, o conflito e a convivência multicultural são realidades maiores.

Segundo os seus autores, o Projeto *Orquestra Geração* pretende, através de uma prática musical instrumental coletiva, proporcionar a estas populações escolares do ensino básico o desenvolvimento de competências de âmbito social e pessoal, a aquisição de conhecimentos essenciais para o domínio do instrumento musical, uma melhor integração escolar e social e um caminho alternativo que contribua para uma desejada mobilidade e mudança nas trajetórias sociais.

Para a construção da sua identidade social, pedagógica e artística, o *Projeto Orquestra Geração* recorre aos princípios orientadores do *Sistema Nacional de Orquestras y Coros Juveniles e Infantiles*, da Venezuela, e, cumulativamente, aos modelos de organização curricular dos estabelecimentos de ensino artístico, vocacional e profissional de música nacionais.

Neste sentido, e de forma a operacionalizar uma transferência de experiências e de saberes vividos *in loco*, o Projeto *Orquestra Geração* socorre-se de músicos formados no âmbito do chamado *El Sistema* venezuelano que têm assumido diferentes papéis, na formação dos professores, na coordenação e orientação da atividade letiva e orquestral, na docência e na adaptação e articulação dos diferentes materiais pedagógicos utilizados pelos diferentes instrumentos - métodos, exercícios e reportórios, entre outros.

³ A Santa Casa da Misericórdia da Amadora, o Centro Social e Paroquial de São Brás, a Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, entre outras.

O desenho curricular adotado pelo projeto materializa-se através da realização de aulas de instrumento, de aulas de naipe, de orquestra e de formação musical, com uma ocupação horária global de sete horas semanais⁴. A atividade letiva decorre nos espaços das escolas públicas do ensino básico regular envolvidas. No seio desta estrutura curricular, a prática musical instrumental coletiva - a orquestra - constitui o enfoque central da aprendizagem e, por isso, o elemento catalisador de todo o processo de ensino e dinamizador de toda a atividade artística a ser apresentada nos mais variados momentos e espaços públicos do país. Os diferentes materiais pedagógicos utilizados, os reportórios escolhidos e as orientações técnicas e interpretativas trabalhadas partem sempre das necessidades e da agenda artística definida para esta prática coletiva.

Em cada uma das escolas em que o Projeto *Orquestra Geração* se encontra implementado é criado um núcleo orquestral - a orquestra local/municipal - que face ao número de anos de existência e às faixas etárias envolvidas terá níveis técnico-artísticos diferenciados e dimensões variáveis. Num primeiro ano a orquestra é constituída apenas pelo naipe das cordas, no segundo ano é-lhe acrescentado o naipe dos sopros e, no ano seguinte, os instrumentos de percussão. O conjunto das várias orquestras locais/municipais potencia, com os seus melhores instrumentistas, a existência de uma orquestra juvenil nacional.

O Projeto *Orquestra Geração*, constituído como associação sem fins lucrativos⁵ a 10 de setembro de 2014, estende-se, no ano letivo 2014/15, por um total de quinze agrupamentos escolares, sediados, na sua grande maioria, no distrito de Lisboa⁶ (treze escolas) e, os restantes, nas cidades de Coimbra e de Gondomar. Envolve mais de setecentos alunos e de oitenta professores distribuídos pelos diferentes instrumentos.

O Projeto *Orquestra Geração*, tem recebido apoios financeiros tanto de organismos públicos - Ministério da Educação, Ministério da Administração Interna, municípios envolvidos e Embaixada da Venezuela - como de organismos privados ou público/privados. A frequência do projeto é gratuita, bem como a própria aquisição dos instrumentos é suportada, na íntegra, por alguns dos organismos mecenas.

⁴ Organização curricular orientadora, podendo sofrer adaptações nos diferentes agrupamentos: instrumento (1h - 2/4 alunos), naipe (3h), orquestra (2h) e formação musical (1h).

⁵ São sócios fundadores da Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal (AOSJSP) a Escola Artística de Música do Conservatório Nacional, a Associação de Amigos da Escola de Música do Conservatório Nacional, António Wagner Dinis, Jorge Rodrigues de Miranda e Helena Lima da Silva.

⁶ Municípios de Amadora, Vila Franca de Xira, Loures, Oeiras, Sesimbra, Sintra e Lisboa.

2. O Projeto *Orquestra Geração* como um evento dual

“Muitas vezes pensamos que as questões pessoais, sociais e políticas são independentes, não se influenciando umas às outras. Com a música aprendemos que isso é uma impossibilidade objectiva; não existem, pura e simplesmente, elementos independentes. [...] [A] música ensina-nos que está tudo ligado”. (Barenboim, 2009: 130)

Tendo como referência os diferentes objetivos preconizados anteriormente, podemos enquadrar o Projeto *Orquestra Geração* como um *evento* constitutivo da realidade nacional, embora circunscrito a determinados espaços geográficos restritos, em que o ensino da música ou a prática instrumental coletiva parece funcionar como um dispositivo de transferência fundamental, capaz de operacionalizar na população escolar alvo as transformações desejadas ao nível pessoal, social e artístico.

A prática coletiva parece ser, assim, o meio através do qual o *campo de forças* e de *lutas* (Bourdieu, 2001: 32), em que os envolvidos se inserem, é temporariamente reconfigurado, assumindo diferentes formas de momento para momento, de ensaio para ensaio, de espetáculo para espetáculo, face aos novos capitais artísticos, sociais e pessoais desenvolvidos durante este *jogo* (Bourdieu e Wacquant, 1996: 98-100) e à crença, à *doxa* (Bourdieu, 2003: 121-122), que se vai construindo, na procura de um futuro melhor.

Esta almejada reconfiguração não resulta das possíveis parecenças estruturais existentes entre, por um lado, a prática instrumental coletiva e, por outro, as atividades extramusicais de cunho pessoal e social, mas de uma observação atenta de que a prática musical partilha características processuais elementares com as atividades extramusicais, sendo que estas características processuais têm consequências no fazer, no perceber e no realizar dessas mesmas atividades. Como refere Daniel Barenboim, na sua obra *Está tudo ligado*, através da experiência musical “[...] é possível imaginar um modelo social alternativo, em que a Utopia e o pragmatismo unam esforços, permitindo-nos exprimir-nos livremente e ouvir as preocupações uns dos outros” (2009: 73). Esta qualidade dialógica que a experiência orquestral insere - temos que nos exprimir e temos que escutar os outros - permite que a “música se transforme na voz principal dos desfavorecidos e ocupe o lugar da política como motor de mudança” (idem: 68).

Desta forma, podemos afirmar que a música, porque não é distinta da sociedade com as suas múltiplas vivências, pelo contrário, é uma parte integrante dela - é um objeto e uma atividade que se constrói socialmente (Roy e Dowd, 2010) -, parece fornecer os modos e os instrumentos adequados para realizarmos, através da ação, a vida social. A música longe de ser uma simples cópia do social é, ela própria, ação

social e interação entre uma diversidade de atores, cujo significado emerge dos usos sociais empreendidos (Frith, 2002; Martin, 2007).

O Projeto *Orquestra Geração*, como atividade socialmente construída, parece emergir perante o nosso olhar como um duplo *evento*. Um *evento* musical onde o interesse reside nos resultados extramusicais que se podem obter - *o social como uma manifestação da música* - e um *evento* social onde se privilegia o interesse pelos resultados musicais que podem advir - *a música como uma manifestação do social* (DeNora, 2003: 151). A diferença substancial e real entre estas duas posições pode e deve ser reduzida a uma opção meramente analítica, porque é algo que vai ficar sempre dependente daquilo que são os nossos interesses e olhares orientadores. Dependente se o nosso interesse reside nos resultados extramusicais de um evento musical ou se nos resultados musicais de um evento social.

Como refere a socióloga Tia DeNora a música não é sobre ou causada pelo social, mas parte de uma larga criação social como um ingrediente constitutivo desta mesma vida social (2003: 151). Um ingrediente que se concretiza de uma forma ativa e dinâmica com a vida social - no sentido em que ajuda a invocar, a estabilizar e a transformar os parâmetros da ação coletiva e individual (DeNora, 2000) - a partir de trajetórias e de estilos de vida que se vão operacionalizando, sistemática e criativamente, no espaço social, em tempo real (Willis, 1978). O significado musical projeta-se muito além da sua mera função emocional e cognitiva, é uma forma e um meio poderoso de sociabilidade e de comunicação - um meio poderoso de ordem social (Frith, 2002: 100).

3. Recortes de uma metodologia anunciada

“[...] meaning does not reside in a text but in the writing and reading of it. As the text is reread in different contexts it is given new meanings, often contradictory and always socially embeded. Thus there is no “original” or “true” meaning of a text outside specific historical contexts”. (Hodder, 2000: 704)

A atitude interpretativa, ou a tentativa de desocultar e perceber quais os sentidos que se escondem por detrás de um determinado discurso simbólico e polissémico, é uma prática que não é nova, ou mesmo inovadora, na procura do conhecimento. A hermenêutica (ou a arte de interpretar), a retórica (ou a arte de bem falar) e a lógica (ou a arte de raciocinar) são três formas bem antigas do conhecimento humano aplicadas à análise e observação dos discursos que nos certificam a longevidade desta velha atitude heurística (ou arte da descoberta).

Numa conceção atual de análise de conteúdo, esta atitude interpretativa não só continua a existir de modo predominante como caracteriza toda uma prática

metodológica, muito embora, por si só e isolada de uma série de outros passos, fique incompleta. A análise de conteúdo é uma técnica de investigação, enquanto instrumento/prática que permite obter descrições objetivas, sistemáticas e quantitativas do conteúdo manifesto de uma comunicação (Berelson, 1971) que estão inacessíveis a uma leitura superficial - é um conjunto de procedimentos metódicos. Mas também é um método, enquanto processo que permite extrair sentidos de um texto (o que é que o texto quer dizer), através do recurso à formulação de unidades de classificação e de categorias de análise, à descrição científica quantitativa e qualitativa e à inferência e interpretação - um processo racional para se chegar a um determinado fim (L' Ecuyer, 1990).

Temos, assim, uma análise de conteúdo⁷ de formas de comunicação que se apresenta algures entre a técnica (definição estrita) e o método (definição ampla), que se afasta de um *pronto-a-vestir* conceptual, que se aproxima de um processo de reinvenção constante e que se orienta para o desempenho claro de duas funções fundamentais. Duas funções que podem concorrer de forma dissociável ou dependente, sendo a primeira uma função heurística (a arte da descoberta), que se organiza como a propensão para a descoberta, para ver o que é que dá, e a segunda uma função de administração da prova ou para servir de prova, orientada por hipóteses e métodos de análise no sentido de obter confirmações ou infirmações (Bardin, 2003: 30).

No âmbito do nosso trabalho é esta *ferramenta metodológica* que melhor se adequa às nossas preocupações investigativas e que melhor se ajusta aos materiais empíricos recolhidos. É uma análise de conteúdo que pretende, por um lado, afastar-se da ilusão da transparência dos fatos sociais, das evidências do saber, da intuição subjetiva e aleatória, da compreensão espontânea ou da leitura simples do real e, por outro, munir-se de uma vigilância crítica, de uma verificação prudente, da riqueza do autoconhecimento, de uma atitude reflexiva, do saber construído e da interpretação brilhante e cientificamente consciente (Bourdieu, 2004; Giddens, 1996b; Guerra, 2008; Santos, 1996; Santos, 2003).

Neste sentido, a análise de conteúdo não se identifica com as chamadas grandes narrativas modernas, da “[...] linha condutora determinante através da qual somos colocados na história como seres dotados de um passado definido e de um futuro previsível” (Giddens, 1996a: 2). Pelo contrário, a análise de conteúdo aproxima-se de uma posição de desorientação face à impossibilidade de obtenção de um conhecimento sistemático do social, integrando-se mais numa perspetiva pós-moderna que reconhece

⁷ A diversidade de definições atribuídas para análise de conteúdo decorre de vários fatores, nomeadamente, da coexistência de uma multiplicidade de conceções filosóficas sobre investigação, objetivos investigativos, campos de aplicação e material utilizado.

no conhecimento uma pluralidade de pretensões heterogêneas, nas quais a ciência não tem um lugar privilegiado.

Podemos dizer que é uma análise de conteúdo que, metaforicamente, se assemelha a uma balança porque para obter um qualquer resultado analítico tem de equilibrar dois *pesos* diferentes. O peso do rigor da objetividade que coloca num dos pratos desta balança e o peso da fecundidade da subjetividade que coloca no outro prato (Bardin, 2003: 9). Nem a primeira se sobrepõe à segunda nem esta tem mais relevo do que aquela. Neste sentido, é uma proposta analítica de rutura, cuja atitude visa ultrapassar, no que lhe for possível, a incerteza gerada pela posição individual e subjetiva - a ultrapassagem da incerteza - e enriquecer, cada vez mais, o conhecimento ou o saber vivido sobre aquilo que está em jogo na análise social - o enriquecimento da leitura (Bardin, 2003: 29).

4. Um corpus empírico *ordinary* mas socialmente significativo

“The internet technology further expands the process of the transformation of an individual opinion into public opinion. With the new interactive networks (...) the internet substantially increased the feasibility of citizens’ participation in public discourse”. (Gripsrud e Moe, 2010: 29)

O *corpus* documental, que utilizamos para sublinhar empiricamente a realização desta reflexão, é construído a partir da chamada *esfera pública digital* (Gripsrud e Moe, 2010), nomeadamente, de ficheiros de vídeo (imagem e som) encontrados na internet.

Uma *esfera pública digital* que se organiza como uma infraestrutura de mediação entre um espaço comum virtual sem público e um espaço político e como um lugar onde é possível ler e argumentar sobre uma multiplicidade de ideias que circulam e se expressam num ambiente anónimo de proximidade. Uma cultura comunitária virtual que “acrescenta uma dimensão social à cooperação tecnológica ao fazer da Internet um meio de interacção social selectiva e de pertença simbólica” (Castells, 2007: 56).

A dimensão informacional digital remete-nos para uma nova possibilidade de participação independente na *esfera pública*, visto a subsistência ou a realização dos agentes e o acesso à participação não estar dependente, nem de um poder político, nem de um qualquer patrono, nem de uma tradicional aprendizagem na privacidade do lar familiar burguês, mas do domínio de uma multiplicidade de novas formas, ferramentas ou tarefas que permitem agir comunicacionalmente (Habermas, 1989) a partir de um qualquer lugar da esfera de ação, seja esta pública ou privada.

Com a emergência da internet assistimos ao aparecimento de novas

oportunidades de participação comunicacional no discurso público; à expansão e otimização do processo de transformação de uma opinião individual numa opinião pública; ao fomento e desenvolvimento de uma esfera pública transnacional, com o esbatimento dos limites locais e nacionais; à intervenção ativa no desenvolvimento de redes globais de comunicação de indivíduos, de organizações ou de movimentos; e à mudança radical do modelo comunicativo hierárquico, que assenta numa democracia popular dominada pelos *mass media* tradicionais, para um modelo, aparentemente, mais aberto e acessível, mais democrático. Como refere Manuel Castells:

“A Internet é o tecido das nossas vidas. Se as tecnologias de informação são o equivalente histórico do que foi a eletricidade na era industrial, na nossa era podíamos comparar a Internet com a rede elétrica e o motor elétrico, dada a sua capacidade para distribuir o poder da informação por todos os âmbitos da atividade humana. (...) A Internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, comunicação de muitos para muitos em tempo escolhido e a uma escala global.” (2007: 15-16)

Esta nova possibilidade de participação através da tecnologia, que se envolve nos fenómenos da comercialização e da mercantilização dos produtos e dos meios para agir comunicacionalmente, altera por completo a orientação desta *esfera pública*. Aquilo que outrora era um espaço de debate racional-crítico converte-se, agora, num campo de consumo e de divulgação cultural; aquilo que era a esfera pública burguesa converte-se num mundo simulado, através da criação de imagens, e manipulado, através da condução da opinião no seu seio, em que a difusão dos produtos e dos meios de comunicação estão ao serviço de diferentes interesses, sejam estes individuais ou coletivos, organizados ou não. Podemos dizer que os indivíduos constroem a *esfera pública digital* através da partilha e do diálogo que estabelecem entre si (através de um intercâmbio dialógico de palavras faladas), como participantes em pé de igualdade numa conversa que se vai fazendo frente a frente, mas sem nunca estarem fisicamente presentes.

A opção por esta fonte documental digital para a constituição do nosso *corpus* empírico, em detrimento de uma outra qualquer, é uma opção que pretende ser, de um certo modo, inovadora e desafiadora das fontes documentais tradicionais, mas consciente da volatilidade temporal e discursiva deste tipo de fontes. O documento digital é uma fonte documental que assume um carácter vivencial que é virtual, uma autoria produtiva, na sua grande maioria, não identificada, um discurso *ordinary* sobre aspetos da vida quotidiana que é efêmero e contingente, face à incerteza da periodicidade temporal do acesso, à relatividade informativa que veicula (emite uma opinião, um testemunho ou um relato entre uma variedade possível) e a uma

possibilidade de caducidade diária eminente, quase incontrolável.

A palavra ordinária aqui utilizada não pretende ser, de modo algum, um atributo de menoridade ou de qualificação inferior. Antes pelo contrário, com a sua utilização pretendemos enfatizar a vulgaridade quotidiana do documento digital como um ato de cultura social - uma *ordinary culture* - como um dos três possíveis sentidos atribuídos à palavra cultura por Raymond Williams - cultura *ideal*, cultura *documental* e cultura *social* (1961: 41-71). A *ordinary culture* é o resultado da totalidade das representações existentes, através das quais as sociedades adquirem um sentido e refletem as experiências partilhadas pelos seus atores (Hall, 1996: 33). Esta adição das representações não pretende ser a soma do que melhor foi dito ou pensado numa sociedade, o apogeu da civilização perfeita em que a arte e a intelectualidade aparecem como um dos valores mais altos da civilização perdida, mas em que todas estas formas, as comuns e a alta cultura, as de uns e de outros, são parte de um processo social global, em que a cultura é equacionada em sentido amplo, como algo que é passível de ser democratizado e socializado (Eagleton, 2003; Geertz, 2000; Kroeber *et al.*, 1963; Williams, 1963, 1988, 1992).

Para a construção do nosso *corpus* significativo identificamos, na *esfera pública digital*, um total de vinte e cinco vídeos, produzidos por diferentes entidades (Orquestra Geração, Fundação Calouste Gulbenkian, RTP, produção independente e anónima) e com durações variáveis. Os vídeos, cujos conteúdos temáticos versam o Projeto *Orquestra Geração*, foram encontrados, de uma forma quase aleatória, através de motores de pesquisa da internet. Os ficheiros de vídeo foram acedidos durante o ano de 2012 e reportam-se ao período entre a criação da orquestra e o ano da recolha.

Após uma primeira breve etapa de exploração e análise dos conteúdos, selecionamos e transcrevemos quatro dos vinte cinco vídeos iniciais, tendo em conta dois critérios: privilegiar vídeos com informação capaz de suscitar interpretações e análises relevantes e evitar a repetição sistemática de conteúdos. Seguidamente, encetamos um reagrupamento dos documentos digitais informativos selecionados recorrendo, primeiro, às analogias de sentido das unidades de significação predominantes encontradas nos respetivos conteúdos e, em segundo, às novas possibilidades de codificação e de categorização, mais restritas e heurísticamente mais ricas, que emergiram das primeiras.

Estas categorias ou classes temáticas (porque reúnem sob uma determinada designação genérica um grupo de elementos informativos - unidades de registo - que, embora oriundos de diferentes documentos, partilham significados comuns),

adequadas ao tipo de análise qualitativa que pretendemos efetuar, foram assim definidas *a priori* e enriquecidas *a posteriori* (com construção de subcategorias de natureza emergente), através do recurso a conhecimentos adquiridos e a critérios formais (frases ou palavras) e semânticos (unidades de significação ou temas) e foram utilizadas de forma exclusiva.

As (re)leituras interpretativas realizadas, aquelas que nos transportam da esfera da autorreferencialidade do texto para a esfera das práticas sociais (Vieira de Carvalho, 2009), não se afiguram como realidades factuais, exaustivas e determinantes sobre o Projeto *Orquestra Geração*. Aquilo que estas (re)leituras nos propiciam é um conhecimento sobre este projeto a partir de um olhar que é subjetivo, descritivo e compreensivo.

5. Uma organização analítica possível

Esta narrativa discursiva foi reorganizada analiticamente com base em diferentes níveis de indexação significativa articulados entre si. Partimos de quatro dimensões iniciais (letras A a D) enquadradoras dos pressupostos da análise que permitiram retirar do discurso oito categorias fundamentais (números de 0 a 7). As categorias 0 a 3 são exclusivas das dimensões A a D, respetivamente. As categorias 4 a 7, face às suas características, podem integrar tanto as dimensões C como D. As suas subcategorias enquadram-se na dimensão C quando refletem competências de âmbito musical e na dimensão D quando enfatizam competências de âmbito social. Estas doze subcategorias emergentes denotam e reforçam a dualidade musical/social que as categorias 2 a 7 contêm e que justificam a existência e preponderância das dimensões C e D (quadro I).

A dimensão A agrupa toda a informação sem conteúdo relevante para o presente estudo, a saber, interjeições coloquiais, pequenas frases decorrentes de diálogos entre professores e alunos durante a atividade letiva e intervenções enquadradoras realizadas pelos jornalistas.

Quadro 1
Análise documental

Dimensões de análise	Categorias principais	Subcategorias emergentes
A nulo	00 nulo	00 a) informação sem conteúdo relevante
B dinâmica da <i>Orquestra Geração</i>	01 dinâmica da <i>Orquestra Geração</i>	01a) informação sobre o funcionamento/história da OG 01 b) informação sobre questões do foro pedagógico da OG 01 c) informação sobre a escolha dos instrumentos na OG
C <i>evento</i> social que desenvolve competências de âmbito musical	02 <i>evento</i> musical/social que desenvolve competências de âmbito musical	02 a) OG com uma função educativa/divulgação de âmbito musical
	05 <i>evento</i> musical/social que desenvolve competências de âmbito educacional	05 a) OG como veículo de aprendizagens ao nível da comunicação/expressão
	06 <i>evento</i> musical/social que desenvolve competências de âmbito socioprofissional	06 a) OG vista como um lugar capaz de facultar um trajeto formativo para a profissão
	07 <i>evento</i> musical/social que desenvolve competências de âmbito estético	07 a) OG como forma de acesso/execução de reportórios eruditos
D <i>evento</i> musical que desenvolve competências de âmbito social	03 <i>evento</i> musical/social que desenvolve competências de âmbito social	03 a) OG com uma função de inclusão/intervenção social 03 b) OG como lugar de pertença
	04 <i>evento</i> musical/social que desenvolve competências de âmbito individual	04 a) OG como lugar de afirmação e de desenvolvimento de valores pessoais/coletivos
		04 b) OG como lugar capaz de suscitar satisfação/concretização de “sonhos”
	05 <i>evento</i> musical/social que desenvolve competências de âmbito educacional	05 b) OG com uma função de potenciar a integração na comunidade escolar
	06 <i>evento</i> musical/social que desenvolve competências de âmbito socioprofissional	06 b) OG vista como um lugar capaz de fomentar a vontade de vir a exercer a profissão de músico
	07 <i>evento</i> musical/social que desenvolve competências de âmbito estético	07 b) OG com uma função estruturante na construção do gosto musical e da divulgação musical

A dimensão B - dinâmica da *Orquestra Geração* - engloba toda a informação relativa à organização do projeto, designadamente, de carácter genérico sobre o funcionamento/história da OG, sobre questões do foro pedagógico e sobre a escolha dos instrumentos:

(Jornalista): *Todas as orquestras geração funcionam em horário pós-escolar em escolas do primeiro, segundo e terceiro ciclos de forma a que todas as crianças e jovens possam ter acesso às aulas de música.* (01a)

(Docente): É uma fase inicial, nosso grande objetivo como metodologia é cativar a motivação, é cativar a paixão das crianças, *mas mais à frente, pouco a pouco se vai corrigindo as partes técnicas, a parte individual.* (01b)

(Docente): *O Lemos⁸ é fantástico. O Lemos é sempre cheio de energia, sempre a correr de um lado para o outro. Ao início custava-lhe tocar na orquestra porque levava sempre o seu tempo, sempre com muita vontade de tocar o seu instrumento, com uma energia fantástica a tocar.* (01b)

(Aluno): *Digo que sim, que é giro, é engraçado, convido-os para entrarem. Às vezes até arranjo inscrições que é para eles poderem entrar e ajudo-os às vezes a escolher os instrumentos, mostro-lhes todos os tipos de instrumentos que existem na orquestra e depois eles escolhem.* (01c)

A dimensão C - a *Orquestra Geração* como um *evento* social que desenvolve competências musicais - refere-se a todas as falas que sublinham os benefícios musicais obtidos pela pertença à orquestra, sejam estes de âmbito musical, educacional socioprofissional ou estético:

(Docente): É dar a oportunidade, a todas as crianças, de poder tocar o instrumento. (02a)

(Jornalista): É um caso de paixão, o de Daniel e da sua tuba. Um encontro que surgiu por acaso e que levou o jovem a ultrapassar a desconfiança inicial face à música clássica. (02a)

(Docente): [É] *ter a oportunidade de através da música poder comunicar-se, poder transmitir, (...) de falar através do instrumento.* (05a)

(Aluno): *Eu estou a estudar pra fazer as provas em Julho pra entrar na Metropolitana que é uma Escola Profissional de Música e quero mesmo muito me esforçar para poder entrar.* (06a)

(Aluno): *Aprende-se instrumentos novos, a..., a... sabe-se mais sobre a música clássica e... e vão ver que a música clássica não é uma seca como eles dizem, que é giro, é engraçado e é fixe.* (07a)

A dimensão D - a *Orquestra Geração* como um *evento* musical que desenvolve competências sociais - engloba a informação que destaca os benefícios sociais obtidos através de uma prática musical, sejam estes de âmbito social, individual, educacional socioprofissional ou estético:

(Aluno): *Eles dizem que, principalmente, saímos da rua para ir fazer atividades, não ficamos sem fazer nada, não ficamos presos à televisão, não ficamos presos às consolas.* (03a)

⁸ Todos os nomes de alunos referidos são fictícios.

(Docente): *Em si, a orquestra é uma comunidade, dá oportunidade deles poderem tocar, conversar, conhecer-se e misturar e aprender, enfim, todos em conjunto. E acho que esse é o objetivo principal.* (03a)

(Aluna): *Eu queria convidar toda a gente (...) porque é muito divertido. Ao princípio toda a gente fica a pensar: "A... instrumentos assim de música clássica, não me parece!", mas quando chegam cá veem que é completamente diferente. Fazemos muitos amigos, estamos sempre a conviver. E ainda por cima não é sempre, sempre a tocar, estamos sempre a divertir-nos. Compensa muito. É muito bom, é uma experiência única e vale muito a pena experimentar visto que é grátis e emprestam-nos os instrumentos. É muito bom, mesmo.* (03b)

(Docente): *Reforçar os valores como são: a amizade, como são a autoestima, confiança e o companheirismo entre si.* (04a)

(Aluna): *Um dos meus maiores sonhos é estar a tocar num concerto onde estão aqueles profissionais.* (04b)

(Auxiliar): *A maneira de ser mudou totalmente. Eles eram meninos pouco... pouco afáveis connosco... muito rebeldes e deixaram tudo isso, ficaram muito mais... amáveis, cumprimentam-nos, agarram-se a nós... São, estão muito, muito... muito ligados a nós.* (05b)

(Docente): *Conhecer-se, tocar em conjunto, participar numa orquestra e um dia mais tarde poder concretizar um sonho, uma realidade de poder ser músico, poder integrar uma orquestra profissional, viajar pelo mundo. Eu acho que isso, isso é ótimo.* (06b)

(Aluno): *[A música clássica] era um bocado mais... estranha para mim por causa dos instrumentos, o maestro e isso. Não era adaptável, o som não batia com outras, outros tipos de música. Não tinha batidas era só... o som do instrumento, mas agora já gosto, de uma forma diferente. Agora só penso é na música. Até já deixei de ouvir outros tipos de música.* (07b)

(Re)lendo o saber vivido para saber o que é que dá

Assim, partindo de uma (re)leitura interpretativa e crítica dos diferentes textos/imagens selecionados, foi-nos possível encontrar uma narrativa discursiva que parece legitimar a emergência do Projeto *Orquestra Geração* como um *evento* que se realiza e age de forma dúplice - um *evento* onde a música nos aguça o olhar para as manifestações do social e o social nos surpreende como uma manifestação desta música.

Podemos assim afirmar, sublinhando a intenção inicial dos seus autores, que o Projeto *Orquestra Geração* pretende, através de uma prática instrumental coletiva, proporcionar às populações escolares, mais desfavorecidas, do ensino básico, o desenvolvimento de duas grandes dimensões estruturantes que se traduzem em três grandes níveis:

a) ao nível social⁹, uma forte promoção da inclusão e da mobilidade social - através do ensino da música pretende-se combater os fatores escolares potenciadores da exclusão e da estagnação social, nomeadamente, o absentismo, o insucesso e o abandono escolar, de modo a promover uma desejável inserção e ligação dos alunos à escola e à comunidade; e desenvolver as competências de sociabilização necessárias a uma vivência pessoal e coletiva gratificante, tais como, o relacionamento interpessoal, a solidariedade, a responsabilização, a participação, entre muitos outros;

b) ao nível pessoal, a abertura e o contato com novas realidades sociais e culturais e o conhecimento das capacidades e dos valores inerentes a cada indivíduo - através do ensino da música pretende-se expandir os horizontes culturais; colocar os alunos em contato com outras realidades e contextos sociais através de experiências enriquecedoras; dar a conhecer que existem caminhos alternativos aos horizontes de pobreza ou de marginalidade; e estimular a confiança, a autoestima, os hábitos de trabalho e de cooperação, a expressão oral e escrita, etc.;

c) e ao nível artístico, o desenvolvimento dos princípios essenciais para o domínio da prática musical/instrumental e da fruição estética - através do ensino da música pretende-se dar oportunidade de aprender e experimentar tocar diversos instrumentos e músicas que usualmente são inacessíveis nestes meios; promover e desenvolver as aptidões e os domínios técnico-artístico e estético, específicos da arte musical; diagnosticar talentos emergentes, com o propósito de os encaminhar para espaços de aprendizagem especializados; e estimular e desenvolver novas competências e capacidades cognitivas e comunicativas, recorrendo a uma maior autonomia, sentido de responsabilidade e criatividade.

Este é o olhar que os discursos, mediatizados pelo *espaço público digital*, nos parecem oferecer. Trata-se de um confronto de narrativas que têm uma validade em construção, já que necessitam de triangulação com outras narrativas produzidas por outros atores e pelas práticas desenvolvidas no seio do projeto *Orquestra Geração*. É, contudo, um contributo essencial para a apreensão global do fenómeno *Orquestra Geração*.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence (2003), *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

BARENBOIM, Daniel (2009), *Está tudo ligado. O poder da música*, Lisboa, Editorial Bizâncio.

⁹ Ver Relatório do Grupo de Trabalho nomeado pelo despacho nº7307/2010 de 27 de abril.

COSTA, Jorge Alexandre; MOTA, Graça; CRUZ, Ana Isabel Cruz (2017), “O Projeto Orquestra Geração. A duplicidade de um evento musical/social”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, pp. 135 - 154

- BERELSON, Bernard (1971), *Content analysis in communication research*, New York, Hafner Press.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *Razões práticas. Sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editora.
- (2003), *Questões de sociologia*, Lisboa, Fim de Século - Edições, Sociedade Unipessoal, Lda.
- (2004), *Para uma sociologia da ciência*, Lisboa, Edições 70.
- (2005), *Esboço para uma auto-análise*, Lisboa, Edições 70.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. (ed.) (1996), *An invitation to reflexive sociology*, Oxford, Polity Press.
- CALDAS, Matilde (2007), “Tocar y Luchar” - *Contributos de uma perspectiva antropológica em projectos de arte/educação*, Tese de Licenciatura em Antropologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- CASTELLS, Manuel (2007), *A Galáxia Internet - Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- DENORA, Tia (2000), *Music in everyday life*, Cambridge, Cambridge University Press.
- (2003), *After Adorno. Rethinking music sociology*, Cambridge, Cambridge University Press.
- DIAS, Maria Francisca (2013), *A Música e a Inserção Social de Jovens em Risco*, Tese de Mestrado em Serviço Social, Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.
- EAGLETON, Terry (2003), *A ideia de cultura*, Lisboa, Temas e Debates.
- FIGUEIRÔA, David (dir.) (2008), “Música, um caminho para a inclusão social”, *Histórias de Sucesso de Inovação Social - Seleção de artigos da Newsletter EQUAL*, pp. 26-30.
- FRITH, Simon (2002), “Music and everyday life”, in Trevor Herbert Martin Clayton & Richard Middleton (eds.), *The cultural study of music. A critical introduction*, New York, Routledge, pp. 92-101.
- GEERTZ, Clifford (2000), *La interpretación de las culturas*, Barcelona, Editorial Gedisa, S.A.
- GIDDENS, Anthony (1996a), *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- (1996b), *Novas regras do método sociológico*, Lisboa, Gradiva.
- GRIPSRUD, Josten; MOE, Hallvard (eds.) (2010), *The digital public sphere. Challenges for media policy*, Londres, Intl Clearinghouse.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2008), *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentido e formas de uso*, Cascais, Princípia Editora, Lda.
- GULBENKIAN, Fundação Calouste (2009), “Orquestra Geração Música para Todos”, *Newsletter*, 102, pp. 4-6.
- HABERMAS, Jürgen (1989), *Consciência moral e agir comunicativo*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- HALL, Stuart (1996), “Cultural studies: two paradigms”, in John Storey (ed.), *What is Cultural Studies? A Reader*, Londres, Hodder Arnold, pp. 31-48.
- HODDER, Ian (2000), “The interpretation of documents and material culture”, in Norman Denzin e Yvonne Lincoln (ed.), *Handbook of Qualitative Research*, Londres, Sage Publications, pp. 703-715.
- KROEBER, Alfred; KLUCKHOHN, Clyde; UNTEREINER, Wayne (1963), *Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions (Papers of the Peabody Museum of American Archaeology & Ethnology, Harvard University)*, New York, Random House.
- L' ECUYER, René (1990), *Méthodologie de L' analyse développementale de contenu. Méthode GPS et concept de soi*, Québec, Presses de l'Université du Québec.
- MARTIN, Peter (2007), *Music and the sociological gaze: Art worlds and cultural production*, Manchester, Manchester University Press.
- ROY, William; DOWD, Timothy (2010), “What is sociological about music?”, *Annual Review of Sociology*, 36, pp. 183-203.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1996), *Um discurso sobre as ciências*, Porto, Edições Afrontamento.

COSTA, Jorge Alexandre; MOTA, Graça; CRUZ, Ana Isabel Cruz (2017), “O Projeto Orquestra Geração. A duplicidade de um evento musical/social”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, pp. 135 - 154

SANTOS, Boaventura Sousa (org.) (2003), *Conhecimento prudente Para Uma Vida Decente*, Porto, Edições Afrontamento.

VIEIRA DE CARVALHO, Mário (2009), “A construção do objecto da sociologia da música”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

WILLIAMS, Raymond (1961), *The long revolution*, Londres, Chatto & Windus.

- (1963), *Culture and society*, Middlesex, Pinguin Books in association with Chatto & Windus.

- (1988), *Keywords*, Londres, Fontana Press.

- (1992), *Cultura*, São Paulo, Editora Paz e Terra S.A.

WILLIS, Paul (1978), *Profane culture*, London, Routledge.

Documentos Internos da Orquestra Geração

Câmara Municipal de Lisboa (2011), *Orquestras Sinfónicas Juvenis - Programa Orquestra Geração - Escolas da Ajuda, Boavista e Anjos - Memória Descritiva*.

Escola de Música do Conservatório Nacional (2009), *Projeto Especial Orquestra Geração*.

LIMA, Helena (2009), *Projetos Musicais Educativos com Crianças e Jovens - Orquestra Geração - Comunicação apresentada no Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Educação Musical*.

NERY, Rui Vieira (coord.); ARTIAGA, Maria José; DINIZ, António Wagner (2011), *O Programa de Orquestras Escolares - Relatório do Grupo de Trabalho nomeado pelo despacho nº7307/2010 de 27 de Abril da Senhora Ministra da Educação e do Senhor Ministro de Estado e das Finanças*.

Corpus Documental - Vídeos

Análise e transcrição

GULBENKIAN, Fundação Calouste (2009), “Orquestra Geração” [Documentário sobre a Orquestra Geração], Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_Cld_p13JSQ

REIS, Filipa; GUERRA, João Miller (2011), “Orquestra Geração”, Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GkNhsEWIBeE>

RTP (s.d.), “Programa Nós - Orquestra Geração”, Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JzW9A28to7s>

RTP África (14 de janeiro de 2009), “Orquestra Geração - Programa Latitudes - 14 Jan 2009”, Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=t8XRsf7A0w>

Análise sem transcrição

“Orquestra Geração” [Concerto da Orquestra Geração (Vialonga e Amadora), na Escola Superior de Música de Lisboa], (março 2010), Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tf6eqZR2iV0>

“Orquestra Geração” [concerto na Aula Magna da Universidade de Lisboa], (16 de maio de 2010), Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=D8d9Ndj3vVk>

“Orquestra Geração” [Concerto na Aula Magna da Universidade de Lisboa], (16 de maio de 2010), Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Y_0BWr6cT04

“Orquestras Geração da Amadora - 25 de Abril 2012”, (25 de abril de 2012), Youtube [consult. em março

- de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZeEP8Zx9ZJ4>
- “Orquestra Geração no S. Luís”, (s.d.), Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uYM60kbGHWk>
- “Orquestra Geração no S. Luís”, (s.d.), Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-h2NYYswXxs>
- “Orquestra Geração no Teatro Camões”, (1 de outubro de 2010), Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5vk8kImoCkU>
- “Orquestra Geração no Teatro Camões”, (1 de outubro de 2010), Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1a69UlcjQXw>
- “Atuação na Escola Superior de Música da Orquestra Geração”, (março 2010), Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mz1SnADgXal>
- GERAÇÃO, Orquestra (25 de abril de 2009), “2009 04 25 Orquestra Geração Peças” [Orquestra Geração - Receção a José António Abreu e ao Maestro Gustavo Dudamel - Escola EB 2,3 de Miguel Torga, Amadora], Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yUXe6RDt0vU>
- GERAÇÃO, Orquestra (25 de abril de 2009), “2009 04 25 Orquestra Geração - Ode à Alegria - Direção GDudamel”, Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=y5GHwrDBiE>
- GERAÇÃO, Orquestra (30 de maio de 2009), “Orquestra Geração interpreta *Hino da Alegria*”, Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jkJByAC0MLM>
- GERAÇÃO, Orquestra (dezembro de 2009), “07 Metais da Orquestra Geração - When the Saints” [Festa de Natal na Escola EB 2, 3 Miguel Torga], Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VwVQzdVgVpw>
- GERAÇÃO, Orquestra (dezembro de 2009), “15 Orquestra Geração, 5º, 6º, 7º e 9º anos de Música - Jingle Bells” [Festa de Natal na Escola EB 2, 3 Miguel Torga], Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3K2x6MNxzTI>
- GERAÇÃO, Orquestra (maio de 2011), “Orquestra Geração - Bairro da Boavista Maio/2011”, Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=9_3_80q1HdA
- GERAÇÃO, Orquestra (21 de maio de 2011), “Ensaio Orquestra Geração no Conservatório”, Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=eDPQiaicPZo>
- LISBOA, Câmara Municipal (29 de janeiro de 2011), “Concerto da Orquestra Geração” [Concerto no Auditório da Escola Superior de Comunicação Social - Instituto Politécnico de Lisboa], Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=C2HyZ32dWJM>
- MURÇA, Agrupamento de Escolas (25 de novembro de 2011), “Orquestra Geração de Murça”, Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gJshnMSWYRs>
- PROJETO SER MAIOR (13 de dezembro de 2010), “Orquestra Geração do Bairro da Boavista” [Apresentação da Orquestra no I Encontro *Ser Maior no Bairro da Boavista* Perspetivas / Boas Práticas], Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0f4Z7ca5Lak>
- REIS, Filipa; GUERRA, João Miller (2011), “Orquestra Geração chunk 1”, Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=giBqPVQMplQ>
- RIBEIRO, Carlos (25 de abril de 2012), “Orquestras Geração da Amadora - 25 de Abril 2012 - A festa”, Youtube [consult. em março de 2012]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ajvWL0E5kNk>

Jorge Alexandre Costa (autor de correspondência). Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade do Porto, Professor da unidade técnico-científica de música da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto (Porto, Portugal) Investigador integrado do CIPEM (Centro de Investigação em Psicologia da Música e Educação Musical, Polo do Politécnico do Porto do Instituto de Etnomusicologia – centro de estudos em música e dança). Endereço de correspondência: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Rua Dr. Roberto Frias, 602, 4200-465 Porto, Portugal. *E-mail*: jacosta@ese.ipp.pt

Graça Mota. Doutorada em Psicologia da Música pela Universidade de Keele, Reino Unido. Diretora do CIPEM (Centro de Investigação em Psicologia da Música e Educação Musical, Polo do Politécnico do Porto do Instituto de Etnomusicologia – centro de estudos em música e dança) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: CIPEM, Rua Dr. Roberto Frias, 602, 4200-465 Porto, Portugal. E-mail: gmota@ese.ipp.pt

Ana Isabel Cruz. Mestrado em Química pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em 2008. Licenciatura em Educação Musical, Mestrado em Ensino de Educação Musical da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. Bolseira de investigação da FCT, no CIPEM, no âmbito do projeto: ‘Promover a inclusão social através do envolvimento com a música - o projeto Orquestra Geração’. Endereço de correspondência: CIPEM, Rua Dr. Roberto Frias, 602, 4200-465 Porto, Portugal. Email: anacruz@ese.ipp.pt

Artigo recebido em 31 de agosto de 2015. Publicação aprovada em 3 de setembro de 2016.

Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas contemporâneas

Pedro Quintela

Centro de Estudos Sociais
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Paula Guerra

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

Nos últimos anos, assistiu-se a um interesse crescente pelas publicações independentes, autoeditadas e pelas práticas de produção e distribuição *do-it-yourself* (DIY). Tal reflete-se numa atenção renovada por métodos de produção DIY; num aumento da exposição e consumo destes objetos; e num despertar do interesse da academia e de algumas instituições culturais por analisar e preservar este tipo de produção *underground*. Este artigo propõe uma análise destes processos, discutindo o seu significado e os desafios que colocam aos cientistas sociais. Ilustram-se empiricamente algumas destas reflexões a partir do processo de constituição e dinamização de um arquivo *punk*, desenvolvido no projeto de investigação *Keep it Simple, Make it Fast*.

Palavras-chave: arquivo; memória; *do-it-yourself* (DIY).

Social sciences, archives and memories: considerations on the subject of contemporary urban music cultures

Abstract

In recent years, there has been a growing interest in independent self publish editions, and in do-it-yourself (DIY) practices of production and distribution. This is reflected in a renewed attention on DIY production methods; in an increased exposure and consumption of these objects; and in the interest from academia and some cultural institutions for analyzing and preserving this kind of underground production. This article proposes an analysis of these processes, discussing its meaning and the challenges they set to social scientists. Some of these reflections are empirically illustrate with the process of development and promotion of a punk archive, developed within the research project *Keep it Simple, Make it Fast*.

Keywords: archive; memory; do-it-yourself (DIY).

Sciences sociales, archives et mémoires : considérations sur le sujet des cultures contemporaines de musique urbaine

Résumé

Au cours des dernières années, il ya eu un intérêt croissant pour les publications indépendantes, auto-éditées et par les pratiques de production et de distribution do-it-yourself (DIY). Cela se reflète dans une attention renouvelée pour les méthodes de production DIY; par une augmentation de l'exposition et de la consommation de ces objets; et par l'intérêt de l'académie et quelques institutions culturelles pour l'analyse et la préservation de ce genre de production underground. Cet article propose une analyse de ces processus, en discutant son sens et les défis qu'ils posent aux sciences sociales. Certaines de ces réflexions sont empiriquement illustres par le processus de formation et de promotion d'un archive punk, développé dans le projet de recherche Keep it Simple, Make it Fast.

Mots-clés: archive; mémoire; do-it-yourself (DIY).

Ciencias sociales, archivos y memorias: consideraciones sobre el tema de las culturas musicales urbanas contemporâneas

Resumen

En los últimos años, ha habido un creciente interés en publicaciones independientes, auto-editadas y las prácticas de producción y distribución do-it-yourself (DIY). Esto se refleja en una atención renovada de los métodos de producción DIY; en un aumento de la exposición y el consumo de estos objetos; y un interés de la academia y algunas instituciones culturales para el análisis y la preservación de este tipo de producción underground. Este artículo propone un análisis de estos procesos, discutiendo su significado y los desafíos que plantean a los científicos sociales. Empíricamente se ilustran algunas de estas reflexiones desde el proceso de formación y promoción de un archivo de punk, desarrolladas en el proyecto de investigación Keep it Simple, Make it Fast.

Palabras clave: archivo; memoria; hágalo usted mismo (DIY).

1. Arquivos, heranças e memórias em tempos acelerados

Existe, nas sociedades contemporâneas, um imperativo de experiência imediata de informação (Castells, 2002) que tem vindo a ser acompanhado de um análogo interesse pela preservação da memória e de manutenção das raízes e das heranças e de exercício de dinâmicas de participação cidadã e comunitária (Piedade e Loff, 2015; Loff *et al.*, 2015). É aqui que reside a grande importância dos arquivos que, de um modo mais ou menos formal, se vão constituindo acerca das manifestações mais alternativas – e *underground* – das cenas musicais. São conjuntos de memórias

(objetos e registos videográficos-sonoros) guardadas por um fervoroso ‘amor à arte’ e que estruturam muitos dos projetos identitários dos amantes e conhecedores destas cenas musicais, dando especial razão a Mike Featherstone quando este refere que “hoje, a vontade de arquivar é um impulso poderoso da cultura contemporânea” (2006: 595)¹.

Neste artigo propomo-nos a abordar a importância dos arquivos na análise sociológica das manifestações culturais que se encontram estreitamente relacionadas com a música, as artes visuais, a ilustração e o design. Centrar-nos-emos numa questão em particular: as publicações independentes, autoeditadas e distribuídas de forma *do-it-yourself* (DIY), destacando em especial o caso dos *fanzines*. Tem-se assistido, ao longo dos últimos anos, a um interesse crescente por este tipo de práticas e manifestações (sub)culturais. Tal interesse reflete-se num aumento recente da produção, exposição e consumo deste tipo de objetos DIY – *fanzines*, ‘livros de artista’, fotografias, *memorabilia*, edições de autor e outro tipo de publicações autoeditadas –, produzidos de forma, mais ou menos, artesanal e distribuídos de um modo independente, e que estão cada vez mais presentes não só em lojas de discos, livrarias, galerias de arte e museus, bem como em outro tipo de espaços menos convencionais, *online* e *offline* (Dale, 2010; McNeil, 2009). Tal interesse reflete-se ainda, por outro lado, num crescente investimento da academia e de algumas instituições culturais (museus, bibliotecas e arquivos) em recolher, analisar e preservar este tipo de produção associada a uma certa cultura *underground*, numa curiosa aproximação a alguns dos ‘sistemas de consagração’ da arte mais *mainstream* (Halbwachs, 1992; Quintela e Borges, 2015).

É essencialmente sobre este segundo aspeto que nos iremos debruçar com maior atenção, analisando o processo que conduziu a esta recente – e crescente – afirmação, em contexto académico, da importância da recolha, análise e preservação deste tipo de produção (sub)cultural, reequacionando profundamente as noções de arquivo, património e memória. A partir daqui, refletiremos acerca de alguns dos desafios, teóricos e metodológicos, que estas questões colocam à constituição de um arquivo sobre manifestações *punk* em Portugal nos últimos quarenta anos².

¹ Todas as citações em língua original, que não o português, foram traduzidas pelos autores.

² Processo de trabalho desenvolvidos no âmbito do projeto de investigação KISMIF – *Keep it Simple, Make it Fast!*, financiado pela Fundação para a Ciência Tecnologia (PTDC/CS-SOC/118830/2010), através do Programa Operacional COMPETE.. Mais informações disponíveis no sítio www.punk.pt.

2. Arquivo, história e memória no debate das ciências sociais contemporâneas

Embora a ideia de arquivo, enquanto fonte de soberania e legitimidade dos poderosos, remonte aos gregos (Derrida, 1996: 2), estando posteriormente presente durante toda a Idade Média (Le Goff, 1992), é essencialmente com o desenvolvimento do Estado Moderno que os arquivos adquirem uma importância fulcral, enquanto espaços de acumulação e depósito de registos administrativos de todo o tipo (Osborne, 1999; Featherstone, 2000). Os arquivos constituem, assim, espaços de incontornável importância para a compreensão dos processos de formação histórica dos países e das comunidades, das pertenças e das memórias dos cidadãos

Esta visão convencional acerca da pertinência e relevância dos arquivos está intimamente associada ao processo de institucionalização da história, que ocorre essencialmente a partir do século XIX. Na verdade, até muito recentemente o acesso aos arquivos foi considerado uma condição fundamental, praticamente *sine qua non*, para o exercício do ofício do historiador, profissional responsável pelo rigoroso escrutínio dos registos passados depositados e conservados nos arquivos das ‘grandes instituições’ (Estado, Igreja, etc.). Neste quadro, os arquivos podem ser entendidos dentro do *princípio de credibilidade*, como defende Thomas Osborne (1999: 53-54), pois são ‘lugares de poder’ que permitem *credibilizar* aqueles que citam determinadas fontes que, desta forma, outorgam uma certa ‘autoridade moral’.

Naturalmente, esta visão sofreu bastantes alterações ao longo das últimas décadas, relacionadas designadamente com a chamada crise do historicismo clássico, a crítica ao paradigma eurocentrista durante o período da descolonização e, mais tarde, com a emergência das ‘classes dominadas’ como sujeitos políticos, tornando-se objetos de estudo privilegiados por alguns historiadores (Traverso, 2012). Por isso, emergiram nas últimas décadas, propostas alternativas de metodologia de recolha e tratamento de informação, com destaque para a utilização de fontes orais, o que permitiu *dar voz* aos sujeitos nos processos de rememoração do passado (Portelli *et al.*, 2013).

Nos últimos anos, assiste-se a um crescente interesse académico em torno da temática dos arquivos, seja do ponto de vista teórico – explorando o carácter polissémico do conceito, no trilho dos contributos seminais de Michel Foucault (2014) e de Jacques Derrida (1996) –, seja do ponto de vista empírico, pugnando por uma prática de pesquisa que extravasa hoje o campo restrito da história e da

arquivística. Este posicionamento crítico acerca do modo como são constituídos os arquivos veio inevitavelmente colocar em questão a manutenção da tradicional visão do papel arquivista enquanto elemento neutral, um ‘mero’ facilitador da pesquisa histórica. Deste modo, um primeiro e decisivo passo reside na aceitação do caráter sempre contingente, parcial e intencional que se encontra subjacente à criação e desenvolvimento de um arquivo e ao ofício de arquivista.

Neste questionamento dos arquivos – como foram constituídos, quem os criou e porquê, que perspetivas estão aí representadas e quais foram excluídas – coloca-se ainda uma outra importante questão relacionada com o acesso. Este é um aspeto fulcral para quem investiga uma *contra-história*, sendo frequentes as tensões entre, por um lado, arquivistas e também historiadores que afirmam a necessidade de registar, preservar e tratar rigorosamente os materiais em depósito e, por outro, todos aqueles que defendem o imperativo de garantir um acesso público a estes arquivos. Trata-se, portanto, de encarar os arquivos como uma questão política de pluralidade democrática, pois, como afirma Derrida: “não existe poder político sem controlo do arquivo, se não da memória.” (1996: 4).

Neste contexto, assumem relevância as práticas de recolha e arquivo desenvolvidas de forma autónoma e independente – seja a nível individual, seja a nível mais institucional/comunitário (Baker e Huber, 2013). Simultaneamente, surgem novas propostas conceptuais que procuram interpretar práticas arquivísticas emergentes, sublinhando a importância de projetos de base comunitária em torno da memória e do património que consideram ser fundamentais para a preservação da sua própria história – refram-se, entre outras, as noções de *arquivos independentes ou comunitários* (Flinn: 2012), *arquivos autónomos* (Moore e Pell, 2010), *ativismo arquivista* (Collins, 2012), *arquivos domésticos* (Collins, 2012; Moran, 2010) ou *arquivos populares* (McKee, 2011a, 2011b). Avocam-se como respostas contra-hegemónicas de determinadas comunidades, grupos ou territórios face a uma certa sub-representação (ou mesmo apagamento) histórica, desafiando a visão histórica *mainstream*.

É justamente neste quadro que tem ganho acuidade a reflexão acerca da necessidade de alargar participação nas práticas arquivísticas. Os desenvolvimentos tecnológicos recentes e a franca afirmação do paradigma da *Web 2.0* são cruciais neste processo, pois oferecerem novas possibilidades para a recolha, armazenamento, catalogação e disponibilização para consulta destes arquivos. Além disso, permitirem incrementar novas práticas participativas e colaborativas – os membros das comunidades podem fazer *upload* de novos materiais e fazem comentários

–, ampliando e enriquecendo a informação existente (Flinn, 2012: 31; Ketelaar, 2008: 17-19; Huvila, 2008). Assim, aceita-se a existência de múltiplas perspetivas acerca dos materiais presentes nos arquivos, estimulando a participação de todos na sua construção e desenvolvimento: especialistas (arquivistas, historiadores e outros cientistas sociais), mas também outro tipo de utilizadores dos arquivos que, não sendo técnicos ou académicos, têm outros conhecimentos e também outras expectativas que devem ser consideradas, como defende Isto Huvila (2008).

Saunna Moore e Susan Pell (2010) sublinham a dimensão política deste tipo de práticas arquivistas de base local e comunitária, afirmando que o que está em causa em muitos destes projetos é não só garantir a visibilidade de determinadas comunidades e grupos, como também assegurar uma discussão pública mais plural e informada acerca dos processos de transformação histórica. Estas práticas arquivísticas emergentes – autónomas, independentes, DIY – assentam num conjunto de postulados importantes: a defesa de estratégias de ação direta (McKay, 1998); a rejeição das estruturas organizativas do capitalismo tradicional (O’Connor, 2008); a aposta nos média alternativos (Duncombe, 1997); a partilha e mobilização de recursos organizacionais fornecidos por subculturas (O’Connor, 2008); e ainda o reforço da expressão cultural local de grupos minoritários e *outsiders*. Quando aplicados à música e aos seus arquivos, estes postulados ajudam à construção de uma herança musical comum, à visibilidade de identidades contra-hegemónicas, à possibilidade de partilhas comunitárias e à preservação de materiais musicais socialmente desvalorizados (van Dijck, 2006; Hamel *et al.*, 2014). A pertença ao *punk*, ao procurar comunicar uma pertença grupal, codificando e descodificando o seu significado num contínuo, aproxima-se destas práticas. Este racional implica também teorias de literacia multi-modais, nas quais a importância da veiculação de ideias é tornada fulcral através da constituição de arquivos, pois corporizam vivências grupais e o *soft skill* subcultural de que é ‘melhor fazer longe’ da ‘comodificação’ capitalista (Moran, 2010; Dale, 2010).

3. Património, *popular cultures*, *popular music* e *retromania*

A febre dos arquivos (Derrida, 1996) não pode ainda ser dissociada de um debate mais amplo em torno da importância das questões patrimoniais que, desde meados do século passado, adquiriu um protagonismo crescente a nível mundial (Fortuna, 1997; Choay, 2000; Peixoto, 2004). Neste contexto, alcançou relevância uma perceção crítica do carácter seletivo e parcelar da noção de património que,

tipicamente, estava delimitado aos elementos monumentais considerados como sendo os mais ‘notáveis’, ‘autênticos’ e ‘representativos’ da história e memória nacionais, fundamentais para a constituição e compreensão da ‘identidade coletiva’ de um determinado povo, país ou região.

Consequentemente, tem-se vindo a assistir a um alargamento conceptual da noção de património, através da afirmação de novas ‘agendas’ patrimonialistas que evidenciam preocupações ligadas à salvaguarda, proteção e divulgação de ‘novos patrimónios’ relacionados com espaços, paisagens, comunidades e formas de expressão cultural menos monumentais e mais imateriais e intangíveis (Querol, 2013). Estes processos estão ainda associados ao crescente reconhecimento e valorização do(s) património(s) enquanto mais-valia em termos sociais, culturais e económicos, contribuindo para diferenciar países e territórios que, cada vez mais, competem entre si. Nestes processos, os valores de ‘tradição’, ‘autenticidade’ e ‘identidade’ são entendidos e reinterpretados na sua dimensão histórica e cultural, mas também enquanto valores de mercado, transformando-se em marcas, objetos e atos significativos (Kirshenblatt-Gimblett, 1998; Faure, 1999; Peixoto, 2004).

Centrando a discussão nas *popular cultures*³, constata-se que, também neste campo, o ‘valor’ deste tipo de produção cultural e artística tem vindo a ser profundamente reequacionado, esbatendo-se velhas dicotomias associadas à ideia de uma ‘alta’ e ‘baixa’ cultura, com consequentes reflexos na sua gradual incorporação nos discursos patrimonialistas (Bennett, 2009). Estas dinâmicas não podem ser dissociadas de novas lógicas de consumo, que estão relacionados com os novos estilos de vida e com a afirmação de novas formas de turismo cultural, que encontram nesta visão patrimonial das *popular cultures* um recurso de inestimável valor (Roberts, 2014).

De acordo com Andy Bennett (2009, 2013), estes processos de patrimonialização estão ainda estreitamente relacionados com o processo de envelhecimento das próprias audiências – isto é, daqueles que se interessam por consumir este tipo de manifestações culturais e artísticas – o que tem contribuído,

³ Optou-se por utilizar o termo anglo-saxónico, que assume um sentido distinto da noção de *culturas populares* e do modo como esta tem sido empregue pela sociologia em Portugal. Com efeito, e contrariamente a outros contextos (nomeadamente, o anglo-saxónico), em Portugal são bastante recentes e ainda relativamente raras as abordagens sistemáticas das ciências sociais às diversas manifestações das *popular cultures* (de raiz urbana), uma vez que, durante muito tempo, a investigação sociológica e antropológica nacional concentrou-se sobretudo nas “culturas populares” (de raiz tradicional). No caso particular da *popular music*, pode dizer-se que este interesse surge apenas durante a década de 1990, altura em que surgem os primeiros estudos de sociologia e de antropologia que abordam as relações entre música e sociabilidades juvenis (cf. Guerra, 2010: 430-442).

por exemplo, para um reconhecimento do ‘valor’ de formas de música popular urbanas, como o *rock*, assumindo-o enquanto elemento integrante do património cultural do século XX. Além disso, estes processos têm sido claramente estimulados por um conjunto de agentes que desempenham aqui uma função crucial enquanto ‘instâncias de consagração’ e de ‘intermediação cultural’ (cf. nomeadamente, Bourdieu, 1996a, 1996b, 2010a, 2010b; Bovone, 1997; Nixon, 1997; Nixon e Du Gay, 2002; Cronin, 2004; Ferreira, 2002, 2009; O’Connor, 2015; Grimes e Wall, 2015), sendo responsáveis por emitir juízos críticos acerca da importância histórica e do valor cultural de determinadas manifestações artísticas que eram, até há alguns anos atrás, consideradas ‘menores’ ou até mesmo ‘desprezíveis’ – do *rock* ao design gráfico, passando pelo *graffiti* ou a banda desenhada.

No caso da música *rock*, por exemplo, o processo de afirmação de um novo discurso patrimonialista está hoje claramente ligado ao importante papel desempenhado por um conjunto diversificado de instâncias de consagração, entre as quais se incluem, nomeadamente, as revistas especializadas em música *rock*, os seus críticos e jornalistas, elementos fundamentais para o processo de consagração retrospectiva de determinados artistas ou bandas (Kent, 2006), ou a própria indústria musical que, ao longo dos últimos vinte anos, tem procurado explorar intensivamente o mercado do *retro* ligado à nostalgia e à preservação do legado musical das últimas décadas, através da aposta em sucessivas reedições em diferentes suportes audiovisuais – CD, DVD, entre outros (Straw, 2009; Reynolds, 2006, 2011). Estes arquivos, informais e independentes, constituem contextos privilegiados para a troca de informações entre indivíduos que partilham de determinadas afinidades de gosto (Guerra, 2010, 2013) e participam ativamente na construção e desenvolvimento destes arquivos, geralmente de um modo DIY, partilhando, completando e/ou corrigindo determinadas informações, e fazendo *upload* de novos documentos (textos, fotos, digitalizações de capas e outro tipo de *artwork*, ficheiro áudio de músicas, etc.) (O’Connor, 2008; Quintela e Oliveira, 2015). Conjuntamente, estes fans e editoras têm colaborado para, de algum modo, reescrever a história da cultura *rock* – mas não só –, recuperando, preservando e divulgando material que, por diferentes motivos, tinha ficado perdido e, conseqüentemente, sido esquecido pelos críticos, jornalistas, historiadores e músicos (Bennett, 2009: 482-486; McNeil, 2009).

No caso dos *fanzines* e de outro tipo de publicações impressas de cariz independente, produzidas e distribuídas de forma DIY, ao longo da última década tem-se vindo igualmente a assistir a um incremento do interesse e relevância da

produção e consumo deste tipo de publicações, sobretudo no plano internacional, mas também em Portugal (Quintela e Borges, 2015)⁴. Assumindo-se como espaço de liberdade de pensamento e de criação DIY, alternativos aos média convencionais, o universo dos *fanzines* revela-se hoje extremamente diverso em termos formais e temáticos – das reflexões de carácter mais pessoal e autobiográfico, às discussões estéticas (música, cinema, arte), passando ainda pelas questões políticas, entre outras (Triggs, 2010; Eichhorn, 2015, 2016). Contudo, continua a ser frequente associar-se este tipo de publicações a determinadas subculturas urbanas, com destaque para o *punk* e o *hardcore*, o que resulta do influente papel desempenhado por *fanzines* emblemáticos como o *Sniffin' Clue* e o *Ripped & Tom*, que foram decisivos na criação de um verdadeiro ‘cânone’ – tanto em termos gráficos, como em termos de conteúdo editorial – que se globalizou e continua a estar ainda bastante presente em muitos dos *fanzines punk* contemporâneos (Triggs, 2006; Quintela *et al.*, 2014).

Este “entusiasmo pela edição” (Bártolo, 2012), que se generalizou nos últimos anos, reflete-se quer numa proliferação de *fanzines* e de outras publicações independentes desenvolvidas por designers gráficos e ilustradores – algumas delas autoeditadas, outras lançadas com a chancela de pequenas editoras *underground* –, quer ainda por um (res)surgimento de uma multiplicidade de espaços dedicados à distribuição, venda e divulgação deste tipo de edição independentes – dos *websites* e blogues especializados, às livrarias e bibliotecas, passando por *artist-run-spaces*, feiras e galerias especializadas em edição, design gráfico e ilustração, entre outros. Estes múltiplos espaços e redes (*online* e *offline*) desempenham um papel-chave neste tipo de circuitos *underground*, permitindo não só alimentar “economias micro-artesaniais emergentes” (Triggs, 2010: 209), que estão associadas à venda destas publicações, mas também criar e robustecer comunidades de indivíduos que partilham determinados gostos e estilos de vida, participando ativamente na ‘cena’, como produtores, dinamizadores e/ou leitores. Neste sentido, estes espaços de distribuição e consumo assumem hoje um papel relevante no fomento, dinamização e divulgação destas ‘cenas’ locais ligadas à autopublicação independente e DIY (Quintela e Borges, 2015)⁵.

⁴ Trata-se de publicações que são, em geral, produzidas de uma forma artesanal, com um carácter fortemente manual, mais ou menos elaborado, de acordo com as técnicas de produção (fotografia, ilustração, colagem, etc.) e de reprodução (fotocópia, serigrafia, etc.) utilizadas. Habitualmente, são objetos caseiros que têm uma circulação limitada, assegurada pelo(s) próprio(s) autor(es) e editor(es).

⁵ O conceito de ‘cena’ surge na década 1990 e, desde então, tem vindo a ser crescentemente mobilizado para discutir sociologicamente as culturas e sociabilidades juvenis contemporâneas em contexto urbano, em par-

Não obstante este interesse pelos *fanzines* ter sido acompanhado pelo desenvolvimento de trabalhos de investigação quer na área das ciências sociais, como do design gráfico (Duncombe, 1997; Dickinson, 1997; Atton, 2002, 2006; Triggs, 2006, 2010; Dannus, 2013; Worley, 2015), importa reconhecer que este universo continua a ser essencialmente *underground*, despertando um interesse relativamente reduzido por parte da academia, bem como de outro tipo de organizações culturais de cariz mais institucional. Contrariamente a outro tipo de edições independentes, como os ‘livros de artista’ que, a partir da década de 1970, se tornam gradualmente numa prática artística estabelecida e reconhecida nos ‘mundos da arte’ ligados às artes visuais (Drucker, 2004: 81), os *fanzines* ainda não tiveram um reconhecimento semelhante – o que se poderá talvez explicar pelo caráter amador, autodidata e, por vezes, anónimo, deste tipo de publicações. Atendendo ao seu caráter assumidamente independente e *underground*, os *fanzines* parecem encerrar ainda uma “sensibilidade preservacionista DIY” (Bennett, 2009), sendo raras iniciativas de âmbito mais alargado, inseridas em contextos institucionais com um cariz mais vincadamente oficial e/ou comercial.

4. O arquivo punk português: reflexões a propósito do acervo de *fanzines* punk portugueses (1978-2013)

O projeto e a ambição de constituir um arquivo ligado às diversas manifestações *punk* em Portugal insere-se neste contexto alargado em que, como argumentámos, ganhou crescente relevância a reflexão, questionamento e redefinição das noções de arquivo, património e memória nas sociedades contemporâneas. Se um dos motivos centrais para a edificação deste olhar crítico relativamente aos arquivos e a outras instituições de cariz histórico-patrimonial está, como vimos, genericamente relacionado com a forma parcelar como estas tratavam determinados grupos, classes sociais ou comunidades (Flinn, 2012) – incluindo as *popular cultures* –, importa salientar a particular acuidade que esta questão ganha em Portugal, visto serem ainda relativamente raras as abordagens

ticular no que se refere ao estudo das práticas expressivas e dos rituais juvenis em torno da música (Straw, 1991). Esta abordagem conceptual apela a uma análise das dinâmicas de crescente interconectividade entre os atores sociais e os espaços sociais (sejam eles físicos, com um particular destaque para o contexto das cidades, sejam eles mediados ou ‘virtuais’), facilitando a compreensão da dinâmica das forças existentes – sociais, económicas e institucionais – que influenciam a expressão cultural coletiva. Proporciona, de igual forma, uma cartografia rica das relações das cenas musicais com outras cenas culturais – como a teatral, a literária e a cinematográfica –, dando enfoque tanto ao seu caráter heterogéneo, quanto aos fatores unificadores (cf. Straw, 1991, 2006; Peterson e Bennett, 2004).

sistemáticas das ciências sociais e, em particular, da sociologia à multiplicidade de manifestações das *popular cultures* urbanas, analisando-as deste ponto de vista sócio-histórico.

No caso concreto das manifestações *punk*, verifica-se que existem ainda muito poucos estudos académicos realizados em Portugal que se debrucem em profundidade sobre esta problemática (Guerra, 2013, 2014; Silva e Guerra, 2015; Guerra e Silva, 2015; Guerra e Bennett, 2015). Além disso, os (poucos) trabalhos realizados sobre *punk* em Portugal assumem um carácter parcelar, que decorre do recorte monográfico destas pesquisas, frequentemente centradas nalgumas bandas emblemáticas (cf. Lemos, 2011; Conteiro e Figueira, 2006).

O projeto de investigação *Keep it simple, make it fast!* (KISMIF)⁶ propõe-se justamente a colmatar esta ‘falha’, analisando a génese, desenvolvimento e consolidação do movimento *punk* em Portugal, tendo em consideração as mudanças que ocorreram na sociedade portuguesa entre 1978-2013. Procurou-se então estudar, de forma sistemática, os diversos contextos onde ocorreram e ocorrem manifestações *punk* e a ouvir diferentes atores sociais ligados ao ‘movimento’ em Portugal, numa perspetiva diacrónica e sincrónica, que procura cruzar tempos e espaços. Para tal, procedeu-se à recolha sistemática de dados empíricos, através da realização (i) de entrevistas com vários elementos-chave que estão ou estiveram ligados às ‘cenas’ *punk* em Portugal em diferentes períodos históricos; (ii) de observação participante em eventos *punk*; e ainda (iii) da recolha e catalogação de diversos materiais ligados às manifestações *punk* em Portugal, incluindo registos sonoros e vídeo, cartazes, *flyers*, *fanzines*, etc.

Neste artigo, abordaremos apenas o processo de constituição e disponibilização pública de um arquivo tão representativo quanto possível da produção *punk* em Portugal dedicando uma particular atenção ao trabalho desenvolvido pela equipa de investigação ao nível da recolha, catalogação e análise de *fanzines*. O *corpus* do arquivo conta até ao momento com um conjunto diversificado de artefactos e registos: 177 edições de *fanzines*; uma base de dados com 788 bandas de *punk* português; uma base com 1429 registos fonográficos de *punk* português; 800 capas de registos fonográficos de *punk* português; letras de 400 canções de *punk* português; gravações áudio de 217 entrevistas aos protagonistas do *punk* português; mais de 1000 fotografias; e, ainda, 760 artigos de jornais e

⁶ Para mais informações de enquadramento sobre o projeto KISMIF, conferir a nota de rodapé n.º 2.

revistas relacionados com o *punk* português⁷. Trata-se de uma vertente do projeto da maior relevância, atendendo nomeadamente a um contexto em que, como referido anteriormente, as manifestações *punk* estiveram – e estão ainda – ausentes da ‘agenda’ de investigação das ciências sociais e em que os *media mainstream* se limitam a reproduzir amiúde um conjunto de estereótipos e de ‘lugares comuns’. A constituição deste arquivo assume-se, assim, enquanto um instrumento de pesquisa muito relevante para o desenvolvimento de uma ‘contra-história’ do *punk* em Portugal, tornando visível uma realidade socio-histórica que, apesar do seu forte dinamismo, permanece ainda largamente invisível na sociedade portuguesa (Guerra, 2013; Silva e Guerra, 2015)⁸.

Figuras 1 e 2:
Layout do sítio do arquivo punk



⁷ O referido arquivo pode ser consultado *online* no sítio <http://arquivo.punk.pt/>.

⁸ Uma discussão mais detalhada dos resultados da análise de conteúdo desta vasta documentação pode ser consultada em Quintela *et al.*, 2014; Guerra e Quintela, 2014a, 2014b e 2016; Silva e Guerra, 2015; Quintela e Guerra, 2016;



Fonte: <http://arquivo.punk.pt/>

Uma questão central, que se foi colocando no decorrer do KISMIF, prendeu-se com o modo como se poderia equacionar a divulgação e dinamização pública deste arquivo, não só abrindo à consulta e participação da comunidade interessada, mas também considerando outras estratégias de apresentação desta vasta documentação. Deste modo, constituiu um primeiro desafio, em termos metodológicos e disciplinares, perceber como poderíamos conceber e implementar um arquivo de *fanzines punk*, de um modo que fosse útil para os objetivos da investigação, mas que, simultaneamente, assegurasse uma necessária compatibilidade com os requisitos e procedimentos próprios da arquivística. Neste sentido, encetou-se um trabalho de articulação entre os investigadores do KISMIF (com formações nas áreas de sociologia, psicologia, antropologia, história e comunicação social) e a equipa da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Como defende Marlene Manoff (2004: 21-22), o fomento deste diálogo interdisciplinar assume particular importância no contexto atual em que, como vimos, os arquivos se tornaram num domínio cada vez mais abrangente e polissémico, no qual participam ativamente os ‘tradicionais’ arquivistas e bibliotecários, a par de investigadores de outras áreas disciplinares, com especial incidência no campo das ciências sociais. A conceção e implementação da base de dados em que se baseia este

arquivo – equacionando e compatibilizando diferentes interesses e perspetivas: os dos investigadores do projeto, os dos arquivistas e bibliotecários e também os dos futuros utilizadores do arquivo, sejam eles académicos ou não – parece-nos constituir, assim, um primeiro desafio que importa aqui salientar.

Outro desafio importante que se colocou do ponto de vista metodológico tem que ver com a catalogação e análise deste tipo de documentação. Não tendo sido possível encontrar na literatura científica orientações específicas para uma análise de conteúdo de *fanzines*, houve a necessidade de desenvolver uma metodologia própria para a análise de conteúdo dos *fanzines* e *e-zines*. Por esse motivo, revela-se útil apresentar, ainda que de um modo abreviado, o modo como foi estruturada a base de dados que permitiu o tratamento dos dados e o desenvolvimento desta análise de conteúdo. Concebeu-se uma base de dados que contempla um total de 18 campos de descrição e análise dos vários documentos em arquivo. Num primeiro nível de análise, incluem-se aspetos de caracterização genérica da publicação: identificação do seu nome; data da publicação; especificação do nome do editor (incluindo se se trata de um *fanzine* individual ou coletivo); identificação da origem geográfica do editor (utilizando a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de nível III); o custo. Num segundo nível, descrevem-se aspetos gráficos e editoriais: o número total de páginas; o aspeto gráfico geral (cor, preto e branco); o tipo de impressão (digital, fotocópia, etc.). Num terceiro nível, catalogam-se todos os *fanzines* incluídos na base de dados, de acordo com diferentes formatos/tipologias (*fanzine*, *e-zine*, *graphzine*, etc.). Finalmente, num quarto nível, descrevem-se mais especificamente os conteúdos de cada *fanzine* analisado, incluindo a identificação do tipo de artigos (entrevistas, críticas/recensões de discos, DVD/filmes, concertos; artigos de opinião/crónicas; publicidade; notícia, cartas de leitores; *cartoons*; editoriais; outros), de imagens presente (gravura/desenho/pintura; banda desenhada; *cartoon*/caricatura; fotografia; colagem; etc.); de temáticas discutidas; dos nomes de bandas mencionadas/discutidas; e ainda das ‘cenas’ e ‘subcenas’, nacionais e internacionais, que são referidas/mencionadas (em entrevistas, reportagens de concertos, recensões de discos, artigos de opinião, etc.).

Outra questão importante está relacionada com a identificação da melhor estratégia para recolher e constituir um acervo de *fanzines punk* portuguesas que, na medida do possível, fosse capaz de abranger o largo espectro temporal de quase quarenta anos que pretendíamos abranger. Uma das principais dificuldades identificadas prendeu-se com o carácter *underground* desta publicações que têm, em geral, tiragens muito reduzidas e uma circulação restrita a circuitos de distribuições

bastante delimitados, dificultando o acesso. Note-se ainda o caráter recente de uma conceção patrimonialista associada a este tipo de publicações independentes, capaz de valorizar os *fanzines* enquanto documentos com relevância histórica, seja do ponto de vista da sua carga rememorativa, seja do seu valor artístico-cultural. Por esse motivo, muitos detentores de *fanzines* foram-se desfazendo destes objetos ao longo do tempo, dificultando o acesso e análise de publicações mais antigas.

Por outro lado, tratando-se de objetos artesanais, publicados de forma independente e distribuídos em circuitos *underground*, os *fanzines* não se encontram obrigados a depositar exemplares em bibliotecas ou arquivos públicos. Além disso, e ao contrário do que já vai sendo prática em outros países, são ainda raras as bibliotecas e arquivos em Portugal com acervos de publicações independentes autoeditadas – nomeadamente, ‘livros de artista’ e *fanzines*.⁹ A título excecional, destaca-se o caso da Bedoteca de Lisboa, equipamento integrado na Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa e entidade parceira do KISMIF, que dispõe de um importante acervo de *fanzines* e de outras publicações independentes, tendo realizado várias exposições, feiras e eventos dedicados à edição independente (em particular ligadas à banda desenhada). É possível referir ainda os casos das Bibliotecas de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa) e da Fundação de Serralves (Porto), cujo acervo de publicações independentes está orientado essencialmente para as artes visuais, design e poesia visual. Refira-se que, no caso de Serralves, realizaram-se, nos últimos anos, algumas exposições em torno da publicação independente, comissariadas por Guy Schraenen.

Neste contexto, foi necessário definir e implementar estratégias específicas de recolha de documentação, tendo-se optado por utilizar as seguintes vias de recolha principais: (i) a compra de *fanzines* diretamente aos autores/editores, ou indiretamente em concertos, eventos políticos, centros comunitários, *okupas*, etc.; (ii) a doação ou empréstimo de *fanzines* para digitalização, obtidos geralmente através dos entrevistados (elementos que, de algum modo, estão ou estiveram ligados à ‘cena’ *punk* portuguesa); (iii) a disponibilização do acesso à coleção pessoal de *fanzines* de alguns dos investigadores do projeto; e (iv) a pesquisa *online* de *fanzines* e, sempre que possível, o *download* (total ou parcial) dos conteúdos disponíveis.

⁹ A este propósito, um dos maiores arquivistas da contemporaneidade portuguesa, José Pacheco Pereira, afirmou recentemente: “uma concepção muito conservadora da história faz com que se tenham perdido, desaparecido, destruído e dispersado muitos materiais, por exemplo, posteriores ao 25 de Abril. O período anterior ao 25 de Abril e mesmo os dias da revolução ainda contam com algumas coleções estatais, como a Torre do Tombo, a Fundação Mário Soares ou o Centro 25 de Abril de Coimbra, mas nenhuma destas instituições faz uma recolha activa dos produtos mais contemporâneos da nossa história. (...) É esta a questão para que queria chamar a atenção, visto que o trabalho da memória é um dos aspectos mais significativos da vida cívica, numa altura em que tudo se faz para a destruir e encurtar” (2015: 52).

Figura 3
Cartaz da exposição *God Save The Portuguese Fanzines*



International Conference Keep It Simple, Make It Fast! Underground Music Scenes and DIY Cultures

8 - 20 July 2014

Dama Aflita / Matéria Prima, Porto

Curated by Paula Guerra, Pedro Quintela and Júlio Dolbeth

<http://www.punk.pt/conference-2>

<http://kismif.eventqualia.net/en/2014/home>

ORGANIZADA



CO-ORGANIZADA

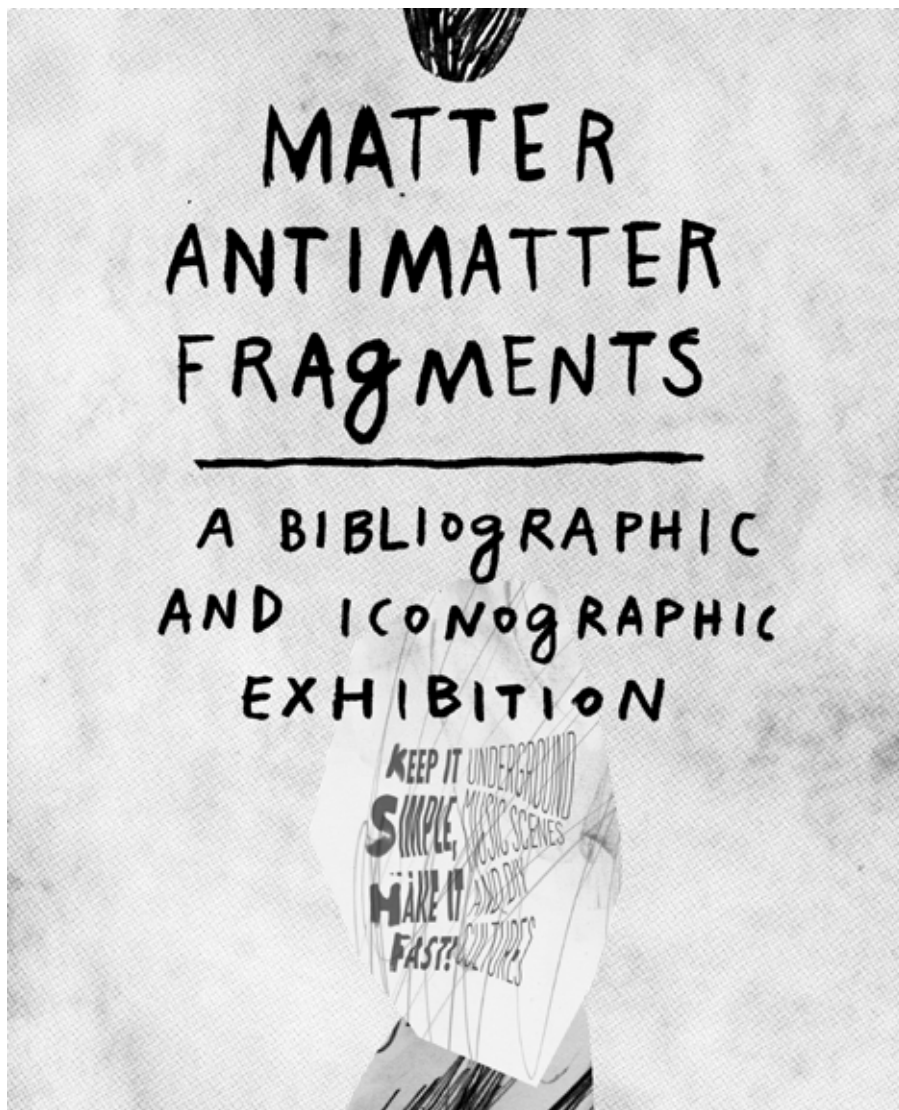


COM O APOIO DE



Fonte: Cartaz da autoria de Júlio Dolbeth disponível em <http://www.punk.pt>

Figura 4
Cartaz da exposição *MATTERxANTIMATTER=FRAGMENTS*



International Conference Keep It Simple, Make It Fast! Underground Music Scenes and DIY Cultures
8 July - 10 September 2014
Library, Faculty of Arts of the University of Porto

organizers



co-organizers



with the support of



Fonte: Cartaz da autoria de Júlio Dolbeth disponível em <http://www.punk.pt>

Contrariamente à relevância que encontramos nalguma da literatura internacional sobre práticas arquivísticas de cariz mais informal e DIY que, como vimos anteriormente, encontram na Internet um contexto particular relevante para a disponibilizar e preservar documentos, informações e outros artefactos de cultura popular contemporânea (Bennett, 2009; Baker e Huber, 2013; Collins, 2012), na ‘cena’ *punk* portuguesa são ainda relativamente escassos os exemplos deste tipo de práticas preservacionistas DIY. Com efeito, embora existam em Portugal alguns blogues – como o *Under Review*, o *c*, o *Rock no Liceu*¹⁰ ou o *Rock nas Cadeias*, por exemplo – que, de uma forma pontual, têm disponibilizado digitalizações de *fanzines punk* portugueses, por vezes acompanhadas por informações adicionais, constatou-se, no decurso desta investigação, o papel decisivo dos acervos pessoais reunidos em coleções privadas de aficionados da ‘cena’ *punk*. Embora estas práticas colecionistas de fans estejam estreitamente relacionadas com o espírito preservacionista DIY contemporâneo, parece-nos, contudo, que não as poderemos considerar enquanto práticas arquivísticas em sentido próprio, na medida em que não são, em geral, informadas por qualquer objetivo deste tipo, nem dispõem tão pouco de procedimentos de catalogação, preservação e divulgação que possam, de algum modo, assemelhar-se aos de um arquivo, ainda que de cariz informal ou DIY¹¹. Nesta medida, a constituição de um arquivo *punk* sobre em Portugal, que se encontre devidamente organizado do ponto de vista da sua catalogação, pesquisa e acesso, parece-nos crucial, possibilitando a construção de um olhar mais estruturado e sistemático sobre a ‘cena’ *punk* portuguesa e a sua relevância, nomeadamente, ao nível de uma produção plural, rica e bastante diversificada de *fanzines*.

Sendo certo que, por definição, um arquivo não está nunca encerrado (Derrida, 1996), importa, pois, perceber como poderá este arquivo *punk* ser dinamizado e atualizado. Pensando especificamente no acervo de *fanzines* constituído, esta questão remete-nos para a importância de assegurar a colaboração de autores, editores e fans que possam, com alguma regularidade, participar na sua dinamização, seja contribuindo com novos documentos para o arquivo, seja enriquecendo o acervo existente com informações adicionais sobre *fanzines* que já se encontrem tratadas

¹⁰ Este blogue está associado ao *fanzine punk Alfinete* com produção regular e ainda em vigor no presente.

¹¹ Embora assumindo uma abrangência substancialmente maior, não se delimitando o seu acervo ao universo dos *fanzines* e de outro tipo de publicações independentes, o blogue *Ephemera*, que está associado a um arquivo de José Pacheco Pereira, constitui uma notável exceção, sendo que as atividades que desenvolve enquadram-se plenamente na tipologia de arquivo, incluindo ao nível da edição e de outro tipo de ações de sensibilização/divulgação.

e em depósito. Huvila (2008) propõe uma mudança de paradigma na prática arquivista, defendendo um ‘arquivo participativo’ em que possa existir uma ‘curadoria descentralizada’, envolvendo uma partilha de funções entre arquivistas e utilizadores do arquivo. No contexto da constituição de um arquivo *punk online*, pareceu-nos importante equacionar a possibilidade dos utilizadores fazerem, eles próprios, o *upload* de novos materiais, bem como contribuírem com comentários e observações que possam enriquecer, completar ou mesmo retificar as informações que constam do arquivo.

Esta questão está ainda relacionada com a comunicação e divulgação pública alargada deste arquivo, exigindo abordagens diversificadas que construam para a sua efetiva abertura à consulta e participação da comunidade interessada – uma questão que ganha particular acuidade atendendo ao facto de muitos dos participantes na ‘cena’ *punk* serem apologistas de uma postura independente, autónoma e DIY e, por isso, frequentemente refratários às abordagens providas da academia. A este respeito, referiram-se brevemente algumas iniciativas de divulgação (parcial) do arquivo *punk* KISMIF realizadas em 2014: a exposição *MATTERxANTIMATTER=FRAGMENTS*; o espaço de mostra *DIY DIY my Darling! Outspace zines & records*; a exposição *Blitzkrieg Poster: create to destroy!*; e, ainda, a exposição *God Save The Portuguese Fanzines*¹².

A este título, a exposição *God Save The Portuguese Fanzines* – que os autores comissariaram em conjunto com Júlio Dolbeth, inaugurou a 8 de julho de 2014, tendo estado patente ao público durante cerca de duas semanas, na Matéria-Prima, no Porto –, parece-nos ser uma iniciativa paradigmática. Tratou-se de uma exposição que procurou dar a conhecer a um público contemporâneo diversificado, nacional e estrangeiro, um dos *fanzines* mais emblemáticos do *punk* em Portugal: o *Cadáver Esquisito*. Apesar da sua existência fugaz – teve apenas dois números editados, em 1986 – o *Cadáver Esquisito* traduziu uma época singular na cidade do Porto, onde muito possivelmente foi responsável por inaugurar a publicação de *fanzines punk* na zona do Grande Porto, constituindo, por isso mesmo, um relevante documento para a análise sócio-histórica das movimentações *punk* (cf. Guerra e Quintela, 2014a). Nesta exposição, foram publicamente apresentadas algumas maquetas originais deste *fanzine*, permitindo assim aos visitantes observar em detalhe a sobreposição de técnicas gráficas em que assentava a construção de cada número do *Cadáver Esquisito*, bem como tomar contacto com a linha editorial seguida por este *fanzine* que, na nossa perspetiva, expressa bastante bem um certo estilo subterrâneo e anárquico tão característico dos *fanzines punk* (Atton, 2006; Triggs, 2006). Neste processo foi

¹² Para mais informações, consultar o sítio <http://www.punk.pt/conference-2014-welcome/>

ainda fundamental a abertura e a generosa disponibilidade dos dois elementos que integravam o ‘núcleo duro’ da equipa editorial do *fanzine* – David Pontes e Neno Costa –, relatando na primeira pessoa o modo como viveram essa época, detalhando o processo de conceção, produção e distribuição do *Cadáver Esquisito*. Para além dos seus testemunhos terem sido fundamentais na organização da exposição, estando inclusivamente registados excertos das entrevistas realizadas no pequeno catálogo que acompanhou a exposição (Guerra e Quintela, 2014a), foi ainda possível contar com a presença de David Pontes na inauguração, onde fez uma intervenção inicial de enquadramento à história do *Cadáver Esquisito* e sua relevância no desenvolvimento da cena *punk* do Grande Porto, em meados dos anos 80 do século passado. Após esta breve intervenção inicial, Pontes esteve ainda disponível para responder a todo um conjunto de questões e contactos com o público presente no evento.

Este tipo de acontecimentos públicos são, na nossa perspetiva, muito importantes ao permitirem uma revisitação crítica destas memórias e artefactos ligados às manifestações *punk* em Portugal, divulgando, de uma forma mais abrangente, o contributo do KISMIF para esta discussão e, sobretudo, abrindo do projeto e o acervo de informação e documentação que tem vindo a ser reunida no arquivo, à consulta e participação alargada da comunidade interessada – comunidade científica e não só. Estas iniciativas de carácter alargado podem vir ainda a dar um contributo importante para uma reflexão mais ampla acerca da forma como podem as políticas públicas apoiar outro tipo de projetos de âmbito histórico-patrimonial que incidam numa análise e avaliação crítica das *popular cultures* e da sua relevância para a compreensão dos processos de transformação do Portugal contemporâneo. Importa, por isso mesmo, superar as lógicas comerciais que são hoje predominantes nos discursos e ações patrimonialistas em torno das *popular cultures* e, em particular, da música *rock*, como defende Les Roberts (2014) que, num artigo recente, critica o viés fortemente nostálgico, essencialista e até fetichista, ligado a um certo culto do *retro*, do analógico e do *vintage* que prolifera nas sociedades contemporâneas (Reynolds, 2006, 2011; Lipovetsky e Serroy, 2014: 283-287).

5. Reflexões finais

Neste artigo propusemos uma reflexão em torno do crescente interesse em torno da prática de arquivismo (formal e informal) de publicações independentes e pelas práticas de produção e distribuição DIY, que desafiam as instituições académicas e culturais a desenvolverem novas abordagens e metodologias de recolha, análise e

preservação deste tipo de produções associadas a uma cultura mais *underground*. Num contexto em que, como vimos, a retórica patrimonialista em torno das *popular cultures* assume um preponderância crescente, tendemos a concordar com Roberts (2014), quando este defende que cabe (também) às ciências sociais contribuir, de forma empenhada, crítica e rigorosa, para o enriquecimento destes discursos patrimonialistas, avançando com novas perspetivas acerca deste tipo de manifestações (sub)culturais e da sua relevância sócio-histórica, evidenciando, a partir da investigação empírica realizada, que estas são, na verdade, bastante mais ricas, plurais e diversificadas do que tantas vezes nos querem fazer crer. Aproximamo-nos, assim, de todas as perspetivas de valorização das memórias e celebração contemporânea do património, almejando à constituição de um arquivo participado capaz de dignificar produções e artefactos emergentes do *underground*, tradutores de histórias, pertenças e vinculações.

Num contexto profundamente marcado pela pluralidade de formatos, materiais e pela sua volatilidade e relativa efemeridade destes mesmos produtos e manifestações específicas, pareceu-nos interessante e necessário conceber um dispositivo de arquivo, catalogação, exposição, conservação e restauro de um conjunto de artefactos, tendo como objetivo a sua interpretação simbólica e a identificação da sua importância na emergência, desenvolvimento e consolidação das manifestações sócio-musicais e culturais do *punk* no contorno da modernidade portuguesa. Considerando também que o investimento em arquivos da *popular culture* – derivado, por um lado, do carácter ilegítimo dessas manifestações quando comparadas com outras situadas na chamada cultura legítima(da) e, por outro lado, de incapacidade técnica e metodológica de gestão documental de um arquivo destinado a funcionar em regime de livre acesso – é praticamente inexistente em Portugal e que a preservação da memória coletiva de eventos globais e singulares é um processo de decisiva importância, pretendemos mobilizar um conjunto recursos disponíveis para oferecer à comunidade – académica e não académica – um conjunto alargado de documentos entendidos como pedaços de história de uma manifestação contemporânea. Mais do que oferecer um guia de leitura, uma visão particular do passado e do presente do *punk* em Portugal, esperamos que este arquivo possibilite criar uma multiplicidade de leituras e narrativas singulares a partir de um conjunto alargado de fragmentos da memória e do património da cultura *underground* portuguesa.

Referências bibliográficas

- ATTON, Chris (2002), *Alternative media*, London/Thousand Oaks/New Delhi, Sage.
- ATTON, (2006), “Sociologie de la presse musicale alternative”, *Volume!*, vol. 5, n.º 1, pp. 7-25.
- BAKER, Sarah; HUBER, Alison (2013), “Notes towards a typology of the DIY Institution: identifying do-it-yourself places of popular music preservation”, *European Journal of Cultural Studies*, vol. 16, n.º 5, pp. 513-30.
- BÁRTOLO, José (2012), “Entusiasmo pela publicação”, *PLI Arte & Design*, n.º 2/3, pp. 12-13.
- BENNETT, Andy (2009), “‘Heritage rock’: Rock music, representation and heritage discourse”, *Poetics*, 37, pp. 474-489.
- (2013), *Music, style, and aging: Growing old disgracefully?*, Philadelphia, Philadelphia Temple University Press.
- BENNETT, Andy; PETERSON, Richard A. (eds.) (2004), *Music scenes: local, translocal and virtual*, Nashville, Vanderbilt University Press.
- BOURDIEU, Pierre (1996a), *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel.
- (1996b), *As Regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*, Lisboa, Presença.
- (2010a), *A distinção. Uma crítica social da faculdade do juízo*, Lisboa, Edições 70.
- (2010b), *El sentido social del gusto. Elementos para una sociología de la cultura*, Bueno Aires, Siglo Veintiuno Editores.
- BOVONE, Laura (1997), “Os novos intermediários culturais”, in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização*, Oeiras, Celta Editora, pp. 105-120.
- CASTELLS, Manuel (2002), *A era da informação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CHOAY, Françoise (2000), *A alegoria do património*, Lisboa, Edições 70.
- COLLINS, Jez (2012), “Multiple voices, multiple memories: public history making and activist archivism”, in *Online popular music archives*, Tese de Mestrado em Indústrias Criativas e Políticas Culturais, Birmingham, Birmingham City University.
- CONTEIRO, Renato; FIGUEIRA, Augusto (2006), *Censurados até morrer!*, Lisboa, Sete Caminhos.
- CRONIN, Anne M. (2004), “Regimes of mediation: advertising practitioners as cultural intermediaries?”, *Consumption, Markets and Culture*, vol. 7, n.º 4, pp 349-369.
- DALE, Pete (2010), *Anyone can do it: Traditions of punk and the politics of empowerment*, Tese de Doutoramento em Filosofia, Newcastle: Newcastle University.
- DANNUS, Raphaëlle (2013), *London punk fanzines 1976–1984: the celebration of the every person*, Tese de Mestrado em História Inglesa, Paris: Université Paris-Sorbonne (Paris IV).
- DERRIDA, Jacques (1996), *Archive fever: a Freudian impression*, Chicago, University of Chicago Press.
- DICKINSON, Bob (1997), *Imprinting the sticks: The alternative press beyond London*, Aldershot, Ashgate.
- DRUCKER, Johanna (2004), *The centry of artists' books*, New York, Granary Books.
- DUNCOMBE, Stephen (1997), *Notes from the underground: Zine and the politics of alternative culture*, London, Verso.
- EICHHORN, Kate (2015), “Copy machines and downtown scenes. Deterritorializing urban culture in a pre-digital era”, *Cultural Studies*, vol. 29, n.º 3, pp. 363-378.
- (2016), *Adjusted margin: Xerography, art and activism in the late 20th century*, Cambridge, The MIT Press.
- FAURE, Muriel (1999), “Un produit agricole “affiné” en objet culturel. Le fromage beaufort dans les Alpes du Nord”, *Terrain*, n.º 33, pp. 81-92.
- FEATHERSTONE, Mike (2000), “Archiving cultures”, *British Journal of Sociology*, vol. 51, n.º 1, pp.

QUINTELA, Pedro; GUERRA, Paula (2017), “Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas contemporâneas”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, pp. 155 - 181

161-184.

- FEATHERSTONE, Mike (2006), “Archive”, *Theory, Culture & Society*, vol. 23, n.º 2-3, pp. 591-596.
- FERREIRA, Claudino (2002), “Intermediação cultural e grandes eventos. Notas para um programa de investigação sobre a difusão das culturas urbanas”, *Oficina do CES*, 167. [Consult. a 25.04.2016]. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/167.pdf>>.
- (2009), “Intermediários culturais e cidade”, in Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (org.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*, Coimbra, Almedina, pp. 319-336.
- FLINN, Andrew (2012), “Archives and their communities: Collecting histories, challenging heritage”, in Graham Dawson (ed.), *Critical Debates, New Trajectories, Working Papers on Memory, Narrative and Histories*, n.º 1, Brighton, University of Brighton, pp. 19-35.
- FORTUNA, Carlos (1997), “Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora”, in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização. Ensaio de sociologia*, Oeiras, Celta, pp. 231-257.
- FOUCAULT, Michel (2014), *A Arqueologia do Saber*, Lisboa, Edições 70.
- GRIMES, Matt; WALL, Tim (2015), “Punk ‘zines’: ‘Symbols of defiance’ from the print to the digital age”, in The Subcultures Network (ed.), *Fight back. Punk, politics and resistance*, Manchester, Manchester University Press, pp. 287-303.
- GUERRA, Paula (2010), *A Instável Leveza do Rock – Gênese, dinâmica e consolidação do rock alternativo em Portugal (1980-2010)*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- “Punk, ação e contradição em Portugal. Uma aproximação às culturas juvenis contemporâneas”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 102, pp. 111-134.
- “Punk, expectations, breaches and metamorphoses: Portugal, 1977–2012”, *Critical Arts*, vol. 28, n.º 1, pp. 111-122.
- GUERRA, Paula; BENNETT, Andy (2015): “Never mind the Pistols? Legacy and authenticity of the Sex Pistols in Portugal”, *Popular Music and Society*, vol. 38, n.º 4, pp. 500-521.
- GUERRA, Paula; QUINTELA, Pedro (2014a), *God Save the Portuguese Fanzines*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- (2014b), “Spreading the message! Fanzines and the punk scene in Portugal”, *Punk & Post-Punk*, vol. 3, n.º 3, pp. 203-224.
- (2016), “Culturas de resistência e mídias alternativos: os fanzines punk portugueses”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 80, pp. 69-94.
- GUERRA, Paula; SILVA, Augusto Santos (2015): “Music and more than music: the approach to difference and identity in the Portuguese punk”, *European Journal of Cultural Studies*, vol. 18, n.º 2, pp. 1-17.
- HALBWACHS, Maurice (1992), *On Collective Memory*, Chicago, University of Chicago Press.
- HAMEL, Leigh Ann; MAHER, Tom; O’DWYER, Mick; COOK, Mick (2014), “Organizing Anarchy: The Forgotten Zine Archive”, in *iConference 2014 Proceedings*, pp. 1013-1016.
- HUVILA, Isto (2008), “Participatory archive: towards decentralised curation, radical user orientation and broader contextualisation of records management”, *Archival Science*, vol. 8, n.º 1, pp. 15-36.
- KENT, Nick (2006), *The dark stuff. L’envers du rock*, Paris, Naïve.
- KETELAAR, Eric (2008), “Archives as Spaces of Memory”, *Journal of Society of Archivists*, vol. 29, n.º 1, pp. 9-27.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara (1998), *Destination Culture: Tourism, Museums and Heritage*, Berkeley, University of California Press.
- LE GOFF, Jacques (1992), *History and Memory*, New York, Columbia University Press.
- LEMOS, Paulo (2011), *A Importância do Punk em Portugal O movimento Punk nacional e o caso estudo*

QUINTELA, Pedro; GUERRA, Paula (2017), “Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas contemporâneas”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, pp. 155 - 181

- da banda Mata-Ratos (1982-2010)*, Tese de Mestrado em Estudos Artísticos, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean (2014), *O capitalismo estético na era da globalização*, Lisboa, Edições 70.
- LOFF, Manuel; PIEDADE, Filipe; SOUTELO, Luciana Castro (2015), *Ditaduras e revolução: democracia e políticas da memória*, Coimbra, Almedina.
- MANOFF, Marlene (2004), “Theories of the Archive from Across the Disciplines”, *portal: Libraries and the Academy*, vol. 4, n.º 1, pp. 9-25.
- MCKAY, George (1998), *DIY culture: Party & protest in nineties Britain*, Londres, Verso.
- MCKEE, Alan (2011a), “YouTube versus the National Film and Sound Archive: Which Is the More Useful Resource for Historians of Australian Television?”, *Television New Media*, vol. 12, n.º 2, pp. 154-173.
- (2011b), “Alternative primary sources for studying Australian television history: an annotated list of online Pro-Am collections”, *Screening the Past Group*, n.º 32, pp. 1-14.
- MCNEIL, Bryce James (2009), *Building Subcultural Community Online and Off: An Ethnographic Analysis of the CBLocals Music Scene*. Tese de Doutoramento em Comunicação, Atlanta, Georgia State University.
- MOORE, Saunna; PELL, Susan (2010), “Autonomous archives”, *International Journal of Heritage Studies*, vol. 16, n.º 4-5, pp. 255-268.
- MORAN, Ian P. (2010), “Punk: the do-it-yourself subculture”, *Social Sciences Journal*, vol. 10, n.º 1, pp. 58-65.
- NIXON, Sean (1997), “Circulating Culture”, in Paul du Gay (ed.), *Production of Culture/Cultures of Production*, London/Thousand Oaks/New Delhi, Sage, pp. 177-220.
- NIXON, Sean; DU GAY, Paul (2002), “Who needs cultural intermediaries?”, *Cultural Studies*, vol. 16, n.º 4, pp. 495-500.
- O’CONNOR, Alan (2008), *Punk Record Labels and the Struggle for Autonomy: The Emergence of DIY (Critical Media Studies)*, Lanham, Lexington Books.
- O’CONNOR, Justin (2015), “Intermediaries and imaginaries in the cultural and creative industries”, *Regional Studies*, vol. 49, n.º 3, pp 374-387.
- OSBORNE, Thomas (1999), “The ordinariness of the archive”, *History of the Human Sciences*, vol. 12, n.º 2, pp. 51-64.
- PEIXOTO, Paulo (2004), “A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 70, pp. 183-204.
- PEREIRA, José Pacheco (2015), “Aprender com os alemães”, *Público*, 28.03.2015, pp. 52.
- PIEADADE, Filipe; LOFF, Manuel (2015), *Ditaduras e Revolução - Democracia e políticas da memória*, Lisboa, Leya.
- PORTELLI, Alessandro; CARDINA, Miguel; CORDOVIL, Bruno (org.) (2013), *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios. Ética, memória e acontecimento na história oral*, Lisboa, Unipop.
- QUEROL, Lorena Sancho (2013), “Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. XXV, pp. 165-188.
- QUINTELA, Pedro; BORGES, Marta (2015), “Livros, fanzines e outras publicações independentes – um percurso pela ‘cena’ do Porto”, *Cidades, Cultura e Territórios*, n.º 31, pp. 11-31. [Consult. a 25.04.2016]. Disponível em: <<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/356>>.
- QUINTELA, Pedro; GUERRA, Paula; FEIXA, Carles; FARRAJOTA, Marcos (2014), “As «cenas» punk em Portugal (1977-2012): um olhar sociológico a partir da análise das redes de produção, distribuição

- e consumo de fanzines e e-zines”, in *Atas do VIII Congresso Português de Sociologia. 40 anos de democracias, progressos, contradições e prospetivas*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia. [Consult. a 25.04.2016]. Disponível em: <http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0629.pdf>.
- QUINTELA, Pedro; GUERRA, Paula (2016), “Punk fanzines in Portugal (1978-2013): a mapping exercise”, in Paula Guerra e Tânia Moreira (org.), *Keep it Simple, Make it Fast! An approach to underground music scenes. Volume 2. KISMIF Conference 2015 Book of Proceedings*, Porto/Tomar, Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Instituto Politécnico de Tomar, pp. 59-67. [Consult. a 25.04.2016]. Disponível em: <<http://www.kismifconference.com/en/2016/02/15/kismif-conference-2015-book-of-proceedings-2/>>.
- QUINTELA, Pedro; OLIVEIRA, Ana (2015), “Capas de discos, estética, intervenção e resistência: uma aproximação à sociologia pelo visual”, in Paula Guerra (ed.), *More Than Loud. Os mundos dentro de cada som*, Porto, Edições Afrontamento, pp.127-142.
- REYNOLDS, Simon (2006), *Rip it up and start again: post punk 1978-1984*, Londres, Faber and Faber.
- REYNOLDS, Simon (2011), *Retromania: Pop Culture's Addiction to Its Own Past*, London, Faber and Faber.
- ROBERTS, Les (2014), “Talkin bout my generation: popular music and the culture of heritage”, *International Journal of Heritage Studies*, vol. 20, n.º 3, pp. 262-280.
- SILVA, Augusto Santos; GUERRA, Paula (2015), *As palavras do punk*, Lisboa, Alêtheia.
- STRAW, Will (1991), “Systems of articulation, logics of change: communities and scenes in popular music”, *Cultural Studies*, vol. 5, n.º 3 pp. 368-388.
- (2006), “Scenes and Sensibilities”, *E-Compós*, n.º 6. [Consult. a 25.04.2016]. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/83/83>>.
- (2009), “In Memoriam. The music CD and its ends”, *Design and Culture*, vol. 1, n.º 1, pp. 79-92.
- TRAVERSO, Enzo (2012), *O passado, modos de usar. História, memória e política*. Lisboa, Edições Unipop.
- TRIGGS, Teal (2006), “Scissors and glue: punk fanzines and the creation of a DIY aesthetic”, *Journal of Design History*, vol. 19, n.º 1, pp. 69-83.
- (2010), *Fanzines*, London, Thames & Hudson.
- VAN DIJCK, José (2006), “Record and Hold: Popular music between personal and collective memory”, *Critical Studies in Media Communications*, vol. 23, n.º 5, pp. 357-374.
- WORLEY, Matthew (2015), “Punk, Politics and British (fan)zines, 1976–84: ‘While the world was dying, did you wonder why?’”, *History Workshop Journal*, vol. 79, n.º 1, pp. 76-106.

Blogues

Under Review, <http://underrrrreview.blogspot.pt>

Ephemera, <http://ephemerajpp.com>

Rock no Liceu, <http://rocknoliceu.blogspot.pt>

Rock nas Cadeias, <http://rockdascadeias.blogspot.pt/>

Fanzines

Cadáver Esquisito (1986) (ed. D. Pontes/N. Costa), Número 1, janeiro/fevereiro, Porto/Espinho, Arquivo KISMIF através de doação de David Pontes.

Pedro Quintela (autor de correspondência). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) (Coimbra, Portugal), desenvolve o seu projeto de doutoramento em Sociologia, com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e sendo, neste contexto, investigador associado ao Centro de Estudos Sociais (CES) (Coimbra, Portugal). Endereço de correspondência: FEUC, Av. Dias da Silva, 165. 3004-512 Coimbra, Portugal. *E-mail*: pedroquintela@ces.uc.pt

Paula Guerra. Professora na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Investigadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) (Porto, Portugal), Investigadora Associada do Centro de Estudos Geográficos e Ordenamento Território (CEGOT) (Porto, Portugal) e Professora Adjunta do Griffith Centre for Cultural Research (GCCR) em Queensland, Austrália. *E-mail*: pguerra@letras.up.pt

Artigo recebido a 25 de setembro de 2015. Publicação aprovada em 13 de julho de 2016.

ESTATUTO EDITORIAL

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXXI, JANEIRO-JUNHO 2016

EDITORIAL

ARTIGOS

Précarités: les effets de la rupture du lien social

Augusto Santos Silva

Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente

João Queirós

Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas

Mauro Serapioni

Diferenças nas perceções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado

João Abreu de Faria Bilhim, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde

Adilson Filomeno Carvalho Semedo

Comment les psychiatres se représentent-ils aujourd'hui "la" maladie mentale?

Caroline Guibet Lafaye

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Notas sobre a dominação social em António Gramsci e Pierre Bourdieu

Marcello Felisberto Morais de Assunção

N.º XXXII, JULHO-DEZEMBRO DE 2016

EDITORIAL

ARTIGOS

Carreiras e circuitos de músicos brasileiros: uma exploração etnográfica no Bairro Alto, Lisboa

Ricardo Bento, Graça Índias Cordeiro, Lígia Ferro

Consumo sustentável e ambiente: o papel do Estado e das políticas públicas na inculcação de disposições ambientalistas

Isabel Silva Cruz

A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória

Vanessa Marcos

Modèles de représentation sur la parentalité sociale du point de vue des jeunes portugais

Cristina Cunha Mocetão

Inserção profissional dos licenciados em Direito: da formação académica ao acesso às profissões reguladas

Mónica Santos

Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada

Inês Cardoso, Paula Batista, Amândio Graça

A Ciência Biomédica e o Processo Civilizador

Bruna de Farias, Mari Cleise Sandalowski

RECENSÃO

Recensão da obra de FREIRE, André (Org.), (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.

Carolina Pimentel Corrêa

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO – INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (RS)* aceita textos de diversa natureza: artigos; resenhas; notas de investigação; ensaios bibliográficos.
2. A **RS** publica por ano um número temático. Poderão ser apresentadas propostas nesse sentido, que serão sujeitas a avaliação.
3. Os textos apresentados terão de ser originais, assumindo os autores que não foram publicados, qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação. Excepcionalmente o Conselho de Redação da **RS** poderá aceitar trabalhos já publicados, desde que considerados relevantes cientificamente.
4. Os autores devem indicar a natureza do seu texto (artigos, resenhas, notas de investigação ou ensaios bibliográficos).
5. Os textos poderão ser apresentados em português, francês, espanhol e inglês.
6. Os textos serão sujeitos a um processo de avaliação com vista à sua possível publicação. A direção da **RS** efetuará uma avaliação inicial que tomará em conta a pertinência do texto face à linha editorial, a qualidade e o cumprimento integral das normas formais de apresentação estipuladas no presente documento. Posteriormente, os textos serão submetidos à avaliação de *referees*, na qualidade de especialistas, em regime de duplo anonimato.
7. Se necessário, aos autores poderá ser solicitada a revisão dos textos de acordo com as avaliações realizadas. A decisão final da publicação será da responsabilidade do Conselho de Redação. Aos autores será comunicada a decisão final sobre a publicação do seu texto.
8. Devem ser apresentadas duas versões dos textos devidamente corrigidas: uma que corresponde ao que o autor propõe que seja publicado; outra anónima e em que estão suprimidas todas as referências que possibilitem a identificação do autor, sendo esta a versão submetida a avaliação.
9. Os textos devem incluir as respetivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).

10. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé e os quadros devem apresentar corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15.
11. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
12. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
13. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco. Estes elementos devem vir no texto e de modo separado, com o título e fontes respetivos, em formato JPEG. As imagens não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.
14. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A **RS** não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.
15. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).
16. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
17. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
18. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.

19. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:
- a) **Livro com um autor:** LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.
 - b) **Livro com mais de um autor:** BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
 - c) **Livro com mais de quatro autores:** RUHRBERG *et al.* (2010), *Arte do Século XX*, London, Taschen.
 - d) **Capítulo em livro:** GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’ Água, pp. 99-107.
 - e) **Artigo em publicação periódica:** FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.
 - f) **Artigo em publicação periódica online:** FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>
 - g) **Publicações online:** PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.
 - h) **Comunicações em eventos científicos:** QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referência teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Associação Portuguesa de Sociologia, 12-15 Maio 2004.
 - i) **Teses:** CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
 - j) **Legislação:** Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.
20. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.
21. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

22. Os autores cedem à **RS** o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados. Os textos inseridos na **RS** não poderão ser utilizados em outras publicações, salvo autorização expressa do Conselho de Redação.
23. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para revistasociologia@letras.up.pt

